

Rodrigo Luis dos Santos

# Tramas Enlaçadas

Política, religião e educação no  
Rio Grande do Sul da primeira  
metade do século XX



O livro de Rodrigo Luis dos Santos é obra singular e tem a marca da excelência acadêmica. O conteúdo desenvolvido pelo autor tem origem na Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. A sua contribuição à historiografia foi atestada pelos componentes da banca final de Mestrado – Ellen Fensterseifer Woortmann, Máira Ines Vendrame e René Ernaini Gertz – os quais atribuíram nota máxima ao trabalho e o recomendaram à publicação. E onde está a riqueza do texto de Rodrigo Luis dos Santos? O autor, com maestria, costura três temas principais – educação, política e religião – com a questão étnica presente na cidade de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. Sem a marca do “localismo”, Santos usa e abusa dos componentes da história local com o objetivo de mapear a organização social da população descendente de imigrantes alemães. O que fica demonstrado nas muitas páginas que escreveu é a impossibilidade de reduzir a análise do grupo a um tema específico. Desafiando os incrédulos, Santos aproximou e colocou em diálogo áreas temáticas que, via de regra, são tratadas isoladamente. No âmbito dos estudos migratórios, há certo melindre quando se opta por romper fronteiras e desafiar o leitor a experimentar outro viés de interpretação. Assim sendo, o autor fugiu da tentação de analisar a organização social dos agentes históricos pesquisados pela ótica exclusiva da política; ou, então, da clássica junção entre educação e religião. Para Santos, homens e mulheres do início do século XX usaram de estratégias que reúnem elementos plurais, não apenas políticos ou político-partidários. Nesse sentido, sua visão foi holística.

Marcos Antônio Witt  
UNISINOS - Instituto Histórico de São Leopoldo



# **Tramas Enlaçadas**



# ESTUDOS ÉTNICOS e MIGRAÇÕES

---

## Diretores da série:

### **Caroline von Mühlen**

(Doutora em História – PUCRS/Professor do Colégio Sinodal – Portão/Coordenadora do GT Estudos Étnicos e Migrações da ANPUH-RS e vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

### **Rodrigo Luis dos Santos**

(Coordenador e Professor dos Cursos de Geografia e História do Instituto Superior de Educação Ivoati/Doutorando em História – UNISINOS/Vice-coordenador do GT Estudos Étnicos e Migrações da ANPUH-RS e presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

### **Editor Técnico:**

Lucas Margoni  
PUCRS, Brasil

---

## Comitê Editorial e Científico:

### **Daniel Luciano Gevehr**

(Doutor em História - UNISINOS/Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional – FACCAT e do Instituto Superior de Educação Ivoati)

### **Tiago Weizenmann**

(Doutor em História – PUCRS/Coordenador Pedagógico e professor no Centro de Ciências Humanas e Sociais – UNIVATES)

### **Márcia Solange Volkmer**

(Doutora em História – UFRGS/ Professora no Centro de Ciências Humanas e Sociais – UNIVATES)

### **José Edimar de Souza**

(Doutor em Educação – UNISINOS/Professor no Programa de Pós-graduação em Educação da UCS)

### **Marcos Antônio Witt**

(Doutor em História - PUCRS/Professor do Programa de Pós-graduação em História da UNISINOS)

# Tramas Enlaçadas

Política, religião e educação no Rio Grande do Sul  
da primeira metade do século XX

Rodrigo Luis dos Santos



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Estudos Étnicos e Migrações - 3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

SANTOS, Rodrigo Luis dos

Tramas enlaçadas: política, religião e educação no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX [recurso eletrônico] / Rodrigo Luis dos Santos -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

361 p.

ISBN - 978-85-5696-499-1

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Ética; 2. Etnicidade; 3. Identidade; 4. Migrações; 5. Historiografia; I. Título II. Série

---

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e Relações Sociais

177

Este trabalho é dedicado a minha mãe, Maria Tereza Borges dos Santos,  
pelo amor incondicional e pela presença firme em todos os momentos,  
e a meu pai, Pedro Amaral dos Santos (*In Memoriam*),  
pelo amor e pelo exemplo de honra e caráter.  
Pai, sei que não estás mais presente fisicamente comigo,  
mas sei que onde estiveres, estás vendo onde teu filho chegou e  
onde ainda vai chegar. Saudades!



## Agradecimentos

Raul Seixas, na canção *Tente Outra vez*, de 1975, escrevera “não diga que a vitória está perdida, se é de batalhas que se vive a vida, tente outra vez”. Não foram poucos os momentos em que as batalhas, ao longo da escrita da dissertação, pareciam maiores que a vitória que se buscava. Muitas quedas foram extremamente difíceis e dolorosas. Foi preciso tentar e recomeçar muitas vezes. E esses recomeços não foram possíveis sem a ajuda de pessoas que me incentivaram e acreditaram em mim. Por isso, mesmo de forma singela, gostaria de agradecer a estas pessoas.

Ao Prof. Dr. Marcos Antônio Witt, pela orientação firme e segura, sempre atenta e buscando mostrar caminhos para qualificar esse trabalho. Ao Programa de Pós-graduação em História da UNISINOS e aos seus professores, pelo aprendizado, troca de experiências e ideias, assim como pela confiança em tantos momentos. Aproveito a oportunidade para agradecer também às secretárias da Secretaria Compartilhada da Escola de Humanidades, pelos cafés em tantas manhãs, mas também pela atenção, gentileza e auxílio dado ao longo destes dois anos.

À Profa. Dra. Máira Ines Vendrame, Prof. Dr. René Ernaini Gertz e Profa. Dra. Ellen Fensterseifer Woortmann, que integraram a Banca de Defesa da dissertação, pelos apontamentos, críticas construtivas, pelo diálogo sincero, pela avaliação criteriosa e pelo incentivo. À Profa. Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, que não pode participar da Banca de Defesa, mas que contribuiu com importantes sugestões na Banca de Qualificação e ao longo deste trabalho, também meu sincero voto de agradecimento. Meu muito obrigado de coração.

Aos amigos e amigas. Aqui não irei citar nomes, para não ser injusto. Mas vocês sabem que meu agradecimento é sincero e de coração, assim como o pedido de desculpas por tantos momentos de incertezas e instabilidade. Vocês são muito importantes na minha vida!

Aos meus pais, Maria e Pedro, por tudo o que são em minha vida. Infelizmente, na reta final da escrita da dissertação, meu pai partiu para o lado de Deus, em 14 de setembro de 2015. Foi o momento mais difícil de minha vida e de minha mãe. Mas creio que, onde ele estiver, está olhando por nós e deve estar feliz por mim. Ele ainda pôde ver o filho se formar em uma faculdade, coisa que nem imaginávamos há alguns anos atrás. Mãe e Pai, vocês ainda terão muito orgulho do filho de vocês. A vocês o meu amor eterno e minha gratidão. Por tudo!

“Nunca deixem que lhe digam que não vale à pena acreditar nos sonhos que se  
têm  
Ou que seus planos nunca vão dar certo  
Ou que você nunca vai ser alguém...  
...Quem acredita sempre alcança!”  
(Flávio Venturini e Renato Russo, *Mais uma vez*, 1987)

Força Sempre!



A história é êmula do tempo, repositório dos fatos,  
testemunha do passado, exemplo do presente,  
advertência do futuro.

Miguel de Cervantes



# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	17
René E. Gertz	
<b>Apresentação</b> .....	21
Marcos Antônio Witt	
<b>1</b> .....	25
<b>Introdução</b>	
<b>2</b> .....	51
<b>“Ninguém pode servir a dois senhores... ou talvez sim”:</b> Tensões, articulações e estratégias em um cenário efervescente	
2.1 Pela fé e pelos objetivos se estabelecem redes e planos: católicos e evangélico-luteranos e suas relações políticas e sociais .....	54
2.2 Um emaranhado de nomes e suas múltiplas ligações: conexões familiares, sociais, econômicas, políticas e confessionais .....	86
<b>3</b> .....	127
<b>Entre gritos de comemoração e embates acalorados: interesses distintos e objetivos comuns de dois grupos políticos hamburguenses</b>	
3.1 Arranjos e atritos entre lideranças católicas/republicanas e evangélico- luteranas/libertadoras (das comemorações do centenário da imigração à emancipação de Novo Hamburgo - 1924-1927) .....	128
3.2 A união faz a força, mas também gera conflitos: articulações partidárias e confessionais em nome da governabilidade de um nascente município rio- grandense (1927-1930).....	158

4.....	197
<b>Mudanças surgem no horizonte e com elas outros rumos são necessários: alterações nos panoramas mundial e nacional e suas imbricações no contexto regional</b>	
4.1 A década de 1930, a multiplicidade ideológica e seus reflexos no ambiente político nacional e regional.....	198
4.2 Mudanças no cenário político hamburguense (ou a fase dos “homens de farda”): os governos nomeados do coronel José Gomes Ferreira (1930-1934) e do capitão Alencastro Braga de Menezes (1934-1935).....	227
4.3 Novos partidos, novas lideranças e disputas no jogo do poder: o processo eleitoral de 1935 e o governo de Ângelo Benito Provenzano (1935-1937).....	235
5.....	243
<b>“Não vim para trazer a paz, mas sim a espada”: a grande guerra, o nacionalismo brasileiro e as novas configurações políticas, religiosas e estratégicas em nível estadual e regional (1937-1945)</b>	
5.1 Imposições políticas, nomeações e outras regras no jogo do poder: os caminhos escolhidos diante de um novo cenário (1937-1943).....	244
5.2 A educação como instrumento político: as escolas confessionais de católicos e evangélico-luteranos, a Nacionalização do Ensino e as estratégias em tempos conturbados.....	271
5.3 “Há um tempo para plantar e há um tempo para colher”: o enfraquecimento do regime estadonovista e os desdobramentos das iniciativas políticas de evangélico-luteranos e católicos em Novo Hamburgo (1943 - 1945).....	313
<b>Considerações finais.....</b>	<b>333</b>
<b>Referências.....</b>	<b>339</b>
<b>Apêndice - Acervos consultados.....</b>	<b>359</b>

# Prefácio

*René E. Gertz*<sup>1</sup>

Sem falsa modéstia, presumo que se Rodrigo Luis dos Santos pediu que eu escrevesse um prefácio para este seu livro o fez porque considera que tenho algo a ver com o assunto. O tema envolve resultados da imigração alemã no Rio Grande do Sul. E a escrita da história a respeito apresentou, até uns 40 anos atrás, algumas peculiaridades. Abstraindo de escritos puramente memorialísticos e semelhantes, ao aparecerem os primeiros textos que podem ser considerados efetivamente historiográficos, eles se caracterizaram por abordar, fundamentalmente, aspectos econômicos e sociais do processo de imigração e colonização com alemães e descendentes. Destacavam-se, por exemplo, a importância da ocupação de espaços “vazios” na fronteira sul do Brasil, o aparecimento da pequena propriedade agrícola familiar e de uma “classe média”, numa sociedade envolvente caracterizada pelo latifúndio, a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre, a contribuição para o surgimento da atividade artesanal e industrial.

Desconheciam-se quase por completo estudos sobre aspectos políticos, ideológicos, culturais em sentido mais amplo. É que sobre esses temas dominavam, no senso comum, convicções generalizadamente negativas sobre alemães e descendentes, de forma que os próprios pesquisadores, aparentemente, evitavam esses aspectos. Do ponto de vista político, imaginava-se que alemães e descendentes estavam totalmente desinteressados em relação a sua condição de cidadãos brasileiros, que quando

---

<sup>1</sup> Professor aposentado UFRGS/PUCRS; Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo

assumiam alguma postura que pudesse ser classificada de política ela era teleguiada a partir de seu país de origem. Desconfiava-se de sua lealdade ao Brasil, imaginando terem trazido para cá concepções e práticas autoritárias (mais tarde nazistas), de terem dado início a um processo de quebra da unidade religiosa de um país até então pacificamente católico.

Nesse contexto intelectual, iniciei, na década de 1970, meus estudos sobre os processos político-culturais nas regiões de colonização alemã durante os controvertidos anos 1930/1940, isto é, sobre temas tão candentes quanto nazismo, germanismo, integralismo. Os resultados dessas pesquisas foram publicados, em 1987, num livro intitulado *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Entre as conclusões a que cheguei, está a de que, mesmo em relação a esses temas, os pressupostos arrolados no parágrafo anterior não se mostravam adequados para a análise. Mostrei que indiferença ou isolamento político, lealdade ao país de origem, condição de minoria religiosa, educação autoritária não conseguiam explicar, de forma alguma, os acontecimentos daqueles anos. Mas que, pelo contrário, análises políticas usuais, que recorressem a variáveis como estruturas sociais, a conflitos inter-regionais, a diferenças geracionais, à inserção na política brasileira regional e nacional forneciam explicações muito plausíveis e convincentes para aquilo que aconteceu naquele momento. Uma importante conclusão adicional foi a da total inadequação de outro pressuposto do senso comum, segundo o qual a população de origem alemã constituía um bloco rigidamente homogêneo, que só poderia ser contraposto a outro bloco, a sociedade brasileira envolvente. Meus estudos mostraram, pelo contrário, que, para entender aquilo que aconteceu, era fundamental levar em consideração os, muitas vezes, profundos conflitos internos entre a população de origem alemã. Em resumo, para entender a história política nas regiões de colonização alemã, ela deveria ser abordada da mesma forma em que é abordada em qualquer outro lugar do Brasil e do mundo. Claro, o fator “étnico”, o fato de se tratar de “alemães”, poderia exercer

alguma interferência – mas não tanto no sentido de que o conjunto da população efetivamente apresentasse características específicas, e sim, por exemplo, no sentido de que o mundo envolvente a qualificasse, a enxergasse como grupo monolítico *sui generis*.

Meus estudos foram realizados sob condições de pesquisa peculiares da década de 1970. Os arquivos estavam ainda pouco organizados e de difícil acesso, a bibliografia existente era relativamente pobre, verbas de pesquisa eram escassas – eu não tive bolsistas de iniciação científica que me ajudassem. Tudo isso se refletiu na qualidade dos resultados de meus trabalhos. Mas, felizmente, apesar de não poderem ser classificados como de grande “densidade narrativa”, acabaram se tornando precursores e inspiradores de novos estudos feitos nos últimos 30 anos. Mesmo que alguns desses novos trabalhos tenham apontado para eventuais debilidades pontuais naquilo que eu escrevi em torno de 1980, não chegou ao meu conhecimento nenhum que tenha representado uma clara refutação das minhas conclusões. No seu conjunto, a consistência das novas pesquisas está consolidando uma linha de investigação que apresenta um crescendo de qualidade, de “densidade narrativa”, com textos muito mais sofisticados e fundamentados em novas fontes que os meus, representando avanços significativos em relação àquilo que eu iniciei, cerca de 40 anos atrás.

O livro de Rodrigo Luis dos Santos que o leitor tem em mãos é um dos exemplos mais marcantes da ótima qualidade, do brilhantismo de trabalhos de uma nova geração de historiadores, cuja missão é a de superar aquilo que nós – os mais antigos – produzimos antes deles. A propósito, para finalizar, cabe referir as palavras de ninguém menos que Max Weber: “ser superado, do ponto de vista científico, – repita-se – não é apenas o destino de todos nós, mas sim a nossa razão de ser”.



# Apresentação

*Marcos Antônio Witt<sup>1</sup>*

Não é o trabalho, mas o saber trabalhar  
que é o segredo do êxito no trabalho;  
saber trabalhar quer dizer:  
    não fazer esforço inútil,  
    persistir no esforço até o fim,  
e saber reconstruir uma orientação  
    quando se verificou que era,  
    ou se tornou, errada.  
Fernando Pessoa

O livro de Rodrigo Luis dos Santos é obra singular e tem a marca da excelência acadêmica. O conteúdo desenvolvido pelo autor tem origem na Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. A sua contribuição à historiografia foi atestada pelos componentes da banca final de Mestrado – Ellen Fensterseifer Woortmann, Maíra Ines Vendrame e René Ernaini Gertz – os quais atribuíram nota máxima ao trabalho e o recomendaram à publicação. E onde está a riqueza do texto de Rodrigo Luis dos Santos? O autor, com maestria, costura três temas principais – educação, política e religião – com a questão étnica presente na cidade de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. Sem a marca do “localismo”, Santos usa e abusa dos componentes da história local com o objetivo de mapear a organização social da população descendente de imigrantes alemães. O que fica demonstrado nas muitas páginas que escreveu é a impossibilidade de reduzir a análise do grupo a um tema específico.

---

<sup>1</sup> UNISINOS, Instituto Histórico de São Leopoldo

Desafiando os incrédulos, Santos aproximou e colocou em diálogo áreas temáticas que, via de regra, são tratadas isoladamente. No âmbito dos estudos migratórios, há certo melindre quando se opta por romper fronteiras e desafiar o leitor a experimentar outro viés de interpretação. Assim sendo, o autor fugiu da tentação de analisar a organização social dos agentes históricos pesquisados pela ótica exclusiva da política; ou, então, da clássica junção entre educação e religião. Para Santos, homens e mulheres do início do século XX usaram de estratégias que reúnem elementos plurais, não apenas políticos ou político-partidários. Nesse sentido, sua visão foi holística.

A partir das inúmeras e variadas fontes pesquisadas, Santos desenhou cotidiano complexo e dinâmico no que se refere à população hamburguense e leopoldense do Novecentos. As ações desse grupo foram perpassadas por eventos de maior magnitude, como os nacionais; de médio impacto, como os estaduais; e de menor intensidade, como os municipais. Desta maneira, as políticas de controle e vigilância dirigidas aos alemães recém chegados ao Brasil, mas também aos descendentes de imigrantes instalados há várias gerações no país, alcançaram e mexeram com o dia a dia das famílias que habitavam os limites urbano e rural dos municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo. No que toca ao governo estadual, a formação de comissões que promoveriam as comemorações do Centenário da imigração alemã (1924), e o embate proporcionado pelas tentativas de emancipação do distrito hamburguense (1927), provocaram reações que exigiram posicionamento pró e contra dos empresários, intelectuais e políticos da velha Colônia alemã. Já em âmbito local, a disputa pelo espaço, onde seria construído o marco simbólico em homenagem aos cem anos da chegada dos primeiros imigrantes alemães, demonstrou a falta de consenso sobre o assunto. O resultado da discórdia levou à fabricação de dois monumentos, um em Novo Hamburgo, o outro em São Leopoldo.

O autor conseguiu demonstrar como as questões educacionais, políticas e religiosas interferiram, em maior ou menor grau, no surgimento e desenvolvimento de todos os eventos que tocaram a

vida dos cidadãos que se posicionaram favoráveis ou contrários às medidas nacionais, estaduais e municipais tão características das quatro primeiras décadas do século XX. Meticuloso, Santos traçou uma linha vertical que atravessou todo o seu trabalho. Partindo do maior para o menor, comprovou que o estudo de agentes históricos locais transcende a visão empobrecida e reducionista do “localismo”. Um bom exemplo desse tipo de abordagem é a análise da performance das escolas “Fundação Evangélica” e “Colégio Santa Catarina”, as quais receberam *pesos e medidas* distintos em função de sua vinculação étnica e religiosa. Ao investigar as duas instituições, o autor comprovou a hipótese de que o local está conectado com o geral. Mais do que isso, deixou registrado em seu trabalho que a pesquisa e o texto acadêmicos ganham outra dimensão quando, metodologicamente, a complexidade social emerge e dá novo colorido aos agentes históricos contemplados pelo historiador.

\*\*\*

Como palavras finais, dirijo-me aos futuros leitores do presente livro. Com certeza, os atuais moradores de Novo Hamburgo irão desfrutar da história do seu município. Políticos, professores, alunos e demais intelectuais, sobretudo os da comunidade hamburguesa, têm, nas próximas páginas, leitura prazerosa e obrigatória. Acadêmicos das humanidades, por sua vez, poderão se espelhar do ponto de vista teórico-metodológico, mas também da narrativa, e tomar o livro de Santos como referência para a elaboração de seus Trabalhos de Conclusão de Curso, de suas Dissertações e Teses. Não menos importante será para os que investigam a mobilidade e as migrações históricas e contemporâneas. Volto a afirmar que, no livro ora publicado, a complexidade social dos imigrantes e descendentes alcançou patamares poucas vezes observado em escritos dessa natureza. Em face de tais considerações, recomendo cada linha, cada página, à leitura.



## Introdução

Este livro é fruto de minha Dissertação de Mestrado, defendida em abril de 2016, junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Seu título, originalmente, é *Nomes, laços e interesses: formação de redes sociais e estratégias políticas de católicos e evangélico-luteranos em Novo Hamburgo/RS (1934-1945)*.<sup>1</sup> Na versão que ora apresentamos, no que se refere ao conteúdo de seus capítulos, ocorreram poucas mudanças em relação ao texto original. Foram feitas algumas adequações e correções. Algumas partes deste trabalho já foram publicadas, integralmente ou com adaptações, em artigos em revistas acadêmicas. Mas a essência da pesquisa realizada, em sua integridade, encontra-se nesta obra.

\*\*\*

A história também é feita de casos pitorescos (ou que aparentam isso, em um primeiro momento), que muitas vezes parecem mais saídos do enredo de uma obra da literatura ou de um filme de cinema. Um desses fatos ocorreu com a família do escritor brasileiro Clodomir Vianna Moog,<sup>2</sup> nascido em São

---

<sup>1</sup> A versão original da Dissertação de Mestrado está disponibilizada em formato digital, através do Repositório de Teses e Dissertações da UNISINOS. O acesso é possível através do seguinte link: [http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/5359/Rodrigo+Luis+dos+Santo\\_s\\_.pdf;jsessionid=E7CFD6F1o8784A4DBo55C1C77A185147?sequence=1](http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/5359/Rodrigo+Luis+dos+Santo_s_.pdf;jsessionid=E7CFD6F1o8784A4DBo55C1C77A185147?sequence=1).

<sup>2</sup> Clodomir Vianna Moog nasceu na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, no dia 28 de outubro de 1906. Era filho de Maria da Glória Vianna Moog, professora, que faleceu quando Vianna Moog

Leopoldo, Rio Grande do Sul. Os envolvidos são Marcos e Frederico Adolpho Moog, respectivamente pai e avô do escritor. O conflito envolvendo pai e filho tem relação com o processo de emancipação de Novo Hamburgo, na época 2º Distrito de São Leopoldo.

Desde o final do século XIX, já se falava da tentativa de emancipação de Novo Hamburgo. A partir de 1924, ano em que ocorreram as comemorações do centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, as lideranças hamburguesas começaram a se articular politicamente com o objetivo de tornar o então distrito um município autônomo. As lideranças emancipacionistas mais conhecidas são Leopoldo Petry, Pedro Adams Filho e Jacob Kroeff Neto. Mas entre os apoiadores da causa estava o coletor federal Marcos Moog.

Em 1924, assume uma nova legislatura no Conselho Municipal de São Leopoldo.<sup>3</sup> Entre os novos conselheiros estava Frederico Adolpho Moog. No ano seguinte, ocorre, no Conselho Municipal, a votação de um parecer que se posicionava contra o pedido de desanexação de Novo Hamburgo e criação do novo município. Dos nove conselheiros municipais, sete votaram a favor do parecer (Pedro Adams Filho votou contra, e o presidente do Conselho, Leopoldo Hoffmann Filho, não participou da votação). Frederico Adolpho Moog, além de votar favoravelmente ao parecer, se tornou um dos maiores opositores à ideia de emancipação de Novo Hamburgo. E entre os assinantes do pedido de desanexação está o filho de Frederico, Marcos Moog.

---

ainda era criança, e de Marcos Moog, funcionário público federal. Bacharelou-se em Direito. Trabalhou como fiscal de consumo. Ocupou diversos cargos, entre as décadas de 1940 e 1960, representando o Brasil, em organizações internacionais, entre eles a Organização nas Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 1945, foi eleito para ocupar a cadeira 04 da Academia Brasileira de Letras, que fora ocupado por Alcides Maya. Tomou posse em 17 de novembro de 1945, sendo recebido pelo acadêmico Alceu Amoroso Lima. Clodomir Vianna Moog faleceu no Rio de Janeiro, cidade onde residia, em 15 de janeiro de 1988, vítima de uma parada cardíaca.

<sup>3</sup> Como eram chamadas as atuais Câmaras de Vereadores entre 1889 e 1934.

As discussões continuaram por mais dois anos, até que em 5 de abril de 1927, o então presidente do estado,<sup>4</sup> Antônio Augusto Borges de Medeiros, assina o decreto de emancipação, criando o município de Novo Hamburgo. Ainda não se sabe maiores detalhes de como ficaram as relações familiares entre Frederico e Marcos Moog após este período. Mas as disputas políticas foram, pelos menos durante dois anos, mais fortes que os vínculos familiares entre os Moog. Tanto que essas disputas estão, mesmo que indiretamente, presentes naquela que pode ser considerada a obra mais famosa de Clodomir Vianna Moog, o romance *Um rio imita o Reno*,<sup>5</sup> lançado em 1938.

Sobre as questões políticas e os agentes históricos envolvidos no litígio emancipacionista, faremos uma retomada mais crítica em um momento posterior. O relato que contamos no trecho anterior, em uma primeira leitura, pode se enquadrar perfeitamente nas histórias pitorescas e até mesmo folclóricas, presentes em muitas obras sobre a imigração. Essas obras, de cunho laudatório ou memorialista, são muitas vezes renegadas pelo meio acadêmico. Não é nosso objetivo propor uma discussão sobre a validade ou não dessas obras. Em muitos casos, essas histórias, classificadas como pitorescas, trazem em si significados mais profundos. E uma análise mais crítica, um olhar mais refinado por parte dos historiadores permitem mapear e compreender processos sociais muito mais densos e complexos no âmago desses acontecimentos. A disputa política que envolvia pai e filho é um demonstrativo dessa complexidade. Trata-se de um exemplo de como imigrantes e descendentes apresentavam posicionamentos e vontades políticas e sociais distintas, assim como a sua disposição aguda em defender

---

<sup>4</sup> Como eram chamados os governadores de estado até 1934.

<sup>5</sup> Realizamos uma análise sobre alguns elementos sociopolíticos que embasaram, direta ou indiretamente, a construção do romance *Um rio imita o Reno*, sendo ela publicada em forma de artigo. Para maiores informações, ver: SANTOS, Rodrigo Luis dos. Um isolamento opcional: a construção da imagem do imigrante não integrado ao Brasil na obra *Um rio imita o Reno*. *Mnemosine Revista*, Campina Grande, v. 5, n. 2, p. 110-124, jul/dez. 2014.

esses interesses. Mesmo que isso custasse, muitas vezes, conflitos diversos, inclusive dentro das estruturas familiares.

A disputa familiar que envolveu a família Moog pode ser interpretada além dos laços que se estabelecem entre os seus membros. A partir de uma redução da escala de análise, podemos compreender que essas disputas familiares são perpassadas por outros elementos, sejam eles religiosos, econômicos, culturais e políticos. Desta forma, o fato em si não se enquadra apenas em algo pitoresco, mas se insere em um mecanismo sociopolítico mais intrincado. No caso específico, podemos ver que a causa da disputa familiar é uma querela política: a tentativa de emancipação de um distrito. Do mesmo modo, podemos fazer alguns questionamentos: quantas disputas pessoais ocorreram em nome deste objetivo? Quantas relações foram estabelecidas e quantas foram rompidas? Quem são e como agem aqueles que são considerados as lideranças desta luta política?

Diante dessas perguntas, percebemos que a análise das construções políticas e sociais não pode ficar restrita apenas ao plano dos grandes acontecimentos. Existe uma relação intrínseca entre os grandes fatos e acontecimentos cotidianos, muitas vezes desconsiderados pelas análises históricas. Ou que assim o foram por muito tempo. Hoje, a historiografia lança novos olhares para esses fatos menores, e lhes interpretam criticamente. Por consequência, a História Política, que constitui um dos eixos principais na elaboração deste trabalho, deve ser entendida e abordada por outra perspectiva.

Ao longo dos últimos anos, muito se tem dedicado em repensar História Política, apontando para suas limitações e, ao mesmo tempo, indicando novos caminhos e novas possibilidades. Assim, temos a chamada Nova História Política, que, além romper com determinados aspectos limitadores da História Política mais tradicional, propõe estabelecer relações e conexões com outros campos da historiografia e de outras disciplinas no quadro das Ciências Humanas. Se, até certo tempo, a História Política se

dedicava em compreender os grandes acontecimentos políticos, as grandes personalidades, se reduzindo a uma análise elitista, a Nova História Política lança seus olhares para outros objetos e outras maneiras de vislumbrá-los.

René Rémond, um dos responsáveis pelas novas perspectivas da História Política, chama a atenção para o antigo caráter deste campo historiográfico, apontando para os objetos que elencamos anteriormente. Dentro de uma nova perspectiva analítica, segundo ele, o historiador deve estar mais atento ao fenômeno político, contemplando e analisando de forma mais arguta o mecanismo relacional que se estabelece entre meio social e indivíduo, as escolhas feitas, os comportamentos, as mudanças, permanências e rupturas, os meios utilizados para se aproximar, estabelecer e exercer o poder (1999, p. 58).

A política é o exercício do poder, por meio das relações que se estabelecem, conforme nos indica Pêrsio Santos de Oliveira (2002). A tentativa de obter o poder, de exercê-lo e de consolidá-lo permeiam as ações políticas dos indivíduos e dos grupos sociais. As formas e os níveis de exercício do poder podem variar, conforme vontade ou condições que estão dispostas sobre os indivíduos, embora não sejam elementos estanques, criando uma estrutura fixa, sem possibilidades de ações. Os indivíduos e grupos podem operar com essas condições, as quais são, em muitos momentos, estabelecidas pelos próprios indivíduos. Neste sentido, a política constitui o jogo de manipulação destes fatores condicionantes, visando ao exercício do poder.

Para Max Weber, a acepção de política corrobora para a apreensão desse processo de participação dos agentes sociais. Na visão do autor, política pode ser entendida como “a aspiração a participar no poder ou a influir na distribuição do poder entre os diversos estados ou, dentro de um mesmo Estado, entre os diversos grupos de homens que o compõe” (WEBER, 1979, p. 09).

Retomando a análise sobre os caminhos da Nova História Política, a historiadora Marieta de Moraes Ferreira, na

apresentação da segunda edição da obra *Por uma história política* (2003), organizada por René Rémond, nos aponta para uma reabilitação da História Política. Entre os argumentos elencados pela historiadora, ela enfatiza que

ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, perdendo assim seu caráter elitista e individualista [...]. Seu interesse não está voltado apenas para a curta duração, mas para a pluralidade de ritmos em que se combinam o instantâneo e o extremamente lento. É na longa duração que se irá buscar a história das formações políticas e ideológicas, ou seja, a cultura política que por sua vez servirá de reflexão sobre os fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo (FERREIRA, 2003, p. 07).

Neste sentido, percebemos que o cerne da análise deste campo historiográfico está justamente em compreender as construções políticas, levando em conta as conjecturações empreendidas, assim como as nuances presentes dentro desta engrenagem. Com isso, um dos objetivos de nosso trabalho, que constitui na análise da formação de redes sociais e das suas estratégias políticas, está em conformidade com as aspirações na Nova História Política.

Para melhor explicitar os objetivos deste trabalho, cabe aqui apontar alguns aspectos que se mostraram importantes para a sua escolha. Ao realizar o apontamento de como se estabeleceram estas escolhas, acreditamos que haja uma contribuição, no sentido de permitir que se perceba, ao final deste trabalho, se as metas estabelecidas foram alcançadas. Do mesmo modo, obras que têm utilizado como metodologia a Micro-história, sobretudo a italiana, têm se caracterizado também por indicar, ao longo de sua narrativa, quais foram os caminhos percorridos por seus autores. Isso tem permitido uma contribuição significativa para se compreender os caminhos práticos da pesquisa e da construção historiográfica. Sobre os aspectos metodológicos da Micro-história que pretendemos utilizar neste trabalho, retomaremos mais adiante

Primeiramente, cabe destacar que nosso objetivo não é escrever sobre a história do município de Novo Hamburgo/RS. Embora cientes que este trabalho possa contribuir para a história política deste município, este não é um de nossos objetivos primordiais. Pode parecer em um primeiro momento um tanto quanto incoerente esta afirmação. Mas esta afirmação está relacionada com o sentido diferencial que pretendemos dar para esta pesquisa, que se distancia de alguns trabalhos de cunho municipalista e laudatório já realizados sobre esta cidade. Entre os autores que já escreveram sobre Novo Hamburgo, podemos citar Leopoldo Petry<sup>6</sup> e Liene Maria Martins Schütz<sup>7</sup>, cujas obras muitas vezes servem como base para a obtenção de informações e dados. Também há obras como do jornalista Felipe Kuhn Braun,<sup>8</sup> cujo caráter laudatório é bastante acentuado.

Do ponto de vista acadêmico, já temos alguns trabalhos sobre Novo Hamburgo, embora seu direcionamento e enfoque também não sejam sobre o município em si, mas apresentam recortes sobre temas mais específicos, geralmente relacionados com biografias de lideranças empresariais ou políticas. Entre as obras que podemos citar, elencamos a tese de doutoramento de Cláudia Schemes, que aborda a trajetória de Pedro Adams Filho,<sup>9</sup> assim como a dissertação de mestrado de João Heckler da Luz, que analisa a trajetória da família Kroeff, com destaque para Jacob Kroeff, Jacob Kroeff Filho e Jacob Kroeff Neto.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup>PETRY, Leopoldo. *O município de Novo Hamburgo*: Monografia. Porto Alegre: Typografia do centro, 1944. Novas edições desse livro foram lançadas em 1959, pela gráfica Rotermund, de São Leopoldo, e em 1963, em edição alusiva à primeira edição da Feira Nacional do Calçado - FENAC, também pela Rotermund.

<sup>7</sup>SCHÜTZ, Liene M. Martins. *Novo Hamburgo*: sua história, sua gente. Novo Hamburgo: [s.n.], 1977.

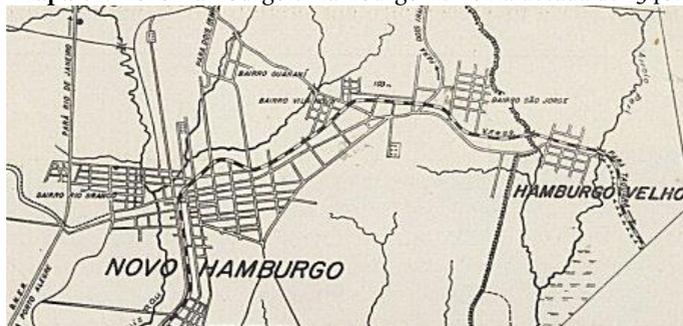
<sup>8</sup>BRAUN, Felipe Kuhn. *Novo Hamburgo*: da fundação à emancipação política 1824 -1927. São Leopoldo: Oikos, 2012.

<sup>9</sup>SCHEMES, Claudia. *Pedro Adams Filho*: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935). Porto Alegre, 2006. Tese [Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2006.

<sup>10</sup>LUZ, João Hecker. *Jacob Kroeff - Jakob Kroeff Filho - Jacob Kroeff Neto*: o Hoteleiro, o Coronel, o Intendente - 1855 a 1966. Porto Alegre, 2010. Dissertação [Mestrado]. Pontifícia Universidade

Nosso interesse em Novo Hamburgo está no fato de, ao analisar aspectos de sua construção política, social, cultural e religiosa, percebermos elementos significativos que permitem uma análise histórica mais profunda. Conforme já explicitado anteriormente, nosso objetivo é compreender como se constituíram as redes sociais e as estratégias políticas estabelecidas por agentes históricos residentes ou que tinham interesses nesta localidade.

**Mapa 01:** Novo Hamburgo e Hamburgo Velho na década de 1940.



Fonte: Mapa parcial do município de Novo Hamburgo (1940). Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs\\_linhaspoa/hamburgo.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_linhaspoa/hamburgo.htm), acesso em 22/05/2013.

Os indivíduos que pretendemos analisar, embora tenham interesses próprios, estão inseridos em grupos sociais. No caso de Novo Hamburgo, além das questões político-partidárias, envolvendo os integrantes do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e da oposição federalista, posteriormente vinculada ao Partido Libertador (PL), temos bastante presente a divisão religiosa: de um lado, católicos e, de outro, evangélico-luteranos.<sup>11</sup>

---

Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2010. Em alguns textos, o nome pode ser encontrado com a grafia Jacob Kroeff Netto, porém optamos pela grafia Jacob Kroeff Neto, conforme orientações para o uso da forma de grafia mais recente, estabelecido a partir do Formulário Ortográfico de 1943. Tal norma foi reafirmada pelos subsequentes Acordos Ortográficos da língua portuguesa (Acordos Ortográficos de 1945 e de 1990). A norma é optativa para nomes de pessoas em vida, a fim de evitar constrangimentos, mas após seu falecimento torna-se obrigatória para publicações, ainda que se possa utilizar a grafia arcaica no foro privado.

<sup>11</sup> Aqui estamos nos referindo aos membros do Sínodo Rio-grandense, fundado em São Leopoldo no ano de 1886. Este formaria, ao se unir com outros Sínodos, a Federação Sinodal, em 1949, e por fim,

Partindo do pressuposto de que as relações políticas se desenvolvem em diferentes ambientes e se tangenciam com estes, o ambiente religioso se conforma em um elemento significativo. Ao descrever aspectos de mudanças religiosas ao longo do século XX, Émile Poulat argumenta que “a história religiosa não é mais estritamente eclesiástica ou apologética, ela se estende a todos os domínios da vida religiosa e de suas expressões culturais e sociais” (POULAT, 1971, p. 822). Essa definição, que abrange os estudos de História Eclesiástica, também abarca em seu bojo a relação que os leigos vinculados com as instituições religiosas têm com estas. As instituições religiosas e a confissão religiosa de determinados agentes históricos têm mantido uma relação de ambivalência. As diferentes Igrejas têm a necessidade de impor um controle ou, no mínimo, orientações doutrinárias e morais aos seus fiéis. Concomitante a isso, as igrejas também necessitam destes fiéis para sua manutenção financeira e de poder social dentro de um contexto temporal, espacial e cultural diverso. Os leigos têm, com isso, sobretudo ao longo do século XX, um papel de maior presença ativa no contexto religioso.

Esse aspecto auxilia no entendimento da forma como os agentes históricos que pretendemos analisar interagem com suas respectivas confissões religiosas (no caso, católica e evangélico-luterana) e as utilizam como um instrumento político. Na concepção que Aline Coutrot e René Rémond (1996) esboçam sobre a relação entre política e religião, as duas possuem uma vinculação indissociável. Quando essa percepção de política se expande, dentro das prerrogativas anteriormente citadas, é perceptível que se entrelaça uma imbricação não apenas conceitual, mas de prática: um elemento necessita do outro. Da mesma forma, os

---

a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), em 1968. Essa nomenclatura, proposta por Isabel Cristina Arendt em sua Tese de Doutorado, visa não causar confusão de identificação com os protestantes do Sínodo de Missouri, que originou, em 1980, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Para maiores informações, ver: ARENDT, Isabel Cristina. *Educação, Religião e Identidade Étnica: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

agentes históricos que transitam entre estes dois meios são embasados por elementos constitutivos destes dois segmentos (doutrinário e/ou ideológico), mas os transformam em instrumentos quando necessário, o que vai ao encontro das considerações de Aline Coutrot (1996). O componente religioso possui em sua estrutura uma dinâmica que possibilita encontro e união ou de separação e conflito.

Cabe ressaltar que as lideranças desses grupos fazem parte do que podemos chamar de elite local, mas que buscam também espaço dentro de uma conjuntura de atuação em níveis mais amplos, inclusive estadual. Isso fica respaldado com a interação destes grupos com fortes lideranças do Rio Grande do Sul. Por elite, aqui nos aproximamos do conceito de Giovanni Busino (1992), no qual o termo está vinculado com um pequeno grupo social que, por meio de qualidades naturais ou de qualidades adquiridas, exerce o poder de influência e liderança social, política, cultural, econômica, em determinado local durante certo período.

Outro elemento significativo neste processo de construção sociopolítica: os fatores étnicos. Regina Weber (2008) aponta que, dentro do conceito de identidade étnica, um dos pontos importantes em seu processo de fomento é o fato de ser um conceito “construído”. Ou seja, se trata de uma identidade construída ao longo de processos históricos, aglutinando fatores diversos, como interesses sociais, políticos, religiosos, econômicos, entre outros. Em formulações, como de Fredrik Barth (1998) e Abdelmalek Sayad (1998), a identidade étnica é construída também em situações de conflito e confronto, embora não apenas nestas. Assim, ela adquire mais do que um caráter de aproximação entre pares, uma conotação de distanciamento e diferenciação em relação a outro grupo. Esses fatores de aproximação e distanciamento (sobretudo este) com outros grupos serão um argumento muito forte por parte das autoridades governamentais durante o Estado Novo (1937-1945). Ações de nacionalização serão

empreendidas. E as assertivas acerca das questões educacionais serão um ponto de articulação política.

Além do eixo da Nova História Política e da Religião, nossa pesquisa está vinculada com a História da Imigração. Durante muito tempo, esse campo historiográfico estava sofrendo um processo de rotulação, por estabelecer uma análise do processo imigrantista e de inserção social de imigrantes e descendentes de forma laudatória e sem profundidade crítica<sup>12</sup>. Neste sentido, as alterações na História Política também se refletiram na História da Imigração, sendo um contributo para uma nova percepção e prática historiográfica. Novos objetos foram colocados em pauta, assim como ocorreram reinterpretações de antigas temáticas da imigração, como, por exemplo, a questão de terras e as relações interétnicas. Na questão política, o fato de se ver o político como um campo mais dinâmico, não fechado em si, permitiu também ver a imigração por outro prisma.

A dinamização destas novas relações e abordagens vai ao encontro do que indica René Rémond:

[...] os estudos sobre a sociabilidade, os trabalhos sobre a socialização, as investigações sobre o fato associativo, as observações sobre as correspondências entre prática religiosa e comportamento eleitoral contribuem para ressaltar tanto a variedade quanto a força das interações e interferências entre todos esses fenômenos sociais. Se o político deve explicar-se antes

---

<sup>12</sup> Segundo Marcos Antônio Witt, podem ser situados dentro desse grupo “aqueles que se esmeram na louvação étnica, na qual as características de um grupo se sobrepõem aos demais componentes da sua história. É de fundamental importância para esta historiografia destacar os termos ‘civilizado’, ‘ordeiro’ e ‘trabalhador’, dentre outros, e suprimir tudo aquilo que poderia macular a imagem dos imigrantes e de seus descendentes”. Ver: WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas (Imigração alemã - Rio Grande do Sul - século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 15. Dentre as obras que podem ser classificadas como laudatórias, podemos citar: PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934; OBERACKER JUNIOR, Carlos Henrique. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. 4.ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985. v.1 e 2; HUNSCHÉ, Carlos Henrique. *O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: A Nação, 1975; \_\_\_\_\_. *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Metrópole, 1977; ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. v. 1 e v. 2. Porto Alegre: Globo, 1969.

de tudo pelo político, há também no político mais que o político. Em consequência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva do seu próprio objeto (RÉMOND, 2003, p. 36).

Esse panorama de interação e análise crítica dos diferentes componentes sociais com os sistemas políticos, aqui entendidos em uma composição mais ampla, não apenas de caráter burocrático-partidário, também encontra espaço na historiografia acerca da imigração. A apreciação crítica sobre essa temática, perpassando outros modelos temáticos e metodológicos, tem permitido uma compreensão maior das intrincadas mecânicas sociais relacionadas com os processos de imigração e de inserção destes imigrantes nas sociedades receptoras. Em decorrência desse processo de amadurecimento e renovação historiográfica, os conflitos, interações, dispositivos sociais, estratégias e trajetórias nas quais imigrantes e descendentes estão envolvidos têm sido evidenciados.

Assim, o mundo social imigrante, tanto no século XIX como no século XX, é evidenciado pela dinamicidade, permeado por configurações políticas, buscas de atuação e espaços que não estavam circunscritas ao seu espaço nuclear, circundado por seus pares de origem. Estes imigrantes e descendentes buscavam ser agentes ativos dentro de seu novo ambiente e locus social. Em outras palavras, desde a chegada aos países e regiões receptoras e nos períodos posteriores, imigrantes e descendentes tencionavam tomar parte das ações políticas. Mesmo quando o ambiente social receptor não era favorável para isso, como no contexto do Estado Novo, no Brasil, entre 1937 e 1945, de forma mais aguda entre 1941 e 1945, quando o país declara guerra aos países do Eixo e envia tropas para a Europa. Se, neste momento, uma participação efetiva se tornou dificultada, se buscaram, por outro lado, tentativas para não se perder o espaço conquistado.

Conforme anteriormente citado, as relações políticas, aqui dimensionadas no contexto que envolve imigrantes e descendentes, são operacionadas com e por diferentes

instrumentos. Ao fazer o arrolamento das fontes para a realização de nosso Trabalho de Conclusão de Curso e para a continuidade de nossas pesquisas, analisando-as e confrontando-as com o referencial teórico escolhido, foi possível equacionar algumas modalidades de ambientes por onde esse processo político se desenvolveu: religioso, educacional e familiar. Além das modalidades de ambientes, foi possível detectar algumas estratégias utilizadas, sendo a formação de redes sociais a de caráter mais estrutural. A partir dela, outras estratégias vão sendo construídas e colocadas em prática.

A questão educacional está intimamente ligada com questões ideológicas, políticas, confessionais e identitárias. Tanto católicos como evangélico-luteranos incentivam e trabalham na fundação de escolas. As escolas paroquiais (de ambas as igrejas) e as mantidas por congregações religiosas católicas ou pelo Sínodo Rio-grandense representam, além da questão do ensino, um instrumento de perpetuação de valores, ideias e concepções oriundas destes dois grupos. Além de dinamizar a doutrina religiosa aos seus educandos, as escolas, em um contexto mais amplo, também se tornaram um instrumento identitário.

As instituições educacionais possuem uma dimensão ambivalente: elas são ambientes onde se articulam políticas, visando, entre outras coisas, à sua manutenção, não apenas em sentido físico, mas de representação social. Determinadas escolas são identificadas como locais de garantia de status social, dentro do grupo confessional ao qual pertencem e seus alunos e familiares estão inseridos, assim como para a sociedade externa. Por outro lado, elas adquirem uma conotação de instrumento político, pois, na tentativa de obtenção de benefícios para elas, determinados agentes se articulam, não visando apenas garantir a continuidade dos educandários, mas garantir sua própria visibilidade e inserção social (pessoal e do grupo). Deste modo, não apenas a educação possui uma dimensão política, mas as escolas são um forte

instrumento político, pelo qual se agregam interesses e se articulam estratégias.

No tocante às famílias, estas possuem, dentro do espaço político observado, duas dimensões: uma como ambiente e outra como instrumento. No primeiro caso, as famílias são locais onde perpassa continuamente o fluxo de questões políticas e religiosas. Estas famílias, por sua vez, por não serem estanques, acabam sendo agentes dinâmicas, interferindo e mediando as ordenações e inferindo nos rumos tomados. Por outro lado, as relações familiares podem constituir instrumentos de relações políticas. Isso se dá, sobretudo, na formação de redes familiares, que, por sua vez, estão inseridas nas redes sociais. Nesta perspectiva, podemos retomar o caso da família Moog, percebendo que suas disputas internas não estão isoladas em si, mas refletem um processo maior que envolve seus membros. Ao mesmo tempo, essas questões pessoais e familiares interferem no político, criando assim uma relação de via dupla, que se articula e interage de forma intensificada.

Cabe aqui estabelecer algumas considerações acerca do conceito de redes sociais. Segundo Renato Pinto Venâncio,

trata-se de uma noção que se contrapõe à de “grupo social: em um grupo organizado, os indivíduos componentes formam um todo social mais abrangente, tendo objetivos comuns, papéis interdependentes e uma subcultura peculiar. Na formação de rede, por outro lado, somente alguns, e não todos os indivíduos componentes, têm relações uns com os outros” (VENÂNCIO, 2009, p. 240).

Neste sentido, Zacaria Moutokias (2000) explica que, dentro das redes sociais, alguns indivíduos possuem uma atuação que lhes confere uma ação de conexão, servindo como mediadores. Esses mediadores possuem vinculações dentro da rede, mas não ficam restritas ao âmbito familiar. Outros elementos podem ser agregadores, contribuir para a formação e efetivação destas redes e seus objetivos. O historiador espanhol José Maria Imízcoz indica

que o conceito de redes é adequado e contributivo quando utilizado nas tentativas de se analisar e compreender “los grupos de poder, facciones políticas, oligarquias locales [...], grupos mercantiles e financiemos” (IMIZCOZ, 2009). Vemos que as concepções de Zacaria Moutokias e José Maria Imízcoz se complementam, indicando que analisar os indivíduos e os grupos sociais dos quais participam ou aos quais se vinculam por essa óptica permite ver um panorama social mais amplo e complexificado. Além de concordarmos e nos apropriarmos desta concepção, também acordamos com a percepção de Michel Bertrand ao apontar que

se puede definir entonces a la red social como un complejo sistema relacional que permite la circulación de bienes y servicios, tanto materiales como inmateriales, entro de un conjunto de relaciones establecidas entre sus miembros, que los afecta a todos, directa o indirectamente y muy desigualmente (BERTRAND, 2000).

Ao analisarmos a documentação que serve de base para este trabalho, se constataram pelo menos quatro formas principais de vinculação dentro destas redes sociais. Aqui chamaremos estes vínculos que unem estes agentes históricos de *modalidades constitutivas*: por meio de relações partidárias, relações confessionais religiosas, relações econômicas e relações familiares. Nos grupos católico e evangélico-luterano de Novo Hamburgo, a visualização desta configuração se faz notável. As redes sociais formadas por estes grupos eram sustentadas, principalmente, por estas quatro modalidades constitutivas. Dentro do grupo, pelo menos alguma destas modalidades unia os indivíduos que dele pertenciam.

Por sua vez, essas redes sociais não possuem um cunho restritivo, voltado apenas para seu interior. Elas possuíam dinamicidade, podendo estabelecer contatos e conexões com outros grupos, de acordo com os objetivos norteadores, tanto seus como dos outros. Isso geralmente se dava por conta de um objetivo comum, sobretudo quando este se relacionava com conquistas políticas e

econômicas. A emancipação de Novo Hamburgo/RS constituiu um exemplo primordial desta aproximação dos grupos católico e evangélico-luterano. Mesmo tendo como líderes os maiores representantes do grupo católico (vinculado ao Partido Republicano Rio-grandense), apenas a união política com os evangélico-luteranos (vinculados ao Partido Libertador) tornou palatável a emancipação e governabilidade do nascente município. O primeiro intendente, Leopoldo Petry, era líder católico e republicano, enquanto o vice-intendente, Guilherme Ludwig, era evangélico-luterano e libertador. São essas nuances e as entrelinhas contidas no firmamento destas relações e das ações destes grupos, dentro de um cenário sociopolítico complexo e de múltiplas faces, que buscamos evidenciar e analisar com este trabalho.

Os indivíduos pertencentes a estes grupos, ao estabelecerem objetivos, tanto individuais como comuns, necessitam articular formas para obterem êxito nestas empresas. Para tanto, se faz necessário o uso de estratégias, cujo conceito que aqui utilizamos tem como parâmetro a proposta de Jean Paul Zúñiga, que define o termo como

um conjunto de práticas e comportamentos que permitem alcançar ou chegar a uma posição de privilégio como resultado de um esforço realizado. São habilidades postas em prática seja de forma individual, seja através de um grupo familiar para alcançar ou manter um status social, político e também econômico (ZÚÑIGA Apud VIVÓ, 2009, p. 265-266).

Por sua vez, seja por meio de estratégias ou do fortalecimento de relações dentro das redes sociais, um componente importante destas relações é o capital simbólico (ou social) que os indivíduos possuem. Estas redes podem ser geradas em decorrência das relações estabelecidas ou ser, ao mesmo tempo, um fator de estabelecimento relacional, de articulação estratégica e de obtenção de objetivos diversos. Conforme conceitua Pierre Bourdieu, “o capital simbólico não é outra coisa

senão o capital, qualquer que seja sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição” (BOURDIEU, 1989, p. 145). Ou seja, os indivíduos ou grupos dispõem de mecanismos cujo prestígio, carisma e influência de um ou mais membros favorecem certas posições ou espaços dentro do jogo social.

Instrumentalmente, a pesquisa primará por uma intensa e crítica análise documental, tendo como referencial metodológico a Micro-história. Conforme Giovanni Levi (2009), o surgimento da Micro-história se deu por conta da necessidade de fugir das generalizações e dos esquemas analíticos. Buscava compreender a origem de comportamentos, escolhas, conflitos, aproximações e outros aspectos da sociedade e de sua história. A escolha por essa metodologia se deu, em parte, por conta desse objetivo, de vasculhar e analisar os meandros do processo político de Novo Hamburgo. Outro fator está em uma disposição de mostrar que a análise de determinados recortes espaciais e temporais mais determinados podem permitir análises de processos mais amplos. Estabelecer formulações, problematizações e hipóteses sobre o desenvolvimento de determinados mecanismos sociais de locais específicos, em uma escala mais reduzida, permite vislumbrar com mais profundidade essas formulações cotidianas da sociedade. Com isso, se podem perceber especificidades dentro das estruturas sociais mais amplas. A percepção de articulações locais não deve possuir uma carga reducionista, que se fecha em si mesma. Mas deve vislumbrar e ampliar a capacidade de compreensão, de confluência entre diferentes locais, períodos e perspectivas sociais. Assim, os locais escolhidos configuram laboratórios visando estabelecer conexões com processos maiores. Nesse sentido, conforme Sílvio Corrêa:

contudo, o local é histórico e continua sendo mesmo em época de globalização. As abordagens e as diferentes perspectivas historiográficas permitem reconstruir o passado local de forma nova, e isso não tem nada de paradoxal. Micro-história, Eco-história e História das Paisagens foram algumas das

possibilidades interpretativas sugeridas para a construção de conhecimento histórico de uma comunidade local (CORREA, 2002, p. 28).

Outra razão para essa escolha metodológica é a indicação de que, na tentativa de rastrear e analisar a formação de redes sociais, estratégias e práticas políticas, a Micro-história configura o procedimento mais apropriado. Segundo Oswaldo Truzzi (2008), dentro do campo teórico-metodológico, o instrumental que mais se enquadra para a análise da formação das redes é a Micro-história. Mais do que descrever fatos e períodos históricos, se faz sempre necessário compreender a sua construção. Na medida em que ocorre um aperfeiçoamento e o incremento de novos referenciais teóricos e metodológicos, é possível estabelecer novas relações com temas já conceituados como definidos, já profundamente explorados. Assim como também é possível perceber as nuances presentes nos contextos históricos. Muitas vezes, estes contextos históricos são vistos como elementos estáticos, sem variações, que possuem uma coerência imutável. Neste sentido, compartilhamos da percepção de Giovanni Levi, que, ao indicar a forma de atuação dos historiadores que utilizam a Micro-história, faz uma crítica a esta propalada coerência social e contextual:

[...] ao contrário da ênfase do funcionalismo na coerência social, os micro-historiadores concentraram-se nas contradições dos sistemas normativos e por isso na fragmentação, nas contradições e na pluralidade dos pontos de vista que tornam todos os sistemas fluidos e abertos. As mudanças ocorrem por meio de estratégias e escolhas minuciosas e infinitas que operam nos interstícios de sistemas normativos contraditórios (LEVI, 1992, p.154-155).

Essa concepção reforça nossa escolha metodológica, pois tanto no que se refere ao processo histórico vinculado ao Estado Novo como à própria imigração, ainda encontramos muitas narrativas que não levam em consideração estas variações. Ou que,

muitas vezes, dentro de escolhas cognitivamente conscientes, decidem não mostrar outras interpretações, colaborando para a perpetuação de uma historiografia de vitimização (sobretudo no caso do Estado Novo) ou de cunho extremamente elogioso aos imigrantes e descendentes. Não se trata de assumir uma postura aqui de completa refutação a este campo interpretativo, mas de estabelecer um diálogo crítico e coerente.

Para que a apreciação crítica sobre as construções históricas seja mais robusta e eficaz, acreditamos que se faz importante a ligação entre a metodologia Micro-histórica com outras ferramentas instrumentais. No caso deste trabalho, uma destas ferramentas será a análise de alguns aspectos biográficos dos agentes históricos. Desse modo, iremos estabelecer uma conexão entre a Micro-história e a Biografia histórica. Embora não seja nosso objetivo neste trabalho empreender uma biografia mais ampla dos indivíduos que estão presentes na narrativa desta publicação, se faz importante o uso deste recurso justamente para melhor mapear os vínculos relacionais que estes estabelecem e os diferentes meios sociais dos quais se inserem. Para isso, se faz necessário ter um embasamento sólido sobre a utilização do gênero biográfico, cujo uso vem crescendo entre os historiadores. Sobre esta utilização do gênero biográfico, Benito Schmidt indica que

uma das primeiras perguntas que deve ser feita pelo historiador interessado em realizar uma biografia é: por que vale a pena biografar este indivíduo? Ou, melhor ainda: que dimensões do passado são possíveis de se conhecer pesquisando a trajetória de determinado indivíduo? Deseja-se com isso dizer que uma biografia não se justifica por si só, mas pelo que ela pode contribuir para o avanço das discussões próprias ao conhecimento histórico (SCHMIDT, 2012, p. 195).

Não obstante, é preciso levar em conta os perigos decorrentes do uso do recurso biográfico. Podemos muitas vezes também contribuir para uma história linear dos indivíduos,

percebendo suas trajetórias como dotadas de uma coerência, sem disformidades, conflitos ou mudanças de rumo. Podemos contribuir para criar imagens não condizentes com estas trajetórias. Conforme Sabina Loriga (1998), podemos criar assim homens que figuram como heróis ou como meras peças manipuladas pelas grandes estruturas de poder. Em texto publicado na obra *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*, organizado por Jacques Revel, Sabina Loriga chama a atenção para este aspecto:

enquanto a biografia heroica coloca como óbvia uma harmonia entre o particular e o geral (e, poder-se-ia dizer, uma extensão, como na sinédoque), a biografia coral concebe o singular como um elemento de tensão: o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, por meio dos diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas: penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder (LORIGA, 1998, p. 249).

A interação do recurso biográfico com a Micro-história vai, conforme acreditamos, ao encontro da proposta de Carlo Ginzburg e Carlo Poni, pois, conforme estes historiadores, “[...] as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O que liga os pontos, guiando o historiador, é o nome das pessoas” (1991, p. 173-174). Eduardo Grendi, historiador que, juntamente com Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, forma o grupo dos mais reconhecidos nomes da Micro-história italiana, também destaca este aspecto:

cada informação exprime um dado ou, mais frequentemente, uma relação. Existe assim a possibilidade de reconstruir histórias de famílias e, às vezes, por alguma feliz coincidência de fontes, histórias individuais suficientemente ricas [...] sendo possível pôr em relevo relações interindividuais contínuas, isto é, mais estruturadas (GRENDI, 2009, p. 23).

Nesta perspectiva, para entender melhor a formação de redes sociais, é importante mapearmos que são os indivíduos que estão inseridos nestas redes. Por sua vez, estes indivíduos são dinâmicos, podendo estabelecer contatos e interligações com outras redes e ambientes sociais. Ao mesmo tempo, analisar a trajetória destes indivíduos contribui para uma complexificação das análises, percebendo a formação das redes sociais e o estabelecimento de estratégias como um processo mais denso, que traz em seu bojo uma série de questões, que precisam ser percebidas e contempladas no cerne do plano de análise dos historiadores. E dentro do que nos propomos a realizar nesta obra, a conexão entre estes dois referencias metodológicos é imprescindível para uma compreensão mais ampla e profunda dos processos sociopolíticos que envolveram católicos e evangélico-luteranos em Novo Hamburgo.

No tocante às fontes documentais utilizadas, podemos recorrer à figura alegórica de um quebra-cabeça. Temos um número significativo e diversificado de fontes, desde documentos oficiais, passando por correspondências, material de imprensa e fotografias. Esta documentação se encontra, ao mesmo tempo, em diferentes acervos, sendo uns com maior quantidade de material, outros com menor. Ao mesmo tempo, há locais com maior acessibilidade, outros onde isso não é tão fácil. Acreditamos que, no sentido de também contribuir para uma percepção dos *caminhos de pesquisa* deste trabalho, seja interessante, de uma forma ou outra, evidenciar também o processo no qual se deu a procura, obtenção e análise das fontes. Essa também é uma contribuição que acreditamos ser importante, pois assim podemos compartilhar essa experiência básica, mas cheia de faces, do ofício do historiador.

Estruturalmente, nosso ebook está organizada em cinco capítulos, além das *Considerações finais*. O primeiro capítulo desta obra é a *Introdução*, cujo objetivo é apontar para algumas das bases teóricas e metodológicas que utilizaremos, assim como trazer um panorama geral sobre os principais conceitos que servem de norteadores para este livro. É possível verificar que nesta parte introdutória não ocorreu uma revisão bibliográfica mais densa. Isso se deve a uma escolha de cunho didático e metodológico, que é justamente realizar esta análise e discussão ao longo dos capítulos, comparando ou contrapondo aspectos presentes em outras obras sobre a temática com aspectos verificados e analisados em nosso trabalho. Direcionamos nossa atenção neste primeiro capítulo mais para os aspectos conceituais. Conceitos estes que também serão retomados e discutidos no decorrer deste trabalho.

O segundo capítulo, que recebeu o título “*Ninguém pode servir a dois senhores... ou talvez sim*”: *tensões, articulações e estratégias em um cenário efervescente*, será dividido em quatro subcapítulos. Queremos nesse capítulo apresentar o cenário social no qual as lideranças católicas e evangélico-luteranas atuam, seus objetivos, como se articulam. Também identificaremos quem são as lideranças principais dessa fase, que temporalmente se delineia entre 1924 e 1930, mas que tem processos antecedentes que também buscaremos mapear, além de como se deu o processo de formação destas redes sociais.

*Entre gritos de comemoração e embates acalorados: interesses distintos e objetivos comuns de dois grupos políticos hamburguenses*<sup>13</sup> é o título do terceiro capítulo. No período entre 1924 e 1930, temos dois acontecimentos que são marcos importantes para a análise social, política e religiosa em questão: as comemorações do Centenário da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul, em 1924, e a emancipação de Novo Hamburgo, em

---

<sup>13</sup> Durante muito tempo, convencionou-se chamar os moradores ou o que se relacionasse a Novo Hamburgo pelo gentílico *hamburguês* e suas derivações. Nas últimas décadas, este gentílico foi modificado para *hamburguense*.

1927. Nosso objetivo não será analisar estes dois acontecimentos em si, mas processos sociais que envolveram estes eventos, assim como elementos decorrentes que acabaram por direcionar as ações dos grupos por nós aqui estudados.

No capítulo *Mudanças surgem no horizonte e com elas outros rumos são necessários: alterações nos panoramas mundial e nacional e suas imbricações no contexto regional*, o quarto deste trabalho, procuraremos aprofundar as questões ocorridas a partir de 1930, quando acontecem as eleições presidenciais e o golpe que levou Getúlio Vargas ao poder central do Brasil. Pretendemos evidenciar e analisar como se rearranjaram os grupos e indivíduos que estavam exercendo o poder local em Novo Hamburgo, diante de um novo panorama político que se estruturava. Ao mesmo tempo, pretendemos mostrar que esse novo cenário político era marcado por um forte aparato relacional em diferentes níveis, que abarcava desde articulações locais até vinculações em nível nacional. Também dividido em quatro subcapítulos, pretendemos contemplar também as questões partidárias que se constroem nesse período, entre 1930 e 1937, além de empreender uma apreciação do quadro de ideologias e concepções sociopolíticas (abrangendo também o campo étnico e religioso) que se configuram nesse momento, tanto no cenário internacional como no Brasil, que resultam incisivamente no âmbito estadual e local.

Na sequência, temos o quinto capítulo, que denominamos *“Não vim para trazer a paz, mas sim a espada”*: a Grande Guerra, o nacionalismo brasileiro e as novas configurações políticas, religiosas e estratégicas em nível estadual e regional (1937 – 1945). Este receberá uma divisão em três subcapítulos, abordando as modificações na estrutura e no pensamento brasileiro decorrentes da implantação do Estado Novo e da eclosão da Segunda Guerra Mundial e suas implicações no cenário rio-grandense. Nesse sentido, esse capítulo abordará principalmente as relações que se estabelecem entre o Governo Estadual, que passa a ser chefiado por interventores federais nomeados, a Igreja Católica e o Sínodo Rio-grandense, órgão

dirigente da Igreja Evangélica no Rio Grande do Sul. Advindo desse panorama, também buscamos vislumbrar e empreender uma reflexão analítica sobre o desenvolvimento das relações sociais e das estratégias políticas durante o período mais denso do Estado Novo. Período marcado por uma intensificação nas ações de Nacionalização, tanto no âmbito educacional como nas medidas coercitivas e repressivas. Com a aproximação entre Brasil e Estados Unidos e com o rompimento das relações entre nosso país e os países do Eixo, uma ação mais incisiva também recai sobre as áreas de imigração. Pretendemos evidenciar não apenas estes aspectos, já bastante apreciados em obras sobre este período, mas, sobretudo, as estratégias adotadas pelas lideranças destas áreas para reagir diante deste cenário. Acreditamos que, ao apresentar e analisar estas estratégias, colaboramos para uma nova percepção histórica acerca deste período. Na medida em que direcionamos nossas pesquisas em um sentido de verticalização, analisando este período em uma escala reduzida (a partir da perspectiva Micro-histórica), dentro destas comunidades de origem imigrante, podemos encontrar novas compreensões de como se estabeleceu o Estado Novo em níveis mais regionais. Ao mesmo tempo, a percepção do sistema social e político deste período como um quadro engessado, de caráter impositivo apenas, vai sendo percebido de outra forma, muito mais dentro de uma engrenagem de articulações, de envolvimento de agentes históricos de uma forma mais ativa, de construção em escala variada. Concordamos, dessa forma, com a assertiva de Giovanni Levi (2009, p. 11), que indica a necessidade de nos afastarmos de generalizações e de leituras historiográficas esquemáticas, para podermos melhor compreender as escolhas, as relações, os caminhos escolhidos e percorridos pelos diferentes grupos e agentes históricos.

A ampliação da possibilidade de análise social e dos meandros das relações construídas, objetivando compreender a complexidade do processo de formação de redes sociais por imigrantes e descendentes, reconstituir os caminhos percorridos, as escolhas, as estratégias adotadas, os detalhes, se tornou um





**“Ninguém pode servir a dois senhores...  
ou talvez sim”:  
Tensões, articulações e estratégias  
em um cenário efervecente**

Há mais coisas entre o céu e a terra do que sonha a nossa vã filosofia.<sup>1</sup>

William Shakespeare

Com as devidas conjunturas e proporções, aqui tomamos a liberdade de utilizar uma das mais conhecidas frases da Literatura e transpô-la para a realidade dos historiadores. Explicamos. No cotidiano de pesquisas e análises dos historiadores, o estudo e a compreensão do passado indicam que os acontecimentos não podem ser entendidos sob uma ótica de linearidade. O véu aparente que encobre os fatos e lhes confere uma aparência retilínea, na verdade esconde, geralmente, realidades múltiplas, complexas, multifacetadas. Além disso, muitas vezes, do decorrer do processo de análise e interpretação das fontes documentais utilizadas, surgem diante dos historiadores lacunas que, em um primeiro momento, podem ser vistas e consideradas como não possíveis de elucidação. Este é um dos problemas correlatos do exercício historiográfico. Todavia, a metodologia micro-histórica

---

<sup>1</sup> Hamlet é uma tragédia escrita entre 1599 e 1601, pelo dramaturgo britânico William Shakespeare (1564-1616), sendo sua obra mais famosa, cujo enredo está baseado em temas como loucura, vingança, traição e moralidade. A frase mencionada se trata de uma versão comumente adaptada, pois ela possui a seguinte forma integral: “Há mais coisas entre o céu e a terra, Horácio, do que sonha a nossa vã filosofia”. Fala presente no Ato 1, Cena V.

permite ao historiador usar de sua imaginação para preencher estas lacunas. Mas cabe destacar aqui um aspecto fundamental, que diferencia essa imaginação histórica daquela utilizada, por exemplo, pelos escritores ficcionais de Literatura. No caso dos historiadores, essa imaginação é embasada justamente em provas e fontes. Não necessariamente as que são utilizadas nos casos específicos, mas também por conta do cruzamento e da comparação com outros estudos de caso semelhantes. Ela possui, desta forma, uma delimitação para que sua interpretação ou conjecturação tenha plausibilidade. Esse conceito de imaginação histórica encontra fundamentação nos pressupostos elaborados pelo historiador, filósofo e ensaísta britânico Robin George Collingwood.

Conforme a percepção de R. G. Collingwood, para o historiador não é possível saber a verdade relacionada ao seu objeto de estudo. Ele pode estabelecer uma aproximação verossímil. Do mesmo modo, a própria veracidade das fontes está em questão, devido ao seu processo de concepção, de intenção e de recepção. Segundo o autor, "para o historiador não pode haver nunca fontes autorizadas, porque estas proferem um veredicto que só ele pode lançar" (COLLINGWOOD, 1981, p. 294). E para que esse veredicto, ou melhor, as possibilidades possam ser coerentes, muitas vezes é preciso fazer uso de instrumentos que, mesmo ainda vistos com certa desconfiança,<sup>2</sup> tem se mostrado bastante eficientes na análise historiográfica.

---

<sup>2</sup>Ao tecer comentários sobre a obra O retorno de Martin Guerre, da historiadora Natalie Zemon Davis, que fez uso da imaginação histórica em sua obra, como tentativa de solucionar as lacunas presentes por conta da documentação utilizada, Carlo Ginzburg chama a atenção para a desconfiança ainda existente para esse recurso instrumental ou metodológico. Um dos motivos para tal desconfiança, argumenta, está no fato de que termos como *ficção* e *possibilidades* sejam vistos como sinônimos de *invenção*. Carlo Ginzburg afirma, de forma enfática, que a *invenção* na análise histórica é algo que deve ser excluído. Da mesma forma, explica que o uso imaginativo é um recurso que, de modo geral, não traz respostas totalmente elucidativas. Em muitos casos, elas acabam por trazer novas problematizações e questionamentos. Na obra de Natalie Davis, segundo Ginzburg, o que é aplicado não é uma contraposição entre *verdade* e *invenção*, mas sim uma integração bastante sólida e honesta entre *realidade* e *possibilidade*. Para compreender melhor estas considerações, ver GUIZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 179-202.

Marc Bloch, em sua conhecida obra *Introdução à História*, justamente chama a atenção para este caráter interpretativo da disciplina histórica, acentuando também que é justamente o método utilizado nessa interpretação que lhe confere o caráter científico. Corroborando com essa assertiva, a historiadora estadunidense Natalie Zemon Davis, ao discorrer sobre a metodologia empregada em seu trabalho *O retorno de Martin Guerre*, explica aos leitores que

quando não encontrava o homem ou a mulher que estava a procurar, voltava-me na medida do possível para outras fontes do mesmo tempo e lugar para descobrir o mundo que eles devem ter conhecido e as reações que podem ter tido. Se aquilo que apresento é em parte invenção<sup>3</sup> minha, está, no entanto, solidamente ancorado às vozes do passado (DAVIS, 1987, p. 6-7).

Nosso objetivo ao abordar esse aspecto do uso da imaginação histórica nas notas introdutórias do segundo capítulo de nossa obra é intencional. Embasados no levantamento inicial e nas leituras e reflexões vinculadas às fontes documentais que utilizaremos, não apenas neste capítulo, mas também nos demais capítulos deste trabalho, o uso desta metodologia da imaginação histórica será necessário. A gama de fontes que utilizamos é bastante significativa (tanto quantitativa como qualitativamente), abrangendo documentos oficiais, correspondências, jornais, panfletos, fotografias, publicações, entre outros. Mesmo assim, algumas lacunas necessitarão de interpretações que, mais do que apresentar respostas definitivas, apresentarão hipóteses possíveis e outros desdobramentos, que poderão, no futuro, ser elucidados. Essas questões serão expostas no momento em que for necessário, para que o próprio processo de interpretação e construção da

---

<sup>3</sup> A utilização do termo *invenção*, conforme nos indica Carlo Ginzburg, foi usada de forma deliberada pela autora, muito mais em um sentido de provocação. Ver: GUIZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 183.

análise histórica possa ser acompanhado,<sup>4</sup> conforme intenção que apresentamos na introdução deste trabalho.

## **2.1 Pela fé e pelos objetivos se estabelecem redes e planos: católicos e evangélico-luteranos e suas relações políticas e sociais**

Provavelmente, no dia 17 de maio de 1925, os moradores das redondezas do então distrito de Novo Hamburgo puderam ouvir, até mesmo de certa distância, tiros dos pequenos canhões que geralmente eram utilizados nas festas religiosas de então.<sup>5</sup> Também devem ter sido ouvidos cânticos, orações, e, posteriormente, os sons emitidos pelas festividades. Os que moravam mais próximo também podem ter ouvido pelo menos alguns trechos do discurso proferido na ocasião, que teve como orador Leopoldo Petry. Na referida data, o padre Antônio Schimmoeller, pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Hamburgo Velho, com a autorização do então arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom João Becker, procedeu à bênção de uma nova capela católica,<sup>6</sup> construída próxima da linha

---

<sup>4</sup>Carlo Ginzburg também aborda um elemento interessante quando o historiador se utiliza da imaginação histórica para apontar alguma possibilidade. Ginzburg indica que o uso de termos como “talvez”, “é provável”, “há a possibilidade”, “pode-se presumir”, entre outros, além de ser um mecanismo indicativo, também colabora para uma relação de honestidade e ética intelectual entre quem escreve e seus possíveis leitores. Ao mesmo tempo, o leitor pode acompanhar e compreender melhor os passos do pesquisador na construção da análise e da narrativa, os caminhos escolhidos e as dificuldades encontradas. Ver: GUIZBURG, Carlo. *op. cit.*, p. 183.

<sup>5</sup> Pelo fato de não termos tido acesso ao Livro Tombo e documentos relacionados à fase inicial da Comunidade São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo, essa hipótese foi formulada a partir do conhecimento de características gerais das festividades religiosas e comunitárias realizadas nesse período, além de informações indicadas em obra comemorativa ao cinquentenário de fundação da paróquia, ocorrido em 1976. Maiores informações podem ser obtidas em: RABUSKE, Arthur; SPOHR, Gastão J. *Resenha histórica da Paróquia São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo 1926-1976*. Novo Hamburgo: [s.n.], 1977.

<sup>6</sup>Entre 1952 e 1954, na medida em que o novo templo era finalizado, a capela inaugurada em 1924 era demolida. Parte do material resultante da demolição foi utilizada na construção da capela Nossa Senhora das Graças, em 1954, hoje igreja matriz da paróquia de mesmo nome, localizada no Bairro Rondônia, em Novo Hamburgo. A demolição definitiva da antiga capela se deu em 1956.

férrea na localidade de Novo Hamburgo.<sup>7</sup> A nova capela recebeu como seu padroeiro São Luiz Gonzaga, postulante jesuíta falecido ainda jovem, no ano de 1591.

A inauguração da nova capela católica se deu pouco mais de quinze meses após o lançamento da pedra fundamental da obra, em cerimônia que contou com a presença do arcebispo metropolitano Dom João Becker, no dia 3 de fevereiro de 1924. Aliás, o ano de 1924 fora de intensas atividades no distrito de Novo Hamburgo e no município ao qual estava vinculado administrativamente, São Leopoldo. Nesse ano completavam-se cem anos da chegada dos primeiros imigrantes alemães na região,<sup>8</sup> que recebeu o nome inicial de Colônia Alemã de São Leopoldo.<sup>9</sup> As obras de construção da capela tiveram sua execução realizada pela Construtora Breidenbach & Mosmann, fundada em 1923, de propriedade de Arthur Oscar Breidenbach e Alberto Mosmann. O projeto da capela foi elaborado pelo arquiteto Joseph Lutzenberger,<sup>10</sup> nascido na Alemanha, chegado ao Brasil em 1920.

---

<sup>7</sup>O primeiro trecho da via férrea, que ligava Porto Alegre até São Leopoldo, foi fundado em 1874. Além da extensão que deu origem ao núcleo de Novo Hamburgo, em 1876, a linha férrea recebeu novas extensões: até Taquara (1903) e Canela (1922). Esta linha entre Porto Alegre e Canela foi desativada, assim como outras no estado, a partir de 1963.

<sup>8</sup>Deve-se levar em consideração que, no período em que essas primeiras levas de imigrantes vieram para o Sul do Brasil (entre 1824 e 1830), ainda não existia a Alemanha como país unificado e constituído, fato que ocorreria apenas a partir de 1870. Esses imigrantes vieram de regiões como Mecklenburg-Schwerin, Hamburgo, Holstein, Renânia-Palatinado, entre outras. Nesse período, eram regiões que possuíam proximidade linguística e cultural, mas ainda não constituíam uma unidade político-administrativa.

<sup>9</sup>No período anterior à fundação da Colônia Imperial de São Leopoldo e à chegada dos imigrantes alemães, funcionava nesta região a Real Feitoria do Linho Cânhamo, onde o cânhamo era produzido para a fabricação de cordas, que por sua vez eram utilizadas em navios. A Real Feitoria foi instalada no denominado Faxinal do Courita em 1788, sendo desativada em 1824, poucos meses antes da chegada dos imigrantes. Não há exatidão na origem da Real Feitoria que foi instalada próximo ao rio dos Sinos em 1788, mas há indicações de que seja oriunda da região sul da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, provavelmente próximo de Pelotas, tendo sido fundada por volta de 1783. A transferência deve-se ao fato de o solo daquela região não ser o mais indicado para a produção do linho cânhamo. A antiga sede da feitoria serviu de paradoro para os primeiros imigrantes, que desembarcaram em São Leopoldo em 25 de julho de 1824. Os escravos negros que trabalhavam no local foram levados para outras fazendas pertencentes ao Império.

<sup>10</sup>Nascido em Altötting, região da Baviera, Alemanha, em 13 de janeiro de 1882, Joseph Franz Seraph Lutzenberger se formou em Engenharia e Arquitetura pela Universidade Real da Baviera, sediada em

Fora constituída uma comissão para supervisionar a obra e angariar fundos para custear a construção. Essa comissão era composta pelos empresários Pedro Adams Filho e Pedro Alles, Léo João Campani, proprietário de uma farmácia em Novo Hamburgo, e Leopoldo Petry, funcionário da intendência de São Leopoldo.

Porém, o ano de 1926 marca uma mudança importante na trajetória dos católicos de Novo Hamburgo. Em 14 de maio de 1926, véspera do primeiro aniversário da inauguração da capela, ocorre a criação da Paróquia São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo,<sup>11</sup> a partir de decreto emitido pela Cúria Metropolitana de Porto Alegre, assinado pelo arcebispo metropolitano Dom João Becker. O padre José Bloemecke, S. J., que desde março daquele ano reside na casa canônica, na qualidade de vigário, e auxilia nos ofícios religiosos da capela local, é nomeado o primeiro pároco da nova Paróquia.

---

Munique (München). Trabalhou, antes de emigrar para o Brasil, em 1920, em cidades alemãs como Dresden e Wiesbaden. Além de trabalhar com arquitetura, também foi artista plástico, dedicando-se à pintura. Chegado ao Rio Grande do Sul, trabalhou inicialmente na firma Weis& Cia, de Porto Alegre. Entre seus projetos mais conhecidos estão a Igreja São José, o Palácio do Comércio, o Pão dos Pobres, situados em Porto Alegre, além de ter elaborado importantes projetos para os colégios Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora do Carmo, prédios para as empresas de A. J. Renner, o Clube Caixeiral, também em Porto Alegre, além de projetos em cidades como Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul, Caçapava do Sul, Lajeado, Caxias do Sul e Novo Hamburgo (onde, além da Igreja São Luiz Gonzaga, elaborou o projeto do prédio da Fábrica de Calçados Adams & Cia., fundada por Pedro Adams Filho). Faleceu em Porto Alegre, em 2 de agosto de 1951.

<sup>11</sup>Esta comunidade hoje forma a Paróquia da Catedral Basílica São Luiz Gonzaga, pertencente à Diocese de Novo Hamburgo. Até 1921, a comunidade de Novo Hamburgo estava vinculada à Paróquia Nossa Senhora da Piedade de Hamburger Berg. A partir de 1921, novo Hamburgo passa a organizar uma comunidade católica autônoma, fato que se efetiva em 1925. A inauguração da primeira igreja ocorre nesse mesmo ano. O templo atual foi finalizado em 1956, tornando-se sede episcopal da Diocese de Novo Hamburgo em 1980, quando esta diocese foi criada pelo Papa João Paulo II, desmembrando-a da Arquidiocese de Porto Alegre.

**Figura 01:** Igreja São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo.<sup>12</sup>

Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL).

Mas qual a razão de narrar os acontecimentos provenientes da construção de uma nova capela católica e a elevação dessa mesma capela à categoria de paróquia? Além da importância destes fatos para a comunidade católica local, de uma forma mais geral, acreditamos que a percepção dos detalhes presentes no desenvolvimento destes fatos é de importância para entendermos a relação estreita entre política e religião.

A constituição da comunidade católica São Luiz Gonzaga não deve ser entendida apenas pelo prisma religioso, como reflexo dos anseios de um grupo. Evidentemente, questões como eventuais dificuldades de deslocamento para participar das atividades na igreja matriz Nossa Senhora da Piedade de Hamburgo Velho, como, por exemplo, das missas dominicais e recepção de sacramentos, devem ser consideradas. Talvez estes aspectos sejam os que motivaram a maior parte da comunidade católica. Porém existem outros aspectos fundamentais que precisam ser vislumbrados e analisados. Aspectos estes que atendem aos objetivos de outro grupo de pessoas, as quais têm grande influência e que ocupam significativos postos de liderança.

A elevação da capela São Luiz Gonzaga ao status de paróquia ocorre cinco anos após a articulação e a criação de uma comunidade

---

<sup>12</sup> Templo utilizado pela comunidade entre 1925 e 1956, quando foi inaugurada oficialmente a igreja atual.

organizada. Podemos dizer que este processo ocorreu de forma bastante rápida. E o motivo talvez não seja apenas o fervor religioso e o empenho comunitário. Estas razões existiam. Mas as motivações políticas, acreditamos, foram o elemento-chave para esse processo. Acreditamos em, pelo menos, dois interesses fundamentais: um, que interessa diretamente à principal autoridade católica do Rio Grande do Sul, o arcebispo metropolitano Dom João Becker, e outra, em nível político mais local.

Dom João Becker<sup>13</sup> assumiu o governo episcopal da Arquidiocese de Porto Alegre<sup>14</sup> em 1912. Nesse período, a Igreja Católica, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, ainda estava bastante vinculada com o Projeto de Restauração Católica.<sup>15</sup> Na

---

<sup>13</sup>Dom João Batista Becker nasceu em Sankt Wendel, Alemanha, em 1870, e morreu em Porto Alegre em 1946. Sua família emigrou para o Brasil em 1878, instalando-se em São Vendelino, hoje município na região do Vale do Rio Caí. Estudou no Colégio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo, pertencente aos padres jesuítas, e no Seminário Diocesano de Porto Alegre. Foi ordenado sacerdote em 1896, sendo nomeado pároco da Paróquia Menino Deus de Porto Alegre. Em 1908, foi sagrado bispo e nomeado primeiro bispo da Diocese de Santa Catarina, com sede em Florianópolis. Em 1912, foi nomeado Arcebispo de Porto Alegre. Permaneceu no cargo até sua morte, em 1946, somando assim 34 anos à frente da Arquidiocese.

<sup>14</sup>Em 1910, a partir da publicação em 15 de agosto da bula papal *Praedecessorum Nostrorum*, do Papa Pio X, a Diocese do Rio Grande do Sul foi dividida em quatro dioceses: Santa Maria, Pelotas, Uruguaiana e Porto Alegre, sendo que esta última fora já elevada à categoria de arquidiocese. O então bispo diocesano, Dom Cláudio Ponce de Leon, recebeu o título de arcebispo metropolitano, sendo o primeiro arcebispo da nova arquidiocese, permanecendo no cargo até 1912, quando fora substituído pelo então bispo de Florianópolis, Dom João Becker. Uma arquidiocese, dentro da estrutura hierárquica da Igreja Católica, se torna a mais importante diocese de uma região eclesiástica, tendo inclusive, a partir da autoridade do arcebispo que a governa, o exercício de determinadas jurisdições sobre as demais dioceses pertencentes a esta região eclesiástica.

<sup>15</sup> A Restauração Católica no Rio Grande do Sul se iniciara ainda no período do Império, a partir de 1860, quando da nomeação e posse de Dom Sebastião Dias Laranjeira para o Bispado do Rio Grande do Sul. Alinhada com o pensamento Ultramontano, que, entre outras questões, visava a uma não vinculação da Igreja aos poderes do Estado, a um maior rigor na obediência hierárquica e no âmbito da ação pastoral e centralização do poder na figura do Papa e da Cúria Romana (Santa Sé), essa proposta começou a ser implantada pelos bispos que governaram a Diocese do Rio Grande do Sul e, a partir de 1910, Arquidiocese de Porto Alegre. Em 1890, substituindo Dom Sebastião Dias Laranjeira, assume o governo episcopal o mineiro Dom Claudio Ponce de Leon, que ficaria no poder até 1912. A Dom Claudio Ponce de Leon três linhas de ação são atribuídas: fortalecimento das escolas comunitárias católicas e de seus professores, incentivo ao papel da imprensa vinculado com a Igreja e a vinda de diversas ordens religiosas com maior número de membros, como no caso dos jesuítas. Diversos sacerdotes desta ordem vieram para o Brasil em um número significativo, principalmente com a expulsão promovida pelo governo da Alemanha, o que permitiu uma atuação mais incisiva destes nas regiões de colonização alemã do estado, além de lhes ser confiada a missão de conduzirem

qualidade de principal liderança do catolicismo no estado, Dom João Becker tratou de implementar ações que garantissem a execução deste projeto, a partir das orientações advindas de Roma, dando continuidade a um trabalho realizado por seus predecessores no governo arquidiocesano.

Mas sobre a trajetória de Dom João Becker, não podemos pensar que todas as suas ações têm por finalidade garantir o êxito para a Igreja Católica. Conforme René Gertz (2002), muitas ações promovidas pelo arcebispo são para garantir seu êxito pessoal e a manutenção de seu poder e de sua autoridade. Nesse sentido, as questões avançam o campo religioso, adentrando fortemente o campo político. E estas relações e disputas de cunho religioso e político fomentam o surgimento de adversários. E entre os adversários de Dom João Becker, podemos citar o Sínodo Rio-grandense. Em outro momento, iremos aprofundar estes detalhes. Mas aqui iremos abordar um aspecto que se vincula mais diretamente com o caso da construção da capela São Luiz Gonzaga e com a criação da respectiva paróquia, em 1926.

Até 1921, ano em que se organizou a criação da comunidade católica de Novo Hamburgo, a região do 2º Distrito de São Leopoldo (formada por Novo Hamburgo, Hamburgo Velho e Campo Bom) era atendida apenas pela Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Hamburgo Velho, criada em 1875, mas instalada apenas em 1880. Enquanto isso, os evangélico-luteranos do Sínodo Rio-grandense contavam com três comunidades, uma em cada localidade anteriormente referida. Com o decorrer do tempo, este fator começou a ser motivo de preocupação para as lideranças católicas locais e também para a Cúria Metropolitana. A partir do momento em que o grupo evangélico-luterano consegue se

---

mais de perto o Projeto de Restauração. Para informações mais detalhadas, ver: RAMBO, Arthur Blásio. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional, In. DREHER, Martin Norberto. *Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja*. Porto Alegre: Edições EST / São Leopoldo: Sinodal, 1998; \_\_\_\_\_. Restauração católica no Sul do Brasil, *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002.

articular melhor em suas estruturas comunitárias, isso permite também uma composição política mais alicerçada. Para as lideranças católicas locais, isso envolvia uma questão político-partidária bastante séria. E para a Cúria Metropolitana representava que o êxito das ações do Projeto de Restauração Católica poderia sofrer prejuízos, ao mesmo tempo em que o próprio alcance da autoridade de Dom João Becker se tornava limitado. Para atender estas duas demandas, a articulação em torno da criação de uma nova comunidade e, em consequência disso, de uma nova paróquia na região foi efetivada com afinco pelos envolvidos na questão. O que explica também a rapidez do processo de estruturação da comunidade, construção do templo e criação da paróquia que, como vimos, durou apenas cinco anos.

Já nos referimos em alguns momentos que a fundação da comunidade católica São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo ocorreu em 1921. Em 19 de julho de 1921, é elaborado o estatuto da chamada Sociedade Católica de Novo Hamburgo, entidade civil responsável pela compra de um terreno e por conduzir os trabalhos de construção de uma capela em Novo Hamburgo. Em 19 de agosto do mesmo ano, o estatuto é aprovado pela Cúria Metropolitana de Porto Alegre, e depois disso, é empossada a primeira diretoria da comunidade, formada por: José João Martins, presidente; Ervino João Schmidt, secretário; João Wendelino Hennemann, tesoureiro, que também ocupa o cargo de zelador, juntamente com José Treis, João Petry e Albino Kieling.

A partir dessas informações, chegamos ao segundo tópico que mencionamos anteriormente, assim como passamos a nos dedicar mais detalhadamente ao processo político-histórico envolvendo católicos e evangélico-luteranos.

Optamos em iniciar este capítulo contemplando a criação da comunidade católica São Luiz de Novo Hamburgo justamente para ressaltar de forma incisiva uma de nossas convicções: de que determinadas ações no campo religioso são expressões de objetivos políticos bem delimitados. Desta forma, precisamos analisar estes

aspectos, levando em conta estes fatores e estas intencionalidades. Temos consciência de que não podemos nos deixar influenciar meramente por esta concepção, com o risco de não percebermos outras variáveis. Mas, dentro do período analisado, a partir das fontes consultadas e dos referenciais dos quais dispomos, é inequívoco afirmar que religião e política constituem-se de elementos indissociáveis para os agentes históricos que atuam neste cenário social.

Quando atentamos para os nomes envolvidos nas diferentes etapas que resultaram na constituição da segunda paróquia católica de Novo Hamburgo, é possível fazer um mapeamento de quem foram estes agentes históricos e em quais meios atuaram. A partir disso, veremos que a atuação política (não apenas partidária, mas também muito forte nesse sentido) tem bases muito bem sedimentadas, advindas de, pelo menos, trinta anos antes do referido acontecimento. E entender esse panorama político e religioso é fundamental para melhor compreender os desdobramentos que se efetivam. Mas iremos agora reconstituir e apreciar um fato político transcorrido em 1920.

São Leopoldo andava agitada no princípio de 1920. As eleições municipais para a escolha do novo intendente<sup>16</sup> estavam marcadas para o dia 12 de agosto. Porém o clima em torno da escolha dos candidatos ao posto indicava que tensões bastante veementes ocorreriam até o dia do pleito. O nome indicado por Antônio Augusto Borges de Medeiros recai sobre Mansueto Bernardi.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Nome dado aos atuais prefeitos até 1930, quando ocorreu a mudança de denominação.

<sup>17</sup> Mansueto Bernardi era italiano de nascimento, tendo nascido em 20 de março de 1888 em Asolo, Treviso. Ainda muito pequeno veio com seus pais para o Brasil. Passou a infância no município de Alfredo Chaves, atual Veranópolis. Trabalhou como professor e colaborou, como redator, para o jornal *Correio do Povo*, além de ter sido diretor da Livraria e Editora do Globo e da *Revista do Globo*. Exerceu também funções nas secretarias da Fazenda e de Obras Públicas do Rio Grande do Sul. Apoiou, em 1929 e 1930, a Aliança Liberal, tanto na campanha eleitoral quanto no processo que culminou com a ascensão de Getúlio Vargas ao executivo do governo federal. Mansueto Bernardi também exerceu a função de diretor da Casa da Moeda. Aderiu a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado, o que ocasionou que Mansueto Bernardi fosse preso após a implantação

Secretário pessoal de Borges de Medeiros, Mansueto Bernardi foi nomeado intendente de São Leopoldo após a renúncia de Gabriel de Azambuja Fortuna.<sup>18</sup> Assumiu o cargo em 31 de outubro de 1916. Conforme nos indica René Gertz (2002), desde o início de seu mandato, Mansueto Bernardi sofria oposição de parte dos diretórios do PRR, tanto em São Leopoldo quanto em Novo Hamburgo.

Por conta disso, a indicação do nome de Mansueto Bernardi não seria aceita de forma passiva por alguns integrantes do partido, de maneira especial os que atuavam no diretório do distrito de Novo Hamburgo. Parte do descontentamento desse grupo, assim como de integrantes do diretório republicano leopoldense, estava no fato de Borges de Medeiros impor, desde 1916, intendentes que eram alheios ao cenário político local. Além disso, também pesa o fato de impor a candidatura deles nos pleitos eleitorais, fazendo com que passassem de governantes provisórios para efetivos.

Essa prática política de Borges de Medeiros não ficara restrita apenas ao caso de São Leopoldo. Tratava-se de um instrumento político utilizado em larga escala, sendo recorrente em vários municípios do Rio Grande do Sul ao longo da Primeira República.<sup>19</sup> Essas ações de intervenção nos municípios, assim

---

do regime do Estado Novo. Também se dedicou à Literatura, escrevendo algumas obras. Faleceu em 9 de setembro de 1966, em Veranópolis, onde voltou a residir após sua aposentadoria como funcionário público estadual.

<sup>18</sup>Não obtivemos muitas informações pessoais sobre Gabriel de Azambuja Fortuna. Pelo que averiguamos, ele nasceu no município de Guaíba/RS, em 21 de maio de 1878, falecendo em Porto Alegre, no dia 25 de outubro de 1946. Formou-se em Engenharia Civil. Entra as funções que exerceu, foi diretor da Colônia de Passo Fundo, na região Norte do Rio Grande do Sul. Azambuja Fortuna assumiu o cargo de intendente provisório de São Leopoldo em 12 de outubro de 1916, substituindo o coronel Guilherme Gaelzer Neto, que governara o município entre 1902 e 1916, deixando o cargo por conta de atritos com o presidente do estado e chefe do PRR, Borges de Medeiros, além de atritos com oposicionistas dentro do próprio partido, com destaque para Jacob Kroeff Neto. Em 1917, por indicação de Borges de Medeiros, Azambuja Fortuna é o candidato situacionista a intendência leopoldense, sendo eleito no pleito ocorrido em 24 de junho de 1917. Exerceu seu mandato até 13 de outubro de 1919, quando pediu exoneração do cargo.

<sup>19</sup> Exemplos de ações desse tipo também ocorreram em municípios como Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Taquara, Lajeado, São Sebastião do Caí e Montenegro. Sobre o caso de Santa Cruz,

como a prática de fomentar disputas intrapartidárias, faziam parte do arcabouço estratégico de Borges de Medeiros, que utilizava destes dispositivos para garantir seu controle unipessoal sobre os rumos do partido. Conforme salienta Loiva Otero Félix (1987), Borges de Medeiros “manteve o partido sempre fracionado, dividindo permanentemente suas bases, para ter margem de barganha, colocando-se sempre acima das facções locais”. O caso de São Leopoldo pode ser perfeitamente inserido nessa mecânica política. Mas a questão da divisão interna do partido localmente também precisa levar em consideração outros aspectos, sobretudo a relação entre o diretório da sede municipal e o grupo político de Novo Hamburgo.

O relacionamento entre as lideranças republicanas de Novo Hamburgo e de São Leopoldo sempre foi marcado por, no mínimo, um clima de instabilidade. Instabilidade essa com fases mais agudas, ora mais amenas. Mas sua presença é perene. Sobre os conflitos e articulações políticas ocorridos entre 1892, quando é nomeado o primeiro intendente leopoldense, major Epifânio Orlado de Paula Fogaça, até 1919, quando da renúncia de Gabriel de Azambuja Fortuna, René Gertz elaborou um trabalho bastante significativo sobre o período.<sup>20</sup> Nosso enfoque principal se dará sobre os acontecimentos a partir de 1920. Todavia, isso não significa que, ao longo de nossa análise, não lancemos luzes sobre momentos políticos anteriores. Exemplo disso é a necessidade de mencionar um dos episódios que desagradou profundamente às lideranças políticas de Novo Hamburgo, e que colaborou para a

---

um trabalho que se destaca por analisar este jogo político local e a interferência das ações de Borges de Medeiros, foi escrito por Silvana Krause. Ver: KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. Sobre os demais municípios citados, sugerimos o trabalho de René Gertz, que traz um apanhado importante para entendermos este processo. Ver: GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História; 50).

<sup>20</sup>GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História; 50).

renúncia de Azambuja Fortuna. Mais que isso, foi um ponto de convergência para a intensificação das ideias de emancipação do então distrito. Trata-se do episódio da mudança do nome da localidade, em 1919.

Uma das consequências da Primeira Guerra Mundial foi o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, fato este ocorrido em 17 de abril de 1917. Antes disso, no dia 5 de abril do mesmo ano, o vapor brasileiro *Paraná*, que fazia transporte de café para a Europa, foi atacado por um submarino alemão e acabou afundando na costa francesa. A repercussão do ataque causou uma série de intensas manifestações no Brasil. O então ministro das Relações Exteriores, o catarinense Lauro Müller, teve que renunciar ao cargo por conta de sua postura de neutralidade (mas apontada por alguns historiadores como favoráveis à Alemanha). Em algumas capitais, empresas e entidades de origem alemã foram atacadas, ocorrendo assim depredações, invasões, pilhagens e até incêndios. Em Porto Alegre, os locais que sofreram sérios danos foram o Hotel Schmidt, a Sociedade Germânia, o Turnerbund (Atual Sociedade Ginástica de Porto Alegre – SOGIPA) e a sede do jornal *Deutsche Zeitung*. Em 19 de dezembro de 1918, pouco mais de um mês após o término do conflito, ainda em decorrência do rompimento de relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, o governo do Rio Grande do Sul emitiu uma circular indicando a substituição de nomes de localidades em língua alemã ou que, de alguma forma, se referissem à Alemanha, por nomes brasileiros<sup>21</sup>.

Em São Leopoldo, o intendente Gabriel de Azambuja Fortuna decide modificar o nome do 2º Distrito, Novo Hamburgo.<sup>22</sup> Em 28 de fevereiro de 1919, emite um decreto que

---

<sup>21</sup> Circular nº. 1.634, de 19 de dezembro de 1918.

<sup>22</sup>Segundo as pesquisas, Azambuja Fortuna realizara estas alterações pelo fato de, segundo sua interpretação, os nomes de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho homenagearem a cidade alemã de Hamburgo. Além desta medida, o governo municipal de Azambuja Fortuna tomou outras medidas de cunho nacionalista, inclusive interferindo em entidades, clubes, educandários e sociedades. Sobre este assunto, indicamos o trabalho de Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, que mostra o estudo

modifica a denominação do distrito, que passa a se chamar Borges de Medeiros.<sup>23</sup> Em junho de 1919, ocorre a modificação do nome da localidade de Hamburgo Velho (também chamada de Hamburger Berg), que fazia parte do distrito de Novo Hamburgo, denominando-a de Coronel Genuíno Sampaio,<sup>24</sup> em homenagem ao militar que comandou uma expedição contra o movimento dos Mucker,<sup>25</sup> no morro Ferrabrás, então distrito de Sapiranga, em 1874. A mudança de nome não foi bem recebida por lideranças políticas e empresariais das duas localidades, que mobilizaram a comunidade contra esse procedimento do intendente leopoldense. Além disso, Borges de Medeiros não aceitou a homenagem, solicitando que seu nome não fosse concedido à localidade de Novo Hamburgo.

---

mais completo feito acerca deste aspecto. Ver: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. *O teatro da sociabilidade*. Um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo. 1850/1930. Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2000. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2000.

<sup>23</sup> Ato n.º. 75, de 28 de fevereiro de 1919 – Documentos da restituição dos nomes à Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Caixa Nomes de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

<sup>24</sup> Ato n.º. 82, de 11 de junho de 1919 – Documentos da restituição dos nomes à Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Caixa Nomes de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

<sup>25</sup> O chamado movimento dos Mucker ocorreu entre 1868 e 1874, no morro Ferrabraz, em Sapiranga, então pertencente ao município de São Leopoldo. Envolveu colonos de origem alemã, que se tornaram adeptos de Jacobina Mentz Maurer e de seu marido, João Jorge Maurer. Em 1874, após se intensificarem conflitos entre comerciantes e religiosos locais com o grupo do Ferrabraz, inclusive com ataques a residências e mortes de ambos os lados, ocorreram investidas por parte do Exército imperial, a fim de acabar com o conflito e conter o grupo dos Mucker, já considerados rebeldes e inimigos da ordem pública. O comando inicial das tropas foi do coronel Genuíno Olímpio de Sampaio, que se destacara durante a Guerra do Paraguai. O coronel Genuíno Sampaio acabou sendo morto durante um ataque, em 20 de julho de 1874. O ataque final aos Mucker, que culminou inclusive com a morte de Jacobina Mentz Maurer, ocorreu em 2 de agosto de 1874, sendo comandante da operação o então capitão Francisco Clementino Santiago Dantas. Para diferentes versões sobre o conflito, ver: PETRY, Leopoldo. *O episódio do Ferrabraz: os Mucker*. 2. ed. São Leopoldo: Rotermund, 1966; SCHUPP, Ambrósio. *Os Mucker*. 2. ed. Porto Alegre: Selbach & Mayer, sem data; GEVEHR, Daniel Luciano. *Fanáticos, violentos e ferozes liderados por Jacobina endiabrada: as representações anti-Mucker em “O Ferrabraz” (1949-1960)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) --Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2003.

Entre as lideranças políticas e empresariais de Novo Hamburgo que se posicionaram contra os decretos emitidos por Azambuja Fortuna, estão Jacob Kroeff Neto, deputado estadual, José João Martins, empresário e membro do diretório hamburguense do PRR, Pedro Adams Filho, empresário do setor coureiro-calçadista e representante de Novo Hamburgo no Conselho Municipal de São Leopoldo,<sup>26</sup> Ervino João Schmidt, João Wendelino Hennemann, João Wendelino Hennemann Filho, Alberto Mosmann, Carlos Augusto Brenner, Leo João Campani, Augusto Wolf, Pedro Alles, Leopoldo Petry, Albino Kieling, Leonardo Alles, entre outros. Dentre os nomes citados, todos, além de suas atividades empresariais e da militância no diretório republicano hamburguense, eram membros ativos da comunidade católica local. Além destes, também encontramos entre os manifestantes o diretor do Colégio São Jacó, de Hamburgo Velho, Irmão Manuel, e os professores Irmão Rodolfo e Irmão Tarcísio, que lecionavam no mesmo educandário. Estes eram membros da congregação religiosa dos Irmãos Maristas.

Mas a questão da mudança de nomes não causou incômodo apenas entre os republicanos católicos. Entre os evangélico-luteranos ocorrera a mesma discordância. Entre os nomes que assinaram a petição, encontramos: Balduino Michels, Oswaldo J. Driesch, Ernesto Olypho Moeller, Augusto Jung, Roberto Streb, João Brandenburger, Germano Fehse, Júlio Trein, Henrique Alberto Steigleder, Jacob Sperb Filho, Waldemar Kremer, Guilherme Ludwig, Eduardo Springer, Frederico Kremer.

A disputa política por conta da troca de nomes não movimentou apenas moradores das duas localidades que sofreram alterações. Na documentação que arrolamos, vemos que também foi mobilizada a sociedade da localidade de Campo Bom, então

---

<sup>26</sup> Nome conferido até 1935 às atuais Câmaras de Vereadores. A denominação dada aos seus integrantes era de conselheiros, passando a serem chamados de vereadores apenas a partir de 1935. O termo Câmara de Vereadores era utilizado no período monárquico do Brasil. Com o advento da República, foi modificado para Conselhos Municipais.

pertencente ao 2º Distrito. Os nomes que encontramos nesta lista representam tradicionais famílias de origem alemã da localidade, com atuação econômica principalmente na área coureiro-calçadista, no comércio e na indústria oleira. Entre os signatários, encontramos: Gustavo Vetter, Emílio Vetter, Willy Korndörfer, Walter Blos, Alfredo Krummenauer, Alberto Fleck, Carlos Strassburger, Pedro Blos, Alfredo Blos, Balduino Dreger, Oswaldo Neumann, Felipe Blos II, Emilio von Reisswitz, Miguel Blos Neto. Dos nomes citados e dos demais que constam no abaixo-assinado, residentes em Campo Bom, todos são evangélico-luteranos. Esse fator corrobora com nossa tese de que, entre os evangélico-luteranos, a possibilidade de uma articulação sociopolítica era mais favorável, por conta da existência de comunidades constituídas e organizadas nas três localidades que formavam o distrito de Novo Hamburgo.

O clima de pressão política que se instalou no município de São Leopoldo fez com que Gabriel de Azambuja Fortuna pedisse sua exoneração do cargo de intendente. Logo após a sua saída, um manifesto com 914 assinaturas que reivindicava o retorno das antigas denominações das duas localidades integrantes do 2º distrito leopoldense foi encaminhado ao novo intendente nomeado, Mansueto Bernardi.<sup>27</sup> Os nomes que apontamos anteriormente estavam entre os signatários deste manifesto.<sup>28</sup> No início de janeiro de 1920, o intendente Mansueto Bernardi revogou o decreto de seu antecessor, estabelecendo o retorno das antigas nomenclaturas.<sup>29</sup> Mas, mesmo com essa medida, que politicamente tentava contentar e

---

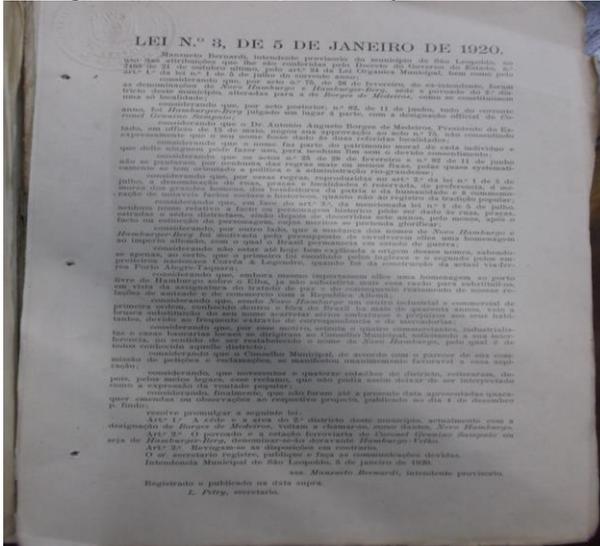
<sup>27</sup>Documentos da restituição dos nomes a Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Caixa Nomes de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

<sup>28</sup>Embora a origem étnica da grande maioria dos signatários do abaixo-assinado relativo ao retorno das antigas denominações de Novo Hamburgo Velho seja alemã, não podemos desconsiderar a presença de pessoas com sobrenome de origem nacional entre os assinantes, como Manoel de Albuquerque, Arthur Marques, João Alves da Silva, Reinaldo Alves, João Paulo de Souza, Antonio Dutra, Alfredo Ferreira da Silva, Propício F. Cunha, entre outros.

<sup>29</sup>Decreto nº. 3, de 05 de janeiro de 1920 - Documentos da restituição dos nomes a Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Caixa Nomes de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

acalmar os ânimos dos republicanos e da própria oposição em Novo Hamburgo, a aversão em torno de seu nome permanecia.

Figura 2: Decreto nº. 3 (de 05 de janeiro de 1920).



Fonte: Documentos da restituição dos nomes a Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Caixa Nomes de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Fotografia: Rodrigo Luis dos Santos

A mobilização em torno da mudança de nome das localidades de Novo Hamburgo e de Hamburgo Velho foi o primeiro grande momento de aproximação entre lideranças políticas católicas e evangélico-luteranas, tanto republicanas quanto integrantes da oposição federalista. O segundo momento ocorre justamente no ano seguinte, 1920, na eleição para a intendência municipal de São Leopoldo, quando se articulam em nome de um candidato que se oponha a Mansueto Bernardi. Mais que isso, significa uma discordância com as práticas políticas intervencionistas de Borges de Medeiros.

O candidato escolhido pela dissidência republicada, com apoio da oposição, foi o advogado Carlos Octaviano de Paula,<sup>30</sup> que possuía uma ligação bastante forte com algumas lideranças políticas de Novo Hamburgo, como o empresário evangélico-luterano Guilherme Ludwig. Seu companheiro de chapa foi o hamburguense José João Martins, um dos dirigentes do diretório republicano no distrito de Novo Hamburgo. Desde os primeiros meses de 1920, a movimentação em torno das eleições é bastante intensa.

Em julho de 1920, um panfleto é distribuído em São Leopoldo, conclamando a população para que deposite sua confiança e seu voto no candidato dissidente. Conforme consta no seguinte panfleto, após uma reunião popular, a escolha de Carlos Octaviano de Paula se deu pelas qualidades que ele possui.

Tendo a escolha da reunião popular acima referida recaído no verdadeiro candidato para o honroso posto de Intendente Municipal, por ser inteiramente merecedor de distinção, que o povo deste município lhe confere, acrescentamos, que a resolução supra foi tomada de acordo com influentes próceres do partido republicano e de acordo com a opinião popular geral, pelas excelentes qualidades civis e políticas, que caracterizam o nosso candidato, que é bom cidadão, digno chefe de família, honesto advogado, prestigiado republicano e ardoroso comunicpe, cujos esforços não se esgotarão tratando-se do bem da colectividade e da prosperidade de nosso município, cujo bemestar todos desejamos.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup>Carlos Octaviano de Paula nasceu em Montenegro, no dia 14 de julho de 1878. Aos sete anos de idade, após a morte do pai, a família mudou-se para São Leopoldo. Estudou, durante algum tempo, no Ginásio Conceição de São Leopoldo, mantido pelos padres jesuítas. Casou-se, em 1901, com FriggaTufvesson, com quem teve seis filhos: Maria Emília (vereadora e prefeita de São Leopoldo), Aracy Virgínia, Carlos Octaviano Junior, Teodoro, Gilda e Paulo. Carlos Octaviano de Paula era sobrinho de Epifânio Orlando de Paula Fogaça, primeiro intendente de São Leopoldo. Assim como seu pai e seu tio, seguiu a carreira de advogado, sendo inclusive Promotor Público de São Leopoldo. Envolvido em atividades sociais, esportivas e políticas, foi membro dissidente do Partido Republicano Rio-grandense, além de ter sido um dos fundadores da Junta Libertadora de São Leopoldo, posteriormente, a partir de 1928, diretório municipal do Partido Libertador. Faleceu em 19 de setembro de 1932, em São Leopoldo.

<sup>31</sup>Este documento faz parte do acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes, doado por seus familiares ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Esta documentação se encontra em fase de

Dois aspectos chamam a atenção no referido panfleto. O primeiro ponto é a referência que se faz ao candidato dissidente como *o verdadeiro candidato*, clara crítica ao candidato oficial, que não era *nativo* da política local. Ao mesmo tempo, a crítica também se direciona ao presidente estadual, Borges de Medeiros. O segundo aspecto diz respeito ao grupo que legitimou a escolha de Carlos Octaviano de Paula. Segundo cita o documento, a escolha ocorreu de acordo com a definição dos republicanos e da *opinião popular geral*. Neste sentido, acreditamos que há nesse ponto uma referência às lideranças políticas de oposição, que decidiram unir forças com o grupo dissidente.

Para termos uma perspectiva mais estruturada dessa união de forças, elaboramos uma tabela com os nomes dos signatários do panfleto, principais responsáveis pelo lançamento da candidatura de Carlos Octaviano de Paula. Procuramos contemplar a localidade de residência destes signatários, sua confissão religiosa e seu engajamento político-partidário.<sup>32</sup>

---

catalogação. Por conta disso, ainda não foram conferidas referências específicas aos documentos existentes. Provisoriamente, este documento pode ser encontrado na caixa 120 do referido acervo. Sobre a grafia, optamos por manter a original do documento.

<sup>32</sup>Para podermos realizar esta esquematização, foi necessário empreender uma série de pesquisas, principalmente em sites de genealogia, tendo em vista que apenas alguns agentes históricos têm informações biográficas mais extensas. Sabedores de que, muitas vezes, as informações contidas nestes sites (listados junto às referências bibliográficas deste trabalho) exigem um cuidado, buscamos agir com rigor na forma de analisar os dados. Ao mesmo tempo, tivemos que adicionar, com os devidos critérios, algumas informações por conta das análises de parentesco entre alguns agentes históricos, principalmente no tocante à sua confissão religiosa, tendo em vista que nem sempre esses dados eram indicados. Através dessas relações de parentesco, conjecturamos a possível confissão religiosa destes agentes históricos. Nos casos em que não dispúnhamos de informações suficientes, optamos, por uma questão ética, em deixar o quadro informativo sem o respectivo dado. Por conta disso, temos consciência de que, em pesquisas mais densas futuramente, alguma dessas informações possa ser corrigida. Também contribuiu para nossa pesquisa o trabalho de Paulo Henrique Kern sobre a origem da denominação de ruas e praças de Novo Hamburgo. Para maiores informações, ver: KERN, Paulo Henrique. Ruas e praças Novo Hamburgo: quem é quem. 2. ed. Novo Hamburgo: [s.n.], 2002. Outra obra que nos auxiliou foi a publicação alusiva ao centenário da Escola Oswaldo Cruz, de Novo Hamburgo. Ver: SPERB, Dalila Clementina et. al. *Oswaldo Cruz*. 100 anos de história. Novo Hamburgo: [s.n], 1996.

**Tabela 1:** Lista de signatários do apoio à candidatura de Carlos Octaviano de Paula ao cargo de intendente de São Leopoldo – 1920.

<b>Nome</b>	<b>Localidade</b>	<b>Confissão religiosa</b>	<b>Vinculação partidária</b>
João José Martins	Novo Hamburgo	Católico	Republicano
Adão Adolfo Schmitt	Hamburgo Velho	Evangélico-luterano	***
Emílio Miguel Vetter	Campo Bom	Evangélico-luterano	Republicano
Ervino João Schmidt	Novo Hamburgo	Católico	Republicano
Pedro Mentz Sobrinho	Hamburgo Velho	Evangélico-luterano	***
Guilherme Ludwig	Hamburgo Velho	Evangélico-luterano	Oposição (Federalista)
Bertholdo Rech	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	Republicano
Rudolfo Motz	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	***
Waldemar Kremer	Hamburgo Velho	Evangélico-luterano	Oposição (Federalista)
Luiz Ritzel	***	***	***
Jacob Sperb Filho	Hamburgo Velho	Evangélico-luterano	***
Albino Schröer	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	Oposição (Federalista)
Guilherme Schmidt Sobrinho	***	***	***
José Scherer	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	***
Pedro Wolf Filho	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	Republicano
Albino Schmitt	***	***	***
Arthur Oscar Breidenbach	Novo Hamburgo	***	***
Carlos Feltes Sobrinho	***	***	***
Gothardo Fleck Filho	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	Oposição (Federalista)
Leopoldo Müller	***	***	***
Jacob Otto Sperb	Hamburgo Velho	Evangélico-luterano	***

Jacob Guilherme Schmidt	***	***	***
João Brandenburger	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	***
Gustavo Kampff	Hamburgo Velho	Católico	***
Carlos E. Thoen	***	***	**
Albino Ternes	***	***	***
Augusto Wolf	Novo Hamburgo	Católico	Republicano
Henrique Hartz Filho	***	***	***
João Schmidt	***	***	***
Alberto Emílio Friedrich	***	***	***
Walburg Scheffel	Hamburgo Velho	Evangélico-luterano	***
Frederico Henke	Novo Hamburgo	Evangélico	***
Júlio Trein	Novo Hamburgo	Evangélico	***
Ernesto Olypho Moeller	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	Republicano
João Allgayer Filho	Novo Hamburgo	***	***
Frederico Kremer	Hamburgo Velho	Evangélico-luterano	Oposição (Federalista)
Propicio F. Cunha	***	***	***
Oswaldo João Driesch	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	***
Germano Fehse	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	***
Augusto Jung	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	***
Otto Schmitt	Hamburgo Velho	Evangélico-luterano	***
Guilherme Emílio Dreyer	***	***	***
Oscar Gustavo Lockmann	***	***	***
Ramiro H. Lux	***	***	***
João Jorge Sperb Filho	São Leopoldo	***	***
Martin Ogorka	***	***	***
Albino Momberger	Hamburgo	Evangélico-	Republicano

	Velho	luterano	
Leopoldo Sperb	Hamburgo Velho	Evangélico-luterano	***
Jacob Petry Filho	***	***	***
Henrique Alberto Steigleder	Hamburgo Velho	Evangélico-luterano	Republicano
Leopoldo Feltes	Novo Hamburgo	Católico	***
Carlos Germano Burckle	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	***
Frederico H. Feltes	***	***	***
Guilherme Saul	***	***	***
Pedro Muck	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	***
Henrique Steigleder	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	***
Frederico Arno Hammer	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	***
Felipe Blankenheim	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	***
João Allgayer	Novo Hamburgo	***	Oposição (Federalista)
Norberto Lichtler	Novo Hamburgo	***	Republicano
Roberto Streb	Novo Hamburgo	Evangélico-luterano	***
Adolfo Jaeger	Novo Hamburgo	Católico	Republicano
Carlos Augusto Brenner	Novo Hamburgo	Católico	Republicano
Gustavo Adolfo Vetter	Campo Bom	Evangélico-luterano	Republicano

Tabela elaborada por Rodrigo Luis dos Santos.

Mesmo com alguns dados incompletos, estabelecemos algumas considerações. Além do aspecto de vinculação confessional e partidária, do qual podemos ter um cenário mais claro, chama atenção o fato de a grande maioria dos signatários ser residente nas localidades que formam o 2º Distrito de São Leopoldo, ou seja, Novo Hamburgo, Hamburgo Velho e Campo Bom. Esse fato pode

indicar uma intencionalidade bastante plausível: o objetivo, ao articular e apoiar a candidatura de um dissidente para o governo de São Leopoldo, visa, sobretudo, facilitar o processo de emancipação do distrito de Novo Hamburgo. A partir da tentativa destas lideranças de arregimentar votos para Carlos Octaviano de Paula junto à população daquele distrito, poderia se tornar viável uma pressão mais intensa para que a meta de independência em relação a São Leopoldo pudesse ser alcançada. Pretensão essa que perdurava, pelo menos, em menor ou maior intensidade, conforme as configurações de momento, desde os primeiros tempos da República, ainda no século XIX.<sup>33</sup>

Outro ponto que cabe ressaltar é que, neste grupo, não vemos inseridos os nomes de Jacob Kroeff Neto, Pedro Adams Filho, Leopoldo Petry (católicos) e Júlio Kunz (evangélico-luterano), importantes lideranças republicanas. Neste período, Jacob Kroeff Neto ocupava o cargo de deputado estadual, enquanto Pedro Adams Filho exercia o cargo de conselheiro municipal (além das funções empresariais). Leopoldo Petry era o secretário da intendência de São Leopoldo e Júlio Kunz ocupava o cargo de subintendente em Hamburgo Velho. Conforme indica René Gertz (2002), estes deram seu apoio ao candidato oficial do Partido Republicano Rio-grandense, Mansueto Bernardi. Deste modo, podemos deduzir que ocorrera dentro do diretório republicano hamburguense uma divisão, onde algumas das principais forças se colocaram em lados opostos. Mas, quais as razões que levaram a essa cisão interna? Quais os interesses dos quatro republicanos que não apoiaram o candidato dissidente? Seriam interesses coletivos ou individuais? Estariam, de certo modo, tentando ganhar pontos junto ao líder máximo do partido, Borges de Medeiros? Talvez não tenhamos respostas mais precisas sobre este aspecto. Mas pelo que

---

<sup>33</sup>Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Jornal *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, Ano I, 13/05/1927, n. 2, p.1.

acontecimentos posteriores indicam, esta ruptura política parece ter sido momentânea.

O terceiro aspecto que devemos considerar é o número expressivo de evangélico-luteranos que se mobilizaram em torno da candidatura dissidente, Mesmo sem maiores detalhes sobre a vinculação partidária de alguns agentes históricos, este quadro evidencia a intensa mobilização deste grupo na vida política da região. Este crescimento se tornou mais acentuado com o desenvolvimento do regime republicano, ao longo das primeiras décadas do século XX. Um dos motivos que podemos apontar para essa mobilização talvez seja o fato de Carlos Octaviano de Paula possuir uma relação próxima com o grupo evangélico-luterano, de forma especial com Guilherme Ludwig. Ao mesmo tempo, podem ter visto uma oportunidade de diminuir a influência dos líderes católicos em Novo Hamburgo, mesmo tendo um destes líderes na chapa dissidente, na pessoa de José João Martins, que aparentemente se distanciou do núcleo formado por Leopoldo Petry, Pero Adams Filho e Jacob Kroeff Neto. No caso dos evangélico-luteranos ocorre fenômeno semelhante aos católicos, que é o forte engajamento na vida de suas comunidades confessionais. Podemos citar, por exemplo, os casos de Germano Fehse e Guilherme Ludwig, que foram presidentes das Comunidades Evangélicas de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho, respectivamente.

Atentando para o primeiro episódio que citamos neste capítulo, sobre a criação da comunidade católica São Luiz, em 1921, veremos que, no grupo fundante e na comissão de construção da capela, estão justamente José João Martins, Leopoldo Petry, Pedro Adams Filho e Ervino João Schmidt. Se, por um lado, as questões partidárias os distanciaram por algum momento, por outro, o fator religioso os unia. Mas este fator religioso, ao mesmo tempo, também é expressão de uma questão política. E o resultado eleitoral de 1920 nos ajuda a entender isso.

Conforme nos indica René Gertz,<sup>34</sup>

realizadas as eleições, ficou claro que Mansueto não era bem-visto por uma parte muito significativa do eleitorado, pois, apesar de o odiado candidato dissidente ser de Novo Hamburgo, venceu por 229 votos contra 223 na própria sede, São Leopoldo, perdendo, porém, para Mansueto no seu próprio reduto, Novo Hamburgo, com 366 contra 381 (GERTZ, 2002, p. 185).

Tendo em vista esta derrota, acreditamos que os republicanos hamburgueses, liderados principalmente pelo grupo católico, perceberam que, para atingir seus objetivos políticos, precisariam se articular de outras maneiras. E, na tentativa de cooptar uma adesão maior por parte da população católica local, a organização social em torno de uma nova comunidade expressava um caminho profícuo para essa finalidade. Assim, eram atendidas demandas da fé e da razão. Da fé católica da comunidade de Novo Hamburgo e da razão política dos principais líderes republicanos locais.

Estes acontecimentos políticos envolvendo Novo Hamburgo e São Leopoldo não são fatos isolados ou desconexos de um cenário político, social e religioso mais dilatado. É importante compreender o processo histórico que contribuiu para uma divisão política dos imigrantes alemães e descendentes, não apenas em nível local, mas ampliar essa dimensão para a esfera estadual. Sendo o processo de construção política algo dinâmico, tanto as esferas locais sofriam influências dos acontecimentos estaduais como, por outro lado, as diferentes realidades locais contribuía para as determinações em nível estadual. Assim precisamos entender as razões que levaram os católicos a se vincularem ao Partido Republicano Rio-grandense, e os evangélico-luteranos, à oposição federalista e, posteriormente,

---

<sup>34</sup> Cabe aqui esclarecer um aspecto importante: utilizamos as informações constantes na obra *O aviador e o carroceiro*, de René Gertz, por ser, a respeito deste aspecto político e religioso acerca de Novo Hamburgo e São Leopoldo na fase republicana, o trabalho mais efetivo até o momento.

libertadora.<sup>35</sup> Entrementes, convém aqui evitar o equívoco de enquadrar e generalizar os católicos apenas com os republicanos e os evangélico-luteranos apenas com a oposição.<sup>36</sup> Existiam evangélico-luteranos inseridos no Partido Republicano Rio-grandense, assim como católicos entre os federalistas/libertadores. Mas em Novo Hamburgo (assim como em outras localidades de origem imigrante), os principais líderes republicanos eram católicos militantes, assim como havia uma forte militância dos líderes oposicionistas dentro das comunidades evangélico-luteranas do Sínodo Rio-grandense.

Historicamente, havia uma identificação por parte de alguns imigrantes e descendentes, moradores das regiões coloniais, com as figuras de Gaspar da Silveira Martins e de Karl von Koseritz,<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup>Os federalistas eram integrantes do Partido Federalista, fundado em 1892, cujo nome de liderança mais expoente era Gaspar da Silveira Martins. Existiu até 1928, quando deu origem ao Partido Libertador, fundado por Joaquim Francisco de Assim Brasil e Raul Pilla. O Partido Federalista fazia oposição ao Partido Republicano Rio-grandense. Em 1893, quando Júlio de Castilhos, presidente do Partido Republicano Rio-grandense, foi eleito para o governo estadual, teve início a guerra civil de 1893 (também chamada Revolução Federalista ou Guerra da Degola), colocando os dois partidos em luta armada. Em 1895, com a vitória dos republicanos, a oposição acabou sendo bastante enfraquecida nas eleições seguintes, até 1922, quando aconteceram as eleições para o governo estadual, vencidas por Borges de Medeiros, o que ocasionou nova guerra civil, em 1923.

<sup>36</sup>Sobre São Leopoldo, principalmente na sede municipal, “apesar do acordo que importantes setores católicos gaúchos estabeleceram com Júlio de Castilhos, no início da República, e que foi mantido, a nível estadual, durante todo o governo de Borges de Medeiros até 1928, pelo qual os “católicos” tinham direito a indicar um pequeno número de deputados na lista eleitoral do Partido Republicano Rio-grandense, as relações entre “católicos” e republicanos sempre foram tensas em São Leopoldo. Em compensação, o luterano Rotermund procurou aproximar-se do Partido Republicano local, a ponto de, na década de 1920, o jornal oficial no PRR em São Leopoldo, *União*, ser impresso na sua gráfica”. Ver: GERTZ, René E. O nativismo, os teuto-brasileiros católicos e luteranos no Rio Grande do Sul. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v.16 n. 24, p.43-60, out. 1998

<sup>37</sup>Karl von Koseritz nasceu em Dessau, localizada na Saxônia, Alemanha, em 7 de junho de 1830, falecendo em Porto Alegre, aos 59 anos de idade, em 30 de maio de 1890, em decorrência de um ataque cardíaco. Chegado ao Brasil em 1851, fazia parte dos chamados *Brummer*, nome dado ao grupo de aproximadamente 1800 soldados mercenários vindos de regiões que hoje formam a Alemanha. Este grupo foi contratado para a guerra contra o ditador argentino Juan Manuel de Rosa e o uruguaio Manuel Oribe, que tentava tomar o poder no país. Além de soldado, findada a guerra, se tornou professor e jornalista. Trabalhou, entre outros jornais, no *A Reforma*, de propriedade do político liberal rio-grandense Gaspar da Silveira Martins. Desliga-se do jornal em 1870. Em 1881 funda seu próprio jornal, o *Koseritz Deutsche Zeitung*, onde continua tecendo severas críticas à Igreja Católica e aos padres jesuítas, além de fazer uma relevante defesa da colônia alemã, reivindicando uma maior participação política desse grupo na sociedade brasileira. Em 1883 se elege

membros do Partido Liberal durante o período imperial. Isto se deve, em grande parte, ao fato de Silveira Martins e Koseritz (mesmo com atritos entre si) defenderem uma maior participação política dos imigrantes e de seus descendentes, sobretudo dos acatólicos. E parte deste grupo social, por sua vez, quando aconteceu a mudança de regime monárquico para republicano, acabou acompanhando os caminhos políticos tomados por Koseritz e Silveira Martins, que fora a oposição ao Partido Republicano Rio-grandense.

Nesse mesmo período, surgiram boatos de que algumas lideranças republicanas, como o próprio Júlio de Castilhos, nutriam certas desconfianças em relação a essa parcela da população. Nesse sentido, tornou-se emblemático um caso envolvendo secretário de Obras Públicas do estado, engenheiro João José Pereira Parobé. Este, que via com certa desconfiança o fato de alemães estarem tendo um aumento de seu poder político, chegou a afirmar que preferia ver o Rio Grande do Sul em atraso do que dever o desenvolvimento estadual aos imigrantes, especialmente os de origem alemã<sup>38</sup>. Esses fatores influenciaram decisões político-partidárias tanto de evangélico-luteranos como de católicos, pelo menos de uma parte deles. No caso dos católicos, muitas vezes influenciados pela ação dos padres jesuítas e seu Projeto de Restauração Católica, pesava o fato de estar à frente do PRR estadual o grupo alinhado com a ideologia positivista, sob liderança

---

deputado provincial do Rio Grande do Sul, pelo Partido Liberal, de Silveira Martins. Ao lado deste, se destacou mais uma vez como defensor dos imigrantes alemães, sobretudo os acatólicos. Proclamada a República, tornou-se um dos alvos das críticas dos republicanos, entre eles Júlio de Castilhos. Koseritz também estabeleceu uma série de críticas sobre a forma como o novo regime estava sendo implantado. Por fim, Karl von Koseritz acabou sendo preso, em prisão domiciliar, na qual inclusive suas filhas acabaram sendo envolvidas, não podendo sair de casa. Argumenta-se que esta prisão fragilizou sua saúde, colaborando para o problema cardíaco que lhe causou a morte. Sobre Karl von Koseritz, ver: WEIZENMANN, Tiago. “*Sou, como sabem...*”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). Porto Alegre, 2015. Tese [Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

<sup>38</sup> Ver: GERTZ, René E. O castilhismo e a colônia alemã. In: AXT, Gunter et al (orgs.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

de Júlio de Castilhos. E para alguns, catolicismo e positivismo eram incompatíveis.

Porém, nesse sentido, o que mais pesou não foi a discordância entre o ideário positivista e a fé católica. O elemento mais significativo era a possível perda de poder e de influência que a Igreja Católica teria no Brasil a partir da implantação da República, com a separação entre Estado e Igreja. O fato de alguns dos principais líderes do movimento republicano serem positivistas e maçons era visto por alguns setores da Igreja Católica também como uma ameaça, que deveria ser combatida. Arthur Rabuske assim define as mudanças ocorridas nesse período:

a queda do Império e a introdução da República havia sido, em grande parte, obra dos positivistas e maçons. Temia-se, assim, no lado católico, *não sem motivos justos*, que houvesse de chegar-se no novo regime a determinada luta entre o Estado e a Religião Católica ou Igreja (RABUSKE, 1974, p. 34, grifo nosso).

No cerne desta questão, se torna apropriada uma consideração que o historiador britânico Christopher Hill elaborou sobre a relação entre Estado e Igreja (e aqui consideramos as diversas confissões religiosas, não somente o catolicismo). Embora haja diferenças entre o caso britânico e o processo ocorrido no Brasil, a apreciação de Christopher Hill vai ao encontro de nossa compreensão sobre esta imbricada relação entre poder político e religioso. O componente religioso, de forma cônica ou subjetiva, está no bojo dos códigos norteadores das ações políticas, tanto individuais quanto coletivas, dos agentes históricos que analisamos. Ao mesmo tempo, as instituições religiosas almejam o poder político e o exercício deste poder. Não apenas em uma conotação político-partidária ou burocrático-administrativa, mas em um processo mais amplo: o de influência social. Deste modo, esta influência percorre as mais diversas ramificações da

sociedade, sejam elas culturais, educacionais, econômicas, entre outras<sup>39</sup>. Para Christopher Hill,

es la iglesia la que apoya al estado, es la religion la que fortalece al gobierno, haced que una cosa se estremeza y derribaréis la otra. Nada está tan arraigado em los corazones de los hombres como la religion, nada tiene tanto poder para dirigir sus actos. Y si alguna vez los corazones del Pueblo albergan dudas sobre la religion, todas las demás relaciones fracasan y nada encontrareis motines y sedición. Así la iglesia y El estado se apoyan y asisten mutuamente, y se uno de ellos cambia, al outro no Le queda um cimientto seguro (HILL, 1990, p. 124).

Ao atentarmos para esta premissa, poderemos melhor compreender as escolhas e articulações executadas por evangélico-luteranos e católicos. Enquanto os primeiros se dividem entre a oposição (a maioria) e a inserção de uma minoria no Partido Republicano Rio-grandense, os católicos, em um primeiro momento, tentam se articular em torno de uma agremiação partidária própria. Trata-se do Partido Católico do Centro<sup>40</sup>,

---

<sup>39</sup> Remetendo esta questão para a atualidade brasileira, vemos que ainda se trata de uma estratégia de exercício de poder recorrente. Tomemos como exemplo o Congresso Nacional, sobretudo a Câmara dos Deputados, com a presença da chamada “bancada evangélica” (vinculados principalmente com instituições religiosas de origem pentecostal e neopentecostal) e de parlamentares vinculados com o catolicismo. É possível ver a tentativa de influência social quando do posicionamento e tentativa de impor seus interesses e convicções diante de temas como união homoafetiva, discussões sobre a legalização do aborto, campanhas acerca de relações de gênero, entre outros assuntos. Tentativa essa que não se limita ao espaço parlamentar, mas é articulada de diversas formas, como, por exemplo, ao ser levada aos diferentes meios sociais, seja por meio da mídia, seja por meio da ação junto aos membros das referidas instituições religiosas, que geram um movimento de pressão social junto ao Congresso brasileiro.

<sup>40</sup>Em 1890, a organização do Partido Católico do Centro (inspirado no Partido Católico Alemão, *Zentrumspartei*) contou com a iniciativa de nomes como Jacob Kroeff Filho, Luís Englert, Frederico Linck e Hugo Metzler, entre outros, conforme ata de reuniões, que se encontra no acervo documental do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, na Coleção Wolfram Metzler. Não se trata apenas de um partido restringido à participação de alemães e descendentes. Veremos, entre seus membros, nomes como Alfredo Clemente Pinto, educador e político bastante ligado à Igreja Católica. Além das tentativas de âmbito eleitoral, o Partido contava com a imprensa, por meio do periódico de língua alemã *Deutsche Volksblatt*, produzido na Typographia do Centro, de propriedade de Hugo Metzler (lembramos que, da parte evangélico-luterana, havia o jornal *Deutsche Post*, produzido pelas oficinas gráficas do pastor Wilhelm Rotermund e sua família, sediada em São Leopoldo). Mesmo depois do fim do partido, este periódico continuou circulando até 1939, quando

formado em maio de 1890, seis meses após o evento da proclamação e instauração do regime republicano no país. Por outro lado, consideramos também as tentativas, por parte de lideranças evangélico-luteranas, para a organização de um partido político, o chamado Partido Colonial. Entre os nomes que formularam e lideraram esta tentativa, estão os pastores Heinrich Ernst August Kunert e Wilhelm Rotermund.<sup>41</sup> Mesmo não adentrando mais diretamente na abordagem sobre esta experiência de organização política, a consciência de que houve essa articulação ratifica a complexidade do ambiente social e político rio-grandense, durante essa fase inicial da República em nosso estado.

O Partido Católico do Centro, também chamado de Partido do Centro Católico ou simplesmente Centro Católico, teve existência efêmera no Rio Grande do Sul. A reformulação desta agremiação partidária, ocorrida em 1890, tentou reabilitar um projeto que já ocorrera alguns anos antes, na década de 1870. Porém, conforme nos indicam Arthur Blásio Rambo (2002) e René Gertz (2010), embora houvesse uma tentativa de arregimentação que promovesse uma votação expressiva nos candidatos do

---

de sua proibição pelo Governo Vargas. Embora não nos aprofundemos na questão da imprensa, esse breve relato nos ajuda a perceber mais um instrumento utilizado tanto por parte dos evangélico-luteranos como por parte dos católicos.

<sup>41</sup> Para maiores informações sobre o Partido Colonial, ver: GERTZ, René E. A República no Rio Grande do Sul: política, etnia e religião, *História Unisinos*, São Leopoldo, vol. 14, n. 1, p. 38-48, janeiro/abril, 2010. Neste artigo, o autor realiza uma apropriada análise crítica sobre a fundação do Partido Católico do Centro e sobre as articulações em torno da criação do Partido Colonial. Sobre este último, é interessante percebermos as pressões que foram exercidas por republicanos e oposição, na tentativa de, ou impedir a fundação do mesmo ou, pelo menos, limitar a sua função política. Conforme nos indica René Gertz, op. cit., p. 44, “políticos que haviam pertencido ao Partido Conservador, e agora apoiavam os republicanos, diziam que não se deveria criar um partido colonial autônomo, para concorrer com o partido do governo, que a “colônia” deveria restringir-se a organizar associações coloniais, as quais deveriam trazer suas demandas ao partido do governo e pressioná-lo para que fossem atendidas, mas não deveria fazer oposição. Os antigos liberais insistiam que, seja na forma de partido ou não, a “colônia” poderia articular-se, mas exclusivamente com vistas a suas reivindicações *econômicas*, pois a fundação e atuação de um partido *político* propriamente dito viriam a prejudicar o partido do próprio Gaspar Silveira Martins, o tradicional grande amigo das populações das regiões coloniais, pois esse partido político colonial geraria desavenças entre as próprias populações “coloniais” e aticaria o assim chamado “nativismo”, isto é, as posições, sobretudo, antialemãs que havia entre muitos republicanos”.

partido, tanto em nível estadual, para a Assembleia dos Representantes, tanto em nível federal, para a Câmara dos Deputados, esse objetivo não foi alcançado de maneira satisfatória.

O fato é que, em eleições posteriores, candidatos do Partido Católico do Centro unem-se aos candidatos republicanos, visando eleger seus representantes nas eleições federais e estaduais. Essa política de alianças acabou trazendo frutos, pois alguns representantes católicos foram eleitos para a Assembleia dos Representantes a partir de 1893. Dentre eles, destacamos o empresário do setor hoteleiro e de matadouros Jacob Kroeff Filho, residente no distrito de Novo Hamburgo, além de Luís Englert (já eleito em 1891), natural de São Leopoldo, que listam entre os fundadores do Partido Católico do Centro. Temos aí, deste modo, representantes dos católicos das áreas de imigração alemã inseridos na máquina política estadual. Tanto Jacob Kroeff Filho quanto Luís Englert ingressariam nas fileiras do Partido Republicano Rio-grandense, ao qual estariam vinculados até o fim da vida.

Retomando uma análise mais focalizada nas questões locais, envolvendo os dois grupos, é interessante estabelecer um paralelo com situação ocorrida em Santa cruz do Sul, que pode ser colocada em um quadro comparativo com os fatos políticos ocorridos em São Leopoldo e Novo Hamburgo, que ajudam a reforçar nossas considerações. Silvana Krause, ao se dedicar à análise da vida econômica, política e religiosa de Santa cruz, no período da Primeira República, evidencia que nesta localidade a divisão política de católicos e evangélico-luteranos também possui uma dimensão não dualista. No caso dos evangélico-luteranos e outros grupos acatólicos,<sup>42</sup> segundo a autora,

---

<sup>42</sup> Além dos evangélico-luteranos, vinculados ao Sinodo Rio-grandense, precisamos considerar também outros grupos de confissões diferentes, como os vinculados ao Sinodo de Missouri, chegados ao Brasil em 1900. Também podemos citar os participantes da Igreja Metodista, instalada no Rio Grande do Sul a partir de 1875, e a Igreja Anglicana, a partir de 1890.

mesmo com a política do PRR de alargar as liberdades dos acatólicos, não é possível afirmar que as lideranças políticas locais (em especial no início da República) aderiram em massa a esse projeto. Foi constatado que muitas lideranças políticas acatólicas tinham se juntado aos liberais no Império, gerando, como consequência, uma resistência a uma nova agremiação partidária. A fidelidade aos liberais, que também lutaram em favor aos acatólicos, foi um dos motivos que levaram a não adesão completa ao PRR destas lideranças. Além desse aspecto, as resistências ao PRR eram também ligadas à falta de autonomia dos municípios e à imposição de lideranças que não eram da região (KRAUSE, 2002, p. 184).

No caso de São Leopoldo e Novo Hamburgo, as intervenções na administração local também se tornaram um dos pontos de maior embate entre as forças políticas locais e a liderança partidária estadual, Borges de Medeiros, sobretudo após as já mencionadas nomeações de Gabriel de Azambuja Fortuna e Mansueto Bernardi. No tocante à participação e inserção dos católicos junto ao Partido Republicano Rio-grandense, em Santa Cruz do Sul veremos um fenômeno diferenciado do que ocorrera em São Leopoldo e Novo Hamburgo. Enquanto nestas duas localidades a entrada de católicos no partido foi expressiva, inclusive com membros deste grupo confessional estando à frente dos diretórios locais, em Santa Cruz do Sul observamos que a presença de católicos possui uma escala mais reduzida. No ambiente político santa-cruzeiro, parece que o PRR era visto com mais desconfiança do que no caso leopoldense e hamburguense. Houve um peso mais expressivo da discordância entre positivismo e catolicismo no fomento das relações e vinculações partidárias locais. Tanto que no Partido Católico do Centro, mesmo com sua curta duração,<sup>43</sup> a participação de agentes históricos locais foi intensa. E, mesmo após o encerramento das atividades do partido,

---

<sup>43</sup> Conforme registros, ainda encontramos reuniões do partido em nível estadual ocorrendo até o ano de 1896. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (NHVSL) - Coleção Wolfram Metzler - Livro de Atas das sessões do Centro Católico (Partido Católico do Centro) entre 1890 e 1896.

segundo Silvana Krause (2002), ocorreu a formação de um bloco local, denominado Aliança Católica, com o qual as lideranças do diretório republicano local acabavam tendo que negociar, na tentativa de uma adesão maior dos católicos nos processos eleitorais. Não apenas em nível local, mas até mesmo nas eleições estaduais e federais.

Apreender estas diferentes realidades locais ajuda a perceber a complexidade do mecanismo político. São diferentes interesses, relações, ajustes, distanciamentos e conflitos<sup>44</sup> que se entrecruzam, em diferentes momentos e em distintas escalas. Não podemos traçar uma linha retilínea na análise das imbricações entre política e religião, pois as disparidades e particularidades locais fazem emergir um tecido social multifacetado. E é justamente para deixar transparecer essas múltiplas dimensões da configuração política e partidária ocorridas em Novo Hamburgo que estabelecemos esta combinação entre o local e o mais amplo, ambos guiados por um olhar mais acurado, percebendo os detalhes, os elementos utilizados para a estruturação das redes sociais formadas pelos diversos agentes históricos envolvidos.

Na literatura rio-grandense, o fator religioso na vida social da população não deixou de ser considerado como um elemento importante. Em sua obra *O tempo e o vento*,<sup>45</sup> Erico Veríssimo<sup>46</sup> dedica algumas linhas para este aspecto:

---

<sup>44</sup> Compreendemos os conflitos não como meras exaltações ou momentos de indisposição. Nos casos que iremos analisar, os conflitos são por nós percebidos como formas de articulação grupal, mas também pessoal, em torno de um ou mais objetivos. A análise dos conflitos sob esta ótica tem como referência a Tese de Doutorado de Marcos Justo Tramontini. Para maiores informações, ver: TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

<sup>45</sup> *O Continente* (dividido em dois volumes) é a primeira parte da trilogia *O Tempo e o Vento* (a segunda parte é *O Retrato*, de 1951, também em dois volumes, sendo a terceira parte, *O Arquipélago*, lançado em 1961, em três volumes). Tendo em vista que o processo de escrita é construído ao longo do tempo e utilizando-se das percepções que o autor tem dos fatos que aconteceram, Erico Veríssimo acompanhou o desenrolar de diferentes processos envolvendo imigrantes alemães e descendentes, tanto católicos como evangélico-luteranos. Desde sua aproximação com Mansueto Bernardi, que fora diretor da Editora e Livraria do Globo, até as questões do Estado Novo, cremos que tiveram um peso no tocante às referências que o autor faz sobre o assunto em sua obra. Assim reforçamos nosso

fazia mais de quatro anos que tinham chegado à Feitoria do Linho Cãnhamo, às margens do Rio dos Sinos, centenas e centenas de colonos alemães. No futuro, os filhos desses imigrantes haveriam de fatalmente casar-se com as gentes da terra e o sangue alemão se misturaria com o português, o índio e o negro. Para produzir [...] o quê? Havia outra coisa que inquietava o vigário de Santa Fé. Era pensar em que entre esses imigrantes alemães deviam existir muitos protestantes. Chegaria o dia em que igrejas luteranas começariam a aparecer nas colônias. O governo devia evitar isso, estabelecendo como condição para um imigrante entrar no Brasil a sua qualidade de católico praticante. Porque a terra de Santa cruz pertencia espiritualmente à Igreja Católica (VERÍSSIMO, 1989, p. 223).

Cientes de que a construção literária não é, na maioria das vezes, descompromissada, podemos realizar diversas conjecturas sobre as intencionalidades do autor, assim como o contexto no qual se embasou para elaborar sua narrativa. Queremos, com isso, chamar a atenção para a percepção que diferentes campos do conhecimento têm deste aspecto, da trama que envolve a política e suas dimensões com a religião e suas nuances. Também é importante ressaltar a percepção que a intelectualidade rio-grandense tem sobre esses fatores. As observações de Erico Veríssimo evidenciam que disputas políticas e religiosas nas regiões de colonização, tanto rurais como urbanas, não passavam despercebidas. Em seu texto, ao localizar temporalmente as reflexões do pároco católico de Santa Fé ainda no século XIX, consideramos que Erico Veríssimo trazia à tona fatos do momento histórico em que vivia.

No caso em que nos propomos a trabalhar, existem outros elementos marcantes que precisam ser considerados. Até o

---

argumento de que, ao falar da situação de Santa Fé por volta de 1828, ele não fala apenas daquele momento histórico, mas abarca também a situação encontrada nas décadas de 1920, 1930 e 1940.

<sup>46</sup> Mansueto Bernardi, que trabalhou como diretor da Editora e Livraria do Globo, foi responsável pela contratação de Erico Veríssimo.

momento, não mencionamos as comemorações do Centenário da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul. Assim como, sobre a história de Novo Hamburgo, a menção feita sobre a emancipação ainda não foi mais explorada. Estes dois aspectos, marcos temporais e, mais que isso, são importantes eventos de construção política. Não são desconexos dos acontecimentos e do processo político que até o momento apreciamos. Consideramos que estes merecem um destaque oportuno, mas cabe ressaltar um ponto vital: por não serem desconexos, eles também são resultados do que até o momento vimos, além de ser base para desdobramentos bastante relevantes, que colocam mais uma vez em jogo os interesses de católicos e evangélico-luteranos.

Mas, se até o momento, dimensionamos e vislumbramos um panorama social bastante intenso, onde, na raiz de todo este processo, temos pessoas envolvidas. Pessoas que buscam o poder, que buscam participar da vida política. Podemos comparar a vida política e religiosa (não no sentido vocacional do termo) com uma máquina. E as máquinas são compostas por diferentes peças, engrenagens. E na analogia que fazemos, os agentes históricos são estas engrenagens. Então, para melhor compreendermos o funcionamento desta grande máquina, é salutar conhecer melhor quem são estas pessoas que operacionam este complexo sistema.

## **2.2 Um emaranhado de nomes e suas múltiplas ligações: conexões familiares, sociais, econômicas, políticas e confessionais**

Um nome, na verdade, pode ser muito mais que um nome. Dentro de uma estrutura sociopolítica e cultural, o nome tem uma função de distinção, no sentido de diferenciar um indivíduo do outro, mas também pode ser elemento importante de outras possibilidades. Um nome pode ser utilizado, por exemplo, como um elemento simbólico de poder, de influência econômica, política e social, dentro das percepções estabelecidas por Pierre Bourdieu (1989). Em torno de um nome, que passa a ganhar destaque

dentro de determinada conjuntura social, pode ser estabelecida uma série de redes. Essa é uma constatação de Carlo Ginzburg, ao afirmar: “as linhas que convergem para um nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG, 1989, p. 175).

A partir dessa concepção, buscamos estruturar o procedimento de pesquisa de nosso trabalho, através dos nomes de alguns agentes históricos, tanto católicos quanto evangélico-luteranos e, a partir disso, mapear e analisar as redes sociais que eles formaram ou às quais estavam vinculados.

Inicialmente, optamos por escolher alguns nomes mais conhecidos, que sabíamos terem atuação na esfera política e no âmbito religioso. Ao mesmo tempo, se trata de nomes que já receberam algum tipo de destaque, tanto na historiografia acadêmica como na memorialista. Exemplos são Pedro Adams Filho, que foi tema da Tese de Doutorado de Cláudia Schemes, e Jacob Kroeff Neto, que ganhou maior aprofundamento na Dissertação de Mestrado de João Hecker da Luz. Invariavelmente, os nomes de Pedro Adams Filho e Jacob Kroeff Neto fizeram parte da listagem inicial por nós formulada, assim como o nome de Leopoldo Petry. Estes três agentes históricos se tornaram o ponto inicial da pesquisa e análise entre os católicos. Em relação aos evangélico-luteranos, o nome inicial escolhido foi o de Guilherme Ludwig. Posteriormente, outros nomes foram acrescentados, como o de Júlio Kunz, membro do Partido Republicano Rio-grandense.

A partir destes nomes, empreendemos o trabalho de reconstituir as redes sociais formadas por estes agentes históricos. Os dois tipos iniciais de vínculos que encontramos e estabelecemos como ponto de partida para nossa pesquisa são o político e o da confissão religiosa. Mas outros elementos constitutivos importantes foram considerados e contemplados, como as relações econômicas, sociais e familiares. Tendo em vista a multiplicidade de formas de constituição das redes sociais, poderemos perceber

também que, na sua formatação, existem sobreposições de interesses. Sendo assim, é possível, por exemplo, encontrar agentes históricos que, no aspecto partidário e confessional, possuem distanciamentos, mas que são próximos nos interesses econômicos. Sendo assim, essas relações políticas, confessionais, econômicas, sociais se entrecruzam, o que confere um ambiente ainda mais complexo

Antes de partirmos mais diretamente para a configuração das redes sociais de nossos agentes históricos, cabe esclarecer alguns aspectos teóricos que embasam alguns pontos do que denominamos de *modalidades constitutivas*, ou seja, os principais meios que encontramos de estruturação destas redes sociais. Especificamente, no nosso caso, encontramos cinco formas principais: familiar, confessional, econômica, educacional e política. Na medida em que buscamos já contemplar os aspectos políticos e religiosos, nos ateremos mais diretamente nas questões familiares, econômicas e educacionais.

Para mapearmos os vínculos familiares, utilizamos uma metodologia que buscou aliar o instrumental utilizado nos estudos genealógicos (necessários para este tipo de pesquisa) com a análise biográfica. Este procedimento é necessário para a elaboração deste cruzamento de dados pessoais e familiares. Mas nosso escopo de análise não se restringe ao processo meramente genealógico. Para este trabalho, a genealogia é um instrumento primordial, que possibilita aprofundar as questões em análise.<sup>47</sup> Dentro de nosso objetivo, é apropriada a contribuição de Christophe Charle para

---

<sup>47</sup>Embora nosso trabalho não possua uma conotação prosopográfica, fizemos o uso de determinadas orientações que permeiam os trabalhos que se dedicam a este campo. A partir das considerações de Lawrence Stone (1971), a prosopografia pode ser entendida como uma investigação de pontos característicos comuns de diferentes agentes históricos, que constituem determinado grupo social, trazendo pontos comuns de sua vida. Com base nisso, se definem formulações e questões padronizadas, visando compreender o processo de atuação política, de inserção e ação social, de mudanças culturais, econômicas e ideológicas do grupo escolhido e seus membros. Ver: STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus*. v. 100, n. 01, p. 46-79, 1971. Outra obra que indicamos para uma aproximação da prosopografia é: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

este aspecto, ao afirmar que, no estudo acerca de um grupo social, “o historiador reencontra-se com a genealogia e a biografia, os dois gêneros históricos primeiros” (CHARLE apud HEINZ, 2006, p. 30).

Sobre as redes sociais familiares, é interessante a afirmação de Giovanni Levi, que nos inspira a compreendermos as relações familiares como algo mais dinâmico. Conforme o historiador italiano,

a história da família deve ser, portanto, contextualizada. A família isolada nos dá informações, não raro, desviantes, até porque nos leva a supor uma igualdade de condições entre pares, o que não é confirmado quando nos colocamos no âmbito de um quadro mais complexo. De fato, a família, entendida como um conjunto de parentes e aliados, não se estruturou de forma uniforme, com indivíduos que gozassem de deveres e direitos iguais, e sim como um conjunto diferenciado e hierarquizado, muito embora bastante coeso (LEVI, 2000, p. 110).

Deste modo, embora tenhamos que levar em conta aspectos subjetivos,<sup>48</sup> que podem também estar inseridos no âmago da estruturação das relações familiares, não há como refutar que a construção familiar e as relações entre seus indivíduos também são pautadas por interesses diversos. Os arranjos estabelecidos, conforme Antonio Candido (2002), são um mecanismo importante para garantir que haja, na sociedade, uma estrutura funcional adequada. E isso não fica circunscrito apenas no núcleo íntimo familiar, mas se amplia dentro das redes sociais, seja no espaço

---

<sup>48</sup> Sobre este aspecto, Ellen Woortmann indica que “ao contrário do casamento moderno, concebido como o resultado de decisões individuais, na Colônia ele era, e em boa medida continua sendo, arranjado pelas famílias, frequentemente com a intermediação de um agente social”. E acrescenta: “amor, contendo o perigo da decisão individual, pode ser percebido como representando a desordem. Ele pode romper barreiras fundamentais, como a da religião ou da origem étnica, e essa ultrapassagem de fronteira de identidade é percebida como a ameaça à reprodução de cada comunidade, que se define por uma identidade religiosa, e dos teuto-brasileiros em geral. O amor pode trazer também o perigo de um casamento anisogâmico, dentro dos limites étnico-religiosos”. Ver: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, parentes e compadres*. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo, Brasília: Hucitec, EDUNB, 1995, p. 157; 158-159. Embora os estudos de Ellen Woortmann contemplem principalmente o ambiente rural das Colônias alemãs, podemos estender as considerações feitas pela antropóloga também ao ambiente urbano, inclusive no período temporal que nossa pesquisa abarca.

privado, seja no espaço público. Espaços estes que muitas vezes se misturam e se confundem.

Dentre os meios familiares de arranjo social, os mais comuns são o matrimônio, o compadrio e o casamento. Dentro do nosso campo de análise, o instrumento mais utilizado são os enlaces matrimoniais. Por esse motivo, será sobre este elemento que teceremos uma análise mais acentuada.

Os vínculos familiares, entre eles os matrimoniais, ampliam aquilo que se convencionou chamar de *capital social* dos indivíduos envolvidos. Para Nan Lin (2006), capital social consiste de recursos embutidos nas redes ou nas associações a que os indivíduos têm pertencimento. Por sua vez, esses recursos são parte de uma relação de troca, sendo que uma das implicações do uso deste capital social é assumir a obrigação da reciprocidade ou da compensação.<sup>49</sup> Tendo em vista o estabelecimento destes deveres de reciprocidade (mas não desconsiderando os conflitos concernentes ao processo de construção social da família), entendemos que a inserção da rede familiar dentro da grande rede social se configura uma forma de respaldar de forma mais segura a busca de interesses e necessidades, tanto individuais quanto de um grupo.

O uso de arranjos familiares na sociedade brasileira remonta ao período colonial, passando pela fase monárquica, chegando até o período republicano. Na historiografia brasileira, têm crescido consideravelmente os estudos sobre esta prática. Verticalizando os estudos regionalmente, para o caso do Rio Grande do Sul, o estudo de Fábio Kühn (2014)<sup>50</sup> é um dos mais relevantes sobre esta

---

<sup>49</sup> Em sua teorização, Nan Lin se aproxima diametralmente de outros autores que trabalham com esse conceito, como Pierre Bourdieu e James Coleman. Ver: LIN, Nan. *Social capital: a theory of social structure and action*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press. 2006; BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1997; COLEMAN, James. Social capital in the creation of human capital. *The American Journal of Sociology*, n. 94, p. 95-120, 1988.

<sup>50</sup> Originalmente, este trabalho é resultado da Tese de Doutorado, defendida em 2006, na Universidade Federal Fluminense - UFF. A versão em livro foi lançada em 2014. Ver: KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família e poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720 - 1800)*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

temática, analisando a povoação do então Continente do Rio Grande e as relações de poder aí constituídas durante o século XVIII. Segundo o historiador,

nas sociedades de Antigo Regime, os arranjos familiares eram fundamentais para o processo de reprodução social, engendrando uma lógica de funcionamento que levava em conta cálculos econômicos, mas também incorporava elementos de uma mentalidade ainda aristocrática, baseada nas premissas do enobrecimento social e da reciprocidade entre os agentes envolvidos na transação matrimonial (KÜHN, 20147, p. 121).

Embora tanto no tocante ao século XIX quanto no século XX os estudos familiares na imigração estejam muitas vezes atrelados com interesses mais particulares (como tentativas de obtenção de dupla cidadania), uma análise mais crítica e densa destas famílias permite compreender um sistema relacional mais amplo, com fortes conexões sociais, políticas e econômicas. Para Marcos Witt, “a história da imigração pode ser mais bem compreendida sob a luz das relações familiares intra e extragrupo, independente de ser dentro de um mesmo núcleo ou entre Colônias que estão separadas geograficamente” (WITT, 2008, p. 72). E isso ocorre porque as relações familiares podem ser analisadas para além de si mesmas, ampliando as possibilidades. Como temos afirmado, as relações familiares fazem parte de um processo mais amplo de constituição de redes sociais, onde outras formas relacionais se entrecruzam.

Entre as relações que se entrecruzam com os laços familiares, vemos constantemente as de cunho econômico. Acerca deste aspecto, Giovanni Levi assevera que “a diversificação das atividades e a sua inserção em uma estratégia mais ampla misturaram a administração econômica com as relações sociais, criando interligações muitas vezes complexas” (LEVI, 2000, p. 112). Desde o século XIX, já nos primeiros tempos da presença de imigrantes no Rio Grande do Sul, é possível mapear a tentativa e

efetiva participação deles em diversos ramos econômicos. Além da agricultura, veremos imigrantes e descendentes envolvidos com a navegação<sup>51</sup>, em uma nascente indústria coureiro-calçadista, que atinge seu ápice no século XX, no comércio, no setor oleiro, entre outras ramificações da economia. Essas práticas foram adotadas de maneira mais acentuada por imigrantes *exponenciais*,<sup>52</sup> que estabeleceram, inclusive, relações com pessoas da capital e dos demais núcleos coloniais, além de São Leopoldo, como no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Ainda referente ao século XIX, Marcos Witt, ao analisar os inventários e outros documentos relacionados com os agentes históricos que pesquisara, indica que estas fontes

trouxeram à luz o potencial econômico dos colonos ao registrarem a quais atividades as famílias se dedicavam, sugerindo que o enriquecimento se deu através da ampliação dos negócios, os quais envolveram compra e venda de terras, comércio (estabelecimento comercial; venda), empréstimo de dinheiro e o uso de mão de obra escrava (WITT, 2008, p. 112).

Tendo em vista que o poder econômico de algumas famílias de Novo Hamburgo foi constituído justamente nesse período, manter e ampliar esse poder se fazia necessário. Para tanto, as relações sociais constituíam um caminho acertado para isso. Nesse ponto, objetivos econômicos são atrelados com ajustes familiares. Segundo Ellen Woortmann,

se, portanto, há transações comerciais – pois os princípios de parentesco não são rígidos, a ponto de impedir estratégias – essas transações são abrigadas num código de parentesco, o que indica

---

<sup>51</sup> Sobre este assunto, ver: REINHEIMER, Dalva N. *A navegação fluvial na República Velha Gaúcha*. São Leopoldo: Oikos, 2010; \_\_\_\_\_. *As colônias alemãs, rios e Porto Alegre: estudo sobre imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900)*. Dissertação [Mestrado]. São Leopoldo, 1999. Programa de pós-graduação em História – UNISINOS, 1999.

<sup>52</sup> Expressão cunhada por Marcos Witt em sua Dissertação de Mestrado e posterior Tese de Doutorado, a qual está relacionada com os imigrantes que se tornaram, neste primeiro momento, influentes e de forte liderança dentro do núcleo colonial.

que o parentesco é um princípio organizatório (WOORTMANN, 1995, p.84).

Além de buscar a manutenção do cabedal econômico obtido, evitando a sua pulverização, os arranjos familiares podem contribuir para a expansão das redes econômicas dos agentes históricos. Através da ampliação do leque de relações pessoais, é possível estabelecer e ampliar novos negócios. Veremos, mais adiante, que a participação dos agentes históricos que analisamos em diferentes ramos econômicos acentua esse aspecto que destacamos.

A questão educacional também precisa ser considerada de forma relevante no processo de formação de redes sociais e de estratégias políticas. Se observarmos de forma mais atenta, tanto católicos como evangélico-luteranos intensificam a fundação de escolas. E esse não é um processo aleatório.

Para os evangélico-luteranos, é comum afirmar que, desde os primeiros tempos da Reforma empreendida a partir de Martinho Lutero, o fator educacional se tornou uma marca indelével de sua própria confessionalidade e prática religiosa.<sup>53</sup> É fato que, desde a formação dos primeiros núcleos coloniais, no século XIX, encontramos registrada a formação de pequenos grupos de ensino paroquiais. Nestes locais, geralmente o papel de professor era exercido, primeiramente, pelos pastores ou por *pseudopastores*.<sup>54</sup> Exemplos destas pequenas escolas paroquiais é a

---

<sup>53</sup> Nosso objetivo não é estabelecer uma análise sobre a veracidade ou relativização desta perspectiva. Mas, sobre este debate, indicamos: DEFREYN, Vanderlei. Sobre a Tradição Escolar Luterana. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 04, p. 28-33, maio/agosto, 2004a; \_\_\_\_\_. *A Tradição Escolar Luterana: Sobre Lutero, educação e a história das escolas luteranas até a guerra dos Trinta Anos*. Dissertação [Mestrado]. São Leopoldo, 2004. Instituto Ecumênico de Pós-graduação - EST, 2004b.

<sup>54</sup> Termo destinado, geralmente, aos pastores que exerceram esta atividade nas comunidades coloniais e não possuíam a formação teológica para o ofício. Estes *pseudopastores* eram, muitas vezes, na falta de pastores oficiais, escolhidos pela comunidade local para a oficialização do culto e das atividades pastorais. Também há casos em que membros da comunidade se colocavam à disposição para o exercício desta função. Embora seja possível que, em alguns casos, haja a intencionalidade de auxiliar espiritualmente estas comunidades coloniais, sobretudo as mais

escola da Comunidade Evangélica Hamburgo Velho, datada de 1832, e a escola da Comunidade Evangélica de Campo Bom, datada de 1828.<sup>55</sup> Com o decorrer do tempo, a estrutura educacional dos evangélico-luteranos foi progredindo,<sup>56</sup> principalmente após a fundação do Sínodo Rio-grandense, em 1886. Correlato à criação do Sínodo Rio-grandense, também ocorre um processo de agudização identitária, a *germanidade*, tendo como um de seus principais fomentadores o já referido pastor Wilhelm Rotermund. René Gertz aponta que

a intransigente defesa da indissociabilidade entre etnia e luteranismo, no entanto, não significava para Rotermund uma tentativa de segregação ou de guetização da população de origem alemã no Rio Grande do Sul. Pelo contrário. Para fortalecer a posição da etnia no contexto nacional brasileiro, atuou de forma incisiva em três áreas – além da pastoral: a educacional, a cultural e a política (GERTZ, 2002, p. 33).

Percebemos, deste modo, que a educação também cumpre um decisivo papel dentro de um mecanismo político mais denso.

---

distantes dos núcleos principais, na maioria das vezes essa disponibilidade tinha interesses sociais, políticos e econômicos. Isso se deve por conta do simbolismo em torno da figura do pastor (ou do padre) e da influência que este passa a exercer no seio da comunidade. Conforme Pierre Bourdieu (1989), o reconhecimento por parte dos outros garante uma conquista que só poderia ser adquirida com recursos econômicos ou pelo uso da força. Ao mesmo tempo, essa *disponibilidade* no exercício do pastorado pode gerar conflitos intensos. Sobre este aspecto, ver: TRAMONTINI, Marcos Justo. Ehlers, Voges e Klingelhofer: a disputa. In ELY, Nilza Huyer; BARROSO, Véra Lucia Maciel (orgs.). *Raízes de Terra de areia*. Porto Alegre: EST, 1999, p. 209-2012. O termo *pseudopastor* também pode se referir àqueles que atuaram de forma mais livre nas comunidades, sem um vínculo confessional mais direto. Sobre esse aspecto, ver: WITT, Osmar. *Igreja na migração e colonização*: a pregação itinerante no Sínodo Rio-grandense. São Leopoldo: Sinodal, 1996. (Série Teses e Dissertações, n. 8).

<sup>55</sup> Atualmente denominada Colégio Sinodal Tiradentes.

<sup>56</sup> Um exemplo de reestruturação organizacional da educação entre os evangélico-luteranos é a criação do Jornal Geral do Professor para o Rio Grande do Sul (*Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul*) e da Associação de Professores Alemães Evangélicos do Rio Grande do Sul (*Deutscher Evangelischer Lehrerverein von Rio Grande do Sul*). Sobre esse assunto, recomendamos a obra de Isabel Cristina Arendt, originalmente lançada como Tese de Doutorado, em 2005, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, posteriormente publicada em forma de livro. Ver: ARENDT, Isabel Cristina. *Educação, Religião e Identidade Étnica*: o *Allgemeine Lehrerzeitung* e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Oikos, 2008.

Sobre o aspecto da identidade étnica, retomaremos a análise posteriormente, tendo em vista que é um componente que permeará a política, a educação e a sociedade durante as décadas seguintes. Não apenas entre os evangélico-luteranos, mas entre católicos também.

Entre os imigrantes e descendentes católicos, a educação passou a ter um peso maior a partir de 1860, quando da efetivação do Projeto de Restauração Católica. As escolas católicas tiveram uma atenção maior por parte das autoridades eclesiásticas do Rio Grande do Sul, assim como ocorrera o incentivo para a vinda de ordens e congregações religiosas para o estado.<sup>57</sup> Entre as características destas congregações e ordens, encontramos a atuação no âmbito escolar e na área hospitalar.<sup>58</sup> Destacamos também a formação de uma rede de apoio<sup>59</sup> para as escolas paroquiais católicas, coordenada principalmente pelos padres jesuítas, que também estavam à frente do Projeto de Restauração Católica no Rio Grande do Sul. Entre estes elementos de apoio, se destacam, conforme Arthur Blásio Rambo

---

<sup>57</sup> Entre as congregações e ordens religiosas que estabeleceram no Rio Grande do Sul, a partir do final do século XIX, podemos destacar, além dos padres da Companhia de Jesus (presentes desde 1849): Irmãos Maristas (a partir de 1900); Irmãos Lassaletas (a partir de 1907); Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã (em 1872); Congregação das Irmãs de Santa Catarina, Virgem e Mártir (a partir de 1899), Irmãs de Notre Dame (1923). Até 1983, a diferença entre ordem religiosa e congregação religiosa estava nos votos professados por seus membros: as ordens professavam votos mais solenes, enquanto as congregações, votos mais simples. Pelo Código de Direito Canônico da Igreja Católica, reformulado pelo Papa João Paulo II em 1983, ordens e congregações estão inseridas nos chamados *institutos de vida religiosa*. Deste modo, ordem e congregação hoje estão relacionados com o nome original do grupo religioso, como por exemplo, *Ordem dos Frades Menores* (Franciscanos) e *Congregação das Irmãs de Santa Catarina, Virgem e Mártir*.

<sup>58</sup> Exemplo são as religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, que além do Colégio São José (fundado em 1872, ano da chegada das primeiras religiosas), fundaram em 1901 o Sanatório Santa Elisabeth, em São Leopoldo (o hospital já não existe, havendo no local um lar para pessoas idosas), e as religiosas da Congregação das Irmãs de Santa Catarina, Virgem e Mártir, que além do Colégio Santa Catarina (fundado em 1900), fundaram em 1930 o Sanatório Regina (atual Hospital Regina), em Hamburgo Velho, Novo Hamburgo.

<sup>59</sup> Para maiores informações, ver: KREUTZ, Lúcio. *O Professor Paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS/ Florianópolis: Ed. UFSC / Caxias do Sul: EDUCS, 1991; RAMBO, Arthur Blásio. *A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica: a Associação de Professores e a Escola Normal*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996. (Estudos Teuto-brasileiros, 3); \_\_\_\_\_; ARENDT, Isabel Cristina (Orgs.). *Cooperar Para Prosperar: a terceira via*. Porto Alegre: Sescop/RS, 2012.

(1996) e Lúcio Kreutz (1991), a Associação de Professores Alemães-Brasileiros Católicos no Rio Grande do Sul (*Deutschbrasilianischer Katholischer Lehrerverein in Rio Grande do Sul*), as Assembleias Gerais dos Católicos (*Katholikentage ou Katholikenversammlugen*), as Assembleias gerais e regionais de professores (*Lehrerkonferenzen*), a Folha dos Professores Alemães-Brasileiros Católicos no Rio Grande do Sul (*Vereinsblatt des Deutschbrasilianischer Katholischer Lehrerverein in Rio Grande do Sul*, impressa pela Typographia do Centro)e o Seminário de Professores (*Lehrerseminar*), também chamado de Escola Normal Católica, que em 1929 mudou-se para Hamburgo Velho, vinda de Arroio do Meio.

Quando remetemos ao caso de Hamburgo Velho e Novo Hamburgo, a existência de importantes educandários nestas localidades evidencia a importância da questão educacional. Na década de 1920, conforme Leopoldo Petry (1959), existiam cerca de sete aulas públicas nesta região do 2º Distrito. Também veremos que evangélico-luteranos e católicos possuíam importantes instituições escolares nas duas localidades.<sup>60</sup> Podemos elencar, pelos evangélico-luteranos, a já mencionada Escola Evangélica de Hamburgo Velho (posteriormente Escola Pindorama) e a Escola Evangélica de Novo Hamburgo (posteriormente Escola Oswaldo Cruz, fundada em 1896), mantidas pelas respectivas comunidades; a escola Evangelisches Stift (posteriormente Fundação Evangélica, fundada em 1886), vinculada mais diretamente ao Sínodo Rio-grandense. Do lado católico, temos o Colégio Santa Catarina (mantido pela Congregação das Irmãs de Santa Catarina, fundado em 1900) e o Colégio São Jacob (mantido pelos Irmãos Maristas,

---

<sup>60</sup> Dois destes educandários, a escola Fundação Evangélica (Evangelisches Stift até 1938) e Colégio Santa Catarina, foram objetos de estudo em nosso Trabalho de Conclusão de Curso, no qual buscamos analisar como estas duas instituições foram utilizadas como elementos de ação política, tanto por lideranças evangélico-luteranas como católicas, durante o regime estadonovista. Ver: SANTOS, Rodrigo Luis. *As escolas confessionais como instrumento de ação política de grupos de alemães e descendentes no contexto do Estado Novo* (o caso das escolas Santa Catarina e Fundação Evangélica de Novo Hamburgo - RS). 97 p. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação em História] - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 2013.

fundado em 1914), sendo ambas as escolas em Hamburgo Velho. Posteriormente, ainda na década de 1920, ocorreria a fundação de outros educandários, como a Escola Paroquial São Luiz, fundada em 1928.

Como já afirmamos na parte introdutória deste trabalho, as instituições educacionais possuem uma dimensão que vai além do processo de ensino: são espaços de atuação política, com um forte sentido de representação social e de manutenção e visibilidade desse status. Por conta disso, elas tornam-se uma poderosa ferramenta no jogo político, pois, dentro dos processos de articulação visando à continuidade desses educandários, alguns agentes históricos visam também afiançar sua própria inserção social ou do grupo ao qual estão inseridos. No caso dos grupos católico e evangélico-luterano, é possível detectar isso, quando analisamos a trajetória dos colégios São Jacó e Santa Catarina e da Fundação Evangélica.<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup>No caso da Fundação Evangélica, recomendamos a seguinte leitura: MEYRER, Marlise Regina. *Evangelisches Stift: uma escola para “moças das melhores famílias”*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 1997. No caso das escolas Santa Catarina e Colégio São Jacó, teremos uma participação importante de Jacob Kroeff Filho na sua abertura. No caso do Colégio Santa Catarina, Kroeff Filho, como membro da comunidade católica da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, foi um dos primeiros apoiadores, inclusive materialmente, para que as religiosas da Congregação das Irmãs de Santa Catarina, Virgem e Mártir, abrissem um educandário católico na localidade de Hamburgo Velho, em 1900. Sobre isso, ver: *Colégio Santa Catarina: 100 anos de história*. Porto Alegre: Nova Prova, 2000. No caso do Colégio São Jacó, Jacob Kroeff Filho foi doador do terreno onde fora construída a escola (onde hoje se situa o Campus I da Universidade FEEVALE, também no bairro de Hamburgo Velho). Além disso, nos anos posteriores, ambos os educandários católicos receberiam apoio das famílias Kroeff e Adams, por exemplo. Cabe lembrar que o Colégio Santa Catarina, a partir de 1914, tornou-se um educandário feminino, enquanto o São Jacó era uma escola para meninos. De certa forma, a criação das duas escolas em Hamburgo Velho tinha uma finalidade de, no mínimo, fazer frente ao Evangelisches Stift.

**Figura 03:** Anúncio do Colégio São Jacó – Novo Hamburgo.

proteza no serviço.  
Escritório : Ladeira n. 45.  
3as., 5as e 6as. 2ª ord.

**COLLEGIO SÃO JACOB**  
Em  
**Hamburger-Berg**  
Internato e Externato

No dia 15 de março des e anno, abre se neste pittoresco e saudavel lugar, o recém-construido, Collegio São Jacob, para meninos, dirigido pelos já demais conhecidos e reputados Irmãos Maristas, sendo que todas as preleções serão dadas em allemão.

Pensão, incluido todo o ensino, de accordo com o programma, ra. 50\$000 mensal.

Matricula desde já acha-se aberta e pode ser pedida, como também prospectos do director do Collegio ou dos membros da commissão.

Jacob Kroeff Filho  
Pedro Adams Filho  
Jacob Kroeff Netto  
João V. Hennemann.  
s. n. até 15 maç.

anno de  
Mas pe  
mentar p  
nascidas  
1914 em  
verem n  
segundo  
residenci

Vende-  
nos n. 4  
frente o  
toda de  
45 palm  
frente a  
Ao lad  
de galpi  
visto á  
a chave  
mesna r

Dr. W  
M  
Residenc  
2ª ord

Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa – Jornal A Federação, 21/01/1915.

A partir desta planificação mais teórica sobre as *modalidades constitutivas* principais das redes sociais formadas por nossos agentes históricos, iniciaremos a análise da trajetória percorrida por estes agentes. Convém salientar que as escolhas realizadas neste primeiro momento tentam abarcar os agentes que participaram dos primeiros movimentos políticos, no início da década de 1920, como alguns já citados nos casos das mudanças de nome de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho e da indicação do candidato dissidente Carlos Octaviano de Paula. Também entrarão neste escopo nomes que atuaram nas comemorações do centenário da imigração alemã (1924) e no processo de emancipação política de Novo Hamburgo (entre 1924 e 1927). Ao mesmo tempo, também já se abrem caminhos para analisar a atuação de outros membros destas famílias, cuja atuação tornou-se mais efetiva a partir do final da década de 1920 e durante as décadas de 1930 e

1940. Por conta disso, outros nomes também surgirão ao longo do trabalho, exigindo a análise de suas trajetórias e das redes às quais estão vinculados. Assim, veremos também que alguns nomes, por diferentes motivos, terão uma atuação mais direta em determinado período, mas esta participação diminuirá ou cessará posteriormente. Trata-se de um desafio, pois exige, além de pesquisas, uma apreciação que não se reduza em torno de ligações familiares, mas que permite ver os desdobramentos destas relações dentro da estrutura social e política.

Para que possamos dar início a nossa análise mais direta, partiremos da trajetória de Jacob Kroeff Neto e sua família. Esta escolha se deve, também, ao fato de sua família estar envolvida com as questões políticas em Novo Hamburgo, e também no estado, desde o final do século XIX. Tanto que retrocederemos um pouco em nosso recorte temporal, trazendo aspectos da trajetória familiar e política de Jacob Kroeff Filho, pai de Jacob Kroeff Neto.

Jacob Kroeff Filho nasceu em 1851, na localidade de Merl, na região de Renânia-Palatinado (atualmente um dos estados da Alemanha). Chegou ao Brasil, juntamente com seus pais e irmãos, instalando-se na localidade de Hamburger Berg (atual bairro de Hamburgo Velho), então 4º Distrito de São Leopoldo. Além de Kroeff Filho, e de seus pais, Jacob Kroeff e Thecla Kroeff, também vieram suas duas irmãs, Amália e Maria Hortência. Esta se casaria com João Miguel Treis, católico. A filha de João Miguel Treis e Maria Hortência Kroeff, Maria Thecla Treis, se casaria com o também católico João Wendelino Hennemann. Chegados ao Brasil, Jacob Kroeff e sua esposa fundariam, em Hamburger Berg, o Hotel Kroeff. Além do hotel, logo também se envolveram com a criação de gado e a fundação de um pequeno matadouro, que teria um considerável crescimento nas décadas seguintes.

Posteriormente, Jacob Kroeff Filho contrairia núpcias, em 1873, com Thereza Steigleder, a qual era filha de Philip e Bárbara Steigleder. Sobre Philip Steigleder, temos algumas informações complementares:

Philip Steigleder, um viajante que também teve estalagem, além de cervejaria, curtume, fábrica de linguiça e padaria, negócios que na verdade eram conduzidos por sua incansável mulher, Bárbara. Os Steigleder tornaram-se amigos da família Kroeff. Mais tarde o filho de Jakob Kroeff, que chegara ainda criança da Alemanha, viria a casar-se com a filha de Philip Steigleder, Theresa, a quem desde pequeno o futuro sogro prometia que, se ela se comportasse bem, ele lhe daria o filho em casamento. A promessa foi cumprida (DREYER, 2004, p. 31-32).

Aqui podemos perceber que já se entrecruzam interesses familiares e econômicos. Sobre o componente religioso, Philip Steigleder e sua família eram católicos atuantes. Desse modo é possível ver filhos do casal Jacob Kroeff e Theresa Steigleder crescerem dentro da confissão católica. As atividades econômicas nas quais Jacob Kroeff Filho se envolvera, a criação de gado e o matadouro, denominado Matadouro Kroeff (localizado próximo do atual bairro Santo Afonso, em Novo Hamburgo), parecem ter obtido em pouco tempo um êxito significativo. Conforme Lilian Dreyer,

com toda essa tradição empreendedora, fizeram prosperar o Matadouro Kroeff, que Jakob construía próximo à propriedade do sogro (e onde sua incansável sogra, Bárbara, atuaria como capataz). A tal ponto se dão bem que quatro anos depois já contam até com estação de trem privativa. Abatem vinte a trinta animais por dia, e as suas atividades expandem-se por vinte e duas colônias. Os doze filhos de Jakob e Theresa Kroeff tornam-se adultos sem conhecer e talvez até sem poder imaginar as dificuldades e privações que haviam permeado o destino das famílias de origem dos pais (DREYER, 2004, p. 32).

Embora o tom do discurso empreendido pela autora contenha um certo exagero de elogios, podemos considerar que os dados relativos ao sucesso do matadouro sejam verossímeis. Jacob Kroeff Filho passou a abastecer a capital da província, Porto Alegre, com carne. Isso se dava a partir da estação férrea que ficava próxima do

matadouro. Além disso, adquirira áreas de terras em São Sebastião do Caí (onde hoje fica o município de Capela de Santana), que recebeu a denominação de Fazenda Paquete, e em São Francisco de Paula, em área que ficou conhecida como Rincão do Kroeff, com a finalidade de ampliar a criação de gado de corte. Contudo, Jacob Kroeff Filho não detinha o monopólio do abastecimento de carne para Porto Alegre. Em Novo Hamburgo, onde hoje se situa o atual bairro Ouro Branco, foi instalado o Matadouro Provenzano, que também fazia o abastecimento da capital.

**Figura 04:** Estação Férrea do Matadouro Kroeff ou *Parada Kroeff* – Novo Hamburgo.



Fonte: Estações ferroviárias do Brasil: Disponível em:

[www.estacoesferroviarias.com.br/rs\\_linhaspoa/kroeff.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_linhaspoa/kroeff.htm), acesso em 16/02/2015.

Esse sucesso do ponto de vista econômico, a partir do Matadouro Kroeff, lhe rendeu também frutos no campo político. Em 1886, é eleito vereador da Câmara de São Leopoldo, cargo que ocupou até 1889. Com a proclamação e instalação do regime republicano, a Câmara de Vereadores é desativada. Em 1891, já com a denominação de Conselho Municipal, Jacob Kroeff Filho é novamente eleito, permanecendo pouco tempo no cargo.

Ainda no âmbito político, Jacob Kroeff Filho foi um dos fundadores do Partido Católico do Centro, em 1890. Entre seus companheiros de agremiação política, se encontrava Luiz Englert, natural de São Leopoldo. Mais tarde, ambos ingressaram no Partido Republicano Rio-grandense (PRR), sendo eleitos deputados

da Assembleia dos Representantes do estado por este partido, representando a região colonial alemã.<sup>62</sup> Jacob Kroeff Filho seria eleito em 1893, ocupando o cargo até 1901.

Retomando o aspecto familiar da trajetória de Jacob Kroeff Filho, de seu consórcio com Thereza Steigleder nasceram doze filhos: Tecla Philomena, Antonio Roberto, Maria Teresa, Nicolau, Amália Carolina, Augusta, Jacob Kroeff Neto, Ottilia Kroeff, Olga Maria, Anna Maria (Anita), Emma Elsa e Hildegard. A partir das relações que os filhos e filhas de Jacob Kroeff Filho estabeleceram por meio dos vínculos matrimoniais, percebemos parte da rede que se formou, e que acabou colaborando no dimensionamento político de Novo Hamburgo.

Thecla Philomena casou-se com João Leopoldo Lackmann, com quem teve nove filhos. Uma das filhas do casal, Maria Elma Lackmann, se casaria com Oscar Frederico Adams, empresário do setor coureiro-calçadista. Antonio Roberto Kroeff se casa com Maria Ottilia Becker e passa a residir em São Francisco de Paula, na localidade de Rincão dos Kroeff, se dedicando à criação de gado de corte. O casal tem doze filhos. Maria Ilsa Kroeff, uma das filhas do casal, se casa na década de 1920 com Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro. Trata-se de um nome que terá papel importante na história política de Novo Hamburgo a partir do final da década de 1920 até os primeiros anos da década de 1940. Olga Maria Kroeff se casa em 1926 com Pedro Adams Filho, com quem teve três filhos.

Emma Elsa Kroeff se casará, em 1926, com o arquiteto Joseph Lutzenberger,<sup>63</sup> fora responsável pelo projeto da igreja São Luiz de Novo Hamburgo. Deste modo, é plausível afirmar que a construção da capela e, a partir de 1926, igreja matriz paroquial,

---

<sup>62</sup> Luiz Englert fora eleito deputado primeiramente, em 1891.

<sup>63</sup> Desse casamento nasceu José Antônio Kroeff Lutzenberger (17 de dezembro de 1926 – 14 de maio de 2002), agrônomo e um dos mais destacados ambientalistas brasileiros. Em 1971, foi um dos fundadores da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), primeira associação ecológica brasileira.

também fora fruto de um acordo fortalecido pelas redes sociais constituídas pelos integrantes da diretoria e da comissão de construção com o arquiteto. Hildegard Kroeff, por sua vez, se casaria com Luiz Adolfo Gaston Englert, conhecido como Gaston Englert, filho de Luiz Englert. Vemos que as relações entre Jacob Kroeff Filho e Luiz Englert não foram sedimentadas apenas no campo religioso (ambos católicos) e partidário. Estes tiveram desdobramentos no âmbito familiar também. Gaston Englert (02 de março de 1895 - 08 de novembro de 1965) formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre e atuou também como comerciante. Foi deputado federal constituinte, eleito em 1946, e secretário estadual da Fazenda, entre 1947 e 1950, durante o governo de Walter Jobim. Gaston ainda foi diretor (membro da primeira diretoria) do Banco do Rio Grande do Sul (atual Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL), nomeado pelo então presidente do Estado, Getúlio Vargas, em 1928. Integrava esta primeira diretoria, também no cargo de diretor, Agnello Correa Ferreira da Silva, engenheiro, irmão de João Correa Ferreira da Silva, intendente de São Leopoldo, falecido no exercício do cargo em março de 1928. Já na década de 1930, Gaston Englert fez parte do Conselho de Administração do Estado (CAE), criado em 1939. Ocupou o cargo entre 1939 e 1945. Após isso, ainda em 1945, integrou núcleo de implantação do Partido Social Democrático Social (PSD) no Rio Grande do Sul, pelo qual se elegeu deputado federal.<sup>64</sup>

Nicolau Kroeff se casou com Maria Catharina Adelina Wiltgen, em 1905, nascendo três filhos deste relacionamento. Enquanto seu irmão Antonio Roberto passa a residir em São Francisco de Paula, Nicolau passa a morar na Fazenda Paquete, em São Sebastião do Caí, também se envolvendo com a criação de gado. Além disso, também teria envolvimento na política local,

---

<sup>64</sup> Para maiores informações, ver: BRAGA, Sérgio Soares. *Quem é quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. v. 1. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 1998.

assim como um de seus filhos. Amália Kroeff contrai matrimônio com Albino Wiltgen, em 1899, enquanto Anna Maria, também chamada Anita, casou-se com Mathias Alfredo Wiltgen. Por fim, Jacob Kroeff Neto casou-se, em primeiras núpcias, com Ottylia Wiltgen, no ano de 1906. Com a morte da primeira esposa, em 1922, Kroeff Neto contrai matrimônio com Elsa Ludwig. Três filhas de Jacob Kroeff Filho morreram ainda jovens: Maria Teresa, aos onze anos, em 1898; Augusta, também em 1898, aos dezessete anos, quando se preparava para ingressar na ordem das Irmãs Franciscanas, e Ottilia, que faleceu ainda criança, aos três anos de idade, em 1887.

Destacamos, nesse emaranhado de relações matrimoniais que foram estabelecidas, os quatro últimos casamentos elencados, que envolveram os irmãos Nicolau, Amália, Anna Maria e Jacob Kroeff Neto. Se observarmos os sobrenomes dos cônjuges, veremos que eles são o mesmo: Wiltgen. Esse fato não é mera coincidência. As bases desses enlaces envolvendo as famílias Kroeff e Wiltgen também possuem uma conotação econômica. Conforme relata João Hecker da Luz,

com os recursos acumulados, o seu empreendimento precisava da entrada de capitais. Nessa busca conheceu Pedro Wiltgen, seu novo sócio, em 1903. Pedro nasceu na Europa, foi imigrante junto aos pais, desistiu cedo da vida braçal do campo — assim com o novo sócio o matadouro passou a se denominar Kroeff-Wiltgen (LUZ, 2010, p. 99).

Não foi possível mapear com exatidão, mas, pelo fato de uma filha de Jacob Kroeff Filho (Amália) ter se casado com um filho de Pedro Wiltgen (Albino) em 1899, acreditamos que eles já se conheciam no mínimo há quatro anos. Esse fator indica que, por volta de 1903, as relações entre as duas famílias, no tocante aos vínculos econômicos, já apresentavam estabilização. Mas a verdadeira solidificação ocorreria com os demais casamentos entre os herdeiros de Pedro Wiltgen e Jacob Kroeff Filho. Assim, mais

uma vez, temos interesses familiares sendo entrelaçados com objetivos econômicos.

Passemos agora a analisar alguns detalhes da trajetória de Jacob Kroeff Neto, que acabou sendo o sucessor de Jacob Kroeff Filho na vida política, embora seu irmão Nicolau também tenha participado da vida política de São Sebastião do Caí. Mas dentre os filhos de Jacob Kroeff Filho, foi realmente Jacob Kroeff Neto que alcançou um espaço político mais destacado. Nascido em Novo Hamburgo, no dia 3 de fevereiro de 1883, faleceu em 1966. Formou-se, aos 21 anos de idade, na primeira turma da Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1904. Além da advocacia, Kroeff Neto se dedicou a dois outros empreendimentos: os negócios da família, sobretudo o matadouro, e as atividades políticas.

Assim como seu pai, Jacob Kroeff Neto também foi integrante do Partido Republicano Rio-grandense. Iniciou sua trajetória política como candidato ao Conselho Municipal de São Leopoldo, em 1908. Não fora eleito, ficando na suplência. Em 26 de fevereiro de 1917, Jacob Kroeff Neto é eleito para o cargo de deputado na Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul. Ocuparia este cargo, sendo eleito consecutivamente, até 1928.<sup>65</sup> Católico praticante e engajado, estudara no Ginásio Conceição, de São Leopoldo, mantido pelos padres jesuítas. Essa proximidade também se refletira nas questões políticas, já que Jacob Kroeff Neto contara com o apoio dos jesuítas na oposição contra o evangélico-luterano Guilherme Gaelzer Neto, que desde 1902 governava o município de São Leopoldo. Tanto que em 1916, quando o intendente Gaelzer Neto planejava uma nova candidatura, tentando mais um quadriênio frente ao executivo leopoldense, o bloco católico republicano local (cujas principais lideranças eram de Novo Hamburgo), com apoio dos jesuítas, se articularam em oposição, lançando o nome de Jacob Kroeff Neto para o cargo. Por fim, Borges de Medeiros optou por intervir no governo

---

<sup>65</sup> Para maiores informações, ver: SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (orgs.). *O Parlamento Gaúcho: da Província de São Pedro ao Século XXI*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013, p. 32-34.

local (assim como no diretório republicano), nomeando para o cargo de intendente Gabriel de Azambuja Fortuna. Com a nomeação de Azambuja Fortuna, ocorreriam os desdobramentos políticos que mencionamos anteriormente, no início desse capítulo. E, embora tenha perdido a disputa política para a intendência leopoldense, na qual Gaelzer neto também acabara perdendo, o resultado nas urnas para as eleições legislativas dariam uma vitória a Jacob Kroeff Neto e seu grupo: Kroeff Neto seria eleito deputado, enquanto Guilherme Gaelzer Neto ficou na suplência.<sup>66</sup> Pelo que pode ser percebido, ou o grupo de Kroeff Neto conseguiu empreender uma articulação mais eficaz, que lhe garantiu êxito no pleito legislativo, ou realmente havia um descontentamento bastante grande para com o intendente Gaelzer Neto.<sup>67</sup> No que diz respeito à vida familiar de Jacob Kroeff Neto, será necessário que seja retomada mais adiante, pois ela terá um papel importante nos rumos políticos no período de pré-emancipação de Novo Hamburgo.

Ao falarmos do grupo de Jacob Kroeff Neto dentro do Partido Republicano Rio-grandense de São Leopoldo (embora a atuação de Kroeff Neto e desse grupo se desse principalmente no diretório de Novo Hamburgo), um dos nomes que está geralmente vinculado a ele é do empresário e líder católico Pedro Adams Filho. Por conta de sua importância frente aos principais acontecimentos políticos que envolvem Novo Hamburgo no decorrer das décadas de 1910 e 1920, também é necessário pormenorizar alguns aspectos de sua trajetória.

Pedro Adams Filho nasceu em 13 de abril de 1870, na localidade de Santa Clara do Sul, então distrito de Lajeado, falecendo em 9 de setembro de 1935, em Porto Alegre. Antes de radicar-se em Novo Hamburgo, residiu e trabalhou em Dois Irmãos (então distrito

---

<sup>66</sup> Ver: SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (orgs.). op. cit., p. 32.

<sup>67</sup> Segundo René Gertz (2002), além do embate entre Guilherme Gaelzer Neto e o grupo que lhe fazia oposição dentro do PRR, também pesavam sobre o intendente denúncias de que estariam doando quadros seus para escolas, depois usando dinheiro da intendência para ressarcimento próprio. Provavelmente estes argumentos foram utilizados também pelo grupo que se empenhou na candidatura de Jacob Kroeff Neto ao cargo de deputado estadual.

de São Leopoldo) e Taquara. Com a experiência adquirida como fabricante de selas e no setor de curtumes, logo montou em Dois Irmãos uma pequena empresa, onde chegou a ter doze funcionários. Nessa fase, Pedro Adams Filho passou a circular por diferentes localidades, vendendo os produtos que fabricava, entre eles selas, tamancos, sapatos e sandálias.

Em 1898, juntamente com a esposa e filha, muda-se para Novo Hamburgo, que já começava a despontar economicamente, por conta do setor coureiro-calçadista, dos matadouros instalados nesse distrito (Provenzano e Kroeff) e da linha da viação férrea. Em Novo Hamburgo, no ano de 1901, em sociedade com Frederico Gerhardt, funda a Fábrica de Calçados Rio-Grandense. Além do sócio, Frederico Gerhard, Pedro Adams Filho conta com o apoio, na gerência da empresa, de seu irmão, Alberto Adams.<sup>68</sup> Com a saída de Frederico Gerhardt da sociedade, a empresa passa a denominar-se Pedro Adams Filho & Cia. Ltda. No ano de 1917, investe no setor de curtumes, com a abertura do Curtume Hamburguez. Além do trabalho empresarial, também exerceu o cargo de agente do Banco da Província, o que contribuiu para a obtenção de créditos para o fomento de seus empreendimentos (e veremos que esta experiência bancária será importante em outras atividades ao final da década de 1920). Na vida social, Pedro Adams Filho foi, em 1911, um dos colaboradores na fundação do Esporte Clube Novo Hamburgo, clube de futebol existente até os dias de hoje, além de ter exercido, entre 1910 e 1911, o cargo de presidente da Sociedade Ginástica de Novo Hamburgo.

Sobre o tocante familiar, Pedro Adams Filho casou-se em 1891 com Rosalina Saenger, conhecida como Rosa, natural de Bom

---

<sup>68</sup> Sobre Alberto Adams, tanto René Gertz quanto Cláudia Schemes colocaram uma informação equivocada em seus trabalhos. Em ambos os casos, ao falar da primeira legislatura do Conselho Municipal de Novo Hamburgo, em 1927, Alberto Adams é citado como filho de Pedro Adams Filho. Ver: GERTZ, René E. op. cit., p. 230; SCHEMES, Cláudia. *Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935)*. Porto Alegre, 2006. Tese [Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2006, p. 298.

Jardim (atual município de Ivoti, na época distrito de São Leopoldo). O casamento ocorrera em Dois Irmãos, localidade onde também nascera a primeira filha do casal, Ludwina Catharina Adams, que se casaria com Pedro Alles, proprietário de uma fábrica de molduras em Novo Hamburgo. Pedro Alles nasceu em Santa Maria do Herval, localidade do interior do distrito de Dois Irmãos, em 1888. Faleceu em 1975. Mudou-se, ainda criança, para Novo Hamburgo, de onde fora estudar em um colégio católico de Bom Princípio.<sup>69</sup> Deixando o colégio, passou a residir e trabalhar em Porto Alegre, onde se tornou sócio em um estúdio fotográfico, pertencente a Frederico Marx. De lá, viajou para a Alemanha a fim de aprender técnicas de fabricação de molduras. Retornando ao Brasil, voltou a residir em Novo Hamburgo, onde montou uma empresa, no ano de 1912, em parceria com Augusto Wolf. A empresa, denominada Alles & Wolf, desfez-se em 1919. Posteriormente, Pedro Alles se associa aos seus irmãos, Leonardo e José Luiz Alles. Este último casou-se com Antônia Hennemann, filha de Maria Thecla Treis e João Wendelino Hennemann.

Como vimos anteriormente, Pedro Alles foi um dos integrantes da comissão responsável pela construção da igreja católica São Luiz. Comissão essa da qual também era integrante Pedro Adams filho, que já era sogro de Pedro Alles quando do início das obras da capela. Além dessa participação na comunidade católica, Pedro Alles, segundo artigo escrito por Leopoldo Petry (também companheiro de comissão de construção da igreja), também teve participação na articulação política em torno da emancipação de Novo Hamburgo. Conforme Leopoldo Petry,

[...] O plano de criação de um município com sede em Novo Hamburgo [...] já era muito velho. Nasceu logo depois de

---

<sup>69</sup> O colégio citado é o mantido pelos Irmãos Maristas, que se instalaram no município de Bom Princípio em 1900. Geralmente, as obras que abordam a biografia de Pedro Alles indicam que estudara em um colégio de padres, porém a congregação Marista não possui sacerdotes entre seus membros, apenas religiosos, chamados de irmãos, que não receberam o sacramento da Ordem, realizando apenas os Votos Religiosos.

terminada a revolução de 1893. Foi, porém, abandonado, [...] mas não chegou a morrer. Sempre vivia no íntimo de muita gente boa. Foi em maio de 1924. Numa roda de chimarrão, no escritório do Sr. Pedro Alles, conversei com aquele cidadão, sobre a ideia que tinha, de dar alguns passos para ver se seria possível separar Novo Hamburgo de S. Leopoldo, pois, como simples distrito, não havia possibilidade para um desenvolvimento dos recursos de sua potencia industrial, aliada a sua posição privilegiada, como centro para onde naturalmente converge o comércio de uma grande e próspera zona agrícola, que forma o seu hinterland . O sr. Alles abraçou com entusiasmo o meu pensamento e já dois dias depois fomos procurar o dr. Jacob Kroeff Netto, então deputado estadual, a quem expomos o nosso projeto. Após alguma hesitação, este concordou conosco. Fomos em seguida expor o nosso plano ao conselheiro municipal sr. Pedro Adams Filho, o qual imediatamente se prontificou a acompanharnos nos passos que íamos dar (Jornal *O 5 de Abril*, Ano V, n. 5, 08/04/1932, p. 01).

Já em Novo Hamburgo, Pedro Adams Filho e Rosalina Saenger tiveram mais cinco filhos: Albano Jacob, Edgar, Hildegard, Júlio e Oscar Frederico. Albano Jacob Adams se casou Imgard Lanzer. Edgar contrai matrimônio com Adella Ody e Hildegard casa-se com Alfredo Zancani de Azevedo, médico nascido em Porto Alegre, que chefiou as Unidades Sanitárias de Novo Hamburgo<sup>70</sup> e São Leopoldo. Júlio Adams se casa em 1927 com Irma Martins, filha de José João Martins. O mesmo José João Martins que fora o primeiro presidente da comunidade católica São Luiz de Novo Hamburgo, além de ser um dos líderes do diretório republicano hamburguense. Deste modo, os laços entre Pedro Adams Filho e José João Martins assumem direcionamentos religiosos, políticos e, veremos em breve, econômicos. Oscar Frederico Adams contrai

---

<sup>70</sup> Conforme decreto da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, datado de 14 de agosto de 1945, é doado ao Estado do Rio Grande do Sul um terreno que pertencera a Oscar Frederico Adams e esposa e Alfredo Zancani Azevedo e esposa, destinado à construção de um Posto de Higiene no município de Novo Hamburgo. Não foi possível verificar se foi este posto que Alfredo Zancani Azevedo chefiou ou se ele chefiara outro local no município. O conteúdo integral do documento a que nos referimos pode ser visto em: [http://sapl.camaranh.rs.gov.br/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/188\\_texto\\_integral.pdf](http://sapl.camaranh.rs.gov.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/188_texto_integral.pdf).

matrimônio com Maria Elma Lackmann, filha de Thecla Philomena Kroeff e João Leopoldo Lackmann. E como vimos, Thecla Philomena é irmã de Jacob Kroeff Neto. Ao casar-se com a sobrinha de Jacob Kroeff Neto, Oscar Frederico Adams é incorporado à família, sendo também considerado um sobrinho.

Pedro Adams Filho e Jacob Kroeff Neto possuem fortes vínculos: ambos foram membros atuantes da comunidade católica de Novo Hamburgo. Destacaram-se como empresários conceituados e exerceram liderança significativa dentro do Partido Republicano Rio-grandense. Além disso, a partir de 1917, os dois passariam a exercer cargos legislativos: Jacob Kroeff Neto como deputado estadual na Assembleia dos Representantes, e Pedro Adams Filho como representante de Novo Hamburgo no Conselho Municipal de São Leopoldo, cargo que ocuparia até 1925. Com o casamento de Oscar Frederico Adams e Maria Elma Lackmann, também os laços familiares uniriam os dois aliados políticos. Mas esses vínculos familiares se tornariam ainda mais forte a partir de 1926.

A primeira esposa de Pedro Adams Filho, Rosalina, faleceu em 1924. Dois anos mais tarde, em 1926, Pedro Adams Filho se casaria pela segunda vez. Sua segunda esposa seria Olga Maria Kroeff, filha de Jacob Kroeff Filho e irmã de Jacob Kroeff Neto. Vemos aí estabelecidos entre as duas famílias fortes vínculos, que exemplificam três das *modalidades constitutivas* das redes sociais em que nossos agentes históricos estão inseridos: religião, política e família.

Ao abordarmos a família de Pedro Adams Filho, mencionamos um de seus irmãos, Alberto Adams. Católico militante, membro do Partido Republicano Rio-grandense, integraria o grupo dos sete primeiros conselheiros do recém-criado município de Novo Hamburgo. Não encontramos seu nome na lista dos signatários que apoiaram a candidatura dissidente nas eleições municipais de 1920. Mas está entre os que assinaram o pedido para a restituição dos nomes de Hamburgo Velho e Novo Hamburgo, em 1919.<sup>71</sup> Nascido

---

<sup>71</sup>Documentos da restituição dos nomes a Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Caixa Nomes de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

em Dois Irmãos, em 7 de agosto de 1890, era vinte anos mais novo que seu irmão, Pedro. Também seguiu a trajetória de seu irmão nos empreendimentos do setor coureiro-calçadista, primeiramente trabalhando com ele e, posteriormente, com uma empresa própria, a Adams, Becker & Cia. Nessa empresa, eram seus sócios Pedro Edvino Becker (evangélico-luterano) e Pedro Alles.

Alberto Adams se casou com Olivia Wolf, que também era natural de Dois Irmãos. Olivia Wolf era a filha mais velha do casal Augusto Wolf e Maria Alles, católicos, naturais de Santa Maria do Herval. Maria Alles era irmã de Pedro Alles, casado com a filha de Pedro Adams Filho. Desse modo, Pedro Alles era tio da esposa de Alberto Adams, enquanto Alberto Adams era tio da esposa de Pedro Alles.<sup>72</sup>

Augusto Wolf nasceu em 1870 e faleceu em 1940. Chegou a Novo Hamburgo no início do século XX, onde assumiu, em 1920, o cargo de suplente de juiz distrital. Três anos depois, assumiu o cargo de escrivão de rendas públicas estaduais. Participou das manifestações a favor do retorno das antigas denominações de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho, assim como da candidatura de Carlos Octaviano de Paula em oposição a Mansueto Bernardi, em 1920. Era também republicano, assim como seu irmão, Pedro Wolf Filho.

Pedro Wolf Filho era natural de Dois Irmãos, nascido em 1869. Também viera para Novo Hamburgo, onde se casou, em primeiras núpcias, com Anna Acker (católica); o segundo casamento foi com Lydia Steigleder (evangélico-luterana). Ao contrário do irmão, Augusto, Pedro Wolf Filho era evangélico-luterano.

Já apontamos, até o momento, aspectos que vinculam José João Martins com o Partido Republicano Rio-grandense, com a comunidade católica de Novo Hamburgo e com as famílias de

---

<sup>72</sup> Informações obtidas através de um recorte do *Jornal NH*, datado do ano de 1977, do qual se fizeram edições especiais em virtude do cinquentenário da emancipação de Novo Hamburgo – Caixa Novo Hamburgo – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Pedro Adams Filho e Jacob Kroeff Neto, seja por meio do parentesco (primeiro caso) ou por amizade (segundo caso). Mas é importante evidenciar outros aspectos de sua trajetória. Natural de Lomba Grande (atual bairro de Novo Hamburgo, que pertenceu até 1940 a São Leopoldo), nascido em setembro de 1881, iniciou aos treze anos de idade sua vida profissional, em Porto Alegre. Passando a residir em Novo Hamburgo, começou a trabalhar na firma de Pedro Adams Filho, na qual chegou ao cargo de gerente do setor de artigos para viagem. Em 1906 inicia um curtume próprio, que posteriormente ganhou como sócio Adolfo Jaeger, membro de uma tradicional família católica da região. José João Martins casou-se com uma irmã de Adolfo Jaeger, chamada Augusta. Deste casamento, o casal teve quatro filhas: Wilma, Gerda, Hedwiges e Irma Martins. Esta, casada com o filho de Pedro Adams Filho, Júlio Adams.

Além do curtume, participou de outras indústrias, como Martins, Ludwig, Schmidt & Cia. (fábrica de sandálias); Norberto Lichtler & Cia.; Curtume Rio Branco e Martins & Brenner, em sociedade com Carlos Augusto Brenner. Carlos Augusto Brenner, católico, era cunhado de Ervino João Schmidt, membro do Partido Republicano Rio-grandense em Novo Hamburgo e fizera parte, juntamente com José João Martins, tanto do diretório local do PRR como da primeira diretoria da comunidade católica São Luiz Gonzaga. Ervino João Schmidt atuaria na direção do Curtume A. Jaeger & Cia e da firma Pedro Adams Filho & Cia. Posteriormente, José João Martins comprou o curtume de Libório Müller, abrindo uma sociedade com seu genro, Júlio Adams. Com o passar do tempo, a direção geral do curtume passou para Júlio Adams, sendo que a empresa mudou a denominação de Martins & Cia. para Curtume Júlio Adams S/A. José João Martins ainda foi representante e supervisor regional do Banco Pelotense, em Novo Hamburgo.

José João Martins também esteve inserido na vida social hamburguense, sendo o comprador e doador do terreno onde fora

construída a nova sede da Sociedade Ginástica de Novo Hamburgo (localizado no atual bairro Rio Branco). Foi muitas vezes eleito presidente desta entidade, além de ter sido, três vezes, presidente do Esporte Clube Novo Hamburgo.<sup>73</sup> Sobre o envolvimento religioso e político de José João Martins, alguns aspectos já foram relatados ao longo desse trabalho e serão retomados posteriormente, quando abordarmos a questão das comemorações do centenário da imigração e da luta pela emancipação hamburguense. Mas achamos interessante apresentar também um resumo da trajetória de seu cunhado, Adolfo Jaeger.

Adolfo Jaeger, assim como José João Martins, era natural de Lomba Grande. Nascido em 1890, faleceu em 1949, na cidade de Porto Alegre. Radicou-se em Novo Hamburgo e, em 1908, passou a trabalhar no curtume de seu cunhado, José João Martins, de quem se tornou sócio. Em 1923, passa a dirigir sua própria empresa, o curtume A. Jaeger & Cia., que se tornou um dos mais bem sucedidos da região. Passaria a atuar politicamente também, principalmente na década de 1930. Também foi um católico engajado na comunidade de Novo Hamburgo. Era primo em segundo grau do padre jesuíta Luiz Gonzaga Jaeger, que fora um dos homens de confiança do arcebispo metropolitano Dom João Becker.

Até o momento, todos os agentes históricos citados são católicos. Como havíamos nos referido, os integrantes do Partido Republicano Rio-grandense não eram uma unanimidade na formação do diretório de Novo Hamburgo. Havia integrantes evangélico-luteranos. Um deles era Nicolau Júlio Kunz, chamado comumente apenas por Júlio Kunz.

Nascido em Hamburgo velho (na época, chamado de Hamburger Berg), no dia 18 de maio de 1867, Júlio Kunz teve forte envolvimento nos setores empresarial, sociocultural e político de

---

<sup>73</sup> Foi possível mapear, na lista de presidentes da entidade, diversos agentes históricos que tiveram envolvimento político e religioso em Novo Hamburgo. Informações disponíveis em: [http://www.ecnh.com.br/site/clube\\_presidentes.php](http://www.ecnh.com.br/site/clube_presidentes.php).

Novo Hamburgo. No tocante a sua atuação empresarial, ele se dedicou a diferentes ramos, entre eles a fabricação de bebidas, torrefação e venda de café e a produção de fôrmas para calçados. Foi justamente nesse último empreendimento que Júlio Kunz e seus filhos mais se destacaram. Fundada em 1907, a fábrica de fôrmas fora fundada, mas tivera que encerrar suas atividades por conta da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Em 1927, ano da emancipação de Novo Hamburgo, Júlio Kunz, em sociedade com seu filho Oscar, reinicia as atividades de produção de fôrmas para calçados.<sup>74</sup> Posteriormente, ocorreria o crescimento acentuado dessa empresa, que se tornaria uma das mais importantes do país nesse setor industrial.

Júlio Kunz também se dedicou a atividades sociais e culturais. Residia ao lado da igreja evangélica de Hamburgo Velho, denominada Três Reis Magos.<sup>75</sup> Evangélico-luterano engajado, ele colaborou com essa comunidade, inclusive financeiramente, tanto nas atividades relacionadas à igreja quanto da escola comunitária que era mantida por essa comunidade.<sup>76</sup> Além disso, foi um dos fundadores da Sociedade Frohssin, fundada em maio de 1888, em Hamburgo Velho, que posteriormente passou a se chamar Sociedade de Cantores de Hamburgo Velho. Júlio Kunz, além de desempenhar a função de regente do coral dessa sociedade, fora seu presidente. Anos mais tarde, na década de 1950, a Sociedade de Cantores (mas ainda chamada por muitos de Frohssin) iria se fundir com a Sociedade Atiradores de Hamburgo Velho e o América Tênis Clube, dando origem à Sociedade Aliança, ainda

---

<sup>74</sup> Indústria de fôrmas existente até os dias de hoje, em Novo Hamburgo, tendo inclusive filial na Índia. Com o tempo, a denominação da empresa passou para Oscar Kunz S/A, sendo a atual denominação Formas Kunz Ltda.

<sup>75</sup> No local onde havia a casa e os empreendimentos industriais de Júlio Kunz, hoje existe o centro Comunitário da Comunidade de Hamburgo Velho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. A rua que passa entre a lateral da igreja e o centro comunitário é denominada Júlio Kunz.

<sup>76</sup> Atual Escola Pindorama, que integra a Instituição Evangélica de Novo Hamburgo, juntamente com as escolas Oswaldo Cruz e Fundação Evangélica.

existente.<sup>77</sup> O coro dessa sociedade recebeu a denominação de Coro Júlio Kunz.

Politicamente, era vinculado ao Partido Republicano Rio-grandense, pelo qual se elege, em 1920, representante de Hamburgo Velho no Conselho Municipal de São Leopoldo, cargo que ocupa até 1924. Segundo uma reportagem encontrada, Júlio Kunz possuía grande fidelidade a Borges de Medeiros.<sup>78</sup> Essa informação pode ser questionada, pois, conforme relata René Gertz (2002), Mansueto Bernardi, em correspondência a Borges de Medeiros,<sup>79</sup> informa que Júlio Kunz não teria se empenhado durante as eleições para o governo estadual, em 1922. Sobre essa falta de empenho, não podemos descartar a possibilidade de que já se articulava, dentro do diretório republicano hamburguense (pelo menos entre alguns membros), uma tentativa de pressionar, por meio eleitoral, Borges de Medeiros a decretar a emancipação de Novo Hamburgo. Ao mesmo tempo, pode ser uma espécie de retaliação ao próprio intendente leopoldense, Mansueto Bernardi. Mas fato é que, em 1920, Júlio Kunz não tomou parte na campanha dissidente nas eleições municipais de São Leopoldo. E cremos que, mais importante do que uma fidelidade a Borges de Medeiros, Júlio Kunz optou em não apoiar essa campanha para poder se eleger conselheiro municipal, fato que acabou ocorrendo. Elegeu-se junto com seu companheiro de partido Pedro Adams Filho,

---

<sup>77</sup> A sede da Sociedade Aliança fica em Hamburgo Velho, no local onde fora construído, entre 1924 e 1927, o Monumento ao Imigrante. Esse local, segundo consta, é o primeiro lote de terras dado a imigrantes alemães na área que hoje forma Novo Hamburgo. Esse lote teria sido entregue a Johann Liborius Mentz e sua esposa. Johann Liborius Mentz era avô paterno de Jacobina Mentz Maurer, tida como líder dos Mucker (1868-1974), no morro Ferrabrás, no atual município de São Leopoldo (na época pertencente a São Leopoldo). Jacobina era filha de Andreas Mentz e Maria Elisabeth Müller. Johann Liborius Mentz era bisavô do empresário Frederico Mentz. Frederico era filho de Christoph Mentz. Christoph era filho de Heinrich Liborius, que era filho de Johann Liborius Mentz.

<sup>78</sup> Informações obtidas através de um recorte do *Jornal NH*, datado do ano de 1977, do qual se fizeram edições especiais em virtude do cinquentenário da emancipação de Novo Hamburgo – Caixa Novo Hamburgo – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

<sup>79</sup> Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) – Acervo Borges de Medeiros (ABM) – Carta de Mansueto Bernardi a Borges de Medeiros, 15/02/1923.

representante de Novo Hamburgo, que fora reeleito para o Conselho Municipal. Após a emancipação de Novo Hamburgo, em 1927, Júlio Kunz ocuparia o cargo de subintendente do distrito de Hamburgo Velho.<sup>80</sup>

Na vida familiar, Júlio Kunz era casado com Paulina Blos Kunz, com quem teve dez filhos. Ao ver o sobrenome de solteira da esposa de Júlio Kunz, Blos, o vinculamos com a localidade de Campo Bom, na época, parte do 2º Distrito de São Leopoldo (e que a partir de 1926 se tornaria o 10º Distrito). A família Blos se tornou uma das mais tradicionais da localidade, que se tornaria município autônomo, emancipando-se de São Leopoldo em 31 de janeiro de 1959. A maior parte dessa família era vinculada à confissão evangélico-luterana. Economicamente, atuaram em ramos como o oleiro e no setor coureiro-calçadista. A partir do nome de Paulina Blos Kunz, decidimos verificar se existiam vínculos mais fortes entre lideranças de Novo Hamburgo e de Campo Bom, tendo em vista que, tanto no caso da mudança de nomes de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho quanto no caso da candidatura dissidente, encontramos agentes históricos de Campo Bom participando.

Primeiramente, procedemos a uma breve pesquisa genealógica, para mapearmos a rede familiar de Paulina Blos. Nascida em Campo Bom, em 1870, Paulina Blos era filha de Miguel Blos e Maria Catharina Heidrich. O casal teve um total de dez filhos: Maria Catharina, João, Suzanna Christina, Sophia, Philippina Henriette, Elisabeth, Miguel Filho, Pedro, Suzanna Maria e Paulina. A partir desses dados, buscamos mapear os casamentos que foram estabelecidos, a fim de averiguar quais as relações da família Blos com outros agentes históricos da localidade de Campo Bom, assim como de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho.

---

<sup>80</sup> Um dos netos de Júlio Kunz, Victor Hugo Kunz (1918-1975), também desenvolveu carreira política, elegendendo-se vereador em Novo Hamburgo entre 1963 e 1971. Também foi presidente do diretório hamburguense da Aliança Renovadora Nacional – ARENA.

Entre os vínculos matrimoniais, temos, por exemplo, o casamento de Philippina Henriette (irmã de Paulina) com Carlos Strassburger, evangélico-luterano nascido em Campo Bom, ligado ao setor coureiro-calçadista.<sup>81</sup> Também temos o casamento de um de seus sobrinhos, Alfredo Blos, filho de Pedro Blos, com Danila Vetter. Esta era filha do empresário do ramo coureiro-calçadista Gustavo Adolfo Vetter. Outra sobrinha de Paulina, chamada Paulina Catharina Blos (possivelmente, seu primeiro nome homenageava sua tia), casou-se com Alberto Fleck, empresário do ramo de olarias. Paulina Catharina era filha de João Blos, assim como Eugênia Blos, que se casou com o comerciante Oswaldo Neumann. Encontramos também sobrinhos de Paulina, como Miguel Blos Neto e Walter Blos.

A partir dos dados coletados, vemos que nomes como Alfredo Blos, Walter Blos, Alberto Fleck, Carlos Strassburger, entre outros, possuem fortes relações familiares com o casal Júlio Kunz e Paulina Blos Kunz. Além disso, somam-se nesta rede ligações mais indiretas, como o caso de Gustavo Vetter, que é sogro de um sobrinho de Júlio e Paulina. Ainda assim, nem todos os cidadãos de Campo Bom, que foram signatários nos dois movimentos políticos mencionados, possuem laços de parentesco direto com a família Blos. Assim como também não relacionamos todos os assinantes residentes em Campo Bom. Um fato que consideramos importante de salientar é que os nomes que optamos por fazer menção foram escolhidos por representarem famílias tradicionais do município. Apenas após a escolha desses nomes é que encontramos uma reportagem de jornal que indicava o nome da esposa de Júlio Kunz,

---

<sup>81</sup> São pais de Carlos Strassburger Filho e avós de Cláudio Ênio Strassburger. Carlos Strassburger Filho foi um dos fundadores da fábrica de calçados Strassburger, que se tornou uma das maiores indústrias calçadistas do Brasil. Cláudio Ênio Strassburger assumiu a direção da empresa em 1955, passando, posteriormente, ao cargo de presidente do grupo Strassburger S/A - Indústria e Comércio, conhecido principalmente pela marca de sandálias *Franciscano*. Essa empresa foi a pioneira no Brasil na exportação de calçados, a partir de 1967, para a Inglaterra e, a partir daí, para outros países europeus e Estados Unidos. Cláudio Ênio Strassburger também atuou no campo político, sendo eleito deputado federal, em 1978, além de ter sido vice-governador do Rio Grande do Sul, entre 1983 e 1987, pelo Partido Democrático Social (PDS), sendo governador Jair de Oliveira Soares.

Paulina. E a partir daí é que iniciamos o processo de pesquisa que estamos relatando.

Nossa intenção ao delinear e expor essa rede familiar é adicionar mais um elemento na questão da articulação política na região. Já havíamos conjecturado que o elemento religioso é um elo importante na organização política, e que poderia ser um contributo importante na mobilização de lideranças de Campo Bom para apoiarem a causa de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho. Cabe mencionar que, no caso dos agentes históricos de Campo Bom, todos os que encontramos são evangélico-luteranos, o que corrobora com nossa hipótese de uma mais eficaz mobilização desse grupo.<sup>82</sup> Sobre o engajamento político-partidário (ao menos nesse período), conseguimos apenas informações sobre Gustavo e Emílio Vetter, que eram membros do Partido Republicano Rio-grandense, além de exercerem grande influência social e econômica entre a população de Campo Bom. Agora, podemos somar a esses fatores o componente familiar. Mesmo sem poder precisar qual desses elementos mais contribuiu para essa mobilização, acreditamos que a imbricação entre religião, família e fatores econômicos foi utilizada em larga escala para arregimentar apoiadores de Novo Hamburgo em Campo Bom.<sup>83</sup>

Um nome já mencionado anteriormente é o de João Wendelino Hennemann. Nascido em 20 de março de 1873, em Dois Irmãos, falecendo em 16 de junho de 1935. Contraiu matrimônio

---

<sup>82</sup> A população católica de Campo Bom, para participar das atividades religiosas, como missas e recepção de sacramentos, precisava se deslocar até a Paróquia Nossa Senhora da Piedade, em Hamburgo Velho. A primeira capela católica de Campo Bom, denominada Santa Teresinha do Menino Jesus, foi criada em 1930. No ano de 1956, essa capela foi desmembrada da Paróquia Nossa Senhora da Piedade e elevada à categoria de paróquia, com a denominação de Paróquia Santa Teresinha de Campo Bom.

<sup>83</sup> Dentro do que conseguimos verificar, até o momento, durante esse período, entre 1920 e 1930, não havia relações mais diretas de sociedades econômicas entre lideranças de Campo Bom e Novo Hamburgo. Os principais meios de vinculação eram políticos, religiosos e familiar. Essas ligações entre lideranças de Novo Hamburgo e campo Bom devem ser observadas, também, após a emancipação de Novo Hamburgo, pois na década de 1930 ocorreram desdobramentos que precisam também ser analisados.

com Maria Thecla Treis, filha de Johann Michael Treis e Maria Hortência Kroeff. Como vimos, Maria Hortência era irmã de Jacob Kroeff Filho, tia de Jacob Kroeff Neto. Dessa forma, Maria Thecla Treis e Jacob Kroeff Neto eram primos. Do consórcio entre João Wendelino Hennemann e Maria Thecla Treis, nasceram onze filhos, dos quais três morreram ainda crianças. Uma das filhas do casal, Antonia, casou-se com o industrial José Luiz Alles. Este, por sua vez, era irmão de Pedro Alles, que fora membro da comissão de construção da igreja São Luiz no período em que, na qualidade de tesoureiro, João Wendelino Hennemann era integrante da diretoria da comunidade católica de Novo Hamburgo. Outro filho do casal, João Wendelino Hennemann Filho, ocuparia o cargo de tesoureiro da intendência de Novo Hamburgo, a convite de Leopoldo Petry, após este assumir o cargo de intendente, em junho de 1927.

João Wendelino Hennemann atuou no comércio, como proprietário de uma firma de secos e molhados, com a compra e venda de produtos na região colonial de São Leopoldo, além de exportar alguns produtos para a Argentina. Em 1920, se tornou gerente, em Novo Hamburgo, do Banco Porto-Alegrense, fundado em 1916. Fundou, juntamente com seus filhos, a empresa Irmãos Hennemann & Cia. Ltda., concessionária da marca Ford na região. Também se dedicou socialmente a Novo Hamburgo. Além de ter integrado o grupo fundador da comunidade católica São Luiz, também fora, em 1914, um dos colaboradores mais engajados, ao lado de Leopoldo Petry, Jacob Kroeff Filho e Jacob Kroeff Neto, na fundação do Colégio São Jacó, que foi dirigido pelos Irmãos Maristas. Fez parte da diretoria da mantenedora do educandário, exercendo a função de tesoureiro. Nesse período, foi construído o prédio que abrigou a escola, em Hamburgo Velho, próximo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade.

Leopoldo Petry nasceu na região do atual bairro Industrial, em Novo Hamburgo, no dia 15 de julho de 1882. A residência de seus pais ficava próxima do matadouro da família Kroeff. Leopoldo era filho de Bárbara Lorscheiter e do agrimensor Pedro Petry,

ambos católicos. Iniciou sua vida escolar em uma aula particular, do professor Mathias Flach, em Hamburgo Velho. Por conta da distância, o pai de Leopoldo Petry e o proprietário do Matadouro Kroeff, Jacob Kroeff Filho, resolveram contratar um professor particular, que atendesse aos filhos da família Kroeff e Petry. Posteriormente, Leopoldo Petry estudaria em uma aula pública fundada na região, ministrada pela professora Josefina Stoll. Entre 1891 e 1893, Leopoldo Petry estudou no colégio jesuíta de São Sebastião do Caí<sup>84</sup>, ingressando, em 1893, no seminário de Porto Alegre, também mantido pelos padres jesuítas. Esse fato ajuda a explicar a relação entre Leopoldo Petry e os jesuítas, que também se refletiria no campo político.

Exerceu o magistério em uma escola paroquial católica, vinculada à Paróquia Nossa Senhora da Piedade de Hamburgo Velho, assim como em uma aula pública em Lomba Grande, então distrito de São Leopoldo. Nessa época, por volta de 1902, se casou com Maria Luiza da Silveira, que faleceu em 1911. Após esse ocorrido, Leopoldo Petry se transfere para Passo Fundo. Pouco tempo depois, em 1912, passa a residir em Porto Alegre, onde começou a trabalhar na Typographia do Centro, de propriedade de seu cunhado Hugo Metzler. Hugo Metzler, católico, era casado com Bertha Petry. O casal teve seis filhos: Hedwig, Olga, Gertrudes, Hugo, Franz e Wolfram Metzler. Franz e Wolfram Metzler, após a morte do pai, em 1929, passariam a dirigir a Typographia do Centro e o jornal *A Nação*. Wolfram Metzler, além dessa atividade, formou-se em medicina. A partir de 1932, sob influência de seu tio Leopoldo Petry, passou a residir e exercer a medicina em Novo Hamburgo.

---

<sup>84</sup> A partir do colégio de São Sebastião do Caí, será criado, em 1895, o Seminário Jesuíta São José, em Pareci Novo, quando essa localidade pertencia ao município de Montenegro. Pareci Novo se emancipou em 20 de março de 1992. O Seminário São José esteve em funcionamento até 1996, não apenas como seminário, mas também como espaço do noviciado, residência de saúde e sede da paróquia de Pareci Novo.

Após deixar o trabalho na tipografia, Leopoldo Petry retornou a Novo Hamburgo, onde passou a trabalhar como oleiro, abrindo uma pequena olaria, da qual fora proprietário até o final de 1916. Em fevereiro de 1917, Leopoldo Petry assume o cargo de secretário da Intendência de São Leopoldo, durante o governo provisório de Gabriel de Azambuja Fortuna. Segundo descreveu em uma autobiografia,<sup>85</sup> aceitou esse cargo por conta do convite de amigos. Embora não conste o nome desses amigos, acreditamos que Jacob Kroeff Neto, seu colega na aula particular na casa de Jacob Kroeff Filho, e Pedro Adams Filho estejam entre eles. Exerceu esse cargo até 1923, quando passou a atuar como coletor estadual em Novo Hamburgo. Participou ativamente da comunidade católica de Novo Hamburgo, apoiando tanto as paróquias Nossa Senhora da Piedade e São Luiz, além de outras capelas que se formariam posteriormente, como as escolas católicas locais, como os colégios São Jacó e Santa Catarina. Leopoldo Petry se dedicou também ao ofício de escritor, elaborando artigos e obras sobre temas relacionados com política, religião e imigração alemã. Foi um dos fundadores do jornal *O 5 de Abril*, de Novo Hamburgo, cuja primeira edição foi lançada em 6 de maio de 1927, um mês após a emancipação de Novo Hamburgo.

Leopoldo Petry casou em segundas núpcias com a professora Maria das Neves Marques, em 1914. Desse casamento nasceram seis filhos: Leopoldo, Pedro, Hady, Terezinha, Luiza e Alice Marques Petry.

Uma característica comum entre todos os agentes históricos mencionados até o momento é sua participação dentro do Partido Republicano Rio-grandense. Cabe agora, já à guisa de conclusão dessa parte, trazer algumas luzes sobre a trajetória do principal líder da oposição federalista/libertadora em Novo Hamburgo: o evangélico-luterano Guilherme Ludwig, o qual, nascido no dia 21

---

<sup>85</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 94 – Autobiografia de Leopoldo Petry.

de abril de 1878, na localidade de Picada 48, interior de Bom Jardim (atual município de Ivoti), era filho de Jorge Henrique Ludwig e Catharina Petry. Seu pai, Jorge Henrique, foi subdelegado de polícia em Bom Jardim.<sup>86</sup> Guilherme Ludwig passou a residir em Novo Hamburgo em 1894, onde passou a trabalhar no curtume de Libório Müller. Em 1898, fundou empresa própria, o Curtume Ludwig, que se tornaria um dos mais importantes do Rio Grande do Sul nas décadas seguintes. Dedicou-se também à plantação de eucaliptos, em propriedade que possuía em Hamburgo Velho, cuja madeira vendida visava ao abastecimento de usina elétrica. Também fora agente das firmas D'Ajello, Sperb & Cia. e Arthur Hass & Cia. Ainda no ramo empresarial, mas também abrangendo aspectos sociais, Guilherme Ludwig fizera parte do grupo fundador da Associação Comercial de Novo Hamburgo,<sup>87</sup> em 1920, ao lado de Ernesto Olypho Moeller, Frederico Ricardo Kremer e Pedro Adams Filho.

Atuante na comunidade evangélico-luterana local, Guilherme Ludwig colaborou, por exemplo, para com a escola da comunidade evangélica de Hamburgo Velho, assim como para com a escola Fundação Evangélica. Ainda na década de 1920, juntamente com Júlio Kunz, Júlio Aichinger, Carlos Conrado Grün e Frederico Mentz, integra a comissão responsável pela construção do novo prédio da Fundação Evangélica, em terreno localizado no alto do chamado Morro dos Strassburger, em Hamburgo Velho, próximo da estação férrea da localidade e do Monumento ao Imigrante. Na década de 1940, durante o período do Estado Novo (1937-1945), faria parte da sociedade mantenedora da escola.

---

<sup>86</sup> Informação levantada pelos historiadores Miquéias Henrique Mügge e Paulo Roberto Staudt Moreira. Ver: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MÜGGE, Miquéias Henrique. *Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia*. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 66.

<sup>87</sup> Entidade que deu origem à Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha (ACI-NH/CB/EV). Guilherme Ludwig foi presidente da entidade entre 1954 e 1955. Maiores informações disponíveis em: <http://www.acinh.com.br/institucional/conheca-a-aci>.

Politicamente, Guilherme Ludwig, desde muito jovem, estava vinculado ao Partido federalista, fundado por Gaspar da Silveira Martins. Na década de 1920, com o fim do Partido Federalista e a criação do Partido Libertador, se torna militante dessa nova agremiação e seu líder em Novo Hamburgo.

Quanto à sua família, Guilherme Ludwig se casou com Frida Kremer, filha do major Frederico Kremer, que fez parte do Conselho Municipal de São Leopoldo em 1891 e entre 1892 e 1896. Frederico era comerciante em Novo Hamburgo, além de ser membro da loja maçônica local. Frida era irmã de Waldemar Kremer, que se casou com Amália Sander Momberger em 1909, a qual era filha de Caspar Karl Momberger e Margarida Paulina Sander. Era sobrinha de Albino Momberger, prima de Carlos Momberger Sobrinho e Arthur Momberger, empresários do ramo de curtumes em Novo Hamburgo. Frida e Waldemar eram irmãos de Frederico Ricardo Kremer. O mesmo Frederico Kremer que, em 1920, faria parte do grupo fundador da Associação Comercial de Novo Hamburgo. Tanto Waldemar como Frederico seriam signatários do pedido para o retorno dos nomes de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho e, em 1920, estariam ao lado do cunhado Guilherme Ludwig na campanha dissidente de Carlos Octaviano de Paulo e José João Martins ao governo de São Leopoldo.

Do casamento de Guilherme Ludwig e Frida Kremer, ocorrido em 1902, nasceram três filhos: Guido Albano, Erica Erna e Wilma Ilse Ludwig. Guido se casaria com Celina Muck, filha de Pedro Muck, evangélico-luterano, que também fora um dos apoiadores da candidatura dissidente em 1920. Erica contraiu matrimônio com Armindo Kiefer e Wilma se casou, em junho de 1927, com o engenheiro Guilherme Becker, nascido em Novo Hamburgo, em 1897.

A construção dos fatos históricos é empreendida por homens, no sentido abrangente do termo. Homens que, para atingir algum objetivo, individual ou coletivo, fazem uso dos mais variados instrumentos. Percorrem os mais diversos caminhos,

realizam escolhas múltiplas. Nessas escolhas, muitas coisas estão em jogo, assim como, geralmente, certas escolhas não dependem de uma ação isolada. É preciso perceber as relações estabelecidas, as redes firmadas. Mas essas redes só têm sentido por conta das pessoas que engendram as conexões, que dão liga para essa teia social.

Nesse processo social, percebemos a existência de conflitos. Conflitos estes que podem ser de maior ou menor intensidade, ocasionados pelos mais diferentes motivos. Ao nos situarmos na análise de relações políticas e sociais que são permeadas por interesses econômicos, partidários e religiosos, a existência de conflitos é indissociável desse ambiente. Tendo clara a importância que o historiador Marcos Tramontini confere aos conflitos, como forma de demarcação de espaço social e de estratégia de consolidação política, podemos afirmar que as relações estabelecidas e as rupturas, sejam estas no âmbito familiar, sejam dentro do meio religioso ou partidário, não são elementos distanciados da mecânica política.

Relações familiares e de amigos se tornaram estremecidas, mesmo que momentaneamente, por interesses políticos específicos. Este foi o caso ocorrido nas eleições municipais de 1920 em São Leopoldo, onde o católico e republicano José João Martins se distancia de seus amigos e colegas de partido e de comunidade religiosa, apoiando uma candidatura de dissidência. Ao mesmo tempo, o caráter confessional parece ter sido um motivo de distensão partidária, pois um grupo evangélico-luterano, conduzido por Guilherme Ludwig (conhecido líder federalista/libertador), mesmo apoiando um católico, buscou afrontar a liderança exercida por outros líderes católicos dentro do PRR de Novo Hamburgo. Da mesma forma, evangélico-luteranos também possuem um conflito em seu núcleo confessional, pois duas importantes lideranças comunitárias estão em lados opostos no campo político-partidário: enquanto Júlio Kunz está inserido nas fileiras republicanas, Guilherme Ludwig delinea os rumos da

oposição. Deste modo, não há como se compreender a formação de redes e a escolha de estratégias políticas sem ter em mente o processo conflituoso decorrente destas escolhas e ações.

Ao mesmo tempo, é importante conhecer a trajetória das pessoas que formam essas redes sociais, tendo em vista que elas não são estabelecidas de forma etérea. Por isso, para entendermos mais dinamicamente o que se desenrolou no campo político e religioso em Novo Hamburgo, o que por si só já é um desafio, precisamos perceber os meios conectivos dos agentes históricos envolvidos. Sem isso, corremos o risco de cairmos na areia movediça da história dos grandes feitos e das trajetórias destinadas linearmente ao sucesso.



**Entre gritos de comemoração  
e embates acalorados:  
interesses distintos e objetivos comuns de dois  
grupos políticos hamburguenses**

Eis, pois, o pivot, em torno do qual, sem distincção de qualquer credo, congregaram-se os expoentes máximos das forças sociaes e políticas de N. Hamburgo para, tendo como credenciaes os nossos recursos econômicos, representadas pelas innumeradas indústrias e estabelecimentos commerciaes que possuímos, apresentaram-se ante a mais alta autoridade do Estado para pedir a emancipação de Novo Hamburgo (*O 5 de Abril*, Ano I, n. 12, 22/07/1927, p. 1).

O trecho citado fora publicado, dentro de uma ampla reportagem, no jornal *O 5 de Abril*, na edição do dia 22 de julho de 1927. Faz alusão ao primeiro aniversário do acordo político envolvendo os dois principais grupos existentes em Novo Hamburgo: os republicados, liderados pelo católico Jacob Kroeff Neto, e os libertadores, chefiados pelo evangélico-luterano Guilherme Ludwig. Este acordo político teve como finalidade garantir maiores condições para que as tentativas de emancipação de Novo Hamburgo tivessem mais êxito. Ao mesmo tempo, lançava bases para que, caso se efetivasse a emancipação, existissem condições necessárias para a governabilidade do novo município, dentro da dinâmica política da localidade, marcada por divisões partidárias e de confissão religiosa. Quando ocorrera a publicação, Leopoldo Petry e Guilherme Ludwig,

respectivamente intendente e vice-intendente, juntamente com os sete integrantes do Conselho Municipal de Novo Hamburgo, já haviam tomado posse no exercício de suas funções.

Esse acordo, por um lado, é resultado de uma série de fatores, que, por sua vez, derivam de posicionamentos políticos opostos, diferentes confissões religiosas, interesses pessoais e coletivos distintos. Ao mesmo tempo, ao longo da história política da região, ou seja, São Leopoldo e Novo Hamburgo, divergências e afinidades, conflitos e acordos, eram algo constante. Eles iniciam muito antes de julho de 1926. E não encerram com essa data e com esse acordo.

No segundo capítulo, destacamos a questão da eleição de 1920 em São Leopoldo, quando fora lançada uma candidatura dissidente, tendo como um de seus mentores o líder republicano católico José João Martins, de Novo Hamburgo. Aquele foi um momento emblemático, em que é possível visualizar a dinâmica política existente, as relações sociais estabelecidas, as estratégias adotadas, os vínculos e suas variações, conforme os interesses e as ocasiões. Porém, muitos outros momentos tão emblemáticos quanto este ocorreram nos anos posteriores. Novamente vemos nomes, muitos já familiares, se cruzando novamente, seja por posições e ações divergentes, seja por aproximações diante de algum objetivo. E, por mais que os fatos sejam semelhantes, é preciso analisá-los visando compreender sua profundidade. E nosso desafio é perceber como isso se desenvolve ao longo da década de 1920 em Novo Hamburgo, sobretudo após 1924, quando festejos dão lugar a embates políticos mais intensos.

### **3.1 Arranjos e atritos entre lideranças católicas/republicanas e evangélico-luteranas/libertadoras (das comemorações do centenário da imigração à emancipação de Novo Hamburgo – 1924-1927)**

O ano de 1923 é marcado por novo conflito armado no Rio Grande do Sul, deflagrado após as eleições estaduais de 1922, que

deram a vitória (mesmo com acusações intensas de fraude) a Antônio Augusto Borges de Medeiros. Diante do anúncio de Borges de Medeiros em candidatar-se ao quinto mandato (terceiro consecutivo), a oposição federalista articula-se e lança um candidato para enfrentar o líder republicano, formando, assim, a chamada Aliança Libertadora.<sup>1</sup> O nome recai sobre Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Em 25 de janeiro de 1923, Borges de Medeiros assume seu quinto mandato como presidente do Rio Grande do Sul. Porém, a oposição decide não aceitar passivamente o fato. Eclode, deste modo, uma guerra civil que se estendeu por mais de dez meses, colocando, de um lado, as forças governistas, os *chimangos* (conhecidos pelo lenço branco), e de outro, as forças oposicionistas, os *maragatos* (conhecidos pelo lenço vermelho). A guerra civil terminou apenas com o acordo estabelecido entre as facções envolvidas, através do Pacto de Pedras Altas,<sup>2</sup> assinado em dezembro de 1923. Em consequência, a constituição do Rio Grande do Sul, datada de 1891, passaria por mudanças. A reeleição para presidente do estado e para intendentess municipais passou a ser proibida, assim como a indicação do vice-presidente do estado por parte do presidente (este passaria a ser eleito também). Além disso, o presidente do estado não poderia intervir diretamente nos governos municipais, nomeando e demitindo intendentess, prática muito comum utilizada por Borges de Medeiros.

---

<sup>1</sup> Na constituição da Aliança Libertadora, além de membros do Partido Federalista, também há a presença de dissidentes republicanos. A fundação oficial do Partido Libertador se deu em 3 de março de 1928, em Bagé, durante uma convenção das lideranças libertadoras dos diversos núcleos locais, representando os antigos federalistas e também dissidentes republicanos. Os principais líderes do partido nessa fase foram Assis Brasil e Raul Pilla.

<sup>2</sup> A intermediação para a pacificação do Rio Grande do Sul ficou a cargo do general Fernando Setembrino de Carvalho (Uruguaiana, 1861 – Rio de Janeiro, 1947), então ministro da Guerra do governo do presidente Arthur Bernardes (1922 – 1926). O acordo foi assinado em Pedras Altas, localidade situada na região sudeste do Rio Grande do Sul, na microrregião de Jaguarão. Nesta localidade Joaquim Francisco de Assis Brasil, líder civil da oposição e das forças maragatas, possuía uma granja, onde mandara construir um castelo, o chamado *Castelo de Pedras Altas*, local onde o tratado de pacificação fora assinado.

Em carta datada de 20 de janeiro de 1924,<sup>3</sup> Carlos Octaviano de Paula, o mesmo candidato dissidente nas eleições municipais de 1920 em São Leopoldo, ao anunciar seu afastamento da vida política, relembra a Guilherme Ludwig e João Dutra os acontecimentos políticos de 1920 e 1922, quando trabalharam em prol da eleição de Assis Brasil ao governo estadual. Deseja aos amigos e correligionários sucesso na liderança política oposicionista em Novo Hamburgo e São Leopoldo. A partir deste momento, também, a articulação partidária da oposição federalista/libertadora se torna mais intensa, com a formação das chamadas *Juntas Libertadoras*. Em Novo Hamburgo, a formação da junta local ocorre em 1924. E isso encaminharia os rumos políticos regionais nos anos seguintes.

Mas o ano de 1923 não é marcado apenas pela deflagração da guerra civil entre chimangos e maragatos. Há espaço também para festividades. Ou, pelo menos, para que se comece a pensar nelas. Mais especificamente as festividades do centenário de chegada dos primeiros imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul.

A respeito das festividades relativas ao centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, estabeleceremos um diálogo maior com a obra de Roswithia Weber,<sup>4</sup> intitulada *As Comemorações da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de julho” em São Leopoldo, 1924-1949*. Nosso objetivo não é analisar os aspectos de ordem cultural ou simbólica das comemorações. Embora esses elementos sejam importantes, nosso enfoque se dará, sobretudo, no tocante da percepção dos aspectos políticos dos festejos. Buscamos, notadamente, perceber como as redes sociais tiveram espaço na estruturação destes festejos e como eles foram

---

<sup>3</sup>Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 120 – Carta de Carlos Octaviano de Paula a Guilherme Ludwig e João Dutra.

<sup>4</sup> Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2000, publicado em formato de livro no ano de 2004. Constitui-se, até o momento, no trabalho mais sólido sobre este tema.

utilizados politicamente, principalmente por parte das lideranças hamburguenses.<sup>5</sup>

Mansueto Bernardi, intendente de São Leopoldo, antes de renunciar ao cargo para assumir funções no governo estadual, esboçara a ideia de organização de festividades alusivas ao centenário de São Leopoldo e, conseqüentemente, acerca do primeiro centenário da chegada dos imigrantes alemães<sup>6</sup>. Já desgastado politicamente (desgaste esse já presente desde os primeiros meses de seu mandato, ainda como intendente nomeado por Borges de Medeiros, em 1919), não desconsideramos que a organização das festividades visasse melhorar sua imagem e as relações políticas. De qualquer forma, em maio de 1923, Mansueto Bernardi deixa a intendência leopoldense, assumindo em seu lugar o médico Frederico Wolffbüttel, exercendo o cargo até abril de 1924.

Concomitante ao início dos preparativos das comemorações do centenário da imigração alemã e aos desdobramentos decorrentes da guerra civil no estado, começaram as articulações políticas visando às eleições municipais de 1924. E mais uma vez, assim como ocorreu em 1920, os interesses políticos de lideranças de São Leopoldo e Novo Hamburgo se mostraram distintos. E neste caso, também, é possível ver como questões partidárias e confessionais são elementos negociáveis em detrimento de objetivos mais amplos.

Durante o ano de 1923, o nome de João Corrêa Ferreira da Silva, empresário do setor de construção, sobretudo de vias de transporte (estradas e via férrea), amigo pessoal de Borges de

---

<sup>5</sup> René Gertz, principalmente em seu livro *O Aviador e o carroceiro*, empreende uma análise sobre estes aspectos. Deste modo, também estabeleceremos um diálogo com as considerações analíticas estabelecidas por este historiador. Neste sentido, também indicamos a obra de Roswithia Weber, com a qual também estabeleceremos diálogos, sobretudo quanto aos aspectos políticos da festividade. Desse modo, ver: WEBER, Roswithia. *As Comemorações da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: o "25 de julho" em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.

<sup>6</sup>Esta informação pode ser encontrada no relatório que Mansueto Bernardi encaminhou ao Conselho Municipal de São Leopoldo na época de seu afastamento do cargo de intendente municipal, em maio de 1923. Este relatório pode ser encontrado no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Medeiros,<sup>7</sup> desponta como o favorito às eleições municipais de agosto de 1924. Por outro lado, a oposição também começa a se articular, contando inclusive com o apoio de dissidentes do Partido Republicano Rio-grandense. Dentre os dissidentes está Jacob Kroeff Neto.

Em setembro de 1923, Frederico Wolffenbüttel convoca uma reunião para, de forma oficial, iniciar a organização dos festejos dedicados ao centenário de São Leopoldo e da chegada das primeiras levas de imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul. Analisando a nominata de pessoas que participaram desta reunião e entidades representadas, há uma centralização dos rumos das comemorações entre lideranças de São Leopoldo e de Novo Hamburgo.

A Comissão Central dos festejos era composta por João Corrêa Ferreira da Silva, Oscar Stabel, Leopoldo Hoffmann Filho, Ernst Rotermund e Arthur Ebling, representando São Leopoldo, e Jacob Kroeff Neto, Pedro Adams Filho, Leopoldo Petry e Júlio Kunz, representando o distrito de Novo Hamburgo. Sobre os integrantes da comissão oriundos do distrito hamburguense, já vimos no segundo capítulo os laços que unem este grupo e as funções ou cargos que ocupavam nesse período. Sobre a nominata leopoldense, João Corrêa tinha um relacionamento, conhecido pela sociedade local, com Bertha Hoffmann,<sup>8</sup> irmã de Leopoldo Hoffmann Filho. Em 1924, Corrêa assumiu, conforme Germano Moehlecke (2010), entre março e junho, o cargo de intendente de São Leopoldo. Deixou o cargo por conta de sua candidatura ao cargo nas eleições de agosto daquele ano. Foi substituído por Oscar

---

<sup>7</sup> As relações entre João Corrêa e Borges de Medeiros, no tocante aos interesses políticos e econômicos, são marcadas também por momentos de instabilidade e até de ruptura momentânea. Maiores detalhes podem ser encontrados em: GERTZ, René. *O Aviador e o Carroceiro*: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 187-202.

<sup>8</sup> João Corrêa Ferreira da Silva também possuía laços matrimoniais oficiais com Maria Luiza Guilhermina Burmesiter, residente na então localidade de Canela, que passou a ser um distrito do município de Taquara na década de 1920. Filhos deste casamento: Josefina Corrêa da Silva; João Manoel Corrêa da Silva; Carlos Corrêa da Silva; Victor Corrêa da Silva; Agnelo Corrêa da Silva; Aparício Corrêa da Silva; Danton Corrêa da Silva e Luizinha Corrêa da Silva. João Manoel Corrêa da Silva foi prefeito de Taquara entre 1924 e 1928; Carlos Corrêa da Silva foi prefeito de Montenegro entre 1940 e 1944 e Danton Corrêa da Silva foi prefeito de Canela entre 1948 e 1951 e 1960 e 1963.

Stabel, conselheiro municipal e subintendente do 1º Distrito. Após as eleições de setembro, João Corrêa reassumiu o cargo, tomando posse definitivamente como intendente municipal em 12 de outubro de 1924. Arthur Ebling era advogado da Firma Rotermund e ocupava a função de secretário da Intendência Municipal de São Leopoldo. Leopoldo Hoffmann Filho era presidente da Sociedade Ginástica de São Leopoldo e, nas eleições de 1924, foi eleito conselheiro municipal, assumindo o cargo em 1925 de presidente do Conselho Municipal de São Leopoldo, função que exerceu até 1928. Ernst Rotermund era redator do jornal *Deutsche Post* e um dos diretores da Rotermund, além de ser candidato ao Conselho Municipal leopoldense em 1924.

Embora a Comissão Central dos festejos do centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul tenha agregado membros de São Leopoldo e Novo Hamburgo, como uma forma de superar disputas e entraves que pudessem, inclusive, inviabilizar a realização do marco comemorativo, as disputas políticas não foram abandonadas. Enquanto, de um lado, era oficializado o nome de João Corrêa Ferreira da Silva como candidato do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) para a Intendência Municipal de São Leopoldo, as lideranças de Novo Hamburgo, tendo a frente Jacob Kroeff Neto, decidiram dar seu apoio a um candidato dissidente: João Fialho Dutra, católico, membro de longa data do Partido Federalista (e, posteriormente, do Partido Libertador). Esse confronto decorrente do apoio dos envolvidos nas eleições municipais de 1924 se somou com outras disputas, estas mais ligadas diretamente aos festejos: o local de realização destes e a construção de um monumento.

O projeto inicial, idealizado por Mansueto Bernardi, previa que as festividades fossem realizadas em Novo Hamburgo. Com as primeiras reuniões, os representantes hamburguenses e leopoldenses começaram a ter atritos por conta disso. Por fim, decidiu-se que a Exposição Comemorativa seria realizada em Novo Hamburgo. O grupo hamburguense também estava comprometido

com a construção de um monumento na localidade. O local escolhido foi em Hamburgo Velho, onde consta, foi instalada a primeira família alemã na localidade, cujo patriarca fora Johann Liborius Mentz. A área de terras ficava próxima da Estação Férrea de Hamburgo Velho, aos pés do chamado Morro dos Strassburger. Conforme Roswithia Weber, a iniciativa partiu da

*Leopoldenser Turnverein* (Sociedade Ginástica Leopoldense), que em fevereiro de 1924, instalou a Comissão. A proposta do levantamento de um monumento em São Leopoldo possivelmente surgiu como uma “resposta” ao grupo comprometido com a instalação de um monumento em Novo Hamburgo. Na reunião de setembro de 1923, foi comunicado que um terreno havia sido adquirido para esse monumento, e, mais uma vez, a precedência do 2º Distrito em relação ao programa dos festejos foi alvo de crítica. Depois de críticas veiculadas na imprensa é que o grupo ligado à Sociedade Ginástica de São Leopoldo tomou a iniciativa (WEBER, 2004, p. 38).

As disputas entre os dois grupos em torno dos rumos das comemorações tornaram-se mais acirradas. Apenas com a intervenção de um grupo de Porto Alegre é que a situação foi amenizada. Decidiu-se que dois monumentos seriam construídos: o monumento em São Leopoldo, construído no local de chegada das primeiras levas de imigrantes em 1824, representaria o desembarque; o monumento em Novo Hamburgo faria alusão ao processo de colonização das terras por esses imigrantes. Foi criada uma comissão com o objetivo de arrecadar fundos para a construção dos dois monumentos. Entre os membros, estavam Júlio Adams e Benno Mentz, filho do empresário evangélico-luterano Frederico Mentz e sobrinho de A. J. Renner. Ao grupo, mais tarde, ingressaram o deputado estadual Arno Phillip, o empresário Frederico Trein, cunhado de Frederico Mentz e A. J. Renner, e Roberto Dörnte, da Sociedade Ginástica de São Leopoldo.

Durante os preparativos para os festejos, em 17 de maio de 1924, parte do grupo dirigente do diretório do Partido Republicano

Rio-grandense de Novo Hamburgo se reúne com Borges de Medeiros para tratar da emancipação do distrito. Participam da reunião Jacob Kroeff Neto, Leopoldo Petry e Pedro Adams Filho. Os resultados não foram plenamente satisfatórios para o grupo solicitante, mas serviu como um início definitivo das ações políticas visando à emancipação de Novo Hamburgo.

Pouco menos de um mês após esta audiência com Borges de Medeiros, ocorre em Novo Hamburgo uma reunião pra encaminhar a Exposição Municipal, evento integrante das comemorações do centenário da imigração alemã no estado. Quatro dias após, ocorre uma nova assembléia, na qual é decidida a criação de uma comissão organizadora da exposição, assim como de uma comissão encarregada pela construção do pavilhão onde se realizaria o evento. A comissão organizadora era composta por: Jacob Kroeff Neto, como seu presidente, Pedro Adams Filho, Júlio Kunz, Leopoldo Petry, major André Kilpp, José João Martins, Guilherme Ludwig e Carlos Dienstbach. Para a comissão de construção do pavilhão, foram eleitos: Pedro Alles, João Brandenburger, João Altmayer e Júlio Aichinger.<sup>9</sup> A maioria dos escolhidos era católica, além de integrar o Partido Republicano Rio-grandense local. Júlio Aichinger era evangélico-luterano e, provavelmente, federalista/libertador. Carlos Dienstbach, Júlio Kunz e Guilherme Ludwig também eram dessa confissão religiosa, sendo que os dois primeiros eram republicanos e o último um dos líderes federalistas/libertadores locais. Ao mesmo tempo, é perceptível que se tentou evitar a participação de representantes leopoldenses nesta comissão. E analisando os documentos referentes ao programa da exposição,<sup>10</sup> constatamos ainda que

---

<sup>9</sup> Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo - Livro de Atas da Comissão Organizadora e Diretora da Exposição Municipal Comemorativa do 1º Centenário da Imigração Alemã.

<sup>10</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo - Programa dos festejos do centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, 1924.

representantes leopoldenses não participaram das demais comissões que foram organizadas.<sup>11</sup>

A rivalidade interna dos integrantes da comissão organizadora da Exposição Municipal logo se manifestou nos preparativos dos festejos. A ata da reunião do dia dezesseis de agosto de 1924 registra a decisão, aprovada pelos presentes, de não considerar mais Guilherme Ludwig como integrante da comissão, pois ele não comparecia as assembleias. Participaram dessa reunião Pedro Adams Filho, José João Martins, major André Kilpp, Júlio Kunz e Carlos Dienstbach, todos republicanos. O nome de Guilherme Ludwig também não integra nenhuma das comissões de apoio que foram criadas para o evento. O afastamento do grupo republicano com o grupo federalista/libertador, liderado por Guilherme Ludwig, se tornou maior após as eleições municipais de 1920 e, principalmente, após a guerra civil de 1923 no estado.

Chegado o mês de setembro de 1924, as comemorações em São Leopoldo e Novo Hamburgo ocorreram entre os dias 20 e 22 daquele mês. Quanto aos monumentos que foram construídos, ou, que deveriam ser construídos, no caso de São Leopoldo, sua inauguração se deu com a obra ainda não finalizada. O projeto escolhido, conforme Germano Moehlecke (1998, p. 125), foi de autoria do arquiteto Walter Dreschler. O local de construção foi às margens do rio dos Sinos, em frente ao prédio do Seminário Evangélico para Formação de Professores. O monumento ficou em meio a um terreno vazio, já que a praça que existe em torno dele, hoje chamada Praça do Imigrante, foi construída apenas no início da década de 1930,<sup>12</sup> no governo do major Theodomiro Porto da Fonseca. Quanto ao monumento de Novo Hamburgo, apenas a pedra

---

<sup>11</sup> As demais comissões criadas foram: recepção, hospedagem, ordem e policiamento, festas e distribuição de lugares no pavilhão.

<sup>12</sup> Quando de sua inauguração, em 1934, a praça recebeu a denominação de Praça Centenário. Em 1974, conforme Germano Moehlecke (1998, p. 48), durante as comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã no Brasil, ocorreu a mudança de nome, passando para Praça do Imigrante. .

fundamental foi lançada durante as festividades comemorativas de 1924. A conclusão do monumento se deu apenas em 1927.

Durante as comemorações, foi grande a presença de autoridades políticas locais e estaduais, entre elas o presidente do Estado, Borges de Medeiros, autoridades eclesiásticas, entre outras. Essas autoridades, por sua vez, ou pelo menos algumas delas, realizaram discursos em determinados momentos. Em nossa análise, atentaremos para dois discursos que consideramos importantes: o que fora pronunciado por Borges de Medeiros e o proferido por Jacob Kroeff Neto, durante a inauguração da Exposição Municipal em Novo Hamburgo.

Sobre a análise de discurso, Eni Orlandi (1996) chama a atenção de que

o discurso não é um reflexo da situação, nem está mecanicamente determinado a ela. Além disso, o discurso não tem como função constituir a representação fiel de uma realidade, mas assegurar a permanência de uma certa representação (ORLANDI, 1996, p. 55).

Nesse sentido, é importante analisar determinados contextos que existem entre aqueles que proferem o discurso e o meio social em que atuam, o ambiente político e aspectos de sua trajetória.

Em seu discurso, conforme relatado por Eduardo Duarte em obra lançada no ano de 1946,<sup>13</sup> Borges de Medeiros inicia lembrando o legado dos bandeirantes e paulistas. Essa alocução poderia estar carregada de um sentido orientador, reafirmando que a base da sociedade nacional tem uma matriz lusitana, adensada, posteriormente, pela expansão promovida pelos bandeirantes e paulistas nos séculos XVI e XVII. Durante a década de 1920, ocorreu um crescente nacionalismo, manifestado desde a cultura, vista a Semana de arte Moderna de 1922 e obras de autores como Cassiano Ricardo e Oswald de Andrade, até a política, ainda decorrente da Primeira Guerra Mundial.

---

<sup>13</sup>DUARTE, Eduardo. *O centenário da colonização alemã no Rio Grande do Sul: 1824-1924*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1946.

Na sequência, Borges de Medeiros elenca uma série de qualidades morais e intelectuais dos alemães que aqui chegaram e de seus descendentes. Ao mesmo tempo, duas das qualidades enaltecidas pelo presidente estadual são a capacidade ordeira desse grupo e o sentimento de dever que possuem. Esse ponto do seu discurso provavelmente visa determinar o cumprimento dos deveres sociais e políticos desse grupo, sobretudo entre os republicanos ali presentes. Sabedor dos conflitos entre as lideranças partidárias de Novo Hamburgo e São Leopoldo, o chefe unipessoal republicano do estado aproveita a oportunidade para tentar aplacar os ânimos exaltados e as querelas internas. Paralelamente, Borges de Medeiros ainda utilizou o momento para chamar a atenção de alemães e descendentes para o cumprimento de seus deveres pátrios para com a nação brasileira, que os acolhera. Por fim, reafirma a contribuição do elemento alemão na construção social do Brasil e do Rio Grande do Sul, sobretudo por seu caráter pacífico, trabalhador e ordeiro.

Quanto ao discurso de Jacob Kroeff Neto, este pode ser compreendido com um sentido ambivalente: tenta, ao mesmo tempo, enaltecer o grupo de origem alemã e enfatizar a brasilidade desse mesmo grupo social. Ao analisarmos a trajetória política de Jacob Kroeff neto, percebemos que ele age conforme as situações do momento, modificando seus discursos e práticas de acordo com as oportunidades, mas visando à garantia de alcançar seus objetivos e os do grupo ao qual está vinculado, sejam eles no âmbito familiar, partidário ou confessional, ou ainda em uma imbricação destes.

Jacob Kroeff Neto inicia seu discurso reivindicando sua origem alemã e as características que considera mais importantes nesse grupo étnico, como sua operosidade e capacidade de trabalho, chamando a atenção para aquilo que fora construído em Novo Hamburgo, tanto do ponto de vista econômico quanto social. Encontramos aí um elemento discursivo que visa fortalecer a percepção da sociedade e das autoridades para a emancipação do distrito, enfatizando as condições favoráveis que a localidade possui para a efetivação desse processo. A segunda parte do discurso adota

um tom de patriotismo, indo ao encontro de elementos utilizados por Borges de Medeiros em sua alocação. Com isso, provavelmente tentou angariar confiança e apoio do presidente estadual para seus objetivos. Mas, em linhas gerais, o discurso proferido pelo líder republicano hamburguense visa agradar a dois públicos, obtendo assim, uma imagem positiva de si perante ambos. Ainda sobre o discurso de Jacob Kroeff Neto, corroborando com sua interpretação política, Roswithia Weber afirma que

essa fala, acrescida de outros elementos de seu discurso, como, por exemplo, o querer ser brasileiro de coração, pode ser enquadrado como proposta bem característica da germanidade, em que o pluralismo étnico é reivindicado. Esse discurso, contudo, não pode ser enquadrado como proveniente de um germanista. Ocorre que o orador frequentemente era identificado como “renegado”, sendo acusado de não se sentir alemão, de modo que o momento foi propício para tentar afirmar o contrário, utilizando-se, então, do léxico próprio dos germanistas. A festa também foi tomada pelo orador com um espaço de reivindicação manifestando o desejo de que as desconfianças desaparecessem. E, como forma de se precaver de possíveis desconfianças que a festa poderia gerar, Kroeff convidou os descendentes de alemães para festejar como “bons brasileiros” (WEBER, 2004, p. 69).

O conceito de *germanidade*, conforme Giralda Seyferth (1982, p. 3), “inclui tudo o que pode ser entendido como étnico por referência à ideia de origem comum, ancestralidade e herança cultural”. Ainda na perspectiva em torno deste conceito, Cristina Scheibe Wolff e Maria Bernadete Ramos Flores afirmam que

a ideia de germanidade, com características de um imaginário étnico foi divulgada nas colônias alemãs do sul do Brasil pela imprensa de língua alemã, desde 1852, e foi particularmente intensa nos periódicos da “Aldeutsche Verband (Liga Pan-Germânica), de 1893 a 1918, e da propaganda nacional-socialista, durante a década de 1930. Livros e jornais escritos em língua alemã, exaltando o valor do povo alemão e sua superioridade em relação ao caboclo (brasileiro) circulavam nas áreas coloniais [...]. No entanto, é importante

ressaltar que a “propaganda” germanista, associada no século XIX ao movimento de unificação da Alemanha e da criação da nacionalidade e já no século XX ao nacional-socialismo, encontrou nas colônias ambiente propício ao seu desenvolvimento. Até a década de 1930, as colônias constituíam uma população muito homogênea e isolada. Todo o sistema de ensino baseava-se em associações escolares formadas pelos próprios colonos e que ministravam aulas em língua alemã, todos falavam alemão. Ainda havia a questão religiosa, pois boa parte dos imigrantes era formada por luteranos, que importavam pastores da Alemanha e cuja doutrina estava bastante imbricada com o *Deutschtum* (tanto que até hoje, nas igrejas luteranas – IECLB – realizam-se cultos em língua alemã [...]) (WOLFF; FLORES, 1994, p. 217-218).

Alguns elementos trazidos pelas historiadoras merecem consideração. Primeiramente, pesquisas como as desenvolvidas por Marcos Tramontini (2003) e Marcos Witt (2008), entre outros, refutam a ideia de isolamento, sobretudo social e político, pois evidenciam os meios de busca de participação de imigrantes e descendentes na sociedade brasileira desde os primeiros anos da chegada dos alemães ao país. Levamos em consideração que o texto produzido pelas historiadoras fora concebido anos antes destas novas pesquisas. Mas é importante abordar esse aspecto, pois a tese de isolamento ainda se faz presente em narrativas orais e em algumas obras que abordam o tema da imigração, sobretudo aquelas de caráter memorialista.

O segundo elemento é sobre a propaganda e a apropriação da germanidade entre os imigrantes e seus descendentes. Em diferentes intensidades e períodos, diversos grupos fizeram uso desse elemento, sobretudo no que se refere aos seus usos políticos e sociais. Desse modo, mesmo entre imigrantes e descendentes, houve aqueles que aderiam ao discurso (e prática) da germanidade e aqueles que o refutaram. Exemplo dessa postura crítica à germanidade foi o arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom João Becker.

Os elementos representativos que constituem a germanidade são diversos. O povo é componente essencial do ideário germanista

e, conforme Irmgart Grützmann (1999, p. 69), “concebido como uma grande família, uma comunidade baseada na descendência e ligada essencialmente por laços culturais e raciais”. A germanidade, conforme Giralda Seyferth (1982, p. 94-95), constitui-se de elementos como a língua alemã e a herança de sangue. Além desses traços importantes que forjam a política de germanidade, Irmgart Grützmann (1999, p. 67) indica outros pontos definidores, entre eles, a canção, as virtudes e a *Heimat*,<sup>14</sup> reunidos sob a denominação *Deutschtum* ou *Volkstum*. Para pesquisadores como Magda Gans (1996), René Gertz (1987) e Irmgart Grützmann (1999), a noção e a prática de germanidade estavam mais enraizadas nas camadas superiores da população de imigrantes alemães e seus descendentes, sobretudo entre elementos da elite econômica, política, religiosa e intelectual.

Decorrente dessa discussão, um aspecto que merece ser aventado e refletido, decorrente das comemorações do centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, além da questão política, é a dimensão identitária presente. Os festejos se tornaram um momento profícuo de se perceber a presença de marcos identitários dos grupos

---

<sup>14</sup> Sobre o conceito de *Heimat*, afirma Arthur Blásio Rambo (1994, p. 47-48): “*Heimat* é uma palavra que se origina de *Heim*, lar em português. Como tal sugere uma realidade construída na qual os componentes essenciais são um espaço geográfico concreto e visível, organizado numa paisagem familiar na qual se abriga a tradição cultural, feita parte integrante e existencial da pessoa e imortalizado através da poesia e do cancionário popular. Uma participação fundamental na construção dessa realidade tiveram, sem dúvida, os poetas e cantores românticos”. E acrescenta (p. 48): “a consequência prática dessa concepção de *Heimat* é que uma pessoa pode construir a sua vida em qualquer parte do mundo. A única condição é que a realize, preservando o *Deutschtum*, que continue falando alemão e cante as belezas da *Heimat* através de um *Lied*, a legítima canção alemã. Nesses termos, uma localidade no Vale dos Sinos, do Cai, da região das Missões [...], será uma *Heimat* alemã, caso ela estiver preservando a germanidade, o *Volkstum*, o *Geist*, o espírito alemão e suas belezas naturais, a paisagem humana for evocada através de um *Lied*”. Ainda sobre esse conceito, Giralda Seyferth (1994, p. 19) enfatiza que “ao definir “as colônias alemãs” no Brasil como *Heimat* (um dos termos da língua alemã traduzíveis como pátria), os teuto-brasileiros estavam, ao mesmo tempo, resguardando seu significado étnico restrito e seu pertencimento ao Brasil. O termo *Heimat* deriva de *Heim* (lar) e, nesse sentido, traduz-se na comunidade étnica construída pelos imigrantes. Isso evocava todo o processo histórico da colonização alemã que, nas representações étnicas, aparece como um processo civilizatório que transformou a selva brasileira inculta em prósperas comunidades. O conceito de *Heimat* inclui dois princípios que marcam a identidade teuto-brasileira: a origem étnica alemã, vinculada ao direito de sangue, e a nacionalidade/cidadania brasileira, com seu princípio territorial”.

envolvidos e, ao mesmo tempo, de visualização de estratégias e de articulações. Conforme destaca Roswithia Weber,

a unidade da maior parte do grupo que compôs as diferentes comissões foi dada pela origem étnica alemã de seus componentes. Sem dúvida, já pelo fato do objeto a ser celebrado, aquele foi um momento de manifestação da identidade de imigrantes alemães e de seus descendentes (WEBER, 2004, p. 25).

Ao analisarmos a listagem dos integrantes da comissão central, das comissões locais e das comissões de apoio das comemorações,<sup>15</sup> tanto em São Leopoldo como em Novo Hamburgo, realmente veremos que o número de integrantes com sobrenome que não seja de origem alemã é diminuto. Na comissão central, encontramos o nome de João Corrêa, que também integra as comissões de organização local de São Leopoldo e de recepção; Homero Vellozo e Vidal Cordova integram a comissão de informações e o capitão Valdez faz parte da comissão de alojamentos. Em Novo Hamburgo, temos José João Martins na comissão de organização local; João Marienthal da Rocha e Arnaldo Coelho, integrando a comissão de recepção e João Lourenço Torres Neto e Marcolino dos Santos Pacheco na comissão de ordem e policiamento. Dos agentes históricos de Novo Hamburgo referidos, sabemos que Marcolino dos Santos Pacheco era católico e filiado ao Partido Republicano Rio-grandense, fora nomeado subintendente de Novo Hamburgo por Jacob Kroeff Neto em 1927 e ocupou o cargo de delegado no município. Sobre Arnaldo Coelho, este era também republicano e ocupara o cargo de agente do telégrafo local.

A compreensão e análise de aspectos identitários e dos grupos étnicos configuram-se de forma muito significativa para uma visão mais ampla dos desdobramentos políticos e sociais, não apenas no decorrer das comemorações do centenário da imigração alemã, mas também no debate acerca da emancipação de Novo

---

<sup>15</sup> Análise semelhante foi realizada por Roswithia Weber em sua Dissertação de Mestrado.

Hamburgo. E mais importante ainda, no decorrer das décadas de 1930 e 1940, sobretudo durante o período do Estado Novo. Para que essa análise seja mais bem fundamentada, cabe destacar algumas concepções teóricas sobre estes elementos.

Existem algumas definições conceituais sobre o que são grupos étnicos. Para Giralda Seiferth, a definição de grupo étnico é de que se trata de “um grupo cujos membros possuem uma identidade distintiva atribuída, e sua distintividade como grupo tem quase sempre por base uma cultura, origem e história comuns” (SEYFERTH, 1986, p. 586). A concepção atribuída por Giralda Seyferth coloca-se ao encontro das definições estabelecidas pelo sociólogo alemão Max Weber, embora este destaque que não há a necessidade comprovada de uma origem comum, mas o fato da existência de uma crença sobre isso já estabelece um ponto de partida na formação do grupo étnico. Conforme as definições de Weber,

chamaremos grupos “étnicos” aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no habitus externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, [...] sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva” (WEBER, 1991, p.270)

São desses dois pontos de vistas, os quais se aproximam entre si, que compartilhamos nossa compreensão sobre grupos étnicos. Contudo as definições conceituais e teóricas sobre grupos étnicos são marcadas pela complexidade, assim como os conceitos de identidade e etnicidade. Segundo Caroline Kraus Luvizotto,

a unidade concreta de análise – o grupo étnico – tem sido definida por diferentes combinações de características que vão da cultura comum à identidade étnica simbolicamente construída. A revisão do conceito – realizada com base em trabalhos de autores como Abner Cohen (1969) e Frederick Barth (1969), por exemplo – resultou na incorporação das noções de identidade étnica e etnicidade, com críticas contundentes à concepção tradicional que

concebia o grupo étnico como unidade cultural distinta, separada (LUVIZOTTO, 2009, p. 30).

A dinamicidade e o entendimento da complexidade existente dentro dos grupos étnicos, outrora percebidos e concebidos como um grupo homogêneo e, até mesmo, isolado dentro de um quadro social mais amplo, tem permitido ver o interior destes grupos de forma muito mais enriquecida, percebendo as nuances, os detalhes, as relações existentes, as escolhas e as estratégias elaboradas por eles. E o fato de o conceito de grupo étnico dialogar com outros conceitos e interpretações constitui-se num aspecto salutar que favorece a complexificação das apreciações sobre este tema.

Sobre o conceito de etnicidade, Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart destacam que

estudar a etnicidade consiste, então, em inventariar o repertório das identidades disponíveis em uma situação pluriétnica dada e descrever o campo de saliência dessas identidades nas diversas situações de contato. A análise situacional da etnicidade liga-se ao estudo da produção e da utilização das marcas, por meio das quais os membros das sociedades pluriétnicas identificam-se e diferenciam-se, e ao estudo das escolhas táticas e dos estratégias que acionam para se safarem do jogo das relações étnicas. Entre essas táticas figuram especialmente a alternância de identidades (*identitys witching*), o domínio da impressão e os processos de alter-casting que permitem atribuir um papel étnico ao outro (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 117).

Acerca das considerações de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, destacamos a mobilidade de uso deste elemento dentro da sociedade. Tratando-se de uma construção social, a etnicidade pode se tornar um importante instrumento político, pois ele pode ser maleável e utilizado conforme as circunstâncias e necessidades. A etnicidade não é algo deslocado ou isolado dentro de uma realidade social multifacetada. Ela é algo que se articula dentro deste espaço e, fazendo uma alusão ao jogo de xadrez, pode

ser jogada conforme os interesses do jogador ou diante das condições que o jogo oferece em determinado momento.

Uma das contribuições mais significativas neste sentido foi dada pelo antropólogo norueguês Fredrik Barth. Uma de suas obras mais conhecidas é *Grupos étnicos e suas fronteiras*, lançado em 1969.<sup>16</sup> Neste sentido, um dos grandes méritos da análise de Fredrik Barth é identificar os grupos étnicos como parte integrante de uma organização social, onde residem no contato entre os diferentes grupos os códigos que permitem atribuir a si mesmo ou aos outros aspectos identitários. São as chamadas *fronteiras étnicas*. Fronteiras estas que, conforme a necessidade ou os objetivos, podem ser ultrapassadas, ou melhor, negociadas. Temos assim um aspecto importante dentro da conceituação que Fredrik Barth faz dos grupos étnicos: seu caráter relacional e, por que não dizer, até mesmo estratégico. Conforme define Barth,

a atribuição de uma categoria é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral, determinada presumivelmente por sua origem e circunstâncias de conformação. Nesse sentido organizacional, quando os atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnicos (BARTH, 2000, p. 32).

Tendo em vista que a manutenção da etnicidade, dos grupos étnicos e da própria identidade passam por um processo consciente de relação intra e extragrupo e, conseqüentemente, de negociações e estratégias, essa visão mais dinâmica e aberta destes aspectos nos ajudará a compreender de forma mais ampla o que se desenvolveu em Novo Hamburgo (e no Rio Grande do Sul) nas décadas de 1930 e 1940, com o crescimento das ideias e ações nacionalistas. Mas

---

<sup>16</sup>O texto mais conhecido desta obra também recebeu, posteriormente, o título de *Grupos étnicos e suas fronteiras*. Porém, seu título original, em 1969, era *Introdução* (Introduction). Esse texto foi publicado mais tarde no livro de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart intitulado *Teorias de Etnicidade*, e no livro *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, de Fredrik Barth, organizado por Tomke Lask.

também poderemos perceber esta prática de negociação identitária no decorrer das festividades do centenário da imigração e nos embates posteriores, quando as lideranças hamburguenses buscaram emancipar seu distrito. Ainda sobre o aspecto relacional e de negociação das identidades étnicas, Fredrik Barth afirma que

a fronteira étnica canaliza a vida social. Ela implica uma organização, na maior parte das vezes bastante complexa, do comportamento e das relações sociais. A identificação de uma outra pessoa como membro de um mesmo grupo étnico implica um compartilhamento de critérios de avaliação e de julgamento. Ou seja, é pressuposto que ambos estejam basicamente “jogando o mesmo jogo”, e isso significa que há entre eles um potencial para diversificação e expansão de suas relações sociais, de modo a eventualmente cobrir todos os diferentes setores e domínios de atividade. Por outro lado, a dicotomização que considera os outros como estranhos, ou seja, membros de outro grupo étnico, implica o reconhecimento de limitações quanto às formas de compreensão compartilhadas, de diferenças nos critérios para julgamento de valor, de performance, bem como uma restrição de interação àqueles setores que se pressupõe haver compreensão comum e interesses mútuos (BARTH, 2000, p. 34).

Pensar a realidade de Novo Hamburgo e região neste período exige ter em mente essa dimensão identitária. Ao mesmo tempo, ela não é a única dimensão que perpassa as relações sociais, pois existem outros fatores significativos, como o confessional, o partidário, o familiar e o econômico. Deste modo, o fator étnico, embora importante, não se sobrepõe aos demais fatores, mas soma-se aos demais e, conforme a necessidade e, dentro do jogo político e social, é utilizado para benefício de algum agente histórico ou grupo, ou para impedir algum intento por parte dos adversários.

Ainda sobre as comemorações do centenário da imigração alemã em 1924, chamamos a atenção para a fotografia que segue.

**Figura 05:** Inauguração do Monumento ao Imigrante em São Leopoldo (1924).



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

Embora a festa também tenha tido, em determinados aspectos, o caráter étnico, é perceptível que também havia um caráter relacional nela. Primeiramente, esse caráter relacional era inevitável, principalmente por ser algo realizado em local público, onde os transeuntes tinham plena liberdade de participar daquele momento. Uma análise mais atenta da fotografia evidencia a presença de outros grupos étnicos e sociais. Conjecturações das mais diversas podem ser feitas, como, por exemplo, o caráter político, pois fazer com que diferentes grupos sociais e étnicos participassem dos festejos poderia garantir votos e apoio nos pleitos eleitorais. Em todo caso, nosso objetivo é chamar a atenção para este elemento, que é o caráter relacional e negociável da identidade. Por um lado, esse vínculo relacional fez com que as lideranças principais dos festejos ficassem a cargo de pessoas com sobrenome alemão ou que tinham ligações políticas, familiares, econômicas ou confessionais com esse grupo. Mas, por outro lado, a visão estratégica não poderia criar uma festividade isolada, seja por motivos econômicos, seja por razões

sócio-políticas.<sup>17</sup> Embora, talvez em seu intuito inicial, a festa não tivesse um caráter popular, ela teve que fazer concessões, diante do ambiente social da região neste período.<sup>18</sup>

Com o encerramento das comemorações de 1924, têm início novos desdobramentos sobre a tentativa de emancipação de Novo Hamburgo, que persistiram pelos três anos seguintes. Embora o evento da emancipação de Novo Hamburgo, assim como as comemorações do centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, compreendam marcos importantes, tanto no aspecto político quanto social, eles não são o objeto principal desta parte da pesquisa. Nosso objetivo principal é analisar as redes sociais e as estratégias políticas que ocorreram em torno e por conta desses objetivos. Desse modo, alguns acontecimentos decorrentes principalmente da questão emancipatória não serão aprofundados neste capítulo.

Mas quais razões para Novo Hamburgo possuir uma força política que rivaliza de forma tão enérgica com São Leopoldo? Para respondermos a essa pergunta, vejamos um pouco mais da estrutura econômica, social e educacional do distrito neste período, o que ajuda a visualizar de forma mais clara a razão da existência de uma força política expressiva nesta localidade.

Desde o final do século XIX, Novo Hamburgo vinha demonstrando uma grande evolução econômica, baseada, sobretudo, na formação de uma indústria coureira e calçadista. Outros setores industriais e comerciais também começam a se instalar na localidade. Por conta disso, a arrecadação de impostos no 2º Distrito por parte da municipalidade leopoldense em algumas

---

<sup>17</sup> Em decorrência da Primeira Guerra Mundial e da perpetuação da ideia do *perigo alemão*, algumas medidas de nacionalização foram adotadas no Rio Grande do Sul, como ações no âmbito educacional e a mudança na nomenclatura e estatutos de associações e instituições de origem alemã. Por conta disso, a participação de pessoas de outros grupos étnicos e sociais também pode ser entendida como uma estratégia de evitar problemas, como uma eventual intervenção por parte das autoridades.

<sup>18</sup> Conforme Carlos Henrique Oberacker Jr. em sua Tese de Doutorado *Die volkspolitische Lage des Deutschtums in Rio Grande do Sul*, de 1936, a população de origem alemã e descendentes em São Leopoldo era em torno de 69% no início da década de 1920. Contudo, mesmo assim não se podem desconsiderar os 31% advindos de outros grupos étnicos que residiam no município.

ocasiões superou a arrecadação na própria sede. Neste ínterim, a localidade de Campo Bom, até então integrante do 2º Distrito, também despontava como uma nascente potência industrial e econômica, em parte pela indústria coureira e calçadista que avançava no local, assim como por conta das olarias ali instaladas. Com o crescimento econômico, logo se firmou em Novo Hamburgo um grupo de elite social, formada pelos grandes industriais e comerciantes do distrito, mas que também possuíam vinculações partidárias, militando entre os republicanos e os federalistas/libertadores, além de vínculos confessionais e familiares, conforme abordado no primeiro capítulo desse trabalho.

Mas outro elemento social importante existente em Novo Hamburgo era o aspecto educacional. Nesse quesito, destacamos as duas principais instituições escolares ali existentes, por conta de sua importância no âmbito confessional, por serem os principais educandários católico e evangélico-luterano ali instalados, seja pela importância política que estas escolas tiveram nas duas décadas seguintes, sobretudo no período do Estado Novo. Trata-se da escola Fundação Evangélica e do Colégio Santa Catarina.

A escola Fundação Evangélica foi inaugurada em Hamburgo Velho, no ano de 1886, por iniciativa das professoras Lina e Amália Engel, filhas de um pastor evangélico-luterano, vindas da Alemanha alguns anos antes, por volta de 1870. Eram irmãs de Frederico Arnoldo Engel.<sup>19</sup> Negociante de São Sebastião do Caí, sócio de Christian Jacob Trein (sogro dos também empresários Frederico Mentz e A. J. Renner), Frederico Arnoldo Engel ocupou o cargo de vereador na cidade entre 1892 e 1896, já no período republicano. Participou, no ano de 1886, da fundação do Sínodo Rio-grandense, como um dos representantes leigos.

---

<sup>19</sup>Para maiores informações sobre a trajetória política e econômica de Frederico Arnoldo Engel e membros de outras famílias, como Trein, Oderich, Ritter e Noll, em São Sebastião do Caí e região, ver: MARTINY, Carina *Os Seus Serviços Públicos Estão de Certo Modo Ligados à Prosperidade do Município*. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Cai, 1875-1900). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Dissertação de Mestrado, 2010.

Originalmente, o educandário se destinava a ser um internato para meninas, onde elas receberiam instrução escolar baseada nas orientações evangélico-luteranas. Anteriormente à abertura dessa escola, elas já haviam dirigido uma instituição nos mesmos moldes em Porto Alegre, juntamente com outra irmã, Johanna. Com o falecimento desta, algum tempo depois elas estruturam e inauguram um novo educandário em outra localidade, o *Töchterpensionat* de Hamburger Berg.

**Figura 06:** As professoras Amália e Lina Engel e alunas do Evangelisches Stift (1895).



Fonte: Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Fundação Evangélica.

Quando suas irmãs fundam uma escola-internato, Frederico Engel auxilia, ainda em 1886, na compra de uma casa mais ampla, para atender a demanda de alunas, que vem crescendo. A casa comprada pertencia a Jacob Kroeff, hoteleiro, amigo e vizinho de Frederico Engel, pois possuíam terras que faziam divisa em Hamburger Berg. Porém a importância maior de Frederico Engel esteve em mediar a transferência do *Töchterpensionat* para o Sínodo.

Em Concílio Sinodal ocorrido na localidade de Linha Nova, em 2 de outubro de 1895, o Pastor Johann Friedrich Pechmann e Frederico Engel apresentam a proposta de doação aos presentes. Relatam a importância da escola, pois é, segundo Pechmann, “a única

instituição evangélica que se destina à formação de moças com o sentido e espírito evangélicos”. A proposta apresentada, diante do empenho do pastor Johann Pechmann e Frederico Engel, é aceita, e o Sínodo aceita a doação da escola, que incluía o prédio e os bens presentes nele, na condição de dar ampliação ao espaço físico. Nessa mesma reunião, se opta em dar um novo nome à escola, que passa a se denominar *Evangelisches Stift* (Fundação Evangélica). É formado um Curatório, espécie de sociedade mantenedora, e uma Assembleia Geral, da qual Frederico Engel faz parte, além de suas irmãs, Amália e Lina, que assumem a direção da Fundação Evangélica agora amparada pelo Sínodo Rio-grandense.

A questão educacional passa a ser uma das bandeiras do Sínodo Rio-grandense. Em 1901, no Concílio Sinodal de Paraíso do Sul, região central do estado, ocorre, por iniciativa também do pastor Johann Friedrich Pechmann, a fundação da *Deutscher Evangelischer Lehrerverein von Rio Grande do Sul* (Associação de Professores Evangélicos Alemães do Rio Grande do Sul), visando formar e capacitar professores para atuarem nas escolas comunitárias evangélico-luteranas.<sup>20</sup> Seria a mesma atuação educacional motivo de atritos e ações arbitrárias alguns anos depois, após Getúlio Vargas decretar o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937.

O último ano do século XIX marca a chegada das irmãs da Congregação das Irmãs de Santa Catarina, Virgem e Mártir<sup>21</sup> a Novo Hamburgo. A vinda destas religiosas se deve ao convite feito pelo padre Norberto Bloes, S.J., pároco da Paróquia Nossa Senhora da

---

<sup>20</sup> Para maior aprofundamento sobre esta temática, recomendamos a leitura da Tese de Doutorado de Isabel Cristina Arendt, publicada em forma de livro: ARENDT, Isabel Cristina. *Educação, Religião e Identidade Étnica: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

<sup>21</sup>A Congregação das Irmãs de Santa Catarina, Virgem e Mártir, foi fundada, em 1571, por Regina Protmann, nascida em 1552, em Braunsberg, na Alemanha, atualmente, Polônia (Braniewo). Foi a primeira Congregação feminina de vida ativa, cuja constituição foi aprovada pelo Bispo Cromer, em 1583, e obteve aprovação Papal em 1602. Em junho de 1897, chegam ao Brasil as primeiras Irmãs de Santa Catarina, proveniente de Braunsberg. Iniciam seus trabalhos pastorais com a fundação de uma escola em Petrópolis, Rio de Janeiro. Em 1898, por intermédio do Padre Mentz, S.J, chegam a Porto Alegre. Foi pedido às Irmãs para que, além da área educacional, também atuassem na saúde.

Piedade,<sup>22</sup> para que as irmãs fundassem uma escola católica na localidade, tendo em vista que no local já existiam duas escolas evangélico-luteranas, a Fundação Evangélica e a escola da Comunidade Evangélica. Além disso, famílias como Klein, Czermak, Kroeff, Petry, Altmeyer, Zimmer e Plentz também reforçam o convite feito pelo sacerdote. As irmãs Maria Romualda Flach e Matia Julitta Schwark fazem então uma visita a Hamburger Berg, ficando com uma boa impressão da localidade e tendo a promessa que receberão apoio, inclusive financeiro, para a instalação de um educandário.

Com autorização da superiora da congregação, as primeiras religiosas que se instalaram na localidade foram as irmãs Maria Jullita Schwark e Valentina Thiel, iniciando sua ação pastoral a partir de junho de 1900. O primeiro prédio da escola está localizado na atual Rua General Osório, em frente ao prédio atual da instituição. Oficialmente, as atividades da escola iniciaram em 10 de julho de 1900, com 15 alunos, sendo 8 meninos e 7 meninas (até 1914 a escola funcionou em caráter misto, adotando, a partir desse ano, o regime apenas feminino, com internato e externato). Em 1901, seis meses após a instalação do educandário, a escola se muda para outro prédio, também na Rua General Osório, onde hoje está localizada a Casa Provincial da Congregação. Nesse mesmo ano, mais três religiosas passam a integrar a equipe docente e diretiva da escola: irmãs Lina Parschau, Plácida Shröeter e Heriberta Böhn.

Ao longo da década, ocorre um processo de crescimento no número de alunos. Por conta disso, em 20 de fevereiro de 1909, é lançada a pedra fundamental do novo prédio do Colégio Santa Catarina. A inauguração ocorre em janeiro de 1910, sendo nesse momento diretora da escola Ir. Camila Rex. Além do auxílio oriundo da Casa-Mãe da Congregação em Braunsberg e do bispo de Ermland,

---

<sup>22</sup> A Paróquia Nossa Senhora da Piedade de Hamburger Berg (atual bairro de Hamburgo Velho, em Novo Hamburgo) foi criada pelo bispo da Diocese do Rio Grande do Sul, Dom Sebastião Dias Laranjeiras, em 1º de agosto de 1880, tendo como limites os determinados pela Lei Provincial n.º. 1000, de 1875. A Paróquia Nossa Senhora da Piedade, juntamente com as paróquias São Miguel de Dois Irmãos (1856) e Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo (1859), são as paróquias mais antigas da Diocese de Novo Hamburgo.

Dom Andreas Thiel (irmão da religiosa Valentina Thiel), a escola recebeu auxílio também de famílias de Hamburger Berg, São Leopoldo e de outras regiões, como Kroeff, Vier e Klein. É construído um prédio de três pavimentos, bastante suntuoso. A mobilização para a construção do novo prédio e o curto espaço de tempo para sua edificação (cerca de 11 meses) chamou a atenção das lideranças evangélico-luteranas. Segundo Hilmar Kannenberg, “com certa dor, os evangélicos olham para a escola católica e perguntam por que os irmãos evangélicos da Alemanha não fazem o mesmo, construindo uma grande e adequada escola” (KANNENBERG, 1987, p. 60).

A instalação do Colégio Santa Catarina e do Colégio São Jacó, dirigido pelos Irmãos Maristas, iniciaria uma competição entre católicos e evangélico-luteranos. Hilmar Kannenberg (1987, p. 76) descreve uma reunião do Curatório e da Assembleia da Fundação Evangélica, ocorrida em 1916, onde a diretora da escola, Frieda Pechmann, filha do pastor Johann Friedrich Pechmann, coloca aos presentes que existem cinco alunas católicas no educandário. Além disso, expõe ao grupo a exigência feita pelos pais dessas alunas: que as professoras acompanhem as alunas até as missas, que não participem dos momentos de meditação conduzidas pelos pastores e haja a dispensa dessas alunas das aulas de ensino cristão. É colocado que as escolas católicas, como o Colégio Santa Catarina e os educandários de São Leopoldo, por exemplo, não respeitam a profissão de fé das alunas evangélico-luteranas, obrigando-as a participar das atividades dessas instituições de ensino, inclusive as religiosas. Por fim, é decidido que a Fundação Evangélica não acatará as exigências feitas pelos pais dessas alunas e, se quiserem que elas participem das missas, pessoas de fora devem conduzi-las. Além disso, é reforçado o sentido confessional da educação oferecida pela escola, na qual, por se tratar de um educandário de origem e caráter evangélico-luterano, deve haver o esforço para se manter esse caráter.

Mais do que um reforço de confessionalidade e de política educacional, o episódio evidencia a existência de rivalidades e animosidades entre evangélico-luteranos de Novo Hamburgo. Nem

sempre esses conflitos são externados de forma clara e ampla, mas eles ocorrem na disputa de poder nos diferentes espaços sociais, como na educação, por exemplo. Mas essas disputas, mais visíveis ou de bastidores, podem ser negociadas quando se tem um objetivo que atenda os interesses de ambos os grupos. E a emancipação de Novo Hamburgo constitui um desses interesses comuns.

Os anos de 1925 e 1926 marcaram novas tentativas de efetivar a independência do distrito de Novo Hamburgo em relação ao município de São Leopoldo. Uma petição pública, liderada por Jacob Kroeff Neto e Pedro Adams Filho, então representante do distrito de Novo Hamburgo no Conselho Municipal de São Leopoldo, contando com 827 assinaturas, é apresentada em reunião do respectivo Conselho, em 19 de setembro de 1925. Antes dessa reunião, uma série de outros encontros ocorreu, envolvendo os líderes emancipacionistas de Novo Hamburgo, autoridades leopoldenses, representantes de Borges de Medeiros e o próprio presidente do Estado, sendo estes marcados por debates acalorados e acusações de ambas as partes.

Na reunião do Conselho Municipal de São Leopoldo de 19 de setembro, foi tomada a decisão de que a petição seria analisada pela Comissão de Petições e Reclamações, compostas pelos conselheiros: Vicente Hennemann, católico, representante do distrito de Dois Irmãos, e Gustavo Vetter, evangélico-luterano, representante de Campo Bom. O mesmo Gustavo Vetter que, cinco anos antes, se uniu aos dissidentes hamburguenses nas eleições municipais de 1920, em torno da candidatura de Carlos Octaviano de Paula, que recentemente havia se tornando um dos líderes do diretório libertador de São Leopoldo. Inclusive, Gustavo Vetter, juntamente com José João Martins, Guilherme Ludwig e outros, havia sido um dos principais dirigentes da chapa dissidente. Mas, naquele momento, o representante de Campo Bom se mostrava mais favorável aos interesses de São Leopoldo.

Seis dias após a entrega do documento, ocorrera nova reunião do Conselho Municipal. O parecer emitido pelos conselheiros Viciente

Hennemann e Gustavo Vetter se mostrou contrário à emancipação do Distrito de Novo Hamburgo. Encaminhado para votação, os conselheiros municipais, com exceção de Pedro Adams Filho, aceitaram o parecer. Com isso, no que competia ao Conselho Municipal de São Leopoldo, a questão da emancipação de Novo Hamburgo deveria dar-se por encerrada, sem sua aprovação.

Novas tentativas e manifestações ocorrem entre o final do ano de 1925 e início de 1926. Mas a iniciativa mais importante ocorre em 16 de julho de 1926: é firmado um acordo político entre os republicanos e libertadores de Novo Hamburgo.

O acordo entre Guilherme Ludwig, líder dos libertadores, e Jacob Kroeff Neto, líder republicano, não visava apenas a uma soma de forças em nome da emancipação. Também visava garantir uma governabilidade caso a criação do município se efetivasse. Os republicanos sabiam que, economicamente, o grupo libertador era formado por pessoas bastante influentes. Politicamente, este grupo ganhara força também, podendo dificultar uma futura administração formada apenas por republicanos. E religiosamente, um acirramento dos conflitos poderia desencadear atritos maiores, semelhantes aos existentes em São Leopoldo. Desta forma, os republicanos se viram obrigados a mudar de tática e se aproximar das lideranças libertadoras, caso quisessem garantir êxito em seus planos. A oposição libertadora, lentamente, vinha ganhando mais espaço no cenário político. Deste modo, acordos que até então eram impossíveis (ou no mínimo atacados fortemente por Borges de Medeiros e outros líderes republicanos no estado) passaram a se firmar.

Da articulação entre republicanos e libertadores, se decidiu que aqueles indicariam o nome do intendente, enquanto estes fariam a indicação do vice-intendente. Também foi acordado que cada grupo indicaria quatro nomes para o Conselho Municipal. Acreditava-se que o número de conselheiros em Novo Hamburgo seria o mesmo de São Leopoldo, com nove representantes. Neste caso, a indicação do nono conselheiro seria realizada a partir de outro acordo entre os dois grupos. Isso era junho de 1926. Porém,

com a emancipação concretizada, esse número acabou sendo modificado para sete conselheiros.

Outra decisão resultante desse acordo foi a criação de uma Liga Pró-Emancipação, que foi composta por José João Martins, presidente, Pedro Adams Filho, Júlio Kunz, Leopoldo Petry, major André Kilpp, Jacob Kroeff Neto, Guilherme Ludwig, Carlos Dienstbach, Ernesto Olypho Moeller. João Wendelino Hennemann e Arnaldo Coelho. Integravam a Comissão Central desta liga José João Martins, João Wendelino Hennemann, Guilherme Ludwig e Ernesto Olypho Moeller.

Pouco menos de um mês após o acordo, a Comissão Central da Liga Pro-Emancipação, em 14 de agosto daquele ano, se reuniu com Borges de Medeiros. Desta reunião ficou decidido que deveria ser organizado um plebiscito para consultar a população hamburguense sobre o assunto. A Liga Pró-Emancipação logo tratou de organizar as comissões responsáveis por proceder à qualificação dos eleitores locais para o plebiscito. As comissões foram definidas, e nomeados os responsáveis: Pedro Mentz Sobrinho, Marcolino dos Santos Pacheco, Marcos Moog, Valdemar Kremer, Carlos Feltes, João Eduíno Brodbeck, Carlos Vogt, João Allgayer Filho, Pedro Alles, Norberto Michel, Ervino João Schmidt, Albino Schröer, Norberto Lichtler, Luiz Ritzel, Carlos Krauser, Fernando Korndörfer, José Scherer, Henrique Schneider, Djalmo Fett, Albino Kieling, José Scherer, João Wendelino Hennemann Filho, Oscar Adams, José Scherer, Albano Adams, Hans Neuer, Samuel Dietschi e Pedro Adams Filho. Realizado o plebiscito, com um total de 900 assinaturas, a Comissão Central requereu uma nova audiência, marcada para janeiro de 1927, com Borges de Medeiros, quando fora entregue o memorial e uma nova petição solicitando a emancipação de Novo Hamburgo.

Ao longo deste período, os debates e conflitos se misturaram com tentativas de conciliação. São Leopoldo tentara caminhos que evitassem a emancipação. Um desses caminhos foi a criação de um

novo distrito, o décimo do município de São Leopoldo: o distrito de Campo Bom.

Em 9 de agosto de 1927, enquanto a Liga Pró-Emancipação de Novo Hamburgo se articulava, o intendente João Corrêa assina o ato de número 126, desmembrando Campo Bom do 2º Distrito e elevando-o a essa categoria. Em documentação do Conselho Municipal de São Leopoldo encontrou-se um memorial,<sup>23</sup> assinado por cidadãos de Campo Bom, pedindo a sua elevação à categoria de distrito. Entre os argumentos estava o desenvolvimento econômico crescente da localidade. Fora esse o argumento utilizado por João Corrêa para referendar sua decisão. Mas acreditamos que a criação do distrito de Campo Bom também tenha base em um acordo político entre João Corrêa e os principais líderes políticos da localidade: os irmãos Gustavo e Emílio Vetter. Desde antes da elevação de Campo Bom à condição de distrito, os dois irmãos exerciam a liderança política no local. Porém como Campo Bom estava vinculado com o distrito de Novo Hamburgo, sua influência política era limitada. Com a eleição de Gustavo Vetter ao Conselho Municipal, em 1924, esse poder político foi ampliando. Concomitantemente, os irmãos Vetter eram proprietários da principal indústria de calçados de Campo Bom. Com o crescimento econômico da localidade, tanto João Corrêa quanto Gustavo e Emílio Vetter parecem ter concordado que a desanexação de Novo Hamburgo apresentava-se a solução mais viável para São Leopoldo e para os mandatários campobonenses. Isso explica também a razão de Gustavo Vetter ter votado contra a petição encaminhada por Novo Hamburgo em 1925.

Após a entrega de uma nova petição a Borges de Medeiros, ainda se seguiu um período de desencontros acerca da decisão que seria tomada pelo presidente estadual. Mas após três anos de um clima político efervescente, em 5 de abril de 1927, um telegrama é enviado a José João Martins, presidente da comissão

---

<sup>23</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo – Correspondências recebidas – Caixa 1926.

emancipacionista. Era assinado por Borges de Medeiros e Protásio Antônio Alves, vice-presidente do Rio Grande do Sul. Através deste telegrama, Borges de Medeiros informava que, por meio do Decreto Estadual número 3.818, do mesmo dia 5 de abril, era criado o município de Novo Hamburgo, desmembrando-o geográfica e administrativamente de São Leopoldo. Também nomeava, como intendente provisório, Jacob Kroeff Neto, que deveria organizar, no prazo máximo de sessenta dias, eleições para intendente, vice-intendente e conselheiros municipais.

### **3.2 A união faz a força, mas também gera conflitos: articulações partidárias e confessionais em nome da governabilidade de um nascente município rio-grandense (1927-1930)**

Na primeira página do jornal *O 5 de Abril*, datado de 13 de maio de 1927,<sup>24</sup> há uma convocatória, assinada por Guilherme Ludwig e Jacob Kroeff Neto, para que o povo de Novo Hamburgo compareça às urnas nas eleições municipais de 29 de maio do referido ano. Nessa mesma convocatória, é apresentada a nominata da chapa única que concorrerá aos cargos executivos e legislativos municipais, tendo como base o acordo político empreendido entre libertadores e republicanos em 16 de julho de 1926. Acordo esse que visava não apenas à união de esforços para garantir a emancipação hamburguesa, mas tendo em vista também a governabilidade do município. Um dos signatários, Guilherme Ludwig, era líder da Aliança Libertadora de Novo Hamburgo. O outro assinante, Jacob Kroeff Neto, líder republicano, fora nomeado intendente municipal provisório por Borges de Medeiros, através do mesmo decreto que concedia a emancipação do então distrito de Novo Hamburgo. Nesse período, a direção executiva do diretório republicano de Novo Hamburgo era exercida

---

<sup>24</sup>*O 5 de Abril*, Ano I, n. 2, 13/05/1927, p. 1. Exemplar pertencente ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL).

por Pedro Adams Filho, major André Kilpp e José João Martins, que ocupava o cargo de presidente do diretório.

Além de encaminhar as primeiras eleições para a Intendência e Conselho Municipal de Novo Hamburgo, Jacob Kroeff Neto divide o município em dois distritos: Novo Hamburgo e Hamburgo Velho, respectivamente 1ª e 2º distritos. Para Novo Hamburgo, é nomeado como subintendente o católico e republicano Marcolino dos Santos Pacheco; para Hamburgo Velho, o escolhido é o republicano e evangélico-luterano Júlio Kunz. Dessa forma, o intendente provisório atende uma demanda de cunho confessional, ao colocar nas subintendências distritais um católico e um evangélico-luterano, mas enfatiza uma preponderância dos republicanos no poder.

A chapa única formada congregava nomes vinculados ao Partido Republicano Rio-grandense e à Aliança Libertadora. Como candidato a intendente municipal, o nome escolhido recaiu sobre o católico e republicano Leopoldo Petry, ficando a vice-intendência com o libertador e evangélico-luterano Guilherme Ludwig. Para integrar a primeira legislatura do Conselho Municipal de Novo Hamburgo, pelos republicanos, os nomes indicados foram: João Eduíno Brodbeck, Bertoldo Rech, Alberto Adams e Henrique Alberto Steigleder; pelos libertadores, os indicados foram: Balduíno Michels, Albino Schröer e Guilherme Leopoldo Vielitz.

João Eduíno Brodbeck nasceu no ano de 1886, em Taquara, falecendo no ano de 1959. Exerceu o ofício de comerciante e bancário, passando a residir em Novo Hamburgo no ano de 1918. Um de seus irmãos, João Emílio Brodbeck, era casado com Idalina Martins Rangel, filha do coronel Diniz Martins Rangel (1864-1928), que fora intendente de Taquara por vinte anos e líder republicano na região desde o princípio da República até seu falecimento. Não foi possível confirmar a confissão religiosa de João Eduíno Brodbeck. Bertholdo Rech era evangélico-luterano, natural de Hamburgo Velho. Possuía nessa localidade uma fábrica de caramelos e de torrefação de café, fundada em 1914. Sobre Alberto Adams, já trouxemos algumas

informações anteriormente, no segundo capítulo desse trabalho. Henrique Alberto Steigleder, evangélico-luterano, era cirurgião-dentista. Natural de São Leopoldo, nasceu em 8 de novembro de 1879, passando a residir e trabalhar em Novo Hamburgo a partir de 1907. Exercera o cargo de suplente de juiz distrital em Novo Hamburgo. Sobre Balduino Michels, também não conseguimos maiores dados sobre sua confissão religiosa. Nasceu na região do atual município de Araricá em 1879. Ao mudar-se para Novo Hamburgo, passou a atuar no ramo de fabricação de sandálias. Tornou-se um dos empresários mais importantes nesse setor. Albino Schröer era natural de São Sebastião do Caí, nascido em 30 de abril de 1887. Dedicou-se ao magistério e ao comércio em Novo Hamburgo, a partir de 1910. Era evangélico-luterano. Guilherme Leopoldo Vielitz, católico, nasceu em Porto Alegre, em 1890. Nessa mesma cidade iniciou sua vida profissional na empresa Bromberg & Cia. Já em Novo Hamburgo, dedicou-se ao comércio de ferragens, tecidos, louças e variedades. Foi presidente da comissão de construção da nova igreja matriz da Paróquia Nossa senhora da Piedade, de Hamburgo Velho, além de ter sido membro da Sociedade União Popular de Novo Hamburgo.

Sobre as primeiras eleições após a emancipação de Novo Hamburgo e o primeiro governo constituído no município, entre 1927 e 1930, as obras que abordam essa questão não aprofundam os aspectos relacionais entre os dois grupos políticos e religiosos envolvidos. A dissertação de João Heckler da Luz e a tese de Cláudia Schemes tecem uma análise superficial sobre o período, colocando-o apenas como pano de fundo da análise biográfica que realizam, sobre Jacob Kroeff Neto e Pedro Adams Filho, respectivamente. As obras de Felipe Kuhn Braun e de Liene Martins Schutz enfocam principalmente as realizações desse momento histórico, sem levar em conta a dinamicidade, acordos e conflitos ocorridos e que envolveram intensamente os agentes históricos republicanos e libertadores, católicos e evangélico-luteranos. O caráter enaltecedor dos feitos dos primeiros intendentess e conselheiros municipais se sobrepõe à análise historiográfica crítica.

Ao longo do arrolamento das fontes para nossa pesquisa, encontramos informações que evidenciam ainda mais a dinâmica das relações políticas envolvendo católicos e evangélico-luteranos, republicanos e federalistas/libertadores, a partir da análise de detalhes que vislumbram desdobramentos até então não abordados. Ao apresentarmos e apreciarmos criticamente essas informações, mapeamos o funcionamento da dinâmica sociopolítica local e as relações que esta estabelece com as mudanças políticas do Rio Grande do Sul do final da década de 1920.

A convocatória endereçada à população de Novo Hamburgo para participar da primeira eleição municipal faz um discurso elogioso dos candidatos, destacando suas virtudes morais, capacidade e patriotismo, atestando que essas qualificações são garantias de êxito para a nascente municipalidade. Ao mesmo tempo, o discurso empregado na redação dessa convocatória alude para uma unidade em torno dos nomes indicados como candidatos ao executivo e legislativo hamburguenses. Entretanto, veremos que essa unidade, na prática, não ocorrerá.

Em edital datado de 19 de maio de 1927,<sup>25</sup> Jacob Kroeff Neto, na qualidade de intendente municipal e atendendo as deliberações de Borges de Medeiros, determina o nome dos mesários e suplentes escolhidos para atuarem nas eleições de 29 de maio. O código eleitoral utilizado em Novo Hamburgo era o mesmo vigente em São Leopoldo. Novo Hamburgo foi dividido em três Sessões ou Mesas Eleitorais. Para a Primeira Mesa, os mesários escolhidos foram: Gastão Bernd, Albino Schröer e João Wendelino Hennemann, tendo como suplentes Alberto Müller, Frederico Grovermann e João Eduíno Brodbeck. A Segunda Mesa teve como mesários: João Wendelino Hennemann Filho, Henrique Alberto Steigleder e Ernesto Olypho Möeller, sendo suplentes Júlio Trein, João Allgayer Filho e Léo João Campani. Para a Terceira Mesa Eleitoral, os nomes escolhidos por

---

<sup>25</sup> Publicado no jornal *O 5 de Abril*, edição de 20 de maio de 1927. Exemplar pertencente ao acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL).

Jacob Kroeff Neto foram: Carlos Engel Filho, Alberto Lanzer e Guilherme Leopoldo Vielitz, além dos suplentes Samuel Dietschi, Leopoldo Engel e Carlos G. Vogt.

Dentre os indicados, já levantamos e expusemos algumas informações acerca da atuação política, econômica, confessional e familiar de alguns agentes históricos citados nessa listagem. Falta, contudo, evidenciar aspectos estratégicos relacionados aos critérios de escolha.

O presidente da Primeira Mesa, Gastão Bernd, era natural de Porto Alegre, nascido em 1903. Formado em Direito, exerceu o cargo de juiz eleitoral em Novo Hamburgo. Era casado com Luiza Flores da Cunha Guerra, sobrinha de José Antônio Flores da Cunha, então deputado federal representando o Rio Grande do Sul. Sobre o presidente da Segunda Mesa, João Wendelino Hennemann, já apresentamos alguns dados no Capítulo II deste ebook. Sobre Carlos Engel Filho, que presidiu a Terceira Mesa, conseguimos apurar que era evangélico-luterano e republicano,<sup>26</sup> e que uma de suas filhas, Elsa, era casada com Luiz Philip Kunz, filho de Júlio Kunz e Paulina Blos. Outro aspecto familiar é que Carlos Engel Filho era irmão de Idalina Engel, que se casou com Frederico Guilherme Becker. Frederico Guilherme Becker e Idalina Engel são pais de Guilherme Becker, que, a partir do final da década de 1920, ganhará destaque político em Novo Hamburgo, assim como nas décadas seguintes. Também era irmão de Leopoldo Engel, evangélico-luterano, suplente na mesa da qual Carlos Engel Filho era presidente.

Contemplando apenas os presidentes das mesas, vemos, em dois casos (Carlos Engel Filho e João Wendelino Hennemann), a escolha foi oriunda de critérios partidários. Além disso, identificamos os laços familiares que vinculam as famílias Engel e Kunz, o que também se reflete no campo político. O aspecto das

---

<sup>26</sup>O 5 de Abril, Ano I, n. 7, 17/06/1927, p. 2. Notícia da fundação do Clube Republicano Borges de Medeiros, em Novo Hamburgo. Carlos Engel Filho é um dos integrantes do conselho fiscal da agremiação. Exemplar pertencente ao acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL).

relações familiares é vital para compreendermos melhor os arranjos políticos em Novo Hamburgo.

Sobre Gastão Bernd, sua escolha também ocorrera em razão de suas funções como juiz eleitoral. Mas a vinculação familiar com Flores da Cunha não pode ser desconsiderada, pois era forma de estabelecer relações entre os republicanos de Novo Hamburgo com uma liderança republicana de destaque. Ao mesmo tempo, Jacob Kroeff Neto colocou à frente das mesas eleitorais pessoas de sua confiança, o que pode indicar duas alternativas (que podem inclusive ser complementares: 1) garantir que se cumpra o acordo estabelecido desde 1926 entre republicanos e libertadores ou, 2) garantir que haja o predomínio do grupo liderado pelo próprio Jacob Kroeff Neto, juntamente com Leopoldo Petry, Pedro Adams Filho e José João Martins, frente a tentativas de dissidência no diretório republicano hamburguense. Essa segunda alternativa é plausível diante dos desdobramentos políticos que ocorreram.

Ao observarmos também a constituição do quadro de mesários e suplentes, percebemos que alguns destes eram candidatos da chapa oficial ao Conselho Municipal. É o caso de Henrique Alberto Steigleder, Albino Schröer, João Eduíno Brodbeck e Guilherme Leopoldo Vielitz, que foram eleitos conselheiros municipais nestas eleições. Dentro do cenário eleitoral do Brasil da Primeira República, não havia dispositivos legais que impedissem que os candidatos também ocupassem os cargos de fiscalização dos pleitos eleitorais. Acerca desse elemento do sistema eleitoral brasileiro, Regina Davalle nos afirma que

o exercício da influência sobre as mesas ou sobre as autoridades encarregadas do alistamento era de vital importância, porque era o meio que possibilitava o aumento de correligionários, por meio da documentação de pessoas já falecidas, de falsos comprovantes de idade, de analfabetos e de outros. Também era um momento importante para a exclusão dos partidários da facção adversária. É bom lembrar que o poder político do chefe político local ou regional estava diretamente ligado ao número de votos que

conseguisse carrear no momento das eleições. Nesse sentido, o poder de influência dos chefes políticos locais era exercido agilmente no sentido de bloquear, sempre que possível, o aumento do eleitorado da facção adversária. O trabalho dos cabos eleitorais nessa fase era de vital importância, principalmente quando se leva em conta a não obrigatoriedade do voto e o desinteresse do eleitor (DAVALLE, 2003, p. 235).

Desse modo, não refutamos a hipótese plausível de que as escolhas feitas por Jacob Kroeff Neto para as mesas eleitorais também visassem garantir essa soberania para determinados candidatos. Embora o próprio Kroeff Neto não fosse candidato, nomes diretamente ligados a ele estavam disputando o pleito. Estes exerciam, ao seu lado, o poder de influenciar e dirigir os caminhos políticos de Novo Hamburgo, como é o caso de Leopoldo Petry. Ao mesmo tempo, o fato de alguns candidatos integrarem as mesas eleitorais pode indicar uma estratégia de coerção, mesmo que subjetiva, dos eleitores hamburguenses. Ainda sobre o processo eleitoral brasileiro, encontramos críticas severas ao desenvolvimento das práticas existentes inclusive na Literatura. Exemplo disso está na obra *Os Bruzundangas*,<sup>27</sup> de Lima Barreto.<sup>28</sup> Essa obra satiriza a vida social, cultural e política brasileira, reportando suas observações e críticas a um país fictício, chamado Bruzundanga. Sobre o processo eleitoral, Lima Barreto descreve que

na Bruzundanga, como no Brasil, todos os representantes do povo, desde o vereador até o Presidente da República, eram eleitos por sufrágio universal, e, lá como aqui, de há muito que os políticos práticos tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador – “o voto”. Julgavam os chefes e capatazes políticos que apurar os votos dos seus concidadãos era anarquizar a instituição e provocar um

---

<sup>27</sup> Obra escrita em 1917, porém lançada em 1922, mesmo ano da morte de Lima Barreto.

<sup>28</sup> Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu em 1881, no Rio de Janeiro, falecendo nessa mesma cidade em 1922. Sua obra mais conhecida é *O triste fim de Policarpo Quaresma*, publicada em 1911. É considerado um dos principais críticos da Primeira República, não apenas ao tocante político, mas também da sociedade de uma forma mais ampla.

trabalho infernal na apuração porquanto cada qual votaria em um nome, visto que, em geral, os eleitores têm a tendência de votar em conhecidos ou amigos. Cada cabeça, cada sentença; e, para obviar os inconvenientes de semelhante fato, os mesários da Bruzundanga lavravam as atas conforme entendiam e davam votações aos candidatos, conforme queriam (LIMA BARRETO, 1998, p. 78).

Sobre o caso de Novo Hamburgo, não temos fontes que evidenciam a ocorrência de um processo fraudulento. Mas podemos afirmar que a realidade política hamburguense não se diferencia da estrutura política do restante do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Outro ponto que deve ser destacado é a construção de uma imagem coesa das primeiras eleições municipais de Novo Hamburgo. É destacada a constituição de uma chapa com base no acordo político de 1926, entre católicos e evangélico-luteranos, republicanos e libertadores. Nas obras de Cláudia Schemes e Felipe Kuhn Braun, que abordam aspectos desse período histórico, as informações que ali constam nos fornecem a ideia de que esse acordo perdurou sem interferências ou até mesmo distensões, sendo aceito de forma homogênea. Que os candidatos aos cargos de intendente, vice-intendente e conselheiros municipais eram apenas os que constavam na chapa inscrita, mencionada na convocatória publicada na edição de 13 de maio do jornal *O 5 de Abril*. Contudo, informações decorrentes do pleito eleitoral de 29 de maio, publicadas no mesmo semanário, nos indicam um processo de ruptura dentro do acordo político e de dissidência eleitoral.

A edição de 03 de junho de 1927 do jornal *O 5 de Abril*,<sup>29</sup> na terceira página, traz informações sobre os resultados da votação em Hamburgo Velho, onde estava localizada a 3ª Mesa Eleitoral,

---

<sup>29</sup>*O 5 de Abril*, Ano I, n. 5, 03/06/1927, p. 3. Boletim com os resultados eleitorais da 3ª Mesa Eleitoral, localizada em Hamburgo Velho. Exemplar pertencente ao acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL).

presidida por Carlos Engel Filho. Nessa seção, ocorrera a presença de 152 votantes, cuja totalidade teria votado em Leopoldo Petry para intendente municipal. Para o cargo de vice-intendente, Guilherme Ludwig teria recebido 151 votos. Para o Conselho Municipal, os candidatos eleitos, com sua respectiva votação, foram os seguintes: Balduino Michels, 152 votos; Guilherme Leopoldo Vielitz, 151 votos; Albino Schröer, 151 votos; João Eduíno Brodbeck, 149 votos; Alberto Adams, 149 votos; Henrique Alberto Steigleder, 149 votos e Bertholdo Rech, 147 votos.

**Figura 07:** Boletim com os resultados da 3ª Mesa Eleitoral, localizada em Hamburgo Velho.



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL). *O 5 de Abril*, Ano I, n. 5, 03/06/1927, p. 3. Fotografia: Rodrigo Luis dos Santos

Se notarmos os números indicados, veremos que o candidato a vice-intendente, o libertador evangélico-luterano Guilherme Ludwig, recebera 151 dos 152 votos registrados naquela seção. Um voto não fora direcionado para o candidato oficial. Esse voto fora registrado para Ernesto Olypho Moeller, evangélico-luterano, membro do Partido Republicano Rio-grandense, que

fizera parte da Comissão Central da Liga Emancipacionista, ao lado de José João Martins, Arnaldo Coelho, João Wendelino Hennemann e do próprio Guilherme Ludwig.

Na 3ª Mesa Eleitoral, constam que dois eleitores votaram em branco, três destinaram seus votos a Emílio Strassburger; três foram concedidos a João Allgayer Filho e quatro para Frederico Ricardo Kremer, cunhado de Guilherme Ludwig e colega de Ernesto Olypho Moeller na fundação da Associação Comercial de Novo Hamburgo, ao lado de Pedro Adams Filho e Guilherme Ludwig. Ernesto Olypho Moeller, além do voto para vice-intendente, também recebera quatro votos para conselheiro municipal. No caso dos candidatos não oficiais, nenhum integrava como mesário ou suplente a 3ª Mesa Eleitoral. João Allgayer Filho e Ernesto Olypho Moeller integravam a 2ª Mesa Eleitoral, como suplente e mesário, respectivamente.

Não foi possível apurar o quadro de votação nas demais mesas eleitorais, pois ao longo de nossa pesquisa, percebemos que não há menção destas mesas nas edições do jornal *O 5 de Abril*, mas os dados obtidos favorecem o direcionamento de algumas reflexões. Primeiramente, a concepção de que o movimento político em torno do acordo de julho de 1926 fora de caráter coeso já não se sustenta. Nesta perspectiva, o mais importante não é a quantidade de votos dados aos candidatos que não compunham a chapa oficial, mas sim perceber que não ocorrera uma unidade em torno dos nomes oficiais indicados. Possivelmente, o processo de cisão se desenvolvera já há algum tempo, ficando expresso através dos indicativos eleitorais. É perceptível o conflito existente dentro do diretório republicano local, tendo em vista que um de seus integrantes, Ernesto Olypho Moeller, não adere, na prática, ao acordo político, articulando uma dissidência.

Esse conflito não ocorreu apenas no tocante ao âmbito partidário, mas também envolvia aspectos religiosos. Guilherme Ludwig é, naquele momento histórico, a principal liderança evangélico-luterana de Novo Hamburgo. A existência de um grupo

que não adere ao acordo político, no qual inclusive está inserido seu cunhado, Frederico Ricardo Kremer, também pode ter provocado instabilidade no cerne da comunidade evangélico-luterana local. Estas cisões internas, por seu turno, poderiam visar justamente ao enfraquecimento das lideranças principais do período, tanto entre republicanos quanto entre libertadores, visando que membros destas agremiações, alijados de maior influência, possam ganhar mais protagonismo no cenário político hamburguense.

Por outro lado, defendemos a ideia de que a ruptura política ocorrida nesse momento não fora permanente. Rupturas e coalizões são processos dinâmicos. Veremos, por exemplo, que um dos candidatos não oficiais, Emilio Strassburger, fez parte de uma comissão criada para elaborar o projeto para instalação de um hospital no município. Essa comissão, formada ainda em 1927, era composta por Pedro Adams Filho, Alberto Adams, Emílio Strassburger, Guilherme Ludwig, Albino Momberger e Balduino Michel. Porém, no mesmo ano, Emilio Strassburger, juntamente com Albino Momberger e Guilherme Ludwig, estará envolvido em nova crise política local, por conta da questão de fornecimento de energia elétrica para Novo Hamburgo. Isso evidencia que o processo político em Novo Hamburgo era marcado por uma constante presença de conflitos, mas também de negociações, de distanciamentos e aproximações, dependendo do contexto e dos interesses envolvidos. Se no caso de Emilio Strassburger haveria uma reaproximação, com sua indicação para a comissão em prol do hospital de Novo Hamburgo, em outros casos o distanciamento se ampliaria. É o que ocorrera com Ernesto Olypho Moeller, que se tornaria um dos principais críticos do governo de Leopoldo Petry.

A primeira administração eleita de Novo Hamburgo tomou posse na manhã de 5 de junho de 1927. Foram empossados o intendente Leopoldo Petry, o vice-intendente Guilherme Ludwig e os sete conselheiros municipais. A presidência do Conselho Municipal ficou com João Eduíno Brodbeck, republicano, tendo como vice-presidente Albino Schröer, libertador e evangélico-luterano.

Em seu discurso de posse, reproduzido na edição do jornal *O 5 de Abril*, Leopoldo Petry destaca a necessidade de que, na qualidade de governantes e conselheiros municipais tenham como meta o progresso de Novo Hamburgo:

Mas, senhores conselheiros, para que sejam profícuos os nossos trabalhos é preciso que dentro deste recinto reine sempre a paz, a concórdia e a confiança recíproca. Certo estou que todos compreendemos o peso da responsabilidade que hoje assumimos; porém, trabalhar em harmonia, com os olhos fitos no nosso ideal – a grandeza de Novo Hamburgo, tudo se tornará muito mais fácil, todo peso mais leve, todo o trabalho mais ameno, todo o esforço mais agradável e poderemos iniciar uma obra em que as futuras gerações não terão que reformar ou construir, mas em cujas bases poderão elas continuar a erigir o grande monumento ao progresso que se chama Novo Hamburgo (*O 5 de Abril*, Ano I, n. 6, 10/06/1927, p. 1).

As palavras de Leopoldo Petry, emolduradas pela oratória e pelo tom de idealismo, podem ser compreendidas a partir de dois aspectos: o primeiro, visando à população, transmitindo a ideia de unidade em torno do projeto de progresso em Novo Hamburgo. O segundo aspecto, direcionado aos líderes políticos hamburguenses, tanto republicanos como libertadores, está pautado, possivelmente, nos conflitos e cisões já existentes, como os que marcaram as eleições municipais realizadas poucos dias antes. Contudo, o discurso de Leopoldo Petry, conclamando para um clima de paz, harmonia e concórdia, realmente ficaria restrito ao campo discursivo. Já nos primeiros meses de governo surgiriam diversos conflitos, nos mais diversos campos. Antes, porém, de avançarmos neste tema, consideramos oportuno abordar um aspecto importante, relacionado diretamente com a dinâmica política e social de Novo Hamburgo, além de estar relacionado diametralmente com alguns dos agentes históricos por nós analisados: O jornal *O 5 de Abril*.

O jornal *O 5 de Abril* constitui-se uma das fontes de pesquisa principais para nosso trabalho. Não apenas pelo fato de o semanário divulgar notícias relativas ao ambiente político, social, econômico, religioso e cultural hamburguense, mas, sobretudo, por permitir mapear as relações políticas e sociais através das *entrelinhas*, de uma análise mais crítica e pormenorizada desta fonte. Neste sentido, nos apropriamos das considerações de Maria Helena Capelato acerca da riqueza de possibilidades de uso da fonte jornalística na pesquisa histórica. Para a historiadora,

o confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos.[...] Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia a dia estão registrados em suas páginas (CAPELATO, 1988, p. 34).

Sobre os cuidados necessários por parte dos historiadores para análise das fontes jornalísticas, assim como qualquer outra fonte documental, os jornais também são produtos intencionais, resultado de um projeto constituído, na maioria das vezes, de forma racional, embora a subjetividade possa estar presente neste processo, visando atender a algum tipo de objetivo delineado. Conforme define Lynn Hunt,

os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias para lê-los. Os historiadores sempre foram críticos com relação a seus documentos – e nisso residem os fundamentos do método histórico (HUNT, 2001, p. 18).

Corroborando com essa assertiva, as considerações de Renée Zicman reforçam a necessidade de consciência crítica e refinamento teórico e metodológico por parte dos historiadores,

para que possam compreender a complexidade presente neste (e em outros tipos) de fontes. Para Renée Zicman,

devidos lembrar que na Imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar, [...] todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro. [...] há uma linguagem específica da Imprensa produzida pelo sistema global de informação [...] composta por três elementos principais: a expressão escrita (textos, manchetes,...), a expressão icônica (fotos, desenhos,...) e a composição do jornal (distribuição dos artigos e colunas pelas páginas do jornal) (ZICMAN, 1985, p. 89-91).

Direcionados por essas considerações, cremos ser importante historicizar a criação e a atuação do jornal *O 5 de Abril* junto à comunidade de Novo Hamburgo e região. Não se trata aqui de retomar a trajetória deste tablóide de uma forma mais ampla, pois sobre o semanário já existem alguns trabalhos publicados, sendo o principal o livro de Martin Herz Behrend,<sup>30</sup> intitulado *O 5 de Abril: o primeiro jornal de Novo Hamburgo*, lançado em 2002. Nosso foco

---

<sup>30</sup> Martin Herz Behrend é neto de Werner Alcides Behrend, que assumiu a direção do jornal *O 5 de Abril* na década de 1930, e bisneto de Hans Behrend, fundador do jornal em 1927, ao lado de Leopoldo Petry. Por conta destes vínculos familiares e subjetivos com o jornal, o livro de Martin Behrend pode ser permeado por um filtro que, por um lado, enfatiza certos aspectos e, por outro, não atenta para alguns detalhes que, por motivos diversos, não são expostos aos leitores. Este aspecto recebe atenção de Roger Chartier, que também aponta dois pontos importantes referentes ao próprio conceito de autor. Apoiado em Michel Foucault, Chartier lembra que “em uma conferência famosa “Que é um autor?”, proferida diante da Société Française de Philosophie em 1969, Foucault distinguia dois problemas, frequentemente confundidos pelos historiadores: por um lado, a análise sócio-histórica do autor como indivíduo social e as diversas questões que se vinculam a essa perspectiva (por exemplo a condição econômica dos autores, suas origens sociais, suas posições e trajetórias no mundo social ou no campo literário etc.), e, por outro lado, a própria construção do que chama a “função-autor”, isto é, “o modo pelo qual um texto designa explicitamente esta figura [a do autor] que se situa fora dele e que o antecede” (CHARTIER, 2000, p. 198). Ainda neste contexto, Valdeci Borges reforça a necessidade de se compreender o ambiente no qual o autor de um livro (ou aquele que produz uma fonte histórica) está inserido, as relações que possui com sua obra (ou objeto de estudo) e como isso se expressa em sua produção. Para o historiador, “no que se refere à instância da escrita ou da produção do texto, o historiador volta-se para saber sobre quem fala, de onde fala e que linguagem usa. Já ao focar o texto em si, o que se fala e como se fala são questões indispensáveis. No trato da recepção, visa abordar a leitura de um determinado receptor/leitor ou de um grupo de receptores/leitores, tratando das expectativas de quem recebe o texto, de sua contemplação, ou seu enfrentamento ou resistência a ele” (BORGES, 2010, p. 95).

será, sobretudo, nas relações entre agentes históricos envolvidos com o semanário e aspectos do engajamento político do jornal.

A primeira edição do jornal *O 5 de Abril* foi publicada no dia 6 de maio de 1927, um mês após a assinatura do decreto emancipatório por Borges de Medeiros. A produção do jornal era realizada na Typographia Hans Behrend, localizada em uma área central de Novo Hamburgo. O proprietário do jornal era Hans Behrend, sendo a direção do semanário exercida por Leopoldo Petry, e a gerência, por Edgar Behrend, filho mais velho de Hans.

**Figura 08:** Primeira edição do jornal *O 5 de Abril* (6 de maio de 1927).



Fonte: <http://www.martinbehrend.com.br/o-5-de-abril/>, acesso em 15/07/2015.

Hans Behrend nasceu em Berlim, Alemanha, em 24 de janeiro de 1876. Chegou ao Brasil em 1880, juntamente com seus pais, passando a residir na região de Novo Hamburgo. Casou-se em 1898 com Bertha Feltes, filha de Jacob Feltes e Maria Luiza Hedwig Ritter, residentes na localidade de Sapiranga, então distrito de São Leopoldo. Deste enlace matrimonial nasceram três filhos:

Edgar, Werner e Walter. Hans Behrend era cunhado de Leopoldo Feltes, um dos signatários que apoiaram a candidatura de Carlos Octaviano de Paula ao cargo de intendente de São Leopoldo, em 1920. Hans Behrend era evangélico-luterano. Fez parte do coral da Sociedade Frohsinn.

Conforme relata Martin Behrend sobre a atuação social e política de Hans Behrend,

em 1927, na atividade gráfica, fez parte da comissão emancipacionista de Novo Hamburgo, oferecendo valiosos serviços de sua empresa para a consolidação do município. Foi a partir da conversa com lideranças desse grupo que surgiu a ideia da necessidade de um veículo de comunicação para os hamburguenses (BEHREND, 2002, p. 39).

A partir do que apuramos, a atuação de Hans Behrend no ambiente político de Novo Hamburgo estava muito vinculada com sua amizade para com Leopoldo Petry. Em 1925, após o Conselho Municipal de São Leopoldo emitir parecer desfavorável à causa emancipacionista de Novo Hamburgo, Leopoldo Petry elabora um material refutando os pontos elencados pelos conselheiros municipais (com exceção de Pedro Adams Filho, que votou favoravelmente) como impeditivos da emancipação do distrito de Novo Hamburgo.<sup>31</sup> Esse material foi publicado pela Typografia de Hans Behrend.

As relações de amizade e de interesse político entre Hans Behrend e Leopoldo Petry são base da articulação que permitiu a criação do jornal O 5 de Abril, além de explicar a atuação de Leopoldo Petry na direção do semanário, em sua primeira fase de existência. Diretamente, Leopoldo Petry atua junto da direção de O 5 de Abril até junho de 1927, quando deixa a direção para assumir o cargo de intendente municipal de São Leopoldo. Após a saída de Leopoldo

---

<sup>31</sup>PETRY, Leopoldo. *A emancipação de Novo Hamburgo*: a análise do parecer aprovado pelo Conselho Municipal e outras notas. Novo Hamburgo: Typographia Hans Behrend, 1925.

Petry, Hans e seu filho, Werner, passam a dirigir o semanário, ainda gerenciado pelo outro filho de Hans, Edgar Behrend.

Quando da posse de Leopoldo Petry no governo hamburguense e seu afastamento da direção do jornal, a seguinte nota foi publicada:

Tendo assumido o cargo de Intendente municipal, o nosso director, sr. Leopoldo Petry, entregou provisoriamente a direcção do O 5 de ABRIL a um grupo de antigos collaboradores, que seguirão o mesmo critério até agora adoptado: isto é, o nosso jornal, alheio a questões políticas, trabalhará sempre pela paz e harmonia no seio da família hamburguesa (*O 5 de Abril*, Ano I, n. 6, 10/06/1927, p. 2).

Aqui focalizaremos dois pontos importantes: a continuidade das relações de Leopoldo Petry com o jornal e, principalmente, a vinculação de *O 5 de Abril* com os rumos políticos de Novo Hamburgo. Sobre o primeiro ponto, a saída de Leopoldo Petry da direção do jornal não significa seu afastamento dos rumos seguidos por ele posteriormente. Leopoldo Petry continua participando como articulista de *O 5 de Abril*. Mas o que mais nos interessa é mostrar que, de forma geral, a presença, mesmo indireta, de Petry tem uma forte marca nos rumos políticos do tablóide.

A partir de uma leitura criteriosa de diversas edições de *O 5 de Abril* entre 1927 e 1930,<sup>32</sup> tendo como base um sólido referencial teórico e uma metodologia adequada, constata-se que o jornal buscou, ao longo dos diferentes momentos da vida política de Novo Hamburgo, sobretudo nas situações mais agudas de conflito, fazer uma defesa de Leopoldo Petry e de sua administração. Uma defesa que nem sempre tinha um caráter partidário, pois inclusive

---

<sup>32</sup> Os exemplares que analisamos fazem parte do acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, sendo que a coleção referente ao jornal O 5 de Abril não é a mais completa. A coleção mais completa encontra-se na Biblioteca da Universidade FEEVALE, em Novo Hamburgo. Contudo, a quantidade de exemplares existentes no acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo nos permitiu obter uma série de informações bastante significativas, que abrangem todo o período dos dois primeiros governos de Novo Hamburgo (Jacob Kroeff Neto e Leopoldo Petry), entre 1927 e 1930.

externava discordâncias com determinados rumos seguidos pelo Partido Republicano Rio-grandense em Novo Hamburgo. Deste modo, o discurso de isenção política perde seu efeito na prática.

O festejado acordo político de 1926, que colaborou para a efetivação da emancipação política e administrativa de Novo Hamburgo, já nos primeiros meses da administração de Leopoldo Petry e Guilherme Ludwig dá mostras de que está se diluindo.

No dia 18 de novembro de 1927, a edição do jornal *O 5 de Abri*,<sup>33</sup> traz um manifesto da Aliança Libertadora de Novo Hamburgo, conclamando para que seus membros e simpatizantes não compareçam às eleições de 25 de novembro daquele ano, onde seriam escolhidos o novo presidente e vice-presidente do estado. Havia apenas uma chapa, do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), com Getúlio Vargas como candidato a presidente e João Neves da Fontoura a vice. O argumento utilizado pela Comissão Executiva local da Aliança Libertadora era de que os candidatos do PRR eram contrários ao voto secreto, uma das bandeiras políticas defendidas pelos libertadores. Pedem que os eleitores fiquem em casa, cuidando de seus afazeres, embora, no mesmo texto, os libertadores afirmam ter a esperança de que os candidatos do PRR busquem governar o Rio Grande do Sul com justiça.

Na edição seguinte de *O 5 de Abril*,<sup>34</sup> José João Martins, André Kilpp e Pedro Adams Filho, membros da Comissão Executiva do PRR em Novo Hamburgo, em resposta à Aliança Libertadora, divulgam uma convocatória, intimando que o eleitorado hamburguense participe das eleições e deem seus votos aos candidatos Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura. Como argumento emocional utilizado pelos líderes republicanos, afirma que a participação nas eleições será uma forma da sociedade de Novo Hamburgo prestar voto de gratidão ao então presidente do Estado, Borges de Medeiros, por proceder à emancipação do

---

<sup>33</sup>*O 5 de Abril*, Ano I, n. 29, 18/11/1927, p. 3.

<sup>34</sup>*O 5 de Abril*, Ano I, n. 30, 25/11/1927, p. 2.

município, em abril daquele ano. Na mesma edição do jornal, a Aliança Libertadora de Novo Hamburgo divulga a reunião realizada, em 20 de novembro de 1927, na casa de Guilherme Ludwig, com a participação do deputado estadual Ildefonso Simões Lopes Filho. Dentre as deliberações desta reunião, foi decidido que o diretório local encaminharia correspondência a Joaquim Francisco de Assis Brasil, hipotecando-lhe solidariedade na tentativa de criação do Partido Democrático Nacional.<sup>35</sup>

O episódio das divergências entre republicanos e libertadores em torno das eleições estaduais de 1927 somou-se aos desentendimentos resultantes da concessão do fornecimento de energia elétrica em Novo Hamburgo.

Em agosto de 1927, o intendente Leopoldo Petry lança o edital de número 11, convocando aos interessados que apresentassem propostas para o fornecimento de energia elétrica ao município de Novo Hamburgo. Após o término do prazo para apresentação das propostas, em 17 de setembro daquele ano, foram apresentadas propostas vindas da empresa do católico Pedro Adams Filho, e outras dos industrialistas Júlio Aichinger e Rudolfo Motz, ambos evangélico-luteranos. Por fim, após o período de avaliação dos projetos, saiu vencedora uma das propostas de Pedro Adams Filho. O contrato entre a empresa de Adams Filho e a Intendência Municipal de Novo Hamburgo é assinado em dezembro de 1927. É fundada naquele ano a Energia Elétrica Hambugeza Ltda., que teve entre seus sócios José João Martins, Adolfo Jaeger, João Wendelino Hennemann, Pedro Alles, Oscar Jung, Alberto Mosmann, Arthur Oscar Breidenbach, Júlio Adams, Oscar Frederico Adams, Ervino João Schmidt, entre outros acionistas.

Em janeiro de 1928, começam a circular em jornais, como o *Correio do Povo*, notícias de que a licitação e a escolha da proposta

---

<sup>35</sup> O Partido Democrático Nacional, fundado em 1927, reunia os chamados Partidos democráticos existentes em alguns estados, como no caso de São Paulo. Na maioria dos casos, seus integrantes eram dissidentes dos Partidos Republicanos estaduais. O Partido Democrático Nacional deu apoio político a Getúlio Vargas e à Aliança Liberal nas eleições de 1930 para o governo federal.

de Pedro Adams Filho fora feita de forma irregular, visando facilitar para que o grupo vinculado ao intendente Leopoldo Petry fosse contemplado. Em resposta, Leopoldo Petry afirma, na edição de 13 de janeiro de 1928 de *O 5 de Abril*,<sup>36</sup> que desde 1926, quando do acordo político visando à emancipação de Novo Hamburgo, era proposta a constituição de uma comissão para avaliar e acompanhar as ações visando ao abastecimento de energia elétrica e água. E que esta comissão não fora formada porque a oposição não indicou seus representantes. Afirmou, ainda, a existência de um contrato firmado entre industrialistas de Novo Hamburgo e o intendente João Corrêa, de São Leopoldo, para que a energia elétrica fosse fornecida por aquele município. Entre estes industrialistas, estava o vice-intendente Guilherme Ludwig, além de Rudolfo Motz, Emílio Strassburger, Albino Momberger, Nicolau D'Angello. Todos evangélico-luteranos. E no caso de Albino Momberger, membro do Partido Republicano Rio-grandense.

Os desdobramentos políticos por conta da distribuição da energia elétrica em Novo Hamburgo prosseguiram até o ano de 1929. Além das questões envolvendo os municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, também se intensificaram os conflitos internos entre os republicanos e libertadores hamburguenses. O clima de desconfiança e afastamento entre os dois grupos foi se tornando crescente.

As acusações de Leopoldo Petry sobre a interferência do governo de São Leopoldo no fornecimento de energia elétrica intensificou a cobrança por parte das autoridades leopoldenses para que Novo Hamburgo pagasse a dívida decorrente do processo de emancipação. Ambas as administrações não chegavam a um acordo sobre a quantia que deveria ser paga. O acordo definitivo foi possível apenas em abril de 1929, com a mediação do deputado federal Lindolfo Collor. Reunidos em Porto Alegre, no dia 3 de abril daquele ano, representaram o município de São Leopoldo o

---

<sup>36</sup>*O 5 de Abril*, Ano I, n. 37, 13/01/1928, p. 2.

intendente municipal, major Theodomiro Porto da Fonseca, eleito em 1928, substituindo o coronel João Corrêa, que faleceu durante o mandato, em março de 1928, e Alfredo Lino Dias, secretário da Intendência leopoldense. Por Novo Hamburgo, o intendente Leopoldo Petry e Pedro Adams Filho, diretor da Energia Elétrica Hamburguesa Ltda. Pela resolução estabelecida, Novo Hamburgo comprometeu-se em, no prazo de sessenta dias, transcorridos da assinatura do acordo por ambas as partes, pagar a quantia de duzentos e cinquenta contos de réis ao município de São Leopoldo. Do ponto de vista financeiro, um dos motivos de disputas entre os dois municípios era sanado naquele momento. Mas divergências políticas e de interesses perdurariam pelos anos seguintes, em menor ou maior grau de intensidade. Entre eles o da questão da energia elétrica, que retomaria a pauta de discussões na segunda metade da década de 1930.

Exemplo dessa disputa entre São Leopoldo e Novo Hamburgo, após a emancipação hamburguesa, está na própria morte de João Corrêa. O intendente de São Leopoldo faleceu na manhã de 16 de março de 1928, quando estava em seu gabinete, vítima de um infarto fulminante. Enquanto a notícia ganhou destaque nas páginas de jornais, como o *Correio do Povo*, o jornal *O 5 de Abril* emitiu apenas uma pequena nota.<sup>37</sup> A publicação afirmava ser João Corrêa Ferreira da Silva um nome dos mais expoentes para o Partido Republicano Rio-grandense. Mas os elogios ficaram restritos a isso. A publicação foi feita provavelmente apenas para evitar atritos com a direção do partido em nível estadual, principalmente com Borges de Medeiros, que possuía amizade pessoal com João Corrêa.

Internamente, os republicanos de Novo Hamburgo iniciavam um período de conflito entre seus integrantes. Em fevereiro de 1928, além das acusações de ter facilitado as condições para que Pedro Adams Filho e seus sócios ganhassem o direito de fornecer

---

<sup>37</sup>*O 5 de Abril*, Ano I, n. 46, 16/03/1928, p. 2.

energia elétrica para o município, Leopoldo Petry é acusado de ser relapso em relação ao Tiro de Guerra 251, de Novo Hamburgo, onde uma série de irregularidades estava ocorrendo. O principal responsável pelas acusações é Ernesto Olypho Moeller, evangélico-luterano, que participou juntamente com Leopoldo Petry da Comissão Emancipacionista hamburguense.

Conforme René Gertz (2002), o jornal *Correio do Povo*, na edição de 23 de fevereiro de 1928, fez a publicação de uma matéria, tendo como um dos autores Ernesto Olypho Moeller, informando que onze alunos do Tiro de Guerra 251, de um total de cinquenta e quatro, haviam sido reprovados nas provas realizadas pelo Exército. O artigo afirmava que a culpa derivava de Leopoldo Petry e o fato de ter deixado a administração do município de lado para viajar à praia.

Contudo, já anteriormente a essa data, foram publicadas várias matérias no jornal *O 5 de Abril*, que além de servirem de uma espécie de desagravo a Leopoldo Petry, também apresentaram outros argumentos sobre as irregularidades cometidas no Tiro de Guerra 251. Em publicação no citado jornal, datado de 03 de fevereiro de 1928, ocorre uma extensa explicação sobre as irregularidades que haviam sido encontradas, conforme apuração solicitada pelo comandante da 3ª Região Militar, sediada em Porto Alegre, general Gil Antônio Dias de Almeida. Conforme os apontamentos do inquérito, o então instrutor do Tiro de Guerra 251, tenente reservista Octacílio César Tasso, extorquia valores dos candidatos. Essa prática era facilitada por não haver uma fiscalização mais rigorosa de suas atividades, pois a maior parte dos membros da diretoria, que deveria ter tomado posse em janeiro de 1927, não o fizera. Apesar de haver uma ata que indicava as referidas posses, constatou-se que assumira apenas o presidente, Ernesto Olypho Moeller, e o secretário, Bruno Campani. Os demais membros que deveriam constituir a diretoria afirmaram não terem tomado posse. Eram estes: Otto Vogt, vice-presidente; Luiz Oswaldo Bender, tesoureiro; Oscar Adams, Oscar

Jung e Carlos Momberger, conselheiros fiscais. Por fim, o general Gil de Almeida determina o fechamento do Tiro de Guerra 251.

Após uma mobilização de lideranças hamburguenses, tendo à frente o intendente Leopoldo Petry, o comandante do 3º Exército reconsidera sua decisão, enviando o capitão Tancredo Gomes Ribeiro para dirigir os trabalhos de reorganização do Tiro de Guerra 251 e proceder às eleições para uma nova diretoria. Realizada a eleição, foram indicados para o período de 1928 e 1929 os seguintes integrantes: Otto Vogt, presidente; Ernesto Olypho Moeller, vice-presidente; João Fischer, secretário; Carlos Oscar Heller, tesoureiro; José Scherer, Bruno Campani e Oscar Jung, no conselho fiscal; Waldemar Schmidt, Carlos Momberger Sobrinho e Egon Leyser, suplentes.

A notícia da eleição da nova diretoria veio impregnada de críticas na publicação de *O 5 de abril* de 28 de fevereiro de 1928.<sup>38</sup> A matéria replica parte da reportagem que fora publicada no jornal *Correio do Povo*. O autor do texto acusa o correspondente do jornal em Novo Hamburgo de ter “intenção preconcebida de procurar encobrir a mancha que o inquérito deixou patente” quanto aos atos ilícitos cometidos pelo instrutor do Tiro de Guerra 251 e o descaso da antiga diretoria. Na publicação do *Correio do Povo*, é mencionado que “a nova diretoria, constituída em sua maioria por membros da gestão anterior, continuaria obtendo bons resultados”. Por sua vez, o texto publicado em *O 5 de Abril* afirma que foram encontradas evidências de atos irregulares por parte destes integrantes que continuaram exercendo funções. Concomitantemente, acusa que Ernesto Olypho Moeller, ex-presidente e então eleito vice-presidente, não prestou esclarecimentos acerca do cumprimento do acordo que havia estabelecido com o fiscal de instrução, capitão Tancredo Gomes Ribeiro. Por fim, a publicação pede que os cidadãos de Novo Hamburgo fiquem tranquilos, pois o intendente Leopoldo Petry

---

<sup>38</sup>*O 5 de Abril*, Ano I, n. 43, 24/02/1928, p. 2.

não medirá esforços para garantir a continuidade do Tiro de Guerra 251.

O constante conflito entre Leopoldo Petry e Ernesto Olypho Moeller pela questão do Tiro de Guerra 251 se mostra apenas uma parte de um conflito mais amplo, envolvendo a tentativa de modificação de lideranças dentro do diretório republicano hamburguense. Desde muito tempo, o poder político dentro do PRR de Novo Hamburgo estava nas mãos de Jacob Kroeff Neto, Pedro Adams Filho e Leopoldo Petry. Estes, por sua vez, distribuíaam o poder político de acordo com seus interesses, dentro da rede social que formaram. E esta rede, de uma forma geral, poderia ser expandida quando fosse necessário, mas uma de suas características era ser seletiva, delimitando a poucos o exercício pleno de liderança. E após a emancipação de Novo Hamburgo, com a intendência de Jacob Kroeff Neto e Leopoldo Petry, interesses e relações pessoais, confessionais, partidárias e econômicas se imbricaram com a administração pública.

Além do caso envolvendo a concessão do fornecimento de energia elétrica ao município, outro episódio que evidencia a estreita relação entre interesses particulares e públicos é a municipalização da chamada *Sociedade do Carro Fúnebre*. Fundada por Pedro Adams Filho em 1913, essa sociedade tinha como objetivo a prestação de serviços funerários no então distrito, posteriormente município de Novo Hamburgo, com atenção especial aos mais necessitados. Os bens patrimoniais desta sociedade eram um terreno e casa, localizados em área privilegiada do município, além do carro fúnebre de tração animal, puxada por cavalos. Eram sócios, além de Pedro Adams Filho, Júlio Kunz, João Wendelino Hennemann, Carlos Germano Burckle, Carlos Krause, Oscar Frederico Adams e Ewaldo Koch. Mais uma vez encontramos entre os integrantes deste grupo alguns nomes que, em conjunto, participam de outras entidades e da política hamburguense, como Júlio Kunz, Oscar Adams e João Wendelino Hennemann.

Em 15 de fevereiro de 1928, o grupo anteriormente referido, juntamente com o intendente Leopoldo Petry, realizou uma reunião,<sup>39</sup> na qual foi decidido que a Sociedade do Carro Fúnebre e o serviço que realizara seriam assumidos pela Intendência Municipal de Novo Hamburgo. Com isso, o passivo e o ativo da sociedade passariam ao controle público do município, que se comprometeu em substituir o carro utilizado até então por um veículo a motor, mais eficiente. Os presentes na reunião também decidiram manifestar um voto de louvor a Pedro Adams Filho, pelos quinze anos que “zelou pela marcha e bens da sociedade”.

Com o decorrer do tempo, essas ações empreendidas pelo grupo dirigente republicano de Novo Hamburgo, favorecendo um número restrito de membros, vinculados principalmente ao trio Leopoldo Petry, Pedro Adams filho e Jacob Kroeff Neto, começaram a receber a oposição de alguns membros do partido. E nesse tocante, também entrava em pauta o aspecto confessional, pois a maior parte dos líderes republicanos hamburguenses era católica, com exceção de Bertoldo Rech, Henrique Alberto Steigleder, Carlos Dienstbach e Júlio Kunz, que eram evangélico-luteranos, mas fortemente vinculados ao grupo dirigente do partido. E os evangélico-luteranos dentro do partido, como Ernesto Olypho Moeller, buscavam ter maior participação nas decisões políticas. E à medida que, em nível de estado, ocorrem novos direcionamentos dentro do PRR, as tentativas de obtenção de espaço se tornam maiores dentro dos diretórios locais. No caso do embate entre Ernesto Olypho Moeller e Leopoldo Petry, pelo que pudemos constatar em nossas pesquisas, naquele momento saiu vitorioso Leopoldo Petry, pois seu adversário parece ter sido excluído de uma participação mais direta das atividades políticas e sociais de Novo Hamburgo. Tanto que na Exposição Municipal ocorrida em 1929, durante visita do então presidente do Estado, Getúlio Vargas, a Novo Hamburgo, o nome de Ernesto Olypho Moeller não consta

---

<sup>39</sup>O 5 de Abril, Ano I, n. 42, 17/02/1928, p. 2.

entre os organizadores, assim como sua empresa não constava na lista de expositores.

Mas a disputa de poder que tivera com Ernesto Olypho Moeller não fora a única com que se debatera Leopoldo Petry. Ainda em 1928, fora processado pelo jovem advogado Antônio Bemfica Filho, então com 26 anos de idade. Nascido em Santo Antônio da Patrulha, em 30 de agosto de 1902, radicou-se em Novo Hamburgo logo após formar-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Ao chegar ao município hamburguense, ingressou no Partido Republicano Rio-grandense. Quando ocorrera na cidade, em 1927, a fundação do Grêmio Republicano Borges de Medeiros, no mês de junho daquele ano, fora eleito seu primeiro secretário. Junto com ele, compunham a direção do órgão republicano: major André Kilpp, presidente; Henrique Alberto Steigleder, vice-presidente; Norberto Michel, segundo secretário; Ewaldo Koch, orador; João Wendelino Hennemann Filho, primeiro tesoureiro; Albino Kieling, segundo tesoureiro; Ceciliano Teixeira, Benício Ribeiro Dantas, Carlos Vogt, Frederico Guilherme Poschetzky, Norberto Lichtler, Carlos Engel, Albino Momberger e João Emílio Leyser, para o Conselho Fiscal da entidade.

O motivo do processo foi o registro irregular do jornal O 5 de Abril, que não seguira as determinações legais do período. A ação empreendida por Antônio Bemfica Filho não representou apenas uma atitude contra algo que considerava errônea. Ela constitui-se em uma tentativa de desmobilizar o poder concentrado nas mãos de Leopoldo Petry e seu grupo.

No caso do embate entre Antônio Bemfica Filho e Leopoldo Petry, as fontes que apuramos não foram suficientes para encontrarmos a resolução definitiva da questão. Mas pelo que tudo indica, não ocorrera com o advogado as mesmas restrições que ocorreram com Ernesto Olypho Moeller, já que o nome de Antônio Bemfica Filho consta como um dos secretários da Comissão Organizadora da Exposição Municipal ocorrida em 1929, durante visita de Getúlio Vargas a Novo Hamburgo. Posteriormente, em

1931, encontramos Antônio Bemfica Filho como um dos redatores do jornal *Novo Hamburgo*, que ainda naquele ano passou a ser o órgão oficial do Partido Libertador. Pouco antes dessa mudança de rumos do jornal, Antônio Bemfica Filho deixa a sua direção, sendo substituído pelo jornalista Mem de Sá.<sup>40</sup> Desse modo, não temos uma resposta exata se, após 1930, Antônio Bemfica Filho teria deixado o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e ingressado no Partido Libertador (PL).<sup>41</sup>

A situação política republicana local, de certa forma, favoreceu, pelo menos momentaneamente, a liderança de Leopoldo Petry sobre o partido. Conforme René Gertz,

mais tarde Borges parece ter intervindo no diretório municipal do PRR, em favor de Petry – ao menos é o que se deduz do telegrama do diretório municipal dirigido a Borges e publicado em 11 de agosto de 1928 em *A Federação*: “Comunicamos a V. Excia. termos investido o major Leopoldo Petry da direção unipessoal do PRR deste município, de acordo com o telegrama de V. Excia. de 16 de julho” (GERTZ, 2002, p. 235).

Mas fontes documentais que analisamos indicam que, já a partir de 1929, a liderança de Leopoldo Petry começa a sofrer novo abalo, inclusive se tornando alvo da desconfiança por parte dos dirigentes estaduais do PRR. Parte disso se deve à conjuntura política que se formou no estado no decorrer daquele ano, com estruturação de um acordo político que resultou na formação da Frente Única Gaúcha (FUG).

Se para os republicanos hamburguenses o ano de 1928 marca o início de uma fase de intensos conflitos internos, para os libertadores, o mesmo ano marca a constituição definitiva de seu partido. Em convocatória emitida pela Aliança libertadora de Novo

---

<sup>40</sup> *O 5 de Abril*, Ano V, n. 17, 21/08/1931, p. 2.

<sup>41</sup> Nas fontes documentais que pesquisamos, principalmente após 1930, não encontramos nenhuma referência mais detalhada sobre uma possível troca de agremiação política por parte de Antônio Bemfica Filho.

Hamburgo, publicada na edição de 17 de fevereiro de 1928 de *O 5 de Abril*,<sup>42</sup> a sua direção convida seus correligionários para participarem de uma sessão nas dependências da firma D'Angello, Sperb & Cia, na noite de 23 de fevereiro, para escolha dos delegados locais que participarão do Congresso Libertador, em Bagé, no dia 3 de março daquele ano. Efetivamente, aquele congresso marcou a fundação do Partido Libertador, tendo como seus principais líderes Joaquim Francisco de Assis Brasil e Raul Pilla.<sup>43</sup> Com a criação definitiva do partido, a diretoria da Aliança Libertadora de Novo Hamburgo passa a constituir-se em Comissão Executiva do Partido Libertador local, tendo como principais lideranças Guilherme Ludwig, Guilherme Becker, Guilherme Leopoldo Vielitz, Plínio Arlindo de Moura e Carlos Armando Koch.

Plínio Arlindo de Moura nasceu em São Sebastião do Caí, em 7 de setembro de 1909. Formou-se em Contabilidade, católico, radicado em Novo Hamburgo, ingressou no núcleo local da Aliança Libertadora. Quando da fundação do Partido Libertador, tornou-se membro da Comissão Executiva local, atuando como secretário, até o ano de 1932. Em 1934, foi um dos fundadores do núcleo hamburguense da Ação Integralista Brasileira (AIB). Ingressou, posteriormente, em 1945, no Partido de Representação Popular (PRP), fundado por ex-integralistas. Elegeu-se vereador em Novo Hamburgo, exercendo mandato entre 1947 e 1951. Foi prefeito hamburguense entre os anos de 1952 e 1956. Faleceu em 8 de novembro de 1993.

Carlos Armando Koch, nascido em 4 de dezembro de 1903, era natural do município de Montenegro. Católico, era filho de Jorge e Miliana Koch. Seus pais se mudaram para Novo Hamburgo em 1914, onde se tornaram proprietários do Hotel Koch. Casou-se, em primeiras núpcias, com Wilma Martins, filha do empresário e

---

<sup>42</sup>*O 5 de Abril*, Ano I, n. 42, 17/02/1928, p. 2.

<sup>43</sup> Sobre o Partido Libertador, ver: TAUFER, Paulo Roberto. *Partido Libertador: formação e atuação política*. São Leopoldo, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2008.

líder republicano católico José João Martins. Ficou viúvo, contraindo matrimônio, anos mais tarde, com Yolanda Schneider. Foi membro do Partido Libertador até a extinção do partido, por conta do Estado Novo, em 1937. Com a redemocratização, em 1945, ingressou no Partido Democrático Social (PDS), pelo qual se elegeu prefeito de Novo Hamburgo, exercendo mandato entre 1948 e 1951. Neste período, seu vice-prefeito era Guilherme Becker. Reelegeu-se prefeito, chefiando o executivo hamburguense entre 1956 e 1960. Faleceu em 1º de novembro de 1983. Profissionalmente, foi diretor da Expresso Rio Grande – São Paulo, mas iniciou sua carreira como sócio do Curtume Norberto Lichtler & Cia., onde seu sogro, José João Martins, também possuía sociedade.

A comunidade de Novo Hamburgo, no decorrer do mês de setembro de 1929, se achava entusiasmada. Confirmara-se que, em outubro próximo, a cidade receberia a visita do presidente estadual, Getúlio Vargas. Naquele momento, Getúlio Vargas não era apenas o governante do Rio Grande do Sul, mas havia se tornando candidato opositorista a Presidência da República.

Washington Luís Pereira de Sousa, nascido em Macaé, Rio de Janeiro, mas que fez carreira em São Paulo, integrante do Partido Republicano Paulista (PRP), então presidente brasileiro, decidiu romper o acordo político-eleitoral que, durante a maior parte da Primeira República, uniu paulistas e mineiros, a chamada *Política Café com Leite*. Por esse acordo, a sucessão presidencial era dirigida pelos republicanos dos dois estados. Ora um presidente seria paulista, ora mineiro (ou com o apoio destes estados), sucessivamente. Seguindo a lógica deste acordo, o indicado para as eleições presidenciais de 1930 seria o então presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Contudo, visando atender os interesses dos cafeicultores paulistas, por conta da Crise de 1929, Washington Luís indicou como candidato o presidente de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque. O Partido Republicano Mineiro (PRM), sentindo-se prejudicado e desrespeitado, rompeu

com o PRP, decidindo fazer a indicação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada como seu candidato presidencial.

Mas havia por parte dos políticos mineiros insegurança quanto ao nome de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sobretudo se lançassem sua candidatura sem o apoio de outros grupos. Aproveitando o clima de descontentamento político, o PRM buscou apoio de outros estados. Encontrou apoio de políticos paraibanos, liderados pelo presidente estadual, João Pessoa, da dissidência republicana paulista, que havia fundado o Partido Democrático (PD), do Partido Democrático Nacional (PDN) e do Rio Grande do Sul. Em junho de 1929, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade decide renunciar a sua candidatura, indicando o nome de Getúlio Vargas como candidato ao cargo de presidente. Como candidato a vice-presidente, a escolha recai sobre João Pessoa. Em agosto do mesmo ano é formalizada a *Aliança Liberal* e a candidatura da chapa Getúlio Vargas – João Pessoa é lançada oficialmente.

Mas era preciso conseguir apoio também no Rio Grande do Sul. Para tanto, era preciso efetivar uma aproximação definitiva com a oposição libertadora. Segundo Paulo Roberto Tauffer,

Getúlio Vargas sabia que para vencer a eleição presidencial seria fundamental a unificação política do Rio Grande do Sul. Para atingir esse objetivo, ele deu continuidade ao processo de aproximação com os libertadores. Nesse sentido, Getúlio enviou um emissário seu à convenção do PL, em Bagé, em agosto de 1929, na qual os libertadores discutiam o apoio a Aliança Liberal. A mensagem de Getúlio aos libertadores era no sentido de incorporar as teses liberais de representação e de justiça do PL ao programa da Aliança Liberal (TAUFER, 2008, p. 43).

Essa aproximação definitiva só tornou-se possível com o comprometimento de Getúlio Vargas em assumir, na plataforma política da Aliança Liberal, elementos considerados importantes pelos libertadores. A negociação política por parte do Partido Libertador foi conduzida por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Conforme Paulo Brossard,

[...] Assis Brasil assumiu imensa responsabilidade em troca de exigência puramente institucional – a anistia, o voto secreto, o voto feminino, a representação proporcional, a independência dos juízes, a justiça eleitoral, a proteção ao trabalho [...] (BROSSARD, 2004, p. 183).

Após intensas negociações, o Partido Republicano Rio-grandense e o Partido Libertador formalizam um acordo político, ainda em agosto de 1929, visando favorecer e fortalecer a candidatura de Getúlio Vargas à presidência do país. Formou-se a Frente Única Gaúcha (FUG).

O acordo entre republicanos e libertadores teve repercussão também nos municípios. Daquele momento em diante, era necessário uma fiscalização por parte das lideranças estaduais de ambas as agremiações, para que fossem cumpridas as determinações, visando à vitória da Aliança Liberal nas eleições 1º de março de 1930.

No caso de Novo Hamburgo, a Exposição Municipal, além de seu caráter econômico, também tinha por objetivo dar visibilidade para essa união de forças partidárias. A nominata da Comissão Organizadora reúne libertadores e republicanos, evangélico-luteranos e católicos. Integravam o grupo: Júlio Aichinger, Pedro Mentz Sobrinho, Arthur Oscar Breidenbach, Willibaldo Sperb, Leopoldo Schneider, Alfredo Spohr, Alberto Adams, Henrique Alberto Steigleder, Henrique Schneider, Júlio Adams, Albino Kieling, Carlos Conrado Grün, Guilherme Becker, José Alles, Hugo Lipp, Alberto Mosmann, Frederico Ricardo Kremer, Carlos Armando Koch, Bertoldo Rech, tendo como secretários Carlos Dienstbach e Antônio Bemfica Filho.<sup>44</sup> A Exposição Municipal ocorreu durante três dias, em outubro de 1929. Embora tenha obtido êxito, ela conseguiu apenas camuflar, em parte, a tensão política que havia nos bastidores.

---

<sup>44</sup>O 5 de Abril, Ano III, n. 20, 13/09/1929, p. 1 e 2.

O acordo político entre os dois partidos existentes no Rio Grande do Sul não foi apoiado por todos os republicanos ou libertadores. Em Novo Hamburgo, Leopoldo Petry se posicionou contra a formação da Frente Única Gaúcha. E esse seu posicionamento político parece ter enfraquecido sua liderança, inclusive perante a Comissão Executiva Estadual do PRR. Em 1930, a chefia unipessoal do diretório hamburguense retorna para o controle de José João Martins. Por essa mesma época, é formada uma Comissão Executiva Mista da Frente Única Gaúcha em Novo Hamburgo. Segundo Liene Maria Martins Schütz (1989, p. 45), essa comissão era composta por: Guilherme Becker, presidente; Norberto Lichtler, vice-presidente; Arnaldo E. Trein, primeiro secretário; Arno Roese, segundo secretário; Carlos Armando Koch, primeiro tesoureiro e Wendelino Klaser, segundo tesoureiro. Sobre Arnaldo E. Trein, Arno Roese e Wendelino Klaser, não obtivemos, em nossas pesquisas, maiores informações sobre suas vinculações partidárias e confessionais. A presidência da comissão era exercida por um libertador e evangélico-luterano, sendo a vice-presidência exercida por um republicano.

Analisando os nomes que a compunham a Comissão executiva Mista da Frente Única hamburguense, aventamos algumas possibilidades. Guilherme Becker era um dos principais líderes libertadores, genro de Guilherme Ludwig, vice-intendente municipal. Norberto Lichtler era republicano, além de ser sócio de José João Martins, que retornara à chefia unipessoal do núcleo hamburguense do PRR. Carlos Armando Koch, libertador, também era sócio de Norberto Lichtler e genro de José João Martins. Com Leopoldo Petry fazendo oposição à Frente Única Gaúcha, Jacob Kroeff Neto afastando-se da vida política<sup>45</sup> e com Pedro Adams

---

<sup>45</sup> Conforme João Heckler Luz (2010, p. 149-150), após deixar a Assembleia dos representantes do Rio Grande do Sul, como deputado, Jacob Kroeff Neto passa a se dedicar à agricultura, com a plantação de eucaliptos e, posteriormente, ingressa no cargo de fiscal da Fazenda Estadual. Ainda em 1930, envia telegrama ao candidato Getúlio Vargas, informando seu apoio, embora já não mais atuando diretamente na política hamburguense. Em 1934, apoia a candidatura opositorista de Borges de

Filho passando a residir em Porto Alegre,<sup>46</sup> é possível que as negociações visando formar a Comissão Executiva Mista tenham sido conduzidas por José João Martins e Guilherme Ludwig, líderes de seus partidos, colocando pessoas de sua confiança para a sua composição.

As eleições presidenciais, ocorridas em 1º de março de 1930, deram a vitória à chapa situacionista, composta por Júlio Prestes de Albuquerque e Vital Soares. Segundo Paulo Roberto Tauffer,

as fraudes ocorreram de ambos os lados, mas os paulistas foram mais eficientes nesse quesito, vencendo as eleições. Inicialmente, Getúlio Vargas e Borges de Medeiros aceitaram os resultados das eleições, pois tinham feito acordos com o candidato situacionista e com o presidente Washington Luís. Entretanto, lideranças mais radicais do PRR, como João Neves da Fontoura, Flores da Cunha e Oswaldo aranha, e do PL, como Assis Brasil, Raul Pilla e Batista Luzardo não aceitaram o resultado eleitoral que teria sido obtido a partir da fraude. Assim, essas lideranças passaram a articular, juntamente com os líderes mineiros e paraibanos o movimento revolucionário (TAUFER, 2008, p. 43).

Informações desencontradas começaram a circular. De um lado, as notícias davam conta de que se aceitaria o resultado do pleito. De outro, que um movimento armado vinha tomando forma e que, em breve tomaria o poder central. Neste ínterim, Leopoldo Petry busca informações junto aos dirigentes estaduais do PRR, procurando saber a real situação e quais diretrizes seguidas pelo partido. Em 12 de maio de 1938, Protásio Antônio Alves, ex-vice-presidente do Rio Grande do Sul entre 1918 e 1928, membro da Comissão Executiva Estadual do PRR, encaminha correspondência

---

Medeiros ao cargo de presidente do Brasil, por via indireta. Por conta disso, passa a sofrer retaliações por parte de Getúlio Vargas, até ser exonerado do cargo de fiscal estadual, em 1934.

<sup>46</sup> Após contrair núpcias com Olga Maria Kroeff, irmã de Jacob Kroeff Neto, em 1926, Pedro Adams Filho passou a residir com a esposa em Porto Alegre, em um palacete localizado na Avenida João Pessoa, conforme relata Cláudia Schemes (2006, p. 382-382).

ao intendente Leopoldo Petry.<sup>47</sup> Na carta, é informado de que não estava sendo planejado nenhum tipo de tomada do poder via força revolucionária, sendo que o PRR era totalmente contrário a esse tipo de prática, por zelas sempre pelo espírito ordeiro e constitucional republicano.

Naquele momento já estava em discussão, por parte de líderes mais radicais da Aliança Liberal, a possibilidade de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes de Albuquerque, prevista pra novembro. O fato de a correspondência enviada a Leopoldo Petry afirmar categoricamente que não havia a possibilidade de um golpe, pode indicar dois pontos: 1) a intenção, por parte dos dirigentes estaduais do PRR, de não deixar que as informações reais fossem divulgadas, evitando que o governo federal interviesse, impedindo o plano de tomada do poder ou, 2) naquele momento, Leopoldo Petry já havia perdido a confiança por parte dos líderes principais de seu partido. Os desdobramentos posteriores indicam que provavelmente as duas hipóteses estão corretas.

Julho de 1930. João Pessoa é assassinado em Recife, Pernambuco. Sua morte foi causada por motivações pessoais, tendo como responsável João Duarte Dantas. Mas o assassinato acirrou ainda mais os ânimos e foi utilizado como uma jogada importante para articulação e deflagração de um golpe para derrubar o governo e impedir a posse dos eleitos. No dia 7 de setembro, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada passa o governo de Minas Gerais a Olegário Maciel, também do Partido Republicano Mineiro. Olegário Maciel demonstra mais disposição em apoiar um movimento armado do que seu antecessor.

Em 3 de outubro do mesmo ano, o movimento armado é deflagrado, contando com apoio de diversos tenentes que participaram das revoltas ocorridas na década de 1920, que

---

<sup>47</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – Fundo Leopoldo Petry – Caixa 1 – Carta da Comissão Executiva Estadual do PRR ao Intendente de Novo Hamburgo Leopoldo Petry.

ficaram conhecidas pelo termo *Tenentismo*. Entre estes tenentes, encontravam-se Juarez Távora, Siqueira Campos, João Alberto e Oswaldo Cordeiro de Farias. Na tarde deste dia, forças rebeldes, lideradas por Oswaldo Aranha e Flores da Cunha, atacam o Quartel-general do 3º Exército, comandado pelo general Gil Antônio Dias de Almeida, comandante da 3ª Região Militar. Entre os subcomandantes rebelados que invadiram o quartel, liderando a Guarda Civil, estava co-capitão Alencastro Braga de Menezes. Na madrugada do dia seguinte, forças rebeldes iniciaram ataques em várias partes do país, como nos estados do Nordeste e em Minas Gerais. Ao longo do mês de outubro, houve o avanço das forças da Aliança Liberal. Em 24 de outubro, uma junta militar, composta pelo almirante José Isaias de Noronha e os generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto depõe o presidente Washington Luís. Essa junta assume provisoriamente o governo do país. Em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas assume o cargo de presidente do Brasil, dando início ao período chamado de Governo Provisório, que perdurou até 1934.

No dia 9 de outubro de 1930, Getúlio Vargas renuncia ao governo do Rio Grande do Sul, partindo de trem para a capital federal, Rio de Janeiro. Chega ao seu destino em 29 de outubro, aguardando as negociações para que possa assumir o governo. Entre 9 e 27 de outubro, o governo estadual é exercido pelo secretário do Interior, Oswaldo Aranha. João Neves da Fontoura, vice-presidente estadual, sentindo-se preterido, renunciou ao cargo. Oswaldo Aranha nomeia como secretário do Interior Sinval Saldanha, genro de Borges de Medeiros e seu secretário particular. No dia 27 de outubro, Oswaldo Aranha parte para o Rio de Janeiro, com finalidade de negociar com a Junta de Governo Provisória a entrega do cargo de presidente a Getúlio Vargas. O governo estadual é assumido então por Sinval Saldanha, que permanece na função até 28 de novembro de 1930.

Em Novo Hamburgo, documentos indicam que, ao final de 1930, tanto entre os republicanos quanto entre os libertadores

locais, o clima político é de completo desmonte, sendo necessária a intervenção de agentes políticos externos. Neste caso, é nomeado Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro, o subchefe de Polícia da 4ª Região, para tentar mediar a situação. Embora a 4ª Região de Polícia tenha sede em Taquara, Odon Cavalcanti residia em Novo Hamburgo.

Com a posse de Getúlio Vargas no governo federal, ocorre a nomeação de interventores federais para governarem os estados. No caso do Rio Grande do Sul, é nomeado o general José Antônio Flores da Cunha, que assume em 28 de novembro de 1930. Para a Secretaria do Interior, é confirmado o retorno de Sinval Saldanha. Em alguns municípios, como o caso de São Leopoldo e Porto Alegre, os intendentess municipais (que passariam a ser denominados prefeitos) foram mantidos no poder. Em outros casos, ocorreram substituições. Novo Hamburgo entrou nessa segunda situação.

No caso de São Leopoldo, o intendente municipal, major Theodomiro Porto da Fonseca, foi favorável à Frente Única Gaucha, e quando da eclosão do golpe de 1930, articulou forças militares em apoio. Essa participação mais direta lhe garantiu a continuidade na chefia do Executivo leopoldense.

Embora as fontes não indiquem com precisão, os documentos que analisamos nos levam a crer que por volta de novembro de 1930 já se sabia que Leopoldo Petry não continuaria no cargo de intendente municipal. O desgaste interno havia chegado ao seu limite. E, embora o diretório republicano local mantenha uma postura de cordialidade com o intendente, é perceptível que as relações estavam estremecidas. Essa relação de cordialidade é mantida quando se trata de enfrentar a oposição federalista. Mas os próprios republicanos buscam um novo nome para o governo de Novo Hamburgo, que atenda seus interesses, mesmo diante de um novo panorama político em nível nacional e estadual. Não temos como precisar se a decisão de afastamento de Leopoldo Petry partiu do governo estadual ou dos líderes

republicanos locais. Mas, de qualquer forma, os integrantes do PRR de Novo Hamburgo não fizeram maiores esforços para a manutenção do intendente no cargo.

Em documento encaminhado ao presidente do estado, a direção local do PRR, liderado por José João Martins, tece severas críticas aos libertadores de Novo Hamburgo. Acusam o Partido Libertador hamburguense de dismantelar seu diretório, dissolvendo-o. Mesmo com as garantias dadas pelo governo estadual, inclusive com envio de força policial da Brigada Militar e ainda com a presença de seu comandante, os libertadores ainda não haviam reconstituído seu diretório municipal.

Outra acusação que recai sobre os libertadores é de que um de seus integrantes, um jovem advogado, agrediu verbalmente o intendente Leopoldo Petry em via pública. Um manifesto em desagravo foi publicado no jornal *A Federação*. Embora o nome do agressor não seja divulgado tanto na carta quanto no jornal, aventamos a possibilidade de que este seja Antônio Bemfica Filho, que já tivera atritos anteriores com Leopoldo Petry. O fato de, em 1931, participar da fundação de um semanário que, posteriormente, será utilizado pelo Partido Libertador, pode ser um indício plausível de que ele tenha mudado de partido, passando para as fileiras libertadoras.

Mas a principal declaração política do documento é de que os libertadores locais, mesmo diante da dissolução de seu diretório, insistem em lançar o nome de Guilherme Becker para a intendência local. E seu nome não era consenso inclusive dentro de seu partido. Em 4 de dezembro de 1930 é emitido um telegrama<sup>48</sup> ao secretário do Interior Sinval Saldanha, encaminhado pelos libertadores Gothardo Fleck Filho, Augusto Luiz Schefer e Frederico Dörr (evangélico-luteranos), informando que eles são contrários à indicação de Guilherme Becker como intendente

---

<sup>48</sup>Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) – Fundo Sinval Saldanha – Secretaria do Interior e Exterior – Caixa 4 – Novo Hamburgo – SIEM/282.

municipal, intenção essa que parte de um grupo dentro do Partido Libertador local, mas que não representa o interesse da maioria dos correligionários. O telegrama enviado pelos três libertadores hamburguenses indica a saturação interna pelo qual passa, naquele momento, o diretório local.

Ainda no documento emitido pelo diretório local do PRR, é solicitado que se faça uma intervenção junto aos membros do Partido Libertador de Novo Hamburgo, para que os dois grupos cheguem a um denominador comum, escolhendo uma “personalidade local, desapaixonada e criteriosa, que possa gozar da confiança de todos”. Nesse sentido, é solicitado que Odon Cavalcanti faça essa mediação.

Em correspondência encaminhada a Sinval Saldanha,<sup>49</sup> Odon Cavalcanti solicita que este estabeleça um diálogo com os libertadores locais, para que aceitem a indicação de Henrique Alberto Steigleder para o cargo de intendente, pois, segundo Odon Cavalcanti, ele possui qualidades importantes para assumir tal cargo e pacificar os ânimos acirrados em Novo Hamburgo. A escolha de Henrique Alberto Steigleder indicava ser uma estratégia para contemplar dois aspectos: políticos e confessionais. Era republicano, mas também era evangélico-luterano, o que poderia agradar aos principais líderes libertadores, que professavam essa confissão religiosa.

Mas as fontes indicam que a solução não fora resolvida ainda nos primeiros dias de dezembro de 1930. Em cartão manuscrito,<sup>50</sup> Maurício Cardoso, um dos líderes estaduais do PRR, sugere a Sinval Saldanha o nome do subchefe de Polícia Odon Cavalcanti para ocupar a Intendência de Novo Hamburgo. Em uma anotação no documento, feita por Sinval Saldanha, constam os nomes de José João Martins e Henrique Alberto Steigleder. Possivelmente,

---

<sup>49</sup>Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) – Fundo Sinval Saldanha – Secretaria do Interior e Exterior – Caixa 4 – Novo Hamburgo – SIEM/283.

<sup>50</sup>Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) – Fundo Sinval Saldanha – Secretaria do Interior e Exterior – Caixa 4 – Novo Hamburgo – SIEM/279.

Sinval Saldanha deve ter pensado na possibilidade de negociar o nome de Odon Cavalcanti com os líderes republicanos locais.

Fato é que, em 10 de dezembro de 1930, na mesma data em que Leopoldo Petry deixou o cargo de Intendente Municipal de Novo Hamburgo, Odon Cavalcanti envia novo telegrama<sup>51</sup> ao secretário Sinval Saldanha, solicitando que não seja nomeado novo intendente para o município, antes de serem concluídas as negociações que estava procedendo com os grupos políticos locais.

Contudo, as indicações são de que os esforços na tentativa de nomear algum líder local para ocupar o cargo de intendente resultaram improdutivos. Em 14 de dezembro de 1930, toma posse um novo governante, nomeado pelo interventor federal general Flores da Cunha. O nome escolhido é do coronel da Brigada Militar José Gomes Ferreira. Provavelmente este militar era o mesmo que comandava a guarnição enviada a Novo Hamburgo para pacificar o conturbado clima político local. A partir daquele momento, libertadores e republicanos, católicos e evangélico-luteranos teriam que repensar suas estratégias políticas e reestruturar suas redes sociais, visando se aproximar do novo governante, garantindo sua participação do poder e o atendimento de seus interesses.

---

<sup>51</sup>Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) – Fundo Sinval Saldanha – Secretaria do Interior e Exterior – Caixa 4 – Novo Hamburgo – SIEM/284.

## **Mudanças surgem no horizonte e com elas outros rumos são necessários: alterações nos panoramas mundial e nacional e suas imbricações no contexto regional**

Inspirado pelo grande amor, que sempre dediquei à nossa querida terra, cujo bem-estar todos nós almejamos, me anima tão somente o desejo de corresponder devidamente à confiança que meus comunicípes me vêm testemunhando [...] (José João Martins).<sup>1</sup>

Em outubro de 1935, José João Martins manifesta-se ao povo de Novo Hamburgo, afirmando estar disposto a, novamente, visando ao bem daquela comunidade, dispor seu nome para as eleições municipais daquele ano. Seu objetivo, ressalta, não é outro senão “o desejo de atender o voto de confiança que lhe fora depositado”. Mas por quem este voto foi efetivamente confiado? Qual a conjuntura política do município naquele momento? E como estavam articulados os grupos políticos?

A década de 1930, não apenas no Brasil, mas em nível mundial, é marcada pela expansão de correntes totalitárias e autoritárias, como as que se instalaram na Itália, na Alemanha, na Espanha, na Grécia, entre outros países. Nesse mesmo período, é crescente no Brasil a efusão de ideias nacionalistas, assim como a formação de grupos políticos orientados por essas ideias.

---

<sup>1</sup> *Jornal O 5 de Abril*, Ano IX, n.27, 1º/11/1935, p. 3.

Politicamente, o país vive duas fases sob o comando de Getúlio Vargas: o Governo Provisório, entre 1924 e 1930, e o Governo Constitucional, entre 1934 e 1937, que teria seu término com o golpe de Estado que instaurou o Estado Novo (1937-1945). Ambos os períodos são marcados por tensões, em alguns momentos, externadas belicamente, como na guerra civil de 1932, em São Paulo, mas também de intensos processos de negociação política. No Rio Grande do Sul, governado por Flores da Cunha, esse panorama foi fortemente vivenciado, seja em nível estadual, seja nas realidades municipais, onde o jogo do poder e das estratégias esteve presente das mais diferentes maneiras.

Em Novo Hamburgo, dois governantes, não integrantes do círculo político local, foram nomeados: coronel José Gomes Ferreira (1930 - 1934) e capitão Alencastro Braga de Menezes (1934 - 1935). Sobre o período de governo de José Gomes Ferreira e Alencastro Braga de Menezes, assim como de Ângelo Provenzano (1935 - 1937), as informações disponíveis são bastante escassas. Mesmo uma pesquisa intensa em fontes bibliográficas e documentais, sobretudo em jornais do período, nos forneceu poucos dados. Mesmo assim, procuramos analisar a conjuntura política local, dimensionando-a com o contexto mais amplo do período, que abarcava questões de ordem mundial, nacional e estadual. Com isso, é possível identificar as mudanças políticas e sociais ocorridas em Novo Hamburgo nessa época, o envolvimento de seus agentes históricos e as imbricações resultantes da relação entre estas diferentes camadas de poder.

#### **4.1 A década de 1930, a multiplicidade ideológica e seus reflexos no ambiente político nacional e regional**

Para o ex-intendente hamburguense Leopoldo Petry, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder federal e as mudanças políticas ocorridas no Rio Grande do Sul, com a nomeação do general Flores da Cunha, para a interventoria federal no estado,

trouxeram consequências pessoais negativas, em um primeiro momento. Por não ter aderido à Frente Única Gaúcha (FUG), além da exoneração do cargo de intendente de Novo Hamburgo, também foi preso, conforme ele mesmo narra em uma autobiografia.<sup>2</sup> Segundo Leopoldo Petry, o motivo de não simpatizar com o acordo político de 1929 era a contradição entre a prática e o discurso de alguns membros, que no passado agiam de maneira contrária ao ideário liberal da aliança política que fora firmada. Após alguns dias na prisão,<sup>3</sup> Leopoldo Petry é liberado. Em 4 de agosto de 1931,<sup>4</sup> é nomeado pelo juiz Anápio Jobim para a função de auxiliar do Cartório de Notas e Registros de Imóveis de Novo Hamburgo. Com a morte do titular, Alberto Müller, Leopoldo Petry assume posteriormente o cargo de oficial desta mesma repartição, ocupando-o até 1947.

No ano de 1932, Leopoldo Petry tenta retomar sua liderança política. Quando eclode a chamada Revolução Constitucionalista, em julho daquele mesmo ano, liderada por forças políticas do estado de São Paulo, ele se coloca à disposição do Partido Republicano Rio-grandense no apoio aos revoltosos paulistas. Contudo, conforme suas próprias palavras, fora impedido de tomar parte naquele movimento político e armado.

No Rio Grande do Sul, o período compreendido entre 1930 e 1937 foi marcado pela instabilidade política interna, seja na relação entre o governo do interventor (e, a partir de 1935, governador) Flores da Cunha e os antigos grupos políticos estaduais, seja entre o governo estadual e o governo federal de Getúlio Vargas. Essa realidade, somada ao processo de negociações, arranjos e conflitos decorrentes desse clima social e político, refletiu-se também nas estruturas locais. Concernente a essas questões, a década de 1930 é

---

<sup>2</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Fundo Leopoldo Petry – Caixa 01 – Autobiografia escrita por Leopoldo Petry

<sup>3</sup> No que se refere ao período em que foi preso, a autobiografia de Leopoldo Petry parece um tanto confusa, pois também permite interpretar que a prisão ocorrera em 1930 ou em 1932.

<sup>4</sup>Jornal *O 5 de Abril*, Ano V, n. 15, 07/08/1931, p. 1.

marcada também pela estruturação de novos grupos político-ideológicos, formatando de forma prática ideias que já vinham circulando no país desde, pelo menos, a década de 1920, além do surgimento de núcleos propagadores das ideias autoritárias europeias em solo brasileiro. Em Novo Hamburgo, essa imbricação de diferentes conjunturas teve interferência, de forma mais direta ou indireta, nos rumos sociais, políticos e religiosos locais. Deste modo, para se compreender melhor as estratégias adotadas pelos grupos que estamos analisando, é preciso vislumbrá-las e analisá-las apreendendo esse amplo panorama internacional, nacional e estadual.

Algum tempo após assumir o poder, surgem os primeiros atritos entre Getúlio Vargas e parte do grupo que lhe deu sustentabilidade para que chegasse ao poder. Os principais argumentos utilizados por este grupo para justificar seu descontentamento com o Governo Provisório é o pouco interesse deste em cumprir algumas das bandeiras políticas da Aliança Liberal, como a redemocratização do país e mudanças na legislação eleitoral. Embora esses argumentos estejam em consonância com parte das razões que estabeleceram, já em 1931, um princípio de esfacelamento da Aliança Liberal, existem outros fatores importantes que devem ser destacados. O principal deles é o fato de que muitos representantes dos grupos que formaram o bloco de sustentação de Getúlio Vargas, em 1930, se sentiram alijados de participarem das decisões do Governo Provisório. Nesse mesmo panorama, os diversos grupos estaduais também buscam, junto ao governo federal, a nomeação de interventores que atendam as demandas desses grupos. Porém, o governo de Getúlio Vargas se aproximava dos militares, principalmente dos que, na década de 1920, integraram o movimento conhecido como *Tenentismo*. Diversos destes militares foram nomeados interventores, como no caso de estados do Nordeste e em São Paulo. O Governo Provisório de Getúlio Vargas parecia estar mais interessado em iniciar um processo de centralização política do que dialogar com as antigas

oligarquias estaduais que se perpetuaram no poder durante a Primeira República. Com a aproximação de Getúlio Vargas das forças militares, representadas pelos tenentes, a reconstitucionalização do país não era uma das medidas de maior urgência a serem tomadas.

Um grupo que se mostrava descontente com os rumos tomados pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas era a Frente Única Gaúcha (FUG). Integrantes dessa união política faziam parte do Governo Provisório desde o seu início. Entretanto, as tensões entre estes políticos e Getúlio Vargas foram tomando proporções maiores e, por conta disso, o clima de insustentabilidade quanto à permanência deste grupo no governo era iminente. Entre março e abril de 1932, o então ministro da Justiça, Maurício Cardoso, o ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, o chefe de Polícia do Distrito Federal, Batista Luzardo e o assessor jurídico do Banco do Brasil, João Neves da Fontoura, pedem demissão de seus cargos. Maurício Cardoso foi substituído, no Ministério da Justiça, pelos mineiros Francisco Campos e Afrânio de Mello Franco, entre março e novembro de 1932, quando novamente um sul-rio-grandense assumiu o cargo: Francisco Antunes Maciel Júnior, membro do Partido Libertador. No Ministério do Trabalho, Lindolfo Collor foi substituído pelo porto-alegrense Joaquim Pedro Salgado Filho, que ocupava um cargo na Polícia do Distrito Federal desde 1930.

No Rio Grande do Sul, Raul Pilla, líder do Partido Libertador, e Borges de Medeiros, chefe do Partido Republicano Rio-grandense, manifestaram-se também com ressalvas diante da crise que se instalara e do relacionamento entre a Frente Única Gaúcha e Getúlio Vargas, destacando não a inviabilidade de relações políticas, mas um estremecimento diante das orientações que o chefe provisório tem dado ao governo. Neste sentido, conforme Antônio Elíbio Júnior,

em resposta a Vargas, desta vez sem qualquer mediação, Raul Pilla e Borges de Medeiros enviam-lhe um extenso telegrama,

destacando a crise provocada com a renúncia de Mauricio Cardoso, Lindolfo Collor, Baptista Luzardo e João Neves da Fontoura dos cargos que ocupavam na administração federal. Acompanhando essas lideranças do PL e do PRR, também Sérgio Oliveira, Ariosto Pinto, Fernando Antunes e Aníbal Barros Cassal abandonaram seus postos no governo. A saída desses “*colaboradores*”, segundo os missivistas, não deveria ser entendida por Vargas como uma demonstração de “*oposição sistemática*” ao Governo Provisório; antes, o que ocorria, na interpretação de Pilla e Medeiros, era uma incompatibilidade “*inibição*” da FUG com o governo federal (ELÍBIO JÚNIOR, 2006, p. 77).

Além de enfrentar a desconfiança e certa oposição entre parte dos republicanos e libertadores do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas também perde apoio do Partido Democrático de São Paulo. O rompimento do partido com o Governo Provisório se deu em janeiro de 1932. Ao analisar as razões para esta medida por parte do partido paulista, Vavy Pacheco Borges (1992, p. 47) destaca que “o governo federal é responsabilizado pela política econômica do momento; Vargas é mais do que tudo um “fraco”, e o critério de confiança que o partido lhe concedeu é mostrado como fruto do desejo de paz para a reconstrução do país”. Soma-se, ainda, o fato de Getúlio Vargas e seus assessores mais próximos relutarem em adotar medidas relativas ao programa liberal de 1930. Aproveitando essa ruptura política, membros dirigentes do Partido Republicano Paulista (PRP), afastados do poder estadual e federal, se aproximam dos antigos adversários do Partido Democrático. A partir daquele momento, os antigos opositores passaram a se unir em torno de um objetivo comum: o combate ao processo de centralização política nas mãos de Getúlio Vargas.

Politicamente, José Antônio Flores da Cunha tinha uma postura diferente de Getúlio Vargas e de outras lideranças políticas vinculadas ao Partido Republicano Rio-grandense, no que se tratava da centralização do poder político em nível federal. Flores da Cunha ainda defendia a descentralização política e um poder

maior e mais independente dos estados. Ao defender essa orientação, se aproximava das premissas políticas que foram defendidas pelos republicanos sul-rio-grandenses, de forma especial, Borges de Medeiros. Embora, naquele momento, a figura do chefe republicano, na percepção de alguns de seus antigos liderados, tinha apenas uma representação quase que simbólica. Ao defender a descentralização do poder dos estados, Flores da Cunha, conforme René Gertz (2005a, p. 12), acreditava que “a conquista do poder federal pelos gaúchos teria como consequência um grande número de medidas e de obras que viriam a beneficiar, de forma concreta e imediata, o Rio Grande do Sul”. Porém, na prática, Getúlio Vargas e o Governo Provisório não tinham essa concepção política e nem estavam dispostos a conceder maior autonomia aos estados.

Em julho de 1932, a oposição paulista desencadeia um movimento armado contra o governo federal. Aliados que haviam feito parte da Aliança Liberal, pouco mais de dois anos antes, agora se colocavam na linha de frente contra Getúlio Vargas. eclodira o movimento de oposição que ficou conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932, que prosseguiu durante três meses. Em outubro daquele mesmo ano, as forças federais vencem os revoltosos paulistas. Contudo, algumas das reivindicações do grupo derrotado acabaram sendo atendidas posteriormente.

O episódio da Revolução Constitucionalista de 1932 marcou ainda mais o estranhamento entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas. Algumas lideranças políticas sul-rio-grandenses, com destaque para Borges de Medeiros, deram pleno apoio aos rebeldes paulistas, inclusive articulando grupos armados para agirem no Rio Grande do Sul e avançarem rumo ao Sudeste do país, reforçando as tropas contra o Governo Provisório. O interventor Flores da Cunha, também contrário ao processo de centralização do poder em nível federal, teria manifestado solidariedade e apoio aos paulistas. Mas, ao ser deflagrada a insurreição, passou a dar apoio ao governo federal, mobilizando inclusive a Brigada Militar

no combate aos rebeldes, inclusive com o envio de batalhões para São Paulo. Segundo Rejane Caravantes, Flores da Cunha ajudou o Governo Provisório a articular-se contra o movimento paulista, pois, segundo esta historiadora, o interventor federal do Rio Grande do Sul

telegrafou a Osvaldo Aranha dizendo que João Neves, Batista Luzardo e Lindolfo Collor queriam vê-lo longe da interventoria. Informava que as tropas estavam de prontidão e que não os via há vários dias. Flores, escrevendo a Osvaldo Aranha, disse que o General Bertoldo Klinger estava manobrando para desencadear a trama em São Paulo e no Rio Grande e que era necessário agir com prudência a fim de desconcertar os seus planos. Mencionava que as tropas estavam em prontidão (CARAVANTES, 1988, p. 211).

Se por parte do governo federal e de Getúlio Vargas, Flores da Cunha era visto com desconfiança, parte de lideranças republicanas e libertadoras no estado se articulavam para tentar afastá-lo do governo. Diante dessa situação, provavelmente Flores da Cunha vislumbrou que, apoiando as forças federais, conseguiria apoio de Getúlio Vargas no combate aos seus inimigos, tendo em vista que esse mesmo grupo romperia com o Governo Provisório. Sendo assim,

a ofensiva desencadeada por Flores no Rio Grande do Sul contra os “*surtos rebeldes*” aconteceu a partir do recrutamento de soldados, abastecimento das tropas federais sediadas no estado, reaparelhamento bélico das milícias estaduais, destacamento de “*corpos provisórios*” para as frentes de combate travadas no interior do estado e em São Paulo, disponibilização da rede ferroviária estadual e, sobretudo, perseguição aos líderes da FUG, Raul Pilla, Lindolfo Collor, Baptista Luzardo e Borges de Medeiros (ELÍBIO JÚNIOR, 2006, p. 87).

Embora vitorioso na guerra civil de 1932, o governo federal teve que ceder em determinados pontos em que protelava, como a

convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a nova constituição. Em maio de 1933, ocorre a eleição dos membros da assembleia, que foi empossada em novembro do mesmo ano. O governo federal buscou mobilizar uma forte base de apoio nos estados, para garantir, assim, a maioria dos deputados constituintes e atender aos seus objetivos. Além disso, fora criada a *bancada classista*, um total de 40 representantes advindos dos sindicatos, que haviam sido legalizados pouco tempo antes das eleições, pelo ministro do Trabalho Joaquim Pedro Salgado Filho. A articulação política por parte do governo federal foi liderada pelo ministro da Justiça, Francisco Antunes Maciel Júnior e por Oswaldo Aranha, ministro da Fazenda.

Outra estratégia do Governo Provisório, com apoio de grupos oligárquicos locais fieis, foi a constituição de novos partidos políticos estaduais. Em Pernambuco, o interventor federal Carlos de Lima Cavalcanti funda o Partido Social Democrático (PSD). No Distrito Federal, surge o Partido Autonomista (PA), liderado pelo interventor Pedro Ernesto Batista. Em Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (que se tornaria presidente da Assembleia Nacional Constituinte) e Gustavo Capanema fundaram o Partido Progressista (PP). A própria Igreja Católica, que desde 1931 vinha se aproximando do governo de Getúlio Vargas, articulou a formação da Liga Eleitoral Católica (LEC), coordenada pelo Centro Dom Vital, localizado no Rio de Janeiro, principal local de propagação de ideias políticas e sociais do catolicismo brasileiro do período. O objetivo da Liga Eleitoral Católica era supervisionar, selecionar e recomendar ao eleitorado católico os candidatos aprovados pela Igreja, mantendo uma postura apartidária.

No Rio Grande do Sul, o general Flores da Cunha, com apoio de Oswaldo Aranha e Francisco Antunes Maciel Júnior, fundou em 1932 o Partido Republicano Liberal (PRL). Conforme afirma Antônio Elíbio Júnior,

o engendramento político para a formação do novo partido contou, substancialmente, com apoio irrestrito do Governo Provisório e com a mediação de Oswaldo Aranha e Antunes Maciel. Nesse sentido, tornava-se difícil uma reaproximação de Flores da Cunha com antigos líderes da FUG, exilados ou sediados nas fronteiras do estado. De qualquer forma, a recomposição político-partidária no Rio Grande do Sul, agora com uma estreita relação com o poder federal, tinha, na figura de Flores da Cunha, a vinculação com o programa nacional de Vargas (ELÍBIO JÚNIOR, 2006, p. 101).

Composto por membros dissidentes do Partido Libertador e do Partido Republicano Rio-grandense, além de políticos que ingressavam na vida partidária naquele momento, a agremiação também tinha por finalidade a sustentação do governo de Getúlio Vargas. Com o decorrer do tempo, Flores da Cunha utilizaria o partido para sua sustentação no poder, afastando-se cada vez mais de Getúlio Vargas. Segundo Eliane Colussi (1996, p. 64), o PRL “já nasce como um partido governista, cooptando muitas elites locais e servindo de apoio para a consolidação da ordem política nacional. O poder local, neste contexto, se burocratiza, sendo incorporado à estrutura partidária do PRL”. De fato, em pouco tempo, lideranças locais em diversos municípios, até aquele momento de orientação partidária republicana ou libertadora, aderiram ao novo partido.

Nas eleições constituintes de 1933, o Partido Republicano Liberal elegeu 13 representantes. Foram eles: Augusto Simões Lopes, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Heitor Annes Dias (um dos nomes apoiados pela Liga Eleitoral Católica), Frederico João Wolffenbüttel (que fora vice-intendente de São Leopoldo), João Simplício Alves de Carvalho, Renato Barbosa, Demétrio Mercio Xavier, Victor Russomano, Pedro Vergara, João Fanfa Ribas, João Ascanio Moura Tubino, Raul Jobim Bittencourt e Gaspar Saldanha. Pela Frente Única Gaúcha, foram eleitos: Maurício Cardoso, Adroaldo Mesquita da Costa e Euclides Minuano de Moura.

Em 16 de julho de 1934, são encerrados os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e a nova constituição brasileira, em substituição à de 1891, é promulgada. No dia seguinte, os congressistas se reúnem para escolha do presidente da República, por via indireta. Getúlio Vargas é eleito, recebendo 175 votos. O segundo colocado foi Borges de Medeiros, com 59 votos, ficando o terceiro lugar com o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, então ministro da Guerra, com quatro votos. Pela nova constituição federal, seu mandato encerraria em 1938, quando deveriam ocorrer novas eleições presidenciais, desta vez pelo voto direto.

Encerrado o período de elaboração da nova carta constitucional do país, era a vez de os estados se reorganizarem jurídica e politicamente. No Rio Grande do Sul, a Assembleia Constituinte Estadual foi instalada em 12 de abril de 1935, encerrando seus trabalhos em 29 de junho do mesmo ano, quando ocorrera a promulgação na nova constituição estadual. A partir de 8 de julho de 1935, a Assembleia Constituinte deu lugar à Assembleia Legislativa, na qual, além dos antigos deputados constituintes, assumiram os representantes classistas, como o empresário A. J. Renner. Em abril de 1935, o general Flores da Cunha é eleito, pelo voto indireto, governador do Rio Grande do Sul. Constitucionalmente, seu mandato estava previsto para uma duração de quatro anos, até abril de 1939.

Em abril de 1935, é aprovada a Lei de Segurança Nacional, definindo assim o que era considerado crime contra a ordem política e social do país, assim como as medidas que poderiam ser tomadas. Desse modo, era possível transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais.

Flores da Cunha, no decorrer desse período, passou a se envolver mais com questões de ordem federal, tentando interferir no ambiente político, passando assim a galgar um espaço de maior destaque no cenário brasileiro. O governador sul-rio-grandense já

dava sinais de sua aspiração em chegar ao cargo de presidente do Brasil nas eleições de 1938. Politicamente, Flores da Cunha se utilizaria de alguns elementos para reforçar sua visibilidade em nível nacional, como a interferência nas eleições de outros estados. Um desses casos seria sua interferência na eleição para o governo do Rio de Janeiro, também no ano de 1935, onde apoiou o candidato de oposição, general Christóvão Barcellos, contrariando o governo federal, que apoiara o almirante Protógenes Guimarães. A primeira eleição, ocorrida por via indireta na Assembleia Legislativa fluminense em setembro daquele ano, foi anulada por conta de atos de violência que foram cometidos. Em uma nova eleição, em novembro de 1935, Protógenes Guimarães é novamente eleito, assumindo o cargo de governador do Rio de Janeiro. Uma derrota política é imposta ao general Flores da Cunha.

Enquanto no cenário sul-rio-grandense, a oposição a Flores da Cunha se intensifica, visando garantir a sustentabilidade de seu governo, o governador aceita articular um acordo político com a Frente Única Gaúcha. Em janeiro de 1939, é elaborado um *modus vivendi* entre o governo estadual e a oposição. Por esse acordo, algumas secretarias estaduais foram disponibilizadas a representantes do Partido Libertador e do Partido Republicano Rio-grandense, garantindo, assim, a participação mais direta desses dois grupos políticos nos rumos do Rio Grande do Sul. Pelos republicanos, Lindolfo Collor é nomeado para a Secretaria da Fazenda, sendo que, pelos libertadores, Raul Pilla assume como secretário de Agricultura. Segundo Héliog Trindade,

a solução buscada, tanto pela FUG, como por Flores, tem sentido na medida em que a agregação das forças políticas significa, também, aumento do poder. Para a FUG, apresentavam-se garantias mais concretas para o seu funcionamento e a possibilidade de alguma ingerência mais direta no aparelho de Estado com a posse de duas Secretarias. Para Flores, fortalecido militarmente, a coesão política interna agregava mais elementos para a resistência ao avanço do poder central (e

consequentemente com vistas à incorporação da Brigada Militar ao Exército) (TRINDADE, 1980, p. 226).

Mas o acordo político entre o Partido Republicano Liberal e a Frente Única Gaúcha durou pouco tempo. Ainda nos primeiros meses de 1936, Raul Pilla e Lindolfo Collor pedem exoneração de seus cargos. Em novembro do mesmo ano, a partir de pressões advindas de parte do Partido Republicano Rio-grandense, o *modus vivendi* é rompido. Além da fragilização da base política de Flores da Cunha, entre os republicanos também há uma fragmentação partidária. Lindolfo Collor e alguns outros dissidentes deixam o PRR, fundando o Partido Republicano Castilhistas (PRC), de existência efêmera, que buscava ser mais fiel aos antigos princípios republicanos no Rio Grande do Sul. Enquanto isso, os demais republicanos passaram a apoiar novamente o governo federal.

No ano seguinte, com a aproximação das eleições presidenciais, previstas para janeiro de 1938, iniciou-se a articulação em torno de possíveis candidatos. O Partido Libertador e o Partido Republicano Castilhistas passaram a apoiar a candidatura de Armando de Salles Oliveira, governador de São Paulo. O Partido Republicano Rio-grandense manifestou seu apoio ao então ministro da Agricultura, José Américo de Almeida. Plínio Salgado, líder nacional dos integralistas, também lançou sua pré-candidatura às eleições presidenciais. Flores da Cunha ainda almejava ocupar a presidência da República, contando com apoio de uma parte do seu partido. Contudo, além de perder o frágil apoio que tivera durante dez meses em 1936 de libertadores e republicanos, o governador sul-rio-grandense viu o Partido Republicano Liberal se dividir, com uma forte dissidência passando a apoiar Getúlio Vargas.

Em 1937, Flores da Cunha, além de enfrentar um cenário político estadual completamente desfavorável, passou a sofrer maiores pressões do governo federal, inclusive militarmente. Para Getúlio Vargas, alguns grupos políticos regionais representavam

uma ameaça para seus planos de continuidade no poder e de estabelecimento de um regime ditatorial no país. Mas, dentre esses grupos, quem mais tinha condições de lhe oferecer resistência era o general Flores da Cunha, pois este contava com a força armada da Brigada Militar. Foi justamente nesse sentido que o governo federal deu o golpe definitivo para afastar Flores da Cunha do governo do Rio Grande do Sul e, assim, garantir êxito na manutenção de Getúlio Vargas no governo brasileiro.

Cada vez mais próximo dos militares, que lhe deram a grande base de sustentação política durante o Estado Novo, Getúlio Vargas, o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e o chefe do Estado-Maior do Exército, general Góis Monteiro, articulam a ação final contra a resistência de Flores da Cunha. Em setembro de 1937, tropas militares do Exército da 3ª Região Militar, por ordens de Góis Monteiro, são deslocadas para Porto Alegre, durante as comemorações da Semana da Pátria, permanecendo ali aquarteladas nas semanas seguintes. Além disso, Góis Monteiro, com apoio do ministro Eurico Gaspar Dutra, nomeiam um novo comandante para a 3ª Região Militar: o general Manuel de Cerqueira Daltro Filho, baiano, que ocupara interinamente o cargo de interventor federal em São Paulo no ano de 1933. Seu ajudante-de-ordem era o coronel Oswaldo Cordeiro de Farias.

Somado a esse fator, desde março de 1936, o país encontrava-se no chamado “estado de guerra”, decorrente dos levantes comunistas ocorridos no final de 1935. Com o decreto federal emitido em 1936, conforme René Gertz (2005a, p. 18), “os governadores ficaram responsáveis pela sua execução dentro de seus respectivos estados, exceto os de São Paulo e do Rio Grande do Sul, onde os comandantes das regiões militares foram encarregados de exercer essa função”. Em outubro de 1937, o general Daltro Filho requisita o comando da Brigada Militar, que seria, desse modo, federalizada. Flores da Cunha já não possuía mais condições políticas e nem bélicas de resistir às investidas do

governo federal. Finalmente, em 17 de outubro daquele ano, o general José Antônio Flores da Cunha renuncia ao cargo de governador do Rio Grande do sul, partindo no dia seguinte para o exílio no Uruguai. No seu lugar, é nomeado como interventor federal o general Daltro Filho. Aproximadamente três semanas após a renúncia de Flores da Cunha, Getúlio Vargas deflagra um golpe de Estado. Teria início o regime do Estado Novo, que perdurou no Brasil por oito anos.

O conturbado ambiente político da década de 1930 no Brasil e no Rio Grande do Sul permitiu, de certo modo, que diferentes concepções ideológicas tivessem espaço no cenário nacional e estadual. Mais que isso, que elas pudessem ser estruturadas de forma organizada, com a formação de sociedades e agremiações político-partidárias, por exemplo. Dentro da perspectiva deste trabalho, iremos abordar três destas estruturas ideológicas organizadas: o nazismo, o integralismo e o nacionalismo brasileiro, através da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. As duas primeiras já possuem extensas pesquisas elaboradas,<sup>5</sup> abordando aspectos importantes sobre elas. Sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, sua atuação é pouco estudada no Rio Grande do Sul.<sup>6</sup> Mas, com o advento do Estado Novo, os integrantes desse

---

<sup>5</sup> Dentre estes trabalhos, podemos indicar: GERTZ, René E. *O Fascismo no Sul Do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; LUCAS, Taís Campelo. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento* (Rio Grande do Sul, Brasil). Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2011. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2011; RAHMEIER, Andréa Helena Petry. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. Porto Alegre, 2009. Tese [Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2009; WEIZENMANN, Tiago. *Cortando as asas do nazismo*. Representações e imaginário sobre o nazismo na revista *Vida Policial* (1942 – 1944). São Leopoldo, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2008.

<sup>6</sup> A maior parte da documentação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres foi destruída por conta de um incêndio ocorrido na sede do Jornal do Comércio, onde também funcionava a sede da sociedade. Os documentos existentes estão em coleções pessoais, como a de Juarez Távora, localizada no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas ou de Edgar Teixeira Leite, no Museu da República, ambas no Rio de Janeiro/RJ. Recentemente, documentos da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres foram integrados ao Acervo Documental do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, em São

grupo nacionalista buscaram um espaço de atuação política dentro da máquina administrativa estadual, sobretudo na área da educação. Embora ainda se faça necessário ampliar as pesquisas sobre esse grupo, acreditamos que uma análise inicial de seus objetivos e a forma de inserção que adotara podem indicar novas possibilidades para se entender o período do Estado Novo no Rio Grande do Sul.

O primeiro núcleo do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP)<sup>7</sup> no Brasil, conforme Luís Edmundo de Souza Moraes (2005, p. 113), foi fundado em 1º de julho de 1928, no município catarinense de Blumenau, mais especificamente no distrito de Benedito Timbó. A fase entre 1928 e 1933, segundo Taís Lucas (2011, p. 57), era chamada pelos próprios nazistas de *Kampfzeit* (anos de luta). Nesse período, os núcleos fundados no Brasil tinham como característica a autonomia entre si. Grupos foram fundados em cidades como São Paulo e Porto Alegre, em 1931. O núcleo porto-alegrense foi fundado por Gustavo Herbert Ericht e Ervino Anuschek. Após a fundação desses núcleos locais, estes deveriam fazer uma solicitação de reconhecimento junto ao partido na Alemanha.

Com a ascensão do Partido Nazista ao poder em 1933, Adolf Hitler foi indicado chanceler do país e, em suas mãos, com a morte do presidente Paul Ludwig von Hindenburg, em agosto de 1934, ficou concentrado o poder.

No Brasil, o partido passou por um processo de reestruturação. Fora fundada, em 1933, uma sede central, no Rio de Janeiro, e ocorrera uma divisão, com quatro círculos regionais: São Paulo-Paraná, Centro-Norte, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Conforme os estudos de René Gertz (1987) e Taís Lucas (2011), os primeiros anos do nazismo no Brasil foram marcados por

---

Leopoldo/RS. Estes documentos fazem parte da coleção pessoal de Carlos de Souza Moraes, fundador do núcleo estadual dessa sociedade no Rio Grande do Sul.

<sup>7</sup>Em língua alemã: Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei.

conflitos e manifestações violentas, muitas vezes provocadas pela não aceitação de cidadãos alemães em engajarem-se no partido. Estes estudos também apontam que os nazistas listavam, com finalidade de informar as autoridades partidárias na Alemanha, aqueles alemães e descendentes que, embora com determinado poder econômico ou político, não demonstravam interesse em defender as ideias do partido. Era o caso do então prefeito de Porto Alegre, major Alberto Bins, do empresário A. J. Renner, evangélico-luterano, e de Franz Metzler, católico engajado e um dos proprietários da Typographia do Centro, juntamente com seu irmão, o médico Wolfram Metzler. Durante o Estado Novo, inclusive, Franz Metzler seria apontado pelo chefe de Polícia do Estado, tenente-coronel Aurélio da Silva Py, como um dos mais dedicados combatentes do nazismo no Rio Grande do Sul,<sup>8</sup> ao lado dos irmãos Victor e Gaston Englert, sendo este último cunhado de Jacob Kroeff Neto. Por conta destas animosidades, o núcleo porto-alegrense do Partido Nazista foi temporariamente fechado em 1933.

Em 1934, sob liderança de Walter Hornig, as atividades do Partido Nazista, após uma reestruturação, retornaram ao Rio Grande do Sul. A partir daquele momento, o núcleo nazista sul-riograndense passou por um processo de expansão. Parte dessa expansão foi favorecida pela atuação do novo cônsul alemão no estado, Friedrich Ried. Contribuinte do núcleo local e próximo do novo chefe nazista estadual, o embaixador Friedrich Ried também se tornou amigo no governador Flores da Cunha. A proximidade entre os dois e a percepção política de Flores sobre a potencialidade dos núcleos de origem alemã no estado favoreceu, por exemplo, em 1934, as comemorações dos 110 anos da chegada destes imigrantes ao Rio Grande do Sul, inclusive com uma grande Exposição Comercial e Industrial realizada em São Leopoldo, e o

---

<sup>8</sup> PY, Aurélio da Silva. *A 5 coluna no Brasil: A conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. 1. ed. Porto Alegre: Globo, 1942, p. 5.

decreto que transformava o dia 25 de julho, data aceita para a chegada dos imigrantes, em 1824, como feriado estadual (GERTZ, 2005a, p.156).

As pesquisas de René Gertz (1987), Luís Edmundo de Souza Moraes (2005) e Taís Lucas (2011) apontam que o número estimado de filiados ao nazismo no Rio Grande do Sul compreendia entre 400 e 600 pessoas, aproximadamente. Com base nessas pesquisas, o número de filiados ao nazismo no estado, em comparativo com o número de alemães e descendentes aqui residentes neste período, é bastante baixo. Taís Lucas (2011, p. 147) aponta que, entre os municípios com presença de núcleos locais nazistas, Porto Alegre possuía 29,1% dos partidários, sendo os demais divididos no interior do Rio Grande do Sul. Alguns núcleos mais urbanizados abrigavam uma concentração maior de filiados, como é o caso de Novo Hamburgo, com 19,9% e Santa Cruz do Sul, com 5,7%. Sobre o núcleo de Novo Hamburgo cabe uma informação importante: nesta cidade residia o médico Karl Wilhelm Schinke, pai de Otto Emil Schincke, um dos chefes do nazismo em São Paulo, e de Gunther Schincke, um dos líderes do núcleo hamburguense do partido.

A mesma autora, ao abordar o seguimento profissional destes filiados (2005, p. 150), mostra que a maior parte era formada por comerciantes, industrialistas e engenheiros. Porém também há um número expressivo de religiosas (21,7%) e de pastores evangélico-luteranos (6,8%). Os estudos de Martin Dreher (1984) e René Gertz (1991) indicam que, ainda na década de 1930, grande parte dos pastores e religiosas que atuavam nas comunidades do Sínodo Rio-grandense vinha da Alemanha, explicado pelo fato de não haver uma instituição de nível superior que formasse pastores no Brasil (fato que só se concretizaria em 1946), assim como que cuidasse na formação das religiosas evangélico-luteranas, de forma especial as diaconisas. Além disso, muitos professores que lecionavam nas escolas sinodais ou comunitárias também vieram da Alemanha, por conta da atuação

de sociedades educacionais existentes naquele país, que auxiliavam as escolas de origem alemã no Brasil.

A presença e a atuação do Partido Nazista no Rio Grande do Sul durante a década de 1930 e, mesmo na clandestinidade, durante o início da década de 1940, não devem ser compreendidas como uma prática seguida pela maioria de alemães e descendentes aqui residentes no período. Embora ainda encontremos essa percepção no senso comum, a aceitação do nazismo no Rio Grande do Sul se mostrou até mesmo incipiente numericamente, diante da população de origem alemã que habitava o estado. Neste sentido, concordamos com a assertiva de Taís Lucas:

no entanto, o pressuposto incorre na errônea equação de que ser alemão é ser nacional-socialista. Como foi demonstrado, a preservação do germanismo e o sentimento de pertencimento à comunidade alemã não devem ser confundidos com aceitação do nazismo ou de qualquer movimento político autoritário e nacionalista. Pelo contrário, havia uma luta pela condução da comunidade alemã, que fazia parte dos objetivos alçados pelo Partido Nazista no exterior e que perpassava o debate sobre o “ser alemão”. Apesar das semelhanças, não é possível considerar o ingresso na AIB como apoio ao NSDAP, principalmente ao verificar que o nacionalismo-socialismo exigia exclusividade política e jurídica a todos os *alemães do Reich*, mesmo quando residentes no estrangeiro (LUCAS, 2011, p. 159-160).

Por outro lado, as demonstrações públicas por parte dos integrantes do partido, assim como suas ações incisivas de cooptação de novos membros, se mostraram intensas entre 1933 e 1937, visto as comemorações do 1º de Maio daquele ano, ocorridas no estádio do Grêmio Esportivo Renner, em Porto Alegre. Sobre esse aspecto, afirma Taís Lucas que

cabia às lideranças do Partido Nazista no Rio Grande do Sul a divulgação da Nova Alemanha, da Alemanha nacional-socialista. Além de facilitar viagens para partidários e simpatizantes, eram feitos convites a pessoas de destaque na sociedade, como no caso

do intercâmbio para estudos, oferecido a Lutero Vargas, filho de Getúlio. Nos arquivos do *Auswärtiges Amt*, encontra-se o convite feito, em julho de 1937, pelo chefe do Círculo juntamente com o Consulado alemão a A. J. Renner para participar, como convidado de honra, do Congresso do NSDAP, o *Reichparteitag* de Nuremberg. Hornig apresenta Renner como uma das lideranças industriais do país, que comerciava com empresas alemãs, presidente do Centro da Indústria Fabril do estado, ex-deputado estadual, teuto-brasileiro de grande influência política e econômica. Não foi possível verificar se Renner aceitou ou não o convite, mas é interessante ressaltar que, naquele mesmo ano, o estádio do Grêmio Esportivo Renner recebeu as comemorações do 1º de maio do Partido Nazista. Sabe-se apenas que seu filho, Egon Renner, foi um dos fundadores da Ação Integralista Brasileira no Rio Grande do Sul e que Hornig mantinha relações estreitas com os integralistas, vínculo que pode explicar a cessão dos estádios para os nazistas. Todavia, tal aproximação pessoal não caracteriza a colaboração entre os partidos no estado (LUCAS, 2011, p. 158-159).

Embora os objetivos dos nazistas no Brasil fossem relacionados diretamente com a elevação política e de soberania da Alemanha, também tiveram que adotar estratégias e práticas relacionais para concretizar esse projeto. E diante de um cenário político conturbado em nível nacional e estadual, precisaram articular-se também diante dessa realidade, buscando formas de cooptação de apoio e de espaço de atuação.

Quanto ao integralismo, o início de suas atividades no Brasil remonta ao mês de outubro de 1932, logo após o término da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Seu principal articulador e liderança em nível nacional foi Plínio Salgado. Nacionalista conhecido desde a década de 1920, após a Semana de Arte Moderna de 1922, vinculou-se ao grupo modernista chamado de *Movimento Verde-Amarelo*, que pregava um nacionalismo puro e autenticamente brasileiro. Seus líderes foram Menotti Del Picchia, Guilherme de Almeida, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo (literato que, posteriormente, seria um dos ideólogos do regime do Estado Novo).

Em 1930, após uma viagem à Itália fascista, começou a manifestar que a única solução possível para a resolução dos problemas nacionais seria a efetivação de um sistema integral, com a defesa do nacionalismo, do corporativismo e no combate ao liberalismo e ao socialismo. No início de 1932, Plínio Salgado articulou grupos nacionalistas regionais e fundou a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), onde se reuniam intelectuais de vertentes autoritárias. Com o sucesso e a repercussão destas iniciativas, lançou, em outubro do mesmo ano, o *Manifesto Integralista*, sintetizando suas ideias e o programa da organização política que acabara de fundar: a Ação Integralista Brasileira (AIB).

A estrutura organizacional da Ação Integralista Brasileira era fortemente hierarquizada. Havia uma liderança nacional unipessoal, sendo essa função exercida por Plínio Salgado. Havia, para auxiliá-lo, um Conselho Consultivo Nacional e departamentos. Os núcleos estaduais eram chamados de *províncias*, sendo estas divididas em núcleos locais. Além disso, os integralistas organizaram um amplo sistema de divulgação de suas ideias através da imprensa, com a criação de jornais locais e um de alcance nacional, chamado *A Ofensiva*. Também foram constituídas milícias, inclusive armadas, tendo como comandante em nível nacional o capitão Olímpio Mourão Filho, com campos de treinamento em alguns núcleos locais. Foi organizada também a *Juventude Pliniana*, formada por crianças e adolescentes. Inspirado no fascismo, a Ação Integralista Brasileira também fez intenso uso de recursos simbólicos e ritualísticos: adotou o uniforme na cor verde, a letra grega *sigma* utilizada como emblema, o gesto e a saudação *Anauê*, que, segundo os integralistas, teria sua origem indígena no idioma tupi. Seu lema era *Deus, Pátria e Família*.

Em pouco mais de quatro anos, o integralismo conseguiu um número bastante expressivo de adeptos, sendo considerado o primeiro partido político de alcance popular no Brasil. Em 1936, a estimativa de filiados era de mais de 600 mil pessoas. Em 1935, no mês de março, comunistas, socialistas e antigos militares ligados

ao *Tenentismo*, descontentes com a aproximação do governo de Getúlio Vargas das oligarquias estaduais que foram afastadas do poder em 1930, se unem e formam a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Luís Carlos Prestes, que na década de 1920 liderou a chamada Coluna Prestes contra o governo federal, foi aclamado como presidente de honra da nova organização política. Uma das bandeiras aliancista era deter o avanço integralista no país. Em pouco tempo, um número considerável de pessoas assinou formalmente sua filiação à agremiação. Não obstante, também começam a eclodir conflitos de rua entre os integrantes da Aliança Nacional Libertadora e os integralistas.

Em abril de 1935, de forma clandestina, Luís Carlos Prestes retorna ao Brasil. Recebera da Internacional Comunista a missão de promover um levante insurrecional para derrubar o governo de Getúlio Vargas. Recebera também o auxílio de guerrilheiros experientes da organização, como era o caso da comunista alemã Olga Gutmann Benário, sua esposa desde 1931 (e que em setembro de 1936, mesmo grávida, seria deportada para a Alemanha nazista, sendo executada em 1942).

Em julho de 1935, ao promover manifestações públicas lembrando os levantes tenentistas de 1922 e 1924, alguns aliancistas promoveram o discurso de Luís Carlos Prestes que conclamava para a derrubada do governo federal. Getúlio Vargas, com base na Lei de Segurança Nacional, aprovada em abril daquele ano, determina o fechamento da Aliança Nacional Libertadora. Estando na clandestinidade, o grupo comunista presente dentro da organização política começa a deter o espaço de comando. Em novembro de 1935, este grupo, apoiado por alguns militares e, posteriormente, por populares, deflagra um movimento armado em Natal, Rio Grande do Norte, mantendo o controle da cidade por quatro dias. Levantes também são empreendidos em Recife, Pernambuco e no Rio de Janeiro, logo derrotados pelas forças federais. Esse episódio ficou conhecido como a *Intentona Comunista de 1935*. O levante de novembro de 1935 permitiu que fosse decretado o *estado de guerra*

no país, o que, politicamente, permitiu que Getúlio Vargas e sua base de apoio enfraquecessem os grupos de oposição ao governo, como ocorrera com o governador Flores da Cunha a partir de 1936 e, principalmente, em 1937.

Quanto aos integralistas, o desmantelamento da Aliança Nacional Libertadora lhes permitiu uma atuação mais ampla, assim como uma aproximação maior do governo de Getúlio Vargas. Mesmo assim, a Ação Integralista Brasileira, em maio de 1937, lança Plínio Salgado como seu candidato nas eleições presidenciais de janeiro de 1938. Antes disso, em 1935, alguns candidatos integralistas foram eleitos vereadores e prefeitos nas eleições municipais ocorridas naquele ano.

Alguns líderes integralistas tinham conhecimento dos planos de Getúlio Vargas de se manter no poder. Plínio Salgado, um dos que conheciam as intenções do presidente, negociava ocupar o cargo de Ministro da Educação. Em novembro de 1937, o capitão Olimpio Mourão Filho, que integrava o Serviço de Inteligência do Exército, divulga o Plano Cohen, que supostamente indicava que os comunistas novamente tentariam ocupar o poder no Brasil. O plano não passava de um documento forjado, que fora elaborado para justificar o golpe de Estado. Com o apoio de militares, dos integralistas e de alguns aliados políticos, em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas decreta a implantação de um novo regime no país: o Estado Novo.

Até aquele momento, os principais líderes do integralismo, como Plínio Salgado, acreditavam que teriam espaço dentro do governo ditatorial de Getúlio Vargas. No entanto, em dezembro do mesmo ano, o presidente emite um decreto proibindo todos os partidos políticos no país. Com isso, a Ação Integralista Brasileira é extinta. Em maio de 1938, alguns integrantes integralistas, descontentes com as medidas de Getúlio Vargas, que julgam uma traição, tentam um levante armado no Rio de Janeiro. Logo são sufocados pelas forças governistas. Alguns são presos, e outros, entre os quais está Plínio Salgado, partem para o exílio.

Quanto ao Rio Grande do Sul, o primeiro núcleo integralista foi criado em Erechim, na época denominada de Boa Vista do Erechim, no mês de maio de 1933. O núcleo porto-alegrense é fundado em janeiro de 1934. Ao longo daquele ano, diversos outros núcleos são fundados no interior do estado. O primeiro chefe provincial dos integralistas foi Dário de Bittencourt, neto de Aurélio Veríssimo de Bittencourt, que foi secretário da Presidência do Estado e homem de confiança de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Em janeiro de 1936, assume a função Nestor Contreiras Rodrigues. Mas também auxiliaram na condução estadual da Ação Integralista Brasileira, em seus primeiros momentos, Anor Butler Maciel e Egon Renner,<sup>9</sup> filho de A. J. Renner. Outro nome de destaque foi Mansueto Bernardi, ex-intendente de São Leopoldo.

Os núcleos de Novo Hamburgo e São Leopoldo são fundados no final de 1934. No caso leopoldense, o primeiro núcleo integralista foi criado em um distrito: Campo Bom, em outubro do referido ano. Posteriormente, outros núcleos foram criados nos demais distritos e na sede. O chefe no núcleo integralista campobonense, conforme Guido Lang (1998, p. 42), foi o industriário João Fritsch, do setor calçadista, tendo como chefe da milícia local João Schumann, industrial, proprietário de uma funilaria. A coordenação do *Departamento Feminino* e da *Juventude Pliniana* ficou sob responsabilidade de Adi Fritsch, filha de João Fritsch. O núcleo integralista da sede municipal de São Leopoldo tinha como chefe Ney Câmara, funcionário público. Além deste, outro líder do integralismo em São Leopoldo foi Pelágio de Paula, bancário, que em 1941 casou-se com Maria Emília de Paula, a qual se tornou a primeira vereadora de São Leopoldo e primeira mulher a assumir uma prefeitura no Rio Grande do Sul. Maria Emília governou São Leopoldo durante o ano de 1959, ano em que o município perdera os distritos de Campo Bom, Dois Irmãos e Estância Velha.

---

<sup>9</sup>Entre 1959 e 1963, Egon Renner ocupou o cargo de deputado estadual do Rio Grande do Sul, sendo eleito pelo Partido de Representação Popular (PRP), fundado por ex-integralistas.

Em Novo Hamburgo, o núcleo da Ação Integralista Brasileira teve como chefe o médico Wolfram Metzler, mas onde também tinham destaque Alfredo Marotzky e Plínio Arlindo de Moura, que deixara o Partido Republicano Liberal (PRL). Embora politicamente Campo Bom estivesse vinculado ao município de São Leopoldo, o núcleo integralista campobonense tinha relações de maior proximidade com o núcleo hamburguense. Wolfram Metzler possuía uma extensa área de terras em Campo Bom, onde construíra uma chácara. Nessa propriedade, em várias oportunidades, aconteceram reuniões e atividades dos integralistas da região, além de treinamentos da *Juventude Pliniana* e de milicianos. Quanto ao espaço político alcançado pelos integralistas localmente, a vitória desse grupo se deu em 1935, ao obter uma cadeira na Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo.

Sobre a relação entre integralismo e nazismo, principalmente nas áreas de imigração alemã, René Gertz enfatiza que

o senso comum explica a presença mais significativa do integralismo nessas regiões, através da suposta identidade entre ele e nazismo e/ou fascismo. Essa explicação é plausível. Mas há uma explicação muito mais consistente. Exatamente a ausência do monolitismo político nas regiões coloniais e a existência de espaço para o pluralismo permitiram que um partido alternativo como o integralismo conseguisse conquistar certo espaço. Ao contrário do que se costuma pensar, o integralismo, porém, esteve muito longe de constituir uma unanimidade na “colônia”. Com exceção de Novo Hamburgo, onde circunstâncias específicas permitiram aos integralistas atingir em torno de 20% do eleitorado, em todos os outros municípios de colonização alemã os integralistas ficaram abaixo de 10% dos votos em todas as eleições realizadas no período (GERTZ, 1994b, p. 38-39).

O desenvolvimento de nossas pesquisas tem permitido compartilhar dessa percepção. Analisando a dinâmica política regional desde a década de 1920, quando o poder era disputado entre dois blocos político-partidários principais, republicanos e

federalistas/libertadores, foi possível apreender que os agentes históricos estabelecem relações e estratégias, aproximações e distanciamentos, ingressam ou deixam determinado grupo ou partido, conforme seus objetivos. Desse modo, a incorporação de um efetivo considerável de integrantes ao integralismo também deve compreender essa dinâmica política, que leva em conta também aspectos familiares, confessionais e econômicos, mas, principalmente, a busca de um espaço de atuação mais efetiva dentro da sociedade.

Outra organização fundada na década de 1930, e que recebera até hoje poucos estudos mais aprofundados,<sup>10</sup> foi a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. A fundação dessa organização ocorreu em 10 de novembro de 1932, no Rio de Janeiro, onde ficava a sede da sociedade. Sua sede ficava em duas salas do mesmo prédio em que ficava a sede do *Jornal do Comércio*. Era conhecida também pela sigla SAAT. No mesmo ano, no mês de outubro, Plínio Salgado (que posteriormente também ingressaria na SAAT), efetiva a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB). Sua existência ocorrera até 1945, aproximadamente.

Na listagem de seus fundadores e primeiros associados estão nomes como do político e militar Juarez Távora, o advogado e escritor Barbosa Lima Sobrinho, o jornalista Humberto de Campos, o antropólogo Edgar Roquette-Pinto, o jurista e etnólogo Oliveira Viana, Rafael Xavier, Raul de Paula, a antropóloga Heloísa Alberto Torres (filha de Alberto Torres), o engenheiro Dulphe Pinheiro Machado, e os empresários do setor de comunicação Roberto Marinho e Félix Pacheco, diretores das *Organizações Globo* e do *Jornal do Comércio* (um dos principais meios de

---

<sup>10</sup> Neste sentido, podemos indicar alguns estudos, como os desenvolvidos por Jeffrey Lesser e Sílvia Campos de Pinho, que podem ser encontrados em obras como: LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Editora UNESP, 2015; \_\_\_\_\_. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2001; PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Belo Horizonte, 2007. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

divulgação das ideias e das ações da SAAT), respectivamente. Conforme Silvia Pinho,

de acordo com os estatutos da organização, para integrar o quadro de sócio efetivo era necessário: ser brasileiro nato ou naturalizado; ser proposto por um ou mais sócios efetivos quites; obter parecer favorável do conselho fiscal; pagar uma determinada quantia em dinheiro; prestar compromisso de fidelidade ao programa e fins da SAAT. Depois de associado, havia uma mensalidade a ser paga. Desse modo, havia requisitos de nacionalidade, econômicos, ideológicos e, principalmente, de sociabilidade, já que era preciso ser indicado por um ou mais sócios (PINHO, 2007, p. 170).

As ideias nacionalistas que servem de base ideológica e de ação da SAAT são inspiradas no pensamento de Alberto Torres (1865 – 1917), político e pensador social fluminense. Grande parte das ideias de Alberto Torres passa por um processo de apropriação e ressignificação por parte da entidade, recebendo inclusive uma forte carga de elementos de xenofobia. O ideário e a plataforma de atuação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres têm como pontos principais: 1) políticas agrícolas e preocupações com a natureza; 2) educação, sobretudo de caráter ruralista e 3) preocupação com a questão imigratória no Brasil, sendo recorrente uma postura de contrariedade em relação a ela por parte de seus membros. E foi inclusive sobre a temática imigratória no país em que membros da SAAT terão maior atuação e destaque na década de 1930, como veremos a seguir.

Segundo Endrica Geraldo,

o governo de Getúlio Vargas, nos anos de 1930 a 1945, é identificado como tendo sido bastante rigoroso em criar restrições à entrada de imigrantes e em promover políticas de nacionalização que atingiram as populações de origem ou de ascendência estrangeira no país. Os imigrantes foram muitas vezes considerados como “indesejáveis”, com exceção dos chamados “brancos europeus”. Os que já se encontravam aqui

fixados foram muitas vezes acusados de constituírem uma ameaça à formação da nacionalidade, em termos raciais ou culturais. A concentração de determinados grupos em núcleos coloniais (resultado de políticas anteriores de imigração) foi pejorativamente denominada de “quistos” étnicos ou raciais. A partir do Estado Novo, o governo moveu campanhas destinadas a fiscalizar e “nacionalizar” (GERALDO, 2009, p. 175-176).

Por conta disso, autoridades governamentais e alguns setores da sociedade viam a necessidade de políticas mais efetivas que dessem conta do problema da imigração no país. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres viu nesse momento uma oportunidade de colocar suas ideias em prática. Para a Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 1933, alguns integrantes da SAAT foram eleitos deputados, como é o caso de Miguel Couto e Antônio Xavier de Oliveira (também presidente desta sociedade), deputados pela Assembleia Constituinte de 1934, que foram porta-vozes da SAAT no Congresso Constituinte. Um dos reflexos dessa atuação foi a inclusão na Constituição de 1934 de dispositivos que restringiam a imigração para o Brasil, visando favorecer a integração étnica. O parágrafo 6 do artigo 121 fixava em 2% do número de imigrantes já existentes no Brasil o limite anual para a entrada de novos imigrantes. Foi a chamada *Lei de Cotas* (mantida posteriormente na Constituição de 1937).

Mas a atuação da SAAT foi além. Em 1935 é criada pelo governo de Getúlio Vargas uma Comissão de Imigração, com o intuito de centralizar e estruturar de forma mais organizada o processo de imigração no país. Compunham essa comissão, nomeada pelo presidente Getúlio Vargas:<sup>11</sup> Oliveira Vianna, que a presidiu, Dulphe Pinheiro Machado, Raul de Paula, conde Debanné (todos integrantes da SAAT), Vaz de Mello e Renato Kehl.

---

<sup>11</sup> REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Mensagem apresentada ao Poder Legislativo em 3 de maio de 1935 pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 126. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1324/000001.html>. Acesso em 12/06/2015.

Temos, desse modo, uma percepção da atuação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres em uma esfera mais nacional. Mas a estrutura organizacional da SAAT também se dava nos estados brasileiros, com a fundação de núcleos estaduais. No Rio Grande do Sul, a fundação do núcleo estadual se deu em 1936, tendo como responsável pela sua implantação o advogado Carlos de Souza Moraes. Para a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, uma das principais áreas em que deveriam atuar era na educação. Conforme entrevista que concedeu ao jornal *Diário de Notícias* quando da fundação no núcleo estadual da SAAT, Carlos de Souza Moraes afirma que

constitui para todo o “torreano” um grande pesadelo ver-se, na zona colonial do nosso Estado escolas perfeitamente aparelhadas e com apreciável frequência infantil, onde é ministrado o ensino primário e até mesmo complementar, em língua estrangeira. Essas crianças, não raro, crescem e ganham a maioria sem conhecerem mesmo o idioma da terra onde nasceram. O nosso idioma é tão ignorado nessas zonas que, muitas vezes, os filhos de colonos, ao atingirem a maioria, são chamados a servir nas colunas do Exército Nacional, sem ao menos poderem pronunciar nem uma palavra em português (*Diário de Notícias*, 27/03/1936, p. 03.).

Dentro do discurso ideológico da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, outro elemento digno de profundo debate era a *política de miscigenação*. Para alguns integrantes dessa sociedade, como Oliveira Vianna, a miscigenação deveria levar a uma evolução social brasileira, com o branqueamento da população. Na sua percepção eugênica, deveria haver critérios para que determinados grupos étnicos contribuíssem para a criação de um tipo nacional brasileiro sem características oriundas de negros e indígenas. A percepção de Oliveira Vianna e de outros pensadores sobre os *tipos ideais* de imigrantes desejados para essa empresa foram a base da ação política da Comissão de Imigração.

Aqui apontaremos as definições que Oliveira Vianna indica sobre os *imigrantes desejados* de uma forma mais geral, pois a

questão será retomada posteriormente, ao analisarmos a obra *Raça e Assimilação*. Para Oliveira Vianna, assim como para outros membros da Comissão de Imigração e da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, os imigrantes brancos que deveriam ser aceitos pela política nacional de imigração eram aqueles que poderiam ser mais facilmente assimilados pela sociedade brasileira. Nesse caso, uma escolha mais acertada recairia sobre portugueses, espanhóis e italianos. Outros grupos étnicos brancos, como alemães, por exemplo, eram vistos como não desejáveis e recomendáveis, pois sua assimilação era difícil e se mantinham isolados, como os quistos étnicos vistos no Sul do Brasil, conforme descreve Oliveira Vianna no artigo *Os imigrantes germânicos e eslavos e sua caracterização antropológica*, publicado na Revista de Imigração e Colonização em janeiro de 1940.

Essa assertiva ideológica de Oliveira Vianna e de outros membros da SAAT se fariam presentes nas ações da Comissão de Imigração e, posteriormente, no Conselho de Imigração e Colonização, criado em 1938 pelo Estado Novo, tendo em Oliveira Vianna seu principal mentor. Se, por um lado, grupos étnicos brancos, como alemães e eslavos, eram vistos como não recomendáveis, outros grupos eram classificados como totalmente indesejáveis. Era o caso de japoneses, sírio-libaneses, mongóis, judeus, entre outros.

Dentro da esfera estadual e local, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres tentou se aproximar das autoridades, para, conforme intenção de seus líderes, colaborar para uma execução profícua do projeto do Estado Novo, principalmente em relação à Campanha de Nacionalização. Com a queda de Flores da Cunha e com a nomeação de Daltro Filho para a interventoria federal em 1937, assim como com a nomeação posterior do coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, em março de 1938, esse grupo busca lograr um espaço mais amplo de ação política, tendo em vista seu alinhamento ideológico com o regime estadonovista.

## **4.2 Mudanças no cenário político hamburguense (ou a fase dos “homens de farda”): os governos nomeados do coronel José Gomes Ferreira (1930-1934) e do capitão Alencastro Braga de Menezes (1934-1935)**

Nem o libertador Guilherme Becker, nem o republicano Henrique Alberto Steigleder. O nome escolhido para governar Novo Hamburgo veio de uma determinação superior do novo governante do Rio Grande do Sul, general José Antônio Flores da Cunha. A decisão recai sobre alguém sem vínculos com o ambiente político local, sendo escolhido um militar da alta hierarquia da Brigada Militar: o coronel José Gomes Ferreira.

Filho de Manoel Gomes Ferreira e de Rita de Cássia Ferreira, José Gomes Ferreira<sup>12</sup> era natural de Porto Alegre, nascido no dia 26 de junho de 1872. Nesta mesma cidade, iniciou seus estudos. Em abril de 1893, aos 21 anos de idade, foi incorporado à Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, ingressando no 1º Regimento da Cavalaria. A Brigada Militar foi criada em outubro de 1892,<sup>13</sup> pelo então presidente do Estado, Fernando Fernandes Abbott. Já em 1893, a Brigada Militar estaria envolvida em um intenso conflito armado: a Guerra Civil de 1893, que se estenderia até 1895, colocando em lados opostos republicanos, liderados por Júlio de Castilhos, e federalistas, sob o comando de Gaspar da Silveira Martins.

Promovido ainda em 1892 ao posto de 2º sargento, José Gomes Ferreira participou de ações militares em Pelotas, Piratini, Cerro Chato e Rio Grande. Nesta cidade, o batalhão que integrava ficou responsável pela sua defesa, diante do bombardeio

---

<sup>12</sup> Informações pesquisadas em Memorial do Legislativo da Câmara de Vereadores de Bagé. Disponível em: <http://www.camvbage.rs.gov.br/>, acesso em 02/08/2013.

<sup>13</sup> Antes de receber essa denominação, a Brigada Militar recebera outros nomes, como Força Policial (entre 1837 e 1841), Corpo Policial (entre 1841 e 1873), novamente Força Policial (entre 1873 e 1889), Guarda Cívica (em 1889), Corpo Policial (entre 1889 e 1892) e, finalmente, Brigada Militar, em 1892, quando também passou por um processo de reestruturação.

protagonizado pela esquadrilha revoltosa comandada pelo almirante Eduardo Wandenkolk, que tentava tomar o poder da cidade, em 7 de julho de 1893.

Já sob comando do coronel Joaquim Pastelão Telles de Queiroz, viajou para Santa Maria, em agosto de 1894, a fim de evitar que as forças do comandante maragato Gumercindo Saraiva se unissem com as tropas lideradas por Dinarte Dorneles. Tomou parte na batalha ocorrida no dia 10 de agosto, próximo do arroio Carovi, onde hoje está o atual município de Santiago, na qual fora morto Gumercindo Saraiva.

Obtendo reconhecimento pelos serviços prestados às forças legalistas, recebeu de Júlio de Castilhos, em janeiro de 1896, o título de Alferes, sendo no ano seguinte nomeado Instrutor de Recrutadas e incorporando-se ao 3º Corpo Provisório de Cavalaria da Brigada em São Luiz Gonzaga. Foi nomeado secretário efetivo de seu batalhão, cargo que desempenhou de 22 de novembro de 1897 a 15 de dezembro de 1908. Após obter o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, foi nomeado, em abril de 1912, auditor da Brigada Militar. Em 30 de novembro de 1912, José Gomes Ferreira contrai matrimônio com Maria de Freitas Ferreira.

Por determinação do governo do Rio Grande do Sul, então presidido por Carlos Barbosa Gonçalves, é nomeado em 2 de outubro de 1912 para ocupar o cargo de intendente provisório de Dom Pedrito, função que exerceu até 19 de fevereiro de 1913, concomitante com o cargo de delegado de Polícia daquele município.

Recebendo a patente de capitão, exerceu por algum tempo o lugar de Ajudante de Ordens do Vice-Presidente do Estado, general Salvador Aires Pinheiro Machado (irmão do senador José Gomes Pinheiro Machado), que naquele momento estava à frente do Executivo estadual, por conta do afastamento de Borges de Medeiros devido a problemas de saúde, entre 1915 e 1916. Em 1926 é promovido ao posto de tenente-coronel. Recebeu também a designação para ocupar o encargo de Assistente de Pessoal do

Comandante-Geral da Brigada Militar, coronel Claudino Nunes Pereira.

Em 20 de setembro de 1928, recebeu novamente a nomeação para ocupar provisoriamente a Intendência de Dom Pedrito, exercendo a função até 23 de novembro do mesmo ano. Estava em missão no município de Cacequi quando, em Bagé, ocorre a renúncia do governo municipal. É nomeado intendente de Bagé, exercendo o cargo entre 12 de dezembro de 1929 a 3 de março de 1930.

Deflagrado o golpe de 3 de outubro de 1930, que levaria Getúlio Vargas ao Executivo federal, o tenente-coronel José Gomes Ferreira, auxiliar direto do coronel Claudino Nunes Pereira, apoiou as forças que tomaram o poder. Em dezembro de 1930, é nomeado prefeito de Novo Hamburgo, assumindo a função em 14 de dezembro daquele ano. No dia 15 de janeiro de 1931, José Gomes Ferreira é promovido ao posto de coronel da Brigada Militar.

Ao assumir o governo de Novo Hamburgo, José Gomes Ferreira encontrou um ambiente político marcado por dois grupos fragilizados e que, ao mesmo tempo, ainda não tinham noção exata dos rumos que seriam dados e que estratégias deveriam adotar. Administrativamente, o governo do coronel José Gomes Ferreira buscou estruturar os serviços necessários para o bom funcionamento do município, assim como tomar medidas para equilibrar as finanças, ainda tendo em vista as consequências da crise econômica mundial de 1929. Também criou as três primeiras escolas municipais de Novo Hamburgo, localizadas onde hoje ficam os bairros Rincão, Rondônia e Canudos. Também concluiu a abertura da avenida que, em 1936, passou a ser denominada Pedro Adams Filho.

Uma das informações que obtivemos sobre José Gomes Ferreira e sua relação social e política com algumas lideranças hamburguenses provém de sua participação na maçonaria local. Conforme Carlos Dienstbach, que escreveu uma obra em quatro

volumes sobre a maçonaria no Rio Grande do Sul,<sup>14</sup> o coronel José Gomes Ferreira era membro do Triangulo Labor Silencioso, em Novo Hamburgo. As reuniões do grupo aconteciam no Hotel Esplêndido, localizado em Hamburgo Velho, que pertencera à família de Jacob Kroeff Neto. José Gomes Ferreira era conhecido dentro da maçonaria pelo pseudônimo “Kardec”. Também integravam o mesmo grupo maçônico Guilherme Ludwig, conhecido por “Parsifal”, major André Kilpp, chamado de “Hiram”, Alfredo Marotzky, de alcunha “Hermes”, Carlos Dienstbach, chamado “Salomão”, entre outros. Como visto nos capítulos anteriores, do grupo citado, temos dois republicanos, André Kilpp e Carlos Dienstbach, sendo o primeiro católico e o segundo evangélico-luterano, um libertador, Guilherme Ludwig, evangélico-luterano, e um integralista, Alfredo Marotzky, católico, ex-integrante do Partido Libertador. Esse vínculo com lideranças libertadoras e republicanas, que também representavam os católicos e evangélico-luteranos hamburguenses, parece ter sido importante para a formação de alguns quadros políticos durante sua administração.

Em 1931, encontramos referências<sup>15</sup> que João Wendelino Hennemann Filho, tesoureiro da Prefeitura de Novo Hamburgo desde os primeiros dias da gestão de Leopoldo Petry, fora mantido no cargo. Sua substituição ocorrera apenas em 1932, quando foi nomeado para seu lugar Albano Egidio Feltes. Este, por sua vez, era casado com Hedwiges Martins, filha do republicano José João Martins. De todo modo, alguém de confiança do líder republicano local fora designado para importante cargo da máquina pública municipal.

Com a instalação do Governo Provisório em 1930, as Assembleias Legislativas e os Conselhos Municipais foram

---

<sup>14</sup> Carlos Dienstbach, filho do líder emancipacionista hamburguense de mesmo nome, foi membro da maçonaria, exercendo diversos cargos dentro da instituição. A obra que consultamos foi: DIENSTBACH, Carlos. *A Maçonaria Gaúcha*. Volume 2. Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 1993. p. 370-372.

<sup>15</sup> *Jornal O 5 de Abril*, Ano V, n. 24, 09/10/1931, p. 2.

fechados. Para substituí-los, tanto em nível estadual como nos municípios, foram criados os Conselhos Consultivos. Em Novo Hamburgo, ainda em 1931, foram nomeados para integrar o respectivo conselho: Guilherme Ludwig, José João Martins e João Eduíno Brodbeck. A escolha desses nomes não parece ter sido aleatória. Guilherme Ludwig, embora tenha ao seu lado, como lideranças libertadoras em Novo Hamburgo, seu genro Guilherme Becker e Guilherme Leopoldo Vielitz, então presidente do diretório local, ainda tinha grande influência entre seu grupo político. Além do mais, tinha também autoridade dentro da comunidade evangélico-luterana de Novo Hamburgo. Quanto a José João Martins, este ainda ocupava naquele momento o cargo de chefe do diretório republicano hamburguense e tinha forte representatividade entre os católicos locais. João Eduíno Brodbeck fora presidente do Conselho Municipal entre 1927 e 1930, além de integrar a Comissão Executiva local do Partido Republicano Rio-grandense ao lado de José João Martins. Buscando aproximar-se dos dois principais grupos políticos de Novo Hamburgo naquele momento, nomeando seus principais líderes para auxiliarem na administração municipal, o coronel José Gomes Ferreira tentava criar uma base mais sólida para garantir a sustentabilidade política e, ao mesmo tempo, econômica de sua gestão. Compreendeu que, dentro da dinâmica política local, as negociações e o estabelecimento de vínculos relacionais eram imprescindíveis.

Com a criação, em 1932, do Partido Republicano Liberal no Rio Grande do Sul, iniciam as articulações para a fundação dos diretórios municipais. Sobre a criação do partido em Novo Hamburgo, infelizmente não encontramos informações mais sólidas. Não foi possível averiguar se ocorrera neste município processo semelhante ao que ocorrera em São Leopoldo (sede e distritos), onde lideranças libertadoras e, principalmente, republicanas aderiram ao partido governista. No caso leopoldense, o prefeito de então, major Theodomiro Porto da Fonseca, assim como o vice-intendente, Frederico Wolffenbüttel, deixam as fileiras republicanas para

ingressarem no partido do governador Flores da Cunha. Nos distritos ocorre o mesmo processo. Em Campo Bom, Gustavo Vetter, ex-conselheiro municipal, ingressa no Partido Republicano Liberal, assim como Vicente Hennemann, do distrito de Dois Irmãos, que integrara o Conselho Municipal no mesmo período que o representante campobonense. Foram esses os conselheiros que, em 1925, emitiram um parecer contrário à emancipação de Novo Hamburgo, que fora aprovado pelos demais membros do conselho, exceto Pedro Adams Filho. Essa mudança partidária pode ser entendida como uma jogada de conveniência, na qual os agentes políticos adequaram suas ações conforme as necessidades do momento, articulando-se da forma que possa melhor atender seus objetivos ou os do grupo ao qual estão inseridos.

Em Novo Hamburgo, encontramos uma publicação no jornal *O 5 de Abril*, datada de 1933,<sup>16</sup> com uma pequena nota informando a fundação do Grêmio Liberal Flores da Cunha, vinculado ao Partido Republicano Liberal hamburguense. Também não obtivemos maiores informações sobre os integrantes locais do partido. Entre os membros, podemos destacar o empresário Ângelo Benito Provenzano, proprietário do Matadouro Provenzano,<sup>17</sup> localizado próximo ao antigo Matadouro Kroeff, em Novo Hamburgo.

De forma geral, ao analisarmos as publicações políticas do jornal *O 5 de Abril* no período entre 1931 e 1935, percebemos que este vinculava poucas informações sobre o Partido Libertador e sobre o Partido Republicano Liberal. Sobre esse aspecto, podemos aventar duas possibilidades: 1) a vinculação que o jornal ainda tem com Leopoldo Petry, que mesmo com certo distanciamento, ainda se mantém fiel ao Partido Republicano Rio-grandense – que tem um número maior de notícias publicadas –, ou 2) a participação do

---

<sup>16</sup> *Jornal O 5 de Abril*, Ano VII, n. 26, 17/10/1933, p. 2.

<sup>17</sup> Atual bairro Ouro Branco. O nome desse bairro tem origem no frigorífico que comprou o Matadouro Provenzano. Com o encerramento das atividades do frigorífico, as terras onde estava instalado foram loteadas, dando origem ao bairro.

diretor do jornal, Werner Behrend, no núcleo integralista de Novo Hamburgo, o que pode ter interferido na divulgação político-partidária em seu jornal.

Em outubro de 1934, dois meses antes de completar quatro anos à frente do governo municipal de Novo Hamburgo, o coronel José Gomes Ferreira é substituído no cargo de prefeito. Para seu lugar, é nomeado também um integrante da Brigada Militar: o capitão Alencastro Braga de Menezes. Após deixar a Prefeitura de Novo Hamburgo, o coronel José Gomes Ferreira passou para a reserva da Brigada Militar, depois de 40 anos de trabalho na instituição. Faleceu em Porto Alegre, no dia 24 de agosto de 1946.

Alencastro Braga de Menezes, o novo governante hamburguense, nasceu na cidade de Rosário do Sul, em 15 de fevereiro de 1899. Era filho de José Gomes de Menezes e Maria Braga de Menezes. Iniciou sua carreira na Brigada Militar em 1916, ainda em Rosário do Sul. No ano seguinte, transferiu-se para Porto Alegre.

Participou da guerra civil de 1923 no Rio Grande do Sul, servindo as tropas legalistas. Foi ajudante-de-ordem do coronel Claudino Nunes Pereira, além de ter sido auxiliar imediato das forças governistas lideradas por Flores da Cunha. Após o fim do conflito, passou a integrar a Escolta Presidencial da Brigada Militar,<sup>18</sup> na função de secretário. Posteriormente, foi nomeado comandante desse regimento, cargo que ocupou até meados de 1930.

No final de setembro de 1930, recebeu o convite do general Flores da Cunha para assumir o comando da Guarda Civil, com finalidade de apoiar o ataque ao Quartel-General da 3ª Região Militar do Exército, naquele momento chefiado pelo general Gil Antônio Dias de Almeida. Aceitando o convite, assumiu a liderança desse grupo, que, na tarde de 3 de outubro de 1930, invadiu e dominou o quartel, dando início ao movimento que ficou conhecido como Revolução de 1930. O comando geral do movimento, em Porto Alegre, esteve a

---

<sup>18</sup> Destacamento da Brigada Militar responsável pela guarda do presidente do Estado e do Palácio Piratini, fundada em 1916. Atualmente é denominada 4º Regimento de Polícia Montada “Bento Gonçalves”.

cargo do general Flores da Cunha e de Oswaldo Aranha. Com a vitória do movimento, é efetivado no comando da Guarda Civil. Posteriormente, ocupou o cargo de delegado de Polícia em Venâncio Aires e Palmeira das Missões. Também ocupou interinamente a função de prefeito do município de Tapes. Chegou ao posto de coronel da Brigada Militar. Faleceu em 2 abril de 1982, aos 83 anos de idade, em Porto Alegre.

Capitão Alencastro Braga de Menezes assumiu a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo em 25 de outubro de 1934. Administrou a cidade até 1º de setembro de 1935, ou seja, pouco mais de dez meses. Embora não tenhamos bases mais concretas para afirmar os reais motivos que levam o governo estadual a nomeá-lo para o governo hamburguense, é plausível considerar que a escolha de Alencastro Braga de Menezes será resultado da conjuntura política estadual naquele momento. O governador Flores da Cunha vinha enfrentando uma sistemática oposição por parte da Frente Única Gaúcha. Não obstante, a nova constituição federal, promulgada em 1934, previa eleições para as Assembleias Legislativas estaduais e, posteriormente, que estas assembleias elegeassem, de modo indireto, os governadores estaduais. O general Flores da Cunha tinha pretensões de continuar no governo do Rio Grande do Sul. Para isso, era necessário fortalecer seu partido político, o Partido Republicano Liberal, visando eleger um número de deputados que garantissem sua permanência no poder. E para fortalecimento do partido, era necessário articular os diretórios municipais. Nesse sentido, a nomeação de prefeitos que fossem de sua confiança constituía um elemento importante nesse arranjo político. E o capitão Alencastro Braga de Menezes era um homem de confiança de Flores da Cunha desde os tempos da guerra civil de 1923.

Embora com poucas informações, acreditamos que, em Novo Hamburgo, o diretório do Partido Republicano Liberal tivesse uma força política ainda sem maiores expressões. Por conta disso, uma das funções de Alencastro Braga de Menezes era fortalecer o diretório local. Concomitantemente, não foi possível averiguar

quais relações foram estabelecidas entre o prefeito e as lideranças católicas e evangélico-luteranas hamburguenses. Contudo, há indícios aceitáveis de que ele tenha se aproximado mais do grupo católico. Conforme as pesquisas de Marcos de Almeida Saul (1988, p. 40) sobre o operariado e a formação dos sindicatos em Novo Hamburgo, em 1935, o prefeito Alencastro Braga de Menezes deu pleno apoio para a fundação do Círculo Operário local, entidade vinculada com a Igreja Católica, cuja atuação em Novo Hamburgo foi bastante expressiva.

Sobre o diretório do Partido Republicano Liberal em Novo Hamburgo, algumas de suas lideranças expoentes eram Pedro Schneider, empresário do setor calçadista, e Ângelo Benito Provenzano. E foi este nome escolhido por Flores da Cunha para substituir o capitão Alencastro Braga de Menezes como prefeito municipal, tomando posse em 4 de setembro de 1935.

#### **4.3 Novos partidos, novas lideranças e disputas no jogo do poder: o processo eleitoral de 1935 e o governo de Ângelo Benito Provenzano (1935-1937)**

Ângelo Benito Provenzano,<sup>19</sup> nascido em Porto Alegre, no dia 27 de março de 1893, era filho de Maria e Francisco Provenzano. Seu pai era um importante comerciante da capital, possuindo uma fiabreria e um café no Mercado Público, além do matadouro localizado em Novo Hamburgo. Além disso, Francisco Provenzano integrava a sociedade local porto-alegrense, sendo sócio de alguns clubes, principalmente os de origem italiana.<sup>20</sup> Formado em engenharia, Ângelo Provenzano assumiu também a direção do Matadouro Provenzano, que fornecia carne para abastecimento do

---

<sup>19</sup> Assim como de seus antecessores, são poucas as informações que encontramos sobre a trajetória política, social e familiar de Ângelo Provenzano.

<sup>20</sup> Para maiores informações, ver: CONEDERA, Leonardo de Oliveira. *Da ilha do sul para a capital do sul: imigrantes sicilianos na sociedade porto-alegrense (1875-1920)*. Porto Alegre, 2009. Monografia [Graduação em História]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2009.

mercado de Porto Alegre, além de couro, utilizado nos curtumes e indústrias calçadistas da região de Novo Hamburgo e São Leopoldo.

A nomeação de Ângelo Provenzano para a Prefeitura de Novo Hamburgo ocorreu poucas semanas antes das eleições municipais para prefeito e vereadores, marcada para 17 de novembro de 1935. No caso hamburguense, as articulações políticas uniram o Partido Libertador e o Partido Republicano Rio-grandense, ainda coligados da Frente Única Gaúcha, e o Partido Republicano Liberal. Por esse acordo, a indicação do prefeito ficaria a cargo do Partido Republicano Liberal, que também indicaria dois nomes para a Câmara de Vereadores. A Frente Única Gaúcha, por sua vez, indicaria cinco nomes como candidatos a vereadores. Uma publicação no jornal *O 5 de Abril*,<sup>21</sup> assinada por Pedro Schneider, em nome do Partido Republicano Liberal, e por Albino Ludwig, representando a Frente Única Gaúcha, anunciam ao eleitorado hamburguense o estabelecimento deste acordo político.

Ao analisarmos a relação estabelecida entre os três partidos políticos, percebemos que as articulações devem ter iniciado em momento anterior à nomeação de Ângelo Provenzano para o cargo de prefeito. Provavelmente, as tratativas devem ter iniciado ainda sob ação de Alencastro Braga de Menezes. Neste caso, a nomeação de Ângelo Provenzano não fora apenas uma determinação de ordem superior, importada pelo governo estadual, mas foi resultado, primeiramente, de uma má negociação local, posteriormente referendada pelo governador Flores da Cunha. Desse modo, evidencia-se a importância dos arranjos e das estratégias locais para garantir não apenas a participação política de determinados grupos, mas também para garantir ao governo estadual estabilidade e apoio.

---

<sup>21</sup>Jornal *O 5 de Abril*, Ano IX, n.25, 18/10/1935, p. 3.

Em nova publicação do jornal *O 5 de Abril*, datada de 18 de outubro de 1935,<sup>22</sup> Guilherme Leopoldo Vielitz, presidente do diretório local do Partido Libertador, pediu que fosse publicada a lista de nomes lembrados, em reunião da Frente Única Gaúcha, para comporem a chapa da coligação aos cargos de vereadores. Os nomes listados eram: Guilherme Ludwig, Carlos Korndörfer, Guilherme Becker, Carlos Germano Bürckle, Ernesto von der Heyde, Arno Poisl, João Allgayer Filho, Adão Adolfo Schmitt, Emilio Streb, Adriano Bender, Guilherme Leopoldo Vielitz, Djalmo Klaser, Benno Schütz, Germano Friedrich, João Henrique Biondi, Carlos Barth, Wendelino Klaser, Oscar Jung, Hugo Benno Diefenbach, Henrique Strassburger, Werner Momberger, C. H. Ernesto Richter, Pedro Mentz Sobrinho, Adelino Mueller, A. H. Leopoldo Engel, Carlos Klein Filho, A. Hugo Lipp, Albino Schröer, Waldomiro Mayer, Frederico Guilherme Grovermann e Leopoldo Petry.

Ao observarmos a nominata dos indicados, percebemos que o nome de alguns republicanos históricos não constam nessa lista. É o caso de José João Martins, Ervino João Schmidt, Pedro Alles, Alberto Mosmann, Norberto Lichtler, entre outros. Por outro lado, alguns nomes que até então estavam afastados do ambiente político são mencionados, como o caso de Leopoldo Petry. Tanto que, em 1936, ele assume a chefia do diretório republicano de Novo Hamburgo. O acordo político entre a Frente Única Gaúcha e o Partido Republicano Liberal causou uma divisão interna no Partido Republicano Rio-grandense local, causando o afastamento de um grupo influente, que discordava da união política entre os partidos, assim como o não lançamento de um nome republicano para o cargo de prefeito municipal. O grupo dissidente, representado por Alberto Mosmann e Ervino João Schmidt, publica em 25 de outubro do mesmo ano,<sup>23</sup> uma nota no jornal *O 5 de abril*, acusando os libertadores Guilherme Leopoldo Vielitz e Guilherme

---

<sup>22</sup>Jornal *O 5 de Abril*, Ano IX, n.25, 18/10/1935, p. 2.

<sup>23</sup>Jornal *O 5 de Abril*, Ano IX, n.26, 25/10/1935, p. 3.

Ludwig de inventarem boatos e de os mencionarem como responsáveis. Não foi possível verificar o teor desses boatos, mas tudo indica que estejam relacionados com a dissidência republicana, na qual Alberto Mosmann e Ervino João Schmidt tomaram parte. Os atritos entre os dissidentes republicanos e a coligação Partido Republicano Liberal/Frente Única Gaúcha resultaram na formação de uma nova organização política local: o Partido Popular de Novo Hamburgo.

Dentre os membros do Partido Popular de Novo Hamburgo, podem ser citados: José Luiz Alles, João Batista Jaeger, Arnaldo Grin, Reinaldo Eismann, Frederico Berlitz, Guilherme Streb, Antonio Roberto Lipp, Bertholdo Rech, Alberto Mosmann, João Walter Rick, Armindo Strassburger, Oswino Momberger, Albino Momberger, Henrique Schneider, João Wendelino Hennemann Filho, Syrio Brenner, Ervino João Schmidt, Leonardo Alles, entre outros. A Comissão Central do Partido Popular de Novo Hamburgo era composta por: Athaliba Juchem, Norberto Lichtler, Carlos Momberger, C. Oscar Korndörfer, Aldino Selbach, Francisco R. Froelich, Carlos Engel Filho e Pedro Alles.<sup>24</sup> Em outubro de 1935, foram escolhidos como candidatos populares: José João Martins, para prefeito, tendo como candidatos a vereadores Adolfo Jaeger, Arthur Einsfeld, Carlos Conrado Grun, Frederico Arno Hammer, Affonso Eugênio Schwan, Urbano Schwan e Samuel Dietschi.

Enquanto isso, a coligação Partido Republicano Liberal – Frente Única Gaúcha indicou os seguintes candidatos: para prefeito, referendado o nome de Ângelo Provenzano. Para vereadores, a escolha recaiu sobre Pedro Schneider, Guilherme Becker, Guilherme Leopoldo Vielitz, Arno Poisl, Jardelino Petersen, João Allgayer Filho e Wendelino Klaser. Mas, além dos candidatos oficiais e dissidentes, um terceiro grupo se articulou para concorrer ao pleito municipal de novembro de 1935: os integralistas.

---

<sup>24</sup> *Jornal O 5 de Abril*, Ano IX, n.25, 18/10/1935, p. 3.

O núcleo hamburguense da Ação Integralista Brasileira, fundado pouco mais de um ano antes da data das eleições, em consonância com uma solicitação da chefia nacional da organização, decidiu indicar candidatos a prefeito e vereadores. O candidato a chefia do executivo hamburguense fora Wolfram Metzler, chefe do núcleo integralista hamburguense, que também se candidatou a vereador. Os demais candidatos integralistas foram Willibaldo Diehl, José Frederico Becker, Alfredo Marotzky, João Abílio Becker, Oscar Oswaldo Kayser e Plínio Arlindo de Moura.

Realizado o pleito eleitoral em 17 de novembro de 1935, o resultado das urnas deu vitória ao candidato Ângelo Provenzano, ficando em segundo lugar José João Martins, seguido de Wolfram Metzler. Para vereadores, foram eleitos Guilherme Becker, Guilherme Leopoldo Vielitz, João Allgayer Filho, Pedro Schneider, Wolfram Metzler, Samuel Dietschi e Adolfo Jaeger. Analisando a composição da Câmara de Vereadores, os integralistas conseguiram realizar parte de seu projeto, elegendo seu principal líder no município. Ao mesmo tempo, com Guilherme Leopoldo Vielitz eleito, os católicos locais passaram a ter um representante bastante engajado atuando diretamente no poder legislativo. A dissidência popular também obteve espaço no legislativo, com a representação de Adolfo Jaeger, católico, e Samuel Dietschi, evangélico-luterano. Quanto aos candidatos oficiais, o partido situacionista elegeu um vereador, Pedro Schneider. Os demais eleitos representavam o Partido Libertador, com o evangélico-luterano Guilherme Becker e os católicos João Allgayer Filho e Guilherme Leopoldo Vielitz. Os evangélico-luteranos de Novo Hamburgo, assim como os católicos, passaram a contar com uma representatividade importante, tendo em vista a liderança de Guilherme Becker dentro dessa comunidade.

Quanto ao Partido Republicano Rio-grandense, o esfacelamento interno contribuiu significativamente para que os republicanos perdessem espaço. Os nomes indicados pelo partido, Wendelino Klazer, Arno Poisl e Jardelino Petersen, não tinham a

mesma expressão política que muitos dos dissidentes, que fundaram o Partido Popular de Novo Hamburgo. Diante dessa conjuntura desfavorável, os republicanos teriam que definir novas estratégias para se rearticular e buscarem retomar o espaço político local. Parte dessa estratégia foi reconduzir Leopoldo Petry, em 1936, à direção do partido. O enfraquecimento do Partido Republicano Rio-grandense pôde ser sentido também em São Leopoldo. Todos os vereadores eleitos, assim como o prefeito, major Theodomiro Porto da Fonseca, pertenciam ao Partido Republicano Liberal. A fragilização da força política republicana em São Leopoldo, conforme apontamos anteriormente neste capítulo, estava relacionada diretamente com a mudança de seus principais líderes para o partido situacionista estadual. No caso de Novo Hamburgo, esse fenômeno não ocorrera. Tanto que os republicanos locais, justamente por não concordarem com uma aproximação tão estreita com o Partido Republicano Liberal, decidiram formar uma dissidência e constituir uma nova agremiação política.

Politicamente, Ângelo Provenzano buscou governar Novo Hamburgo mantendo uma relação equilibrada com os grupos políticos existentes no município, evitando interferir nos assuntos partidários. Uma das estratégias adotadas pelo prefeito hamburguense foi obter apoio a partir de medidas de ordem econômica. Durante sua gestão, Ângelo Provenzano incentivou a indústria e o comércio local. Por conta disso, acabou recebendo apoio de uma parte considerável do empresariado local, fornecendo-lhe uma base política para conseguir se manter no poder.

Com a agitação política se acirrando em nível estadual em 1937, os reflexos das disputas entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha começam a se manifestar nos municípios da região. Em São Leopoldo, até outubro de 1936, o prefeito Theodomiro Porto da Fonseca jurava obediência ao governador do Rio Grande do Sul.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Fundo Theodomiro Porto da Fonseca – Caixa 02 – Correspondência de Theodomiro Porto da Fonseca ao Diretório Executivo estadual do Partido Republicano Liberal.

Em março de 1937, em manifestação pública através da imprensa,<sup>26</sup> passa a declarar seu apoio irrestrito ao presidente Getúlio Vargas, rompendo com Flores da Cunha. De fato, em maio de 1937, conforme René Gertz (2005a, p. 24), Theodomiro Porto da Fonseca foi expulso do Partido Republicano Liberal, juntamente com Paulo Westphalen e Oscar Germani, respectivamente prefeitos de Palmeira das Missões e Santa Rosa. Ângelo Provenzano, por sua vez, se manteve fiel ao governador Flores da Cunha.

Com a renúncia de Flores da Cunha em 17 de outubro de 1937 e com a nomeação do general Daltro Filho para o governo estadual, ocorrem mudanças também nas administrações municipais. De forma geral, os prefeitos que permaneceram favoráveis ao ex-governador sul-rio-grandense foram afastados do cargo. Os que, em determinado momento, romperam com Flores da Cunha e passaram para a oposição foram mantidos. Este foi o caso de Theodomiro Porto da Fonseca em São Leopoldo.<sup>27</sup> Em Novo Hamburgo, Ângelo Provenzano é destituído do cargo de prefeito em dezembro de 1937. Para seu lugar, é nomeado Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro. A Câmara de Vereadores, assim como nos demais municípios brasileiros, além das assembleias legislativas estaduais e do Congresso Nacional, é fechada e seus membros perdem também os cargos. Os partidos políticos são proibidos no Brasil. Diante desse novo cenário, os antigos grupos políticos, sejam eles estaduais, sejam locais, precisaram novamente se reestruturar e definir quais rumos seguiriam a partir daquele momento.

---

<sup>26</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Fundo Theodomiro Porto da Fonseca – Caixa 02 – Manifestação de Theodomiro Porto da Fonseca em apoio ao presidente Getúlio Vargas.

<sup>27</sup> Cabe destacar que esse procedimento não foi uma regra. René Gertz (2005a, p. 24) lembra que Oscar Germani, em Santa Rosa, mesmo rompendo com Flores da Cunha, foi afastado do cargo pelas autoridades do Estado Novo. Também é necessário, para se analisar estas situações, compreender os fatores políticos locais e outros componentes que interferiram no gerenciamento das administrações municipais desse período, como fatores étnicos ou vinculação com ideias destoantes da nova ordem nacional. No caso de Oscar Germani, por exemplo, pesavam as acusações de ser um germanista.



**“Não vim para trazer a paz, mas sim a espada”:  
a grande guerra, o nacionalismo brasileiro  
e as novas configurações políticas, religiosas  
e estratégicas em nível estadual e regional  
(1937 -1945)**

Não devemos hostilizar os elementos alemães ou italianos que aqui honestamente trabalham, ajudando-nos a construir a grandeza material de nossa Pátria, não dando quartel, entretanto, aos agitadores de qualquer origem a soldo de ideologias extremistas (Coronel Oswaldo Cordeiro de Farias).<sup>1</sup>

O início da década de 1940 marca uma série de mudanças em nível nacional, regional e local. Nacionalmente, temos o início de um afastamento diplomático do Brasil em relação à Alemanha, Itália e Japão, fato que seria efetivado em janeiro de 1942. Mesmo assim, a prática do governo de Getúlio Vargas se aproximava dos governos que estavam à frente dos países do Eixo. Isso causava preocupação nos Estados Unidos, que viam a possibilidade de o Brasil apoiar os regimes totalitários, transformando-se em um aliado nazi-fascista na América.

Por outro lado, as relações diplomáticas e econômicas do Brasil com os Estados Unidos se tornam mais estreitas, inclusive com a concessão de empréstimos por parte do governo estadunidense para a construção da usina de Volta Redonda, visando à ampliação industrial

---

<sup>1</sup> Discurso do interventor federal do Rio Grande do Sul, coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, publicado no jornal *O 5 de Abril*, Ano XVI, 24/04/1942, nº 4, p. 01 (Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo).

brasileira. Essa relação de indefinição prossegue até 1941, quando o Brasil, pressionado pelos Estados Unidos, inicia o rompimento formal com os países do Eixo, estabelecendo um pacto concreto com os aliados, ou seja, Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética. Além de romper diplomaticamente, em janeiro de 1941, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo a partir de 1942, efetivando o envio de forças militares para a Europa em 1943.

Por conta dessas mudanças em nível nacional, ocorrem significativas mudanças em nível estadual. A Campanha de Nacionalização, em curso desde 1938, toma contornos mais repressivos, pois além de se tornarem mais incisivas as ações no âmbito educacional, com uma fiscalização mais rígida, se tornam mais acentuadas as ações policiais. As prisões, principalmente nas áreas de colonização alemã, se tornam mais constantes. Dentre os presos, a maioria é de membros do Sínodo Rio-grandense, embora tenham ocorrido casos envolvendo católicos. Os conflitos de caráter étnico, ideológico e religioso, envolvendo as autoridades governamentais e as lideranças religiosas e políticas locais, se tornam mais intensas.

Isso se reflete, por exemplo, nas relações entre as autoridades municipais de Novo Hamburgo e as lideranças católicas e evangélico-luteranas locais. Por sua vez, um dos principais cenários de conflitos e de negociação política e relacional se dará dentro das instituições escolares. Em decorrência desse aspecto, este capítulo dará uma atenção maior para esta situação e seus desdobramentos.

### **5.1 Imposições políticas, nomeações e outras regras no jogo do poder: os caminhos escolhidos diante de um novo cenário (1937-1943)**

Podem os descendentes de estrangeiros ensinar aos seus filhos a língua dos antepassados? Podem e devem, depois de formada a consciência brasileira deles, através do ensino da língua de 45 milhões dos naturais desta abençoada terra de fartura e liberdade.

Odon Cavalcanti<sup>2</sup>

No dia 9 de maio de 1938, Carlos de Souza Moraes,<sup>3</sup> então secretário da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, escreve uma carta<sup>4</sup> endereçada ao coronel Benjamin Vargas, irmão do presidente da República, Getúlio Vargas. Carlos de Souza Moraes, dois anos antes, em 1936, fora o responsável pela fundação do núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, também conhecida pela sigla SAAT.<sup>5</sup>

Na correspondência, cuja cópia (ou original) não sabemos se efetivamente chegou às mãos de Benjamin Vargas, Carlos de Souza

---

<sup>2</sup> Trecho do discurso proferido por Odon Cavalcanti, prefeito de Novo Hamburgo, em 2 de junho de 1939, quando ocorreu a inauguração do novo prédio da escola da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo. Discurso reproduzido no jornal *O 5 de Abril*, ano XIV, 07/06/1940, nº 10, página 01 (Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo).

<sup>3</sup>Nascido na cidade de Montenegro, no Rio Grande do sul, em 1908, faleceu em São Leopoldo, no mesmo estado, em 2003. Advém de duas famílias tradicionais da região de Montenegro, cujo destaque político fora acentuado no início do período republicano. Seu avô materno, Porfírio Felisberto de Souza, integrou os primeiros governos republicanos de Montenegro e exerceu a liderança do diretório local do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), além de ser homem de confiança de Júlio de Castilhos, presidente do Rio Grande do Sul entre 1893 e 1898 e chefe unipessoal do PRR até seu falecimento, em 1903. O pai de Carlos de Souza Moraes, José Álvaro Pereira de Moraes, foi intendente de Montenegro entre 1900 e 1908 e chefe do diretório local do PRR, tendo a confiança de Borges de Medeiros, que assumiu a chefia do governo estadual em 1898 e a liderança do PRR após a morte de Júlio de Castilhos, em 1903. Carlos de Souza Moraes bacharelou-se em Direito na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (atualmente pertencente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul –UFRGS) em 1933. Posteriormente, exerceu a função de juiz municipal na região de Herval, município localizado na região Sudeste do Rio Grande do Sul. Também residiu em Porto Alegre, onde exerceu a advocacia. Em 1937, é nomeado secretário da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, onde ocupa também, entre 1939 e 1943, o cargo de diretor de Instrução Pública. Também exerce, entre 1938 e 1943, o cargo de diretor do jornal *Correio de São Leopoldo*. Em novembro de 1944 Theodomiro Porto da Fonseca renuncia, após 16 anos, ao cargo de prefeito leopoldense. Para seu lugar, sugere o nome de seu principal colaborador na administração municipal: Carlos de Souza Moraes. A sugestão fora aceita pelas autoridades estaduais e, ainda em novembro de 1944, Carlos de Souza Moraes assume como chefe do executivo de São Leopoldo. Permanece no cargo até 1945, quando, com o fim do Estado Novo, deixa o cargo de prefeito.

<sup>4</sup>A documentação utilizada na escrita deste trabalho faz parte do acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes, doado por seus familiares ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Esta documentação se encontra em fase de catalogação. Por conta disso, ainda não foram conferidas referências específicas aos documentos existentes. Neste trabalho, iremos utilizar as referências provisórias dadas ao material: Coleção Carlos de Souza Moraes. Pasta 115.

<sup>5</sup>Aspectos da criação, do plano ideológico e das ações empreendidas pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres em nível nacional e regional foram abordados no capítulo 4 deste trabalho.

Moraes tecia severas críticas ao prefeito e lideranças políticas do município de Novo Hamburgo. A razão: a tentativa de anexação, por parte da municipalidade hamburguesa, dos distritos de Campo Bom,<sup>6</sup> Padre Eterno<sup>7</sup> e Dois Irmãos,<sup>8</sup> então pertencentes ao município de São Leopoldo.

Mas qual o interesse nessas áreas, que acabam sendo pleiteadas pelos dois municípios e cuja disputa ganha contornos inclusive em uma esfera federal?

Dentre os principais motivos, podemos elencar aspectos geográficos, mas principalmente econômicos e sociopolíticos.

Dois dos distritos leopoldenses faziam divisa com Novo Hamburgo, que até 1940 teria como único município limítrofe São Leopoldo. Eram os distritos de Campo Bom, localizado a leste de Novo Hamburgo e Dois Irmãos, localizado ao norte. Cabe lembrar que até 1926, Campo Bom pertencia ao então 2º Distrito, Novo Hamburgo, tendo seu território desmembrado para formar o 10º Distrito. Em 1938, Campo Bom era o 2º Distrito e Dois Irmãos o 4º Distrito. Além de Campo Bom e Dois Irmãos, Padre Eterno, o 6º Distrito de São Leopoldo, localizado ao nordeste de Dois Irmãos, também estava em disputa. No caso dos três distritos, mas com ênfase maior em Dois Irmãos e Padre Eterno, o acesso com a sede municipal era mais difícil.<sup>9</sup> No caso de Campo Bom, ainda havia a ligação através da viação férrea. Essa dificuldade, por sua vez, fazia

---

<sup>6</sup>Campo Bom emancipou-se de São Leopoldo em 31 de janeiro de 1959, por decreto do então governador do Rio Grande do Sul Ildo Meneghetti.

<sup>7</sup> Até 31 de março de 1938, o nome da localidade chamava-se Boa Vista do Herval. Nesta data, a localidade teve o topônimo alterado para Padre Eterno, por meio do decreto estadual de número 7199. Em 1950 a denominação da localidade passa por nova alteração, passando a se chamar Santa Maria do Herval. Com a emancipação de Dois Irmãos em 1959, a localidade passa a integrar o novo município, desmembrando-se de São Leopoldo. A emancipação de Santa Maria do Herval ocorre em 12 de maio de 1988, por decreto do governador Pedro Jorge Simon.

<sup>8</sup>Dois Irmãos emancipou-se de São Leopoldo em 10 de setembro de 1959, por decreto do governador Leonel de Moura Brizola.

<sup>9</sup>Hoje o principal meio de ligação rodoviária entre a região de Dois Irmãos e Santa Maria do Herval (antigo Padre Eterno) com São Leopoldo é através da Estada Federal Getúlio Vargas, atual Rodovia BR-116, trecho entre Porto Alegre e Caxias do Sul, inaugurada em 1941.

com que houvessem reclamações por parte dos moradores destas localidades em relação ao atendimento dado pelo governo municipal leopoldense. E esta falta de assistência, em determinados aspectos, seria utilizado por lideranças destas localidades como um dos pontos centrais na tentativa de anexação a Novo Hamburgo. Exemplo é o distrito de Campo Bom, que vê na anexação uma forma de ter maior acesso aos serviços das Coletorias de Impostos. Neste sentido, Campo Bom inclusive se articula para tentar, junto ao governo estadual, concretizar este intento.

A edição do jornal *Correio do Povo*, de 03 de maio de 1938, traz uma longa reportagem, mostrando que membros da Comissão Pró-anexação de Campo Bom ao Município de Novo Hamburgo encaminham ao interventor federal, coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, memorial solicitando a anexação. Escolhemos um trecho da reportagem para destacar as principais razões elencadas pelas lideranças distritais campobonenses na tentativa de anexação. Vejamos:

pelo exposto os habitantes de Campo Bom, ao invés de gozarem das comodidades que a nova circumscrição territorial e vizinha lhe poderia oferecer, isto é, serem atendidos em repartições federais e estaduais mais próximas, e por um chefe do executivo também mais próximo do que sempre decorrem melhoramentos necessários à vida urbana e suburbana; ao contrário destas e múltiplas outras vantagens, criou-se a seguinte situação injusta e prejudicial aos interesses e desenvolvimento de Campo Bom, como se depreende do seguinte [...] (*Correio do Povo*, Ano XLIV, 03/05/1938, N.º. 102, p. 10).

Na sequência da reportagem, são descritas as razões consideradas justas para referendar a intenção de se anexar Campo Bom ao município hamburguense. Além da já mencionada facilidade de acesso aos serviços públicos federais e estaduais, também ganham peso as críticas que são feitas aos poucos investimentos por parte da municipalidade leopoldense nas estradas e outras demandas distritais. Outro destaque é para a força econômica do distrito de Campo Bom,

ressaltada por seus líderes, com referências ao âmbito industrial e comercial da localidade. Realmente, com base em relatórios da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, a força econômica de Campo Bom é bastante expressiva, constituindo-se o principal distrito em arrecadação ao erário leopoldense.

Quando analisamos a nominata dos signatários que assinam o memorial pedindo a anexação de Campo Bom a Novo Hamburgo, encontramos nomes que já haviam se aliado às lideranças hamburguenses anos antes, quando da mudança dos nomes dos distritos de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho, no governo de Gabriel de Azambuja Fortuna, em 1919, quando este governava São Leopoldo.<sup>10</sup> Entre eles podem ser citados Alfredo Blos, Balduino Dreger, Willy Korndörfer, Alfredo Krummenauer e Alberto Fleck. Também assina a senhora Rosa Vetter, esposa do empresário calçadista Emílio Vetter, falecido em 1936. Emílio, juntamente com seu irmão Gustavo Vetter, exerceram forte liderança política em Campo Bom, inclusive, como já relatado no segundo capítulo, apoiando representantes de Novo Hamburgo em uma chapa dissidente nas eleições municipais de 1920, em São Leopoldo. Porém, no memorial de anexação à Novo Hamburgo, de 1938, o nome de Gustavo Vetter não consta entre os signatários. Acreditamos que a razão para isso seja o fato de que, conforme já destacado anteriormente, o próprio desmembramento de Campo Bom do distrito de Novo Hamburgo, para formar um distrito autônomo, teve participação direta de Gustavo Vetter, então conselheiro municipal. Com a criação do distrito, ele passou a exercer grande poder político. Com a anexação de Campo Bom a Novo Hamburgo, poderia haver diminuição de sua influência política e pessoal. Ademais, neste período, um de seus genros, Walter Thöen, ocupava o cargo de subprefeito de Campo Bom, embora outro de seus genros, Alfredo Blos, fosse favorável que Campo Bom se tornasse um distrito hamburguense.

---

<sup>10</sup> Este assunto fora abordado no segundo capítulo desta dissertação.

Mais um detalhe que chama também a atenção na nominata de assinantes do memorial recai sobre dois nomes: Alberto Mosmann e Wolfram Metzler. O primeiro, empresário do setor de construção, que entre outras obras de sua empresa, a Construtora Breidenbach & Mosmann, foi responsável pela construção da Igreja Matriz São Luiz Gonzaga, de Novo Hamburgo. O segundo, médico e católico praticante. Ambos residentes em Novo Hamburgo, mas que também possuíam terras no distrito de Campo Bom.<sup>11</sup> Sobre Wolfram Metzler, além da questão de possuir terras em Campo Bom, o que explica, assim como no caso de Alberto Mosmann, a presença de seu nome entre os assinantes do memorial, também pesa um fator político importante: sua liderança frente aos *integralistas* da região.

Sobre os interesses de Novo Hamburgo em relação ao distrito de Campo Bom, temos algumas considerações que explicam o fato: Novo Hamburgo e Campo Bom já formaram um território único, até 1926; o interesse das lideranças de Campo Bom em integrar a municipalidade hamburguense; a força econômica de Campo Bom, que agregaria consideráveis avanços no desenvolvimento de Novo Hamburgo e, por fim, relações interpessoais entre membros das comunidades hamburguense e campobonense.

Mas qual a motivação no caso de Dois Irmãos e Padre Eterno, vistos como *simples* espaços rurais?

Mesmo tratando-se de áreas rurais, também chamadas de coloniais, ainda de fortes características agrárias, essas localidades também possuíam algumas pequenas indústrias, sobretudo de manufaturados de couro, como lombilhos, selas e tamancos. Essa pequena indústria mais artesanal serviria de base para a expansão da indústria calçadista, carro-chefe da economia da região do Vale do Rio dos Sinos, ao lado dos curtumes, entre a década de 1960 até meados da década de 1990. Havia ainda casas comerciais e vendas. Mas acreditamos que o principal interesse na região estava relacionado

---

<sup>11</sup> As terras de Alberto Mosmann deram origem, posteriormente, ao bairro Santa Lúcia. Inicialmente chamado de Loteamento Mosmann, recebeu mais tarde o nome de Santa Lúcia em homenagem à esposa de Alberto, Lúcia Mosmann. Já as terras de Wolfram Metzler deram origem ao bairro Metzler.

com a potencialidade hídrica das localidades, por conta das cascatas existentes na região. Esse interesse abarcava, por seu turno, a produção de energia elétrica, fundamental para o desenvolvimento industrial, tanto de São Leopoldo quanto de Novo Hamburgo.

Foi na divisa dos distritos de Dois Irmãos e Bom Jardim (que a partir de 1938 passou a se denominar Ivoti, por conta da Nacionalização), mais precisamente na localidade conhecida como Picada 48, que foi inaugurada em 1914, a Usina Hidrelétrica de Picada 48, com o objetivo de abastecer São Leopoldo e parte de seus distritos. Essa obra foi iniciativa do intendente municipal Guilherme Gaelzer Neto, que governou São Leopoldo entre 1902 e 1916. Alguns anos depois, já com o coronel João Corrêa Ferreira da Silva à frente do executivo leopoldense, entre 1924 e 1928, foi planejado e executado um novo projeto de ampliação da eletrificação em São Leopoldo: a Usina Hidrelétrica da Toca,<sup>12</sup> localizada no Rio Santa Cruz, no município de São Francisco de Paula. A usina foi inaugurada em 1930, já no governo municipal de Theodomiro Porto da Fonseca.

Os atritos entre lideranças de Novo Hamburgo e São Leopoldo em torno do tema do abastecimento de energia elétrica remontam ainda ao período logo após a emancipação hamburguense. Mesmo com o acordo estabelecido no final da década de 1920, essa questão continuou gerando animosidades entre as administrações dos dois municípios. E as discussões em torno do abastecimento de energia elétrica para Novo Hamburgo ganhou mais um capítulo em 1936.

---

<sup>12</sup>Conforme explica o historiador Germano Oscar Moehlecke (2010), as tratativas para a construção da Usina Hidrelétrica da Toca iniciaram ainda em 1922, durante o governo municipal de Mansueto Bernardi. O governo leopoldense firmou um acordo com a Intendência Municipal de Taquara, então governada por Arnaldo da Costa Bard, para que a construção da usina beneficiasse os dois municípios. Porém, mesmo com a concessão por parte do governo estadual e com a realização de concorrências públicas, a obra não teve início. Apenas em 1925, já na gestão municipal do coronel João Corrêa Ferreira da Silva, foi obtida uma nova concessão junto ao governo do estado. Porém, em 1924, João Corrêa estabelece um acordo com o governo municipal de Taquara, no qual todos os direitos sobre a Usina Hidrelétrica da Toca foram cedidos a São Leopoldo. Neste período, o intendente de Taquara era João Manoel Corrêa. Este, por sua vez, era filho do coronel João Corrêa com Luiza Burmeister.

Desde que fora fundada, no final de 1927, uma das pretensões da empresa Energia Elétrica Hamburguesa Ltda., que assumira a concessão do abastecimento de Novo Hamburgo, era a construção de uma usina hidrelétrica. Nove anos após a criação da empresa, esse projeto começa a ser concretizado. Por meio do decreto federal de número 1279, datado de 22 de dezembro de 1936, publicado no Diário Oficial da União de 6 de janeiro de 1937, é concedido à Energia Elétrica Hamburguesa Ltda. o direito de aproveitamento dos recursos hídricos da Cascata do Herval, localizada no rio Cadeia. Contudo, há um componente problemático na questão: a Cascata do Herval está localizada no distrito de Padre Eterno, pertencente ao município de São Leopoldo. Diante desse fato, há mais um elemento que explica o forte interesse das autoridades hamburguesas na anexação de distrito de Padre Eterno. Com a expansão dos setores coureiro e calçadista em Novo Hamburgo e com o próprio processo de urbanização da cidade, a necessidade de construção da usina hidrelétrica se fazia salutar. E para facilitar a situação, evitando, por exemplo, tentativas de cobrança de impostos por parte de São Leopoldo, era importante concretizar essa anexação.

Quanto ao distrito de Dois Irmãos, este se localiza geograficamente entre Novo Hamburgo e Padre Eterno. Então, para fins de logística e melhor estruturação territorial, a anexação desse distrito também era fundamental. Isso sem levar em consideração o processo de industrialização que se iniciava na localidade e a possibilidade de expansão futura da área urbana de Novo Hamburgo em direção ao norte. Por fim, caso a anexação fosse concedida, a Usina Hidrelétrica de Picada 48 passaria a localizar-se em território hamburguense, o que não seria benéfico para São Leopoldo.

Outro argumento utilizado por Carlos de Souza Moraes era de que, com a anexação dos referidos distritos, seria inviável colocar em prática um projeto de abastecimento de energia elétrica que contribuiria para o Rio Grande do Sul: a construção da Usina

Central do Salto.<sup>13</sup> Por conta do alto custo deste projeto, a desanexação dos distritos leopoldenses representaria uma perda imensa de recursos financeiros para os cofres de São Leopoldo. E com isso, qualquer projeto que estivesse próximo de ser executado acabaria por ser abandonado.

Na soma dos fatores que explicam essa disputa pelos distritos, dois elementos são fundamentais: o caráter político e sociocultural da questão. Nos distritos de Dois Irmãos e Padre Eterno, um número praticamente majoritário de sua população era de imigrantes e descendentes, que, por sua vez, ainda tinham como língua cotidiana o idioma alemão. Além desses fatores, os aspectos religiosos, culturais e educacionais destas localidades devem ser levados em conta. Há a presença de uma população católica, assim como comunidades evangélico-luteranas. Tendo em vista que desde 1937 está instalado no país o regime do Estado Novo, e as políticas de Nacionalização já começaram a ser implementadas no Rio Grande do Sul, desde o mês de abril de 1938, essa conjuntura deve ser vislumbrada para se perceber melhor as razões e interesses das comunidades de São Leopoldo na manutenção de suas comunidades distritais. Principalmente pelo fato de, como vimos, Carlos de Souza Moraes, o secretário da Prefeitura Municipal de São Leopoldo ser o fundador e presidente de uma organização nacionalista, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (SAAT).

O combate à imigração e a integração, mesmo que forçada, de grupos étnicos vistos como formadores de quistos dentro do território nacional são temas que estavam na pauta da SAAT, tanto em nível federal quanto estadual. Esse fator ajuda a explicar os argumentos

---

<sup>13</sup>Atual Sistema Salto de Usinas, composto por cinco usinas hidrelétricas: a Usina Hidrelétrica da Toca, em São Francisco de Paula; Usina Hidrelétrica dos Bugres, em operação desde 1952 e Usina Hidrelétrica da Canastra, em funcionamento também desde 1952, localizadas no município de Canela, no curso de água do rio Paranhana e também do rio Santa cruz; Usina Hidrelétrica do Herval, no rio Cadeia, em Santa Maria do Herval, operando desde 1941 e a Usina Hidrelétrica do Passo do Inferno, em São Francisco de Paula, aproveitando as águas do rio Santa Cruz, em funcionamento desde 1948. Usinas administradas pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) do Rio Grande do Sul.

elaborados por Carlos de Souza Moraes para enfatizar os perigos de uma anexação dos distritos leopoldenses a Novo Hamburgo.

No trecho final da correspondência, Carlos de Souza Moraes é enfático ao afirmar que, se a anexação efetivamente se concretizar, haverá “o fortalecimento da força nazista no Rio Grande”. E uma das razões para essa afirmativa é o fato de que, entre aqueles que pleiteiam a anexação dos distritos, está o médico e ex-vereador do Novo Hamburgo Wolfram Metzler, principal líder integralista na região e no estado, que fora nomeado, em 1938, chefe de Higiene da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. Na manifestação textual de Carlos de Souza Moraes, ele afirma não ter dúvidas de que, conforme suas palavras, “a anexação de Campo Bom a Novo Hamburgo visa fortalecer um núcleo desnacionalizante, de fundo eminentemente nazista, com cores integralistas”. De fato, no distrito de Campo Bom havia um número considerável de integralistas, sendo um dos primeiros núcleos fundados no Rio Grande do Sul, em 1934, sob liderança de Wolfram Metzler. Segundo o historiador Guido Lang,

a instalação do núcleo integralista campobonense, nos meses finais de 1934, ocorreu em sessão solene no Salão do Farol Hotel (atual Clube Oriente). A instalação foi marcada pela presença de destacadas lideranças, ente as quais salientaram-se o chefe estadual, Dr. Nestor Contreiras, o Promotor de Justiça, Nei Câmara (Chefe do Núcleo Municipal de São Leopoldo), o médico Wolfram Metzler (Chefe do Núcleo Municipal de Novo Hamburgo)... Os homens oficialmente se filiavam à corrente partidária, enquanto as esposas eram consideradas filiadas automáticas. As informações sobre os reais fundadores são escassas, pois os apontamentos históricos, com a proibição do movimento (em 02.12.1937 – dissolução de todos os partidos políticos), foram confiscados pelas autoridades constituídas do Estado Novo. As lideranças comunitárias, entre outros, foram João Fritsch, João Schumann, Ernesto Maurer, Armando Junqueira, Fermino Fauth, Balduino Dreger... As famílias, que aderiram massivamente foram sobretudo os Blos (de Quatro Colônias), Korndörfer, Jaeger, Weber... (LANG, 1998, p. 41).

Ao analisarmos a listagem dos signatários do pedido de anexação, vemos que várias das lideranças e famílias citadas como adeptas do integralismo assinaram o memorial. Tendo em vista que, provavelmente, Carlos de Souza Moraes tinha conhecimento da nominata de integralistas de Campo Bom, ele se utilizou desse fator para fortalecer sua argumentação diante de Benjamim Vargas, afirmando que o plano de anexação de Campo Bom a Novo Hamburgo tinha um interesse de evitar a Nacionalização. E que isso poderia afetar também os distritos de Dois Irmãos e Padre Eterno. Deste modo, os contornos da disputa entre São Leopoldo e Novo Hamburgo atingem um nível mais amplo e complexo, envolvendo as novas diretrizes políticas nacionais, decorrentes do Estado Novo, além de levantar acusações sobre os interesses de autoridades estaduais e municipais.

Carlos de Souza Moraes, em outro trecho de sua correspondência, assevera que Maurício Cardoso, ex-secretário do Interior do Rio Grande do Sul, nomeado em 1937, pelo então interventor federal, general Daltro Filho, apoiara a tentativa de anexar Campo Bom a Novo Hamburgo. Maurício Cardoso, com o afastamento de Daltro Filho do governo estadual, em janeiro de 1938, assumira interinamente a Interventoria Federal no estado, até março do mesmo ano, quando tomou posse o coronel Oswaldo Cordeiro de Farias. Posteriormente, Maurício Cardoso deixou a pasta do Interior para assumir a Secretaria da Agricultura, cargo que ocupou até seu falecimento, em acidente aéreo, em maio de 1938. Entre as razões para o apoio de Maurício Cardoso aos interesses de Novo Hamburgo, embora não apontadas por Carlos de Souza Moraes, mas que nossas pesquisas permitem conjecturar, está o fato de que o prefeito nomeado em 1937 para governar o município, Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro, era amigo pessoal de longa data do secretário estadual. E Carlos de Souza Moraes não poupa críticas ao chefe do Executivo hamburguense, acusando-o de colocar seus interesses pessoais e políticos acima dos “interesses

nacionais”, inclusive prejudicando as ações de nacionalização junto aos imigrantes e descendentes da região.

No tocante à questão envolvendo os distritos de Campo Bom, Dois Irmãos e Padre Eterno, estes continuaram a pertencer ao município de São Leopoldo, até 1959, quando ocorre a emancipação de Campo Bom e Dois Irmãos, sendo que o distrito de Santa Maria do Herval, nova denominação de Padre Eterno, é incorporado a este último recém-criado município. No caso dos planos de Novo Hamburgo, em relação ao fornecimento de energia elétrica, mesmo sem a anexação do distrito de Padre Eterno, a Usina Hidrelétrica do Herval é construída, sendo sua inauguração no ano de 1941. Porém as disputas entre São Leopoldo e Novo Hamburgo não findariam neste momento.

Sobre Odon Cavalcanti, prefeito de Novo Hamburgo durante mais de quatro anos e meio, entre 1937 e 1942, não são muitas as informações disponíveis a seu respeito. As informações encontradas estão contidas em algumas obras publicadas, como o livro *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*, de João Neves da Fontoura, ou em reportagens de jornais, como algumas que encontramos no *Correio do Povo*. Mas, como acreditamos que um número substancial de dados sobre este agente histórico pode melhor explicar sua atuação e as redes sociais nas quais esteve inserido, começamos a tentativa de aprofundar as informações que tínhamos até então.

Tendo o conhecimento de que Odon Cavalcanti era paraibano, buscamos por indícios de sua atuação ou aspectos de sua biografia relacionados com aquele estado. A partir de pesquisas na internet, encontramos um livro de autoria de Frederico Mindêllo Carneiro Monteiro, general do Exército, cujo nome é *Um magistrado na política*, publicado no ano de 1985.<sup>14</sup> A obra se dedica principalmente a narrar aspectos biográficos de Heráclito

---

<sup>14</sup>MONTEIRO, Frederico Mindêllo Carneiro. *Um magistrado na política*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1985.

Cavalcanti Carneiro Monteiro, pai do autor da publicação. Heráclito Cavalcanti é irmão de Odon Cavalcanti. E como o caminho do historiador também é composto por surpresas, uma busca por mais elementos sobre Heráclito Cavalcanti permitiram perceber um complexo ambiente político no qual a família de Odon Cavalcanti estava envolvida no estado da Paraíba.

Nascido no dia 18 de janeiro de 1884, na Paraíba, Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro era o mais novo de seis filhos do casal Ana Emília Cavalcanti e de Frederico Peregrino Carneiro Monteiro. Este foi juiz de Direito na Paraíba, na Comarca de Alagôa Monteiro (ainda no período monárquico) e também ex-chefe de Polícia da Província do Amazonas.

Ainda sobre a família Carneiro Monteiro, outros dois integrantes dela também tiveram forte participação na vida política paraibana. Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro foi desembargador do Supremo Tribunal da Justiça da Paraíba em João Pessoa, capital do estado (que até 1930 denominava-se Cidade da Parahyba) e chefe político da região de Itabaiana. Heráclito Cavalcanti era um dos líderes da oposição a Eptácio Pessoa (ex-presidente da República) e, posteriormente, ao governo estadual de João Pessoa (1928 - 1930). Na campanha da Aliança Liberal, em 1930, esteve à frente do Partido Republicano Conservador (PRC),<sup>15</sup> reunindo um grupo de lideranças políticas que haviam rompido com o então

---

<sup>15</sup> Originalmente, o Partido Republicano Conservador fora fundado em 1910, por uma iniciativa do senador gaúcho José Gomes Pinheiro Machado, em nível nacional, com o objetivo, em linhas gerais, de abarcar elites políticas estaduais descontentes com a “política café-com-leite”, ou seja, a manutenção do poder federal entre as lideranças políticas de São Paulo e Minas Gerais. Com o assassinato de Pinheiro Machado, em 1915, este partido foi perdendo maior expressão. No estado da Paraíba, o Partido Republicano Conservador tinha como principal liderança o desembargador Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro enquanto o Partido Republicano Paraibano tinha como principal líder o ex-presidente Eptácio Pessoa, além de membros de sua família, como João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, sobrinho de Eptácio Pessoa. João Pessoa foi presidente da Paraíba entre 1928 e 1930, quando fora assassinado. Até março deste mesmo ano, João Pessoa havia sido candidato a vice-presidência da República pela Aliança Liberal, tendo Getúlio Vargas, então presidente do Rio Grande do Sul, como candidato a presidente. Nestas eleições, O PRC deu apoio ao candidato indicado pelo Partido Republicano Paulista (PRP), Júlio Prestes, então presidente de São Paulo, que saíra vitorioso do pleito eleitoral.

presidente do Estado, apoiando a candidatura Júlio Prestes/Vital Soares à presidência da República. Outro irmão de Odon Cavalcanti, Frederico Cavalcanti Carneiro Monteiro, fora deputado na Assembleia dos Representantes da Paraíba em duas legislaturas, exercendo mandatos entre 1912 e 1915 e entre 1920 e 1923.<sup>16</sup>

Segundo Frederico Mindêllo Carneiro Monteiro, Odon Cavalcanti teria chegado ao Rio Grande do Sul no ano de 1899, aos quinze anos de idade. Não foi possível verificar a precisão desta informação, mas já é possível acompanhar o princípio de sua atuação em Porto Alegre a partir do ano de 1905. Nessa época, Odon Cavalcanti era cadete na Escola de Guerra de Porto Alegre. Sobre este dado, João Neves da Fontoura nos fornece alguns detalhes em seu livro de memórias, quando do processo de fundação do Bloco Acadêmico Castilhista:

dos rapazes militares, foi o cadete Salvador César Obino, que depois tanto se distinguiu por seus serviços ao Exército, o primeiro a estabelecer contato conosco. O outro, Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro, de inclinações positivistas, senhor de uma cultura geral superior à idade e de uma irresistível capacidade de fazer relações, o que breve o tornou “persona grata” em todos os meios sociais de Pôrto Alegre (FONTOURA, 1969, p. 79).

Sobre esta afirmação de João Neves da Fontoura, podemos estabelecer pelo menos dois panoramas para analisarmos: o primeiro é o aspecto das inclinações ao positivismo, o que pode ter sido uma forma de aproximação com o grupo republicano; e outro aspecto é a capacidade de formar relações. Sobre este segundo dado, iremos retomar posteriormente.

O alinhamento de Odon Cavalcanti com o pensamento positivista não é destacado apenas por João Neves da Fontoura. Em

---

<sup>16</sup> Para maiores informações, ver: MONTEIRO, Frederico Mindêllo Carneiro. *Um magistrado na política*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1985; SILVA, Favianni. *O caso Sady e Ágaba: o crime da praça Comendador Felizardo Leite e a Revolta dos Estudantes do Grêmio 24 de Março na Parahyba de 1923*. Fortaleza, 2014. Tese (Doutorado em Educação brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, CE, 2014.

publicação do ano de 1961, sobre os cadetes e alunos da Escola de Guerra de Porto Alegre,<sup>17</sup> Francisco de Paula Cidade também chama a atenção para esta característica:

continua pelas colunas da *Ocidente* [revista dos cadetes da Escola de guerra de Porto Alegre] a campanha positiva, agora sem ressonâncias, conduzida por Odon Cavalcanti, jovem de convicções tão arraigadas que, apesar de sua bela cultura e reconhecida inteligência, resolveu abandonar a carreira militar, de acordo com a ortodoxia de sua formação filosófica (CIDADE, 1961, p. 147, grifo nosso).<sup>18</sup>

E essa inclinação doutrinária também lhe impulsionou no sentido de atuação mais prática, visando à circulação destas ideias, tanto no meio militar como no meio social mais amplo. Em junho de 1906, na mesma época em que se aproximava dos jovens que fundariam o Bloco Acadêmico Castilhistas, era lançada a revista *Ocidente*, publicada por um grupo de cadetes, alunos da Escola de Guerra de Porto Alegre. Entre os integrantes do corpo editorial desta revista, estavam Sabino Magalhães, Waldemiro Ferreira, Guilherme de Lemos Faria e Odon Cavalcanti.<sup>19</sup> Contudo, Cavalcanti acabaria deixando a carreira de militar e seguindo uma tradição familiar, atuando na área jurídica, ingressando na Faculdade de Direito de Porto Alegre.

Dos integrantes do Bloco Acadêmico Castilhistas vinculado ao Partido Republicano Rio-grandense (também conhecida como “Geração de 1907”), talvez Odon Cavalcanti seja o menos conhecido. Porém, isso não significa que sua atuação e sua rede

---

<sup>17</sup> Nome dado ao atual Colégio Militar de Porto Alegre. Fundado em 1851, em outubro de 1905, por conta do Decreto n.º. 5.698, passou a se denominar Escola de Guerra de Porto Alegre, com funcionamento até 1911, quando passou a se denominar Colégio Militar de Porto Alegre. Para maiores informações, ver: MEDEIROS, Laudelino T. Escola Militar de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

<sup>18</sup> CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e Alunos Militares através dos tempos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

<sup>19</sup> Para maiores informações, ver: BENTO, Cláudio Moreira; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. *Historia do Casarão da Várzea*. Barra Mansa: Gráfica Drumond, 2009.

sociopolítica sejam de uma força menor do que a de outros integrantes deste grupo. A diferença mais visível é o fato de estes terem ocupados importantes cargos em nível federal. Mas, dentro de uma esfera estadual, Odon Cavalcanti também teve uma atuação que merece ser considerada.

Em 1907, com o Bloco Acadêmico Castilhistas já fundado, teve início a circulação de um jornal elaborado por alguns integrantes deste grupo. Alinhado de *O Debate*. A publicação teve como seu diretor Firmino Paim Filho. O custo financeiro da edição dos exemplares era pago pela direção do Partido Republicano Rio-grandense. Entre os redatores, Maurício Cardoso, Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Jacinto Godoy e Odon Cavalcanti. De um modo geral, o propósito maior de *O Debate* era expor e consolidar as ideias de um jovem grupo de estudantes que estavam iniciando uma participação mais incisiva na vida política estadual e, conseqüentemente, nacional. Ao mesmo tempo, este jornal teve um papel significativo na campanha eleitoral daquele ano, colaborando para a vitória do candidato do PRP, Carlos Barbosa Gonçalves, diante do candidato opositor, Fernando Abbott, na substituição de Antônio Augusto Borges de Medeiros no governo estadual. Findadas as eleições, Carlos Barbosa assumiu o governo em 25 de janeiro de 1908, exercendo seu mandato até janeiro de 1913, quando Borges de Medeiros retorna ao executivo estadual. O ano de 1908 também marca o fim das atividades do jornal *O Debate*.

Dentre as principais relações firmadas por Odon Cavalcanti, figuram as que estabeleceu com João Neves da Fontoura e com Maurício Cardoso. Não apenas no sentido político e profissional, mas também não podemos desconsiderar as valorizações subjetivas, os vínculos de amizade. Duas reportagens, publicadas no jornal *Correio do Povo*, em 1909 e outra em 1910,<sup>20</sup> demonstram os laços estabelecidos. A primeira reportagem (que aqui reproduziremos de forma integral), datada de 14 de abril de

---

<sup>20</sup> Transcrito integralmente conforme grafia da época.

1909, pode até mesmo transparecer um tom folclórico, mas também nos traz algumas considerações importantes.

Escrevem-nos o dr. Mauricio Cardoso e o academico de direito Odon Cavalcanti, secretario da Procuradoria Geral do Estado: 'Sr. redactor. – Illaqueou inteiramente a vossa boa fé o autor da informação publicada hontem, no jornal que dirigís, respeito ao conflicto travado entre nós e Mário de Tal, alferes reformado. De longo tempo mantém Mário attitude provocadora para com um dos signatarios destas linhas – Mauricio Cardoso. No sabbado, entre ambos se estabeleceu ligeiro pugilato, sem maiores consequencias, devido a intervenção do outro infrascripto – Odon Cavalcanti -, que subjugou Mario de Tal, entregando-o ao sr. Hugo Bina. Chegando, porém ao nosso conhecimento que o alferes reformado alardeava façanhas e nos detrahia pelas esquinas, armado a vitriolo, preparamo-nos os dois para repellir qualquer aggressão. Effectivamente, ante-hontem á tarde, transitavamos pela rua da Praia, quando encontramos um grupo junto ao América (Café América). Entramos então, no Café Ferro Carril, onde pouco depois penetrou Mario de Tal, acompanhado do sr. Fanfa. Ao sahirem ambos, estando nós sentados, Mário, de mão ao bolso, sorrindo, fitava provocadoramente Mauricio Cardoso que lhe vibrou na face algumas chicotadas. Mario instantaneamente, tirou do bolso um vidro de corrosivo, atirando-o sobre Mauricio Cardoso, sem contudo attingir o alvo. Tendo sido Mauricio Cardoso seguro por alguns dos circunstantes, o outro signatario travou lucha corporal com Mario, vibrando-lhe repetidamente o chicote, que consigo trazia. Depois de bastante ferido Mario de Tal, este conseguiu apoderar-se do rebenque. Foi então que varias pessoas afastaram os contendores, tendo Odon Cavalcanti, de revolver á mão prevenido Mario de que, si elle attirasse o vitriolo a qualquer dos dois, alvejal-o-ia. Desnecessaria era essa rectificação. Inumeras pessoas assistiram ao conflicto e podem dar testemunho dos factos que narramos. Si entretanto o fazemos, é para evitar que passe em julgado a perfida informação da reportagem officiosa. Quanto á noticia dos nossos inimigos da Gazeta, desprezamol-a, porque o seu autor não merece sequer as retalições de um

vergalho. – Patricios agradecidos. Mauricio Cardoso – Odon Cavalcanti' (Correio do Povo, Ano XIV, 14/04/1909).<sup>21</sup>

Neste sentido, os conflitos cotidianos, mesmo aqueles que não são retratados nas páginas da imprensa, como o caso acima referido, evidenciam também o estabelecimento de relações sociais e estratégias políticas, onde posturas são assumidas, laços fortalecidos e pensamentos ou práticas opositoras são atacadas, inclusive com a violência. E a atuação efetiva neste cotidiano da vida política rio-grandense e os laços relacionais fortalecidos com nomes importantes deste meio parecem ajudar na trajetória política de Odon Cavalcanti.

Quase um ano após a reportagem anteriormente referida, o jornal *Correio do Povo* faz nova menção a Odon Cavalcanti. Desta vez não por conta do envolvimento em alguma contenda. A referência desta vez, no dia 6 de abril de 1910,<sup>22</sup> dá conta de que João Neves da Fontoura e Odon Cavalcanti abrem uma banca de advocacia na cidade de Cachoeira do Sul, terra natal de João Neves da Fontoura. Antes de partirem para esta nova empresa, João Neves da Fontoura ocupava o cargo de promotor público em Porto Alegre, enquanto Odon Cavalcanti, ainda acadêmico da Faculdade de Direito, ocupava o cargo de secretário da Procuradoria Geral do Estado, também na capital. Além dos dois sócios mencionados, a banca de advocacia em Cachoeira do Sul também contava com a participação de Mauricio Cardoso.

---

<sup>21</sup>Além de a reportagem indicar a relação proximidade entre Odon Cavalcanti e Mauricio Cardoso, são perceptíveis também algumas conotações políticas na reportagem. Não apenas na contenda envolvendo os dois signatários e o mencionado Mário de Tal. Mas chamamos a atenção para a parte final do texto publicado. Na última frase, fica clara a relação de animosidade entre os dois integrantes do Bloco Castilhistas e os editores do jornal *Gazeta*. Pelo que pudemos verificar, as críticas são possivelmente direcionadas ao editor do jornal *A Gazeta do Comércio* (existente entre 1901 e 1911), que direcionara seu apoio ao candidato opositorista Fernando Abbott nas eleições estaduais de 1907. Seu diretor, Artur Pinto da Rocha, fizera parte do Partido Republicano Rio-grandense no início da República, mas logo passara para a oposição. E naquele ano de 1909, tomara parte na campanha de apoio a Rui Barbosa para a presidência do Brasil. Enquanto o Partido Republicano Rio-grandense, alinhado com as orientações do senador Pinheiro Machado, daria apoio ao candidato marechal Hermes da Fonseca.

<sup>22</sup>*Correio do Povo*, Ano XV, 06/04/1910.

Em Cachoeira do Sul, a atuação de Odon Cavalcanti não se dera apenas na banca de advocacia. Também passou a exercer o cargo de secretário da Intendência Municipal, durante o período em que o município era governado por Isidoro Neves da Fontoura. Pai de João Neves da Fontoura, Isidoro governara Cachoeira do Sul entre 1908 e 1912. No ano de 1913, por conta de disparidades políticas com Borges de Medeiros, rompe relações com este e se afasta da vida política. Um dos motivos para a separação política entre Isidoro Neves da Fontoura e Borges de Medeiros envolve inclusive fraudes eleitorais. Fraudes estas que inclusive envolvem João Neves da Fontoura e Odon Cavalcanti.

Em agosto de 1913, Horácio Borges, tio materno de Borges de Medeiros, que passara a exercer a liderança do PRR em Cachoeira do Sul após o afastamento de Isidoro Neves da Fontoura, envia correspondência ao presidente do estado relatando as fraudes que haviam ocorrido naquele município, em virtude das eleições para a Assembleia dos Representantes. Conforme relato de Horácio Borges,

ontem se realizou a eleição que foi uma pouca vergonha, Odon e João Neves furaram chapas, retirando o nome do Arlindo, e mandaram distribuir dizendo que eram chapas oficiais, e a ultima hora mandaram para os distritos e na seção distribuíram chapas como oficiais. Agora tu avalias que qualidade de homens são! Aqui o promotor e Sebastião Barros também furaram chapas, foi uma pouca vergonha! Tiraram dos eleitores ignorantes as chapas oficiais e deram das outras, aqui é preciso muita energia, e que você me dê todo o apoio para eu poder ser.<sup>23</sup>

Mais uma vez, a relação política, profissional e pessoal entre João Neves da Fontoura e Odon Cavalcanti se manifesta. Após deixar a secretaria da Intendência, Odon Cavalcanti passa a

---

<sup>23</sup> Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – Arquivo Borges de Medeiros - Carta de Horácio Borges a Borges de Medeiros, Cachoeira do Sul, 21/08/1913 - nº 864.

trabalhar como oficial do Registro de Hipotecas da Comarca de Cachoeira do Sul, cargo que ocupa até 1919.

Em 1921, Odon Cavalcanti é nomeado intendente de São Francisco de Paula, município da região serrana do Rio Grande do Sul, nos chamados Campos de Cima da Serra. Ocupa o cargo de intendente até 1926. Após deixar a intendência de São Francisco de Paula, segundo Frederico Mindêllo Carneiro Monteiro, Odon Cavalcanti ocupou, entre 1930 e 1933, o cargo de subchefe de Polícia da 4ª Região do Estado, com sede em Taquara, afirmação referendada por meio dos documentos oficiais que analisamos. Contudo, acreditamos, com base em documentação encontrada no Fundo Sinval Saldanha do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS),<sup>24</sup> que Odon Cavalcanti já ocupava essa função entre 1927 e 1930. Além do exercício de subchefia de Polícia, Odon Cavalcanti desempenhava um papel político na região. Região esta que não se limitava a Taquara e São Francisco de Paula, mas também se estendia para municípios como Alfredo Chaves (atual Veranópolis) e Lagoa Vermelha, na região Nordeste do estado, assim como em Novo Hamburgo, conforme mencionado anteriormente, no segundo capítulo desta obra.

Sobre esta influência política de Odon Cavalcanti, foi possível mapear que ocorrera algum tipo de disputa ou conflito em São Francisco de Paula. Conflito este envolvendo as lideranças locais do Partido Republicano Rio-grandense, mas que também expressavam instabilidades na relação com o Partido Libertador local, mesma situação que ocorrera em Novo Hamburgo no mesmo período. Em anotação feita pelo secretário do Interior, Synval Saldanha, no ano de 1930, este indica que São Francisco de Paula dever ser desvinculada da área de jurisdição de Odon Cavalcanti como subchefe de Polícia, além de removê-lo da condição de chefe

---

<sup>24</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Fundo Synval Saldanha – Secretaria do Interior e Exterior – Caixa3 – SIE/8 – e Caixa4 – SIEM/156, SIEM/158, SIEM/159, SIEM/241, SIEM/279, SIEM/281, SIEM/282, SIEM/283, SIEM/284.

do Partido Republicano Rio-grandense da região.<sup>25</sup> Não foi possível obter informações mais conclusivas sobre o desfecho desta situação, mas um telegrama de Odon Cavalcanti a Synval Saldanha, datada de 24 de novembro de 1930,<sup>26</sup> indica que as medidas de mudança de jurisdição e de substituição partidárias foram no mínimo manifestadas. Pelo que tudo indica, assim como aconteceu em Novo Hamburgo, também em São Francisco de Paula a ação de Odon Cavalcanti na definição dos rumos político-partidários não surtiu um efeito de maior alcance.

Mesmo assim, Odon Cavalcanti permanece até 1933 na subchefia de Polícia de Taquara, quando é nomeado diretor do Porto de Rio Grande, localizado no município homônimo no Litoral Sul do estado. Permanece na função até 1937, quando é nomeado prefeito de Novo Hamburgo. Neste mesmo período, também ocupou cargo de diretor no Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Sul.

Conforme já relatado no terceiro capítulo deste trabalho, em dois momentos o nome de Odon Cavalcanti havia sido cogitado para assumir a intendência de Novo Hamburgo. No primeiro momento, ainda na fase emancipacionista, em 1926, seu nome foi cogitado pelo então presidente do estado, Borges de Medeiros. A ideia foi recusada, principalmente por lideranças evangélico-luteranas. No segundo momento, em 1930, a sugestão veio por parte de Maurício Cardoso, conforme bilhete enviado ao secretário do Interior, Synval Saldanha. Aliás, neste bilhete de Maurício Cardoso<sup>27</sup> encontramos alguns indícios que nos mostram o estreitamento das relações entre Odon Cavalcanti e lideranças locais de Novo Hamburgo já naquele período.

---

<sup>25</sup>Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Fundo Synval Saldanha – Secretaria do Interior e Exterior – Caixa3 – SIE/8.

<sup>26</sup>Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Fundo Synval Saldanha – Secretaria do Interior e Exterior – Caixa4 – SIEM/281.

<sup>27</sup>Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Fundo Synval Saldanha – Secretaria do Interior e Exterior – Caixa 4 – SIEM/279.

Um dos motivos que Maurício Cardoso indica para embasar sua sugestão é, além do interesse de Odon Cavalcanti em descansar do cargo de subchefe de Polícia, haver o fato de que ele fixara residência em Novo Hamburgo. Além desse fator, que deve ser considerado, a indicação mais importante é que ele já está bem inserido no meio político local, se relacionando com ambas as correntes políticas. Conforme nos relata a reportagem do *Correio do Povo* sobre a sua posse, a comissão foi buscá-lo em sua residência para conduzi-lo até a Prefeitura Municipal. A sua residência era em uma localidade de Novo Hamburgo denominada Chácara da Parada Kroeff. O nome da localidade não deve passar despercebido. O motivo de Odon Cavalcanti morar em uma chácara da Parada Kroeff tem uma razão familiar: ele se casara com Maria Ilsa Kroeff, sobrinha de Jacob Kroeff Neto.

Segundo Frederico Mindêllo Carneiro Monteiro (1985, p. 73), Odon Cavalcanti se casara com Ilsa Kroeff quando já era de mais idade. Ela nasceu em 1906, quando Odon Cavalcanti já tinha em torno de 22 anos de idade. Não foi possível verificar a data do casamento, mas acreditamos que os dois se conheceram quando ele era intendente de São Francisco de Paula. Naquele município existe uma localidade, hoje distrito, denominada Rincão dos Kroeff. O nome desta localidade é por conta de ser esta família proprietária de terras nesta região. E entre os proprietários destas terras está Antônio Roberto Kroeff, pai de Ilsa Kroeff. Entre 1905 e 1927, Antônio Kroeff residiu em São Francisco de Paula, se dedicando à criação de gado. Em 1927, retorna para Novo Hamburgo, onde atuou no Matadouro Kroeff (próximo de onde ficava a residência de Odon Cavalcanti), cuja carne era transportada até Porto Alegre por meio da via férrea, abastecendo a capital do estado. Odon Cavalcanti fora intendente em São Francisco de Paula entre 1921 e 1926, sendo então nesse período que acabou conhecendo Ilsa e se inserindo na família Kroeff.

Provavelmente, quando de sua indicação como possível primeiro intendente de Novo Hamburgo, em 1926 (alguns meses

antes da emancipação), o fato de já ter estabelecido vínculos com os católicos Kroeff pode ser sido um dos fatores para que sofresse oposição dos evangélico-luteranos. Outro fator era de ser um *forasteiro*, até então sem ligação mais direta com Novo Hamburgo. Outro motivo era a não aceitação, por parte de lideranças locais de Novo Hamburgo, das ações intervencionistas adotadas por Borges de Medeiros, nomeando intendentes de fora do âmbito dos municípios, como tentativa de controle das relações políticas locais. Em 1930, quando indicado por Maurício Cardoso, é plausível a possibilidade de que, por parte de autoridades estaduais, como Synval Saldanha, o nome de Odon Cavalcanti não fosse visto com bons olhos naquele momento político. Pouco tempo antes dessa segunda indicação para o governo municipal hamburguense, ocorrera a desvinculação (ou tentativa ao menos) de Odon Cavalcanti como líder partidário de São Francisco de Paula.

Contudo, em 1937, existem alguns motivos que podem ser condicionantes na indicação e efetivação de Odon Cavalcanti no governo municipal hamburguense. Podemos elencar pelo menos quatro aspectos: 1) possuía respaldo de uma parte significativa de lideranças políticas, econômicas e religiosas (sobretudo católicas) de Novo Hamburgo; 2) possuía experiência administrativa, além de política, o que acreditamos ter sido considerado por parte das autoridades estaduais para sua escolha; 3) fizera parte do mesmo grupo político de alguns dos homens que agora estavam à frente dos governos federal e estadual, como o próprio presidente Getúlio Vargas e o secretário do Interior, Maurício Cardoso, sendo, deste modo, visto como alguém de confiança; 4) era visto como alguém capaz de implementar em Novo Hamburgo um conjunto de ações capaz de sanar os problemas financeiros do município e, ao mesmo tempo, de conduzir as medidas nacionalizadoras, que seriam desenvolvidas a partir de 1938. E seriam as ações nacionalizadoras um dos carros-chefes da administração de Odon Cavalcanti em Novo Hamburgo, não apenas através de discursos, como o assinalado no trecho que serve de epígrafe no início deste capítulo,

mas em ações práticas, com ênfase na intervenção no ensino e nas instituições escolares e nas manifestações públicas de patriotismo.

Em 1937, quando ocorrera a renúncia de Flores da Cunha e a nomeação do general Daltro Filho como interventor federal, é formado um novo secretariado para o governo estadual. Na secretaria do Interior, assume Maurício Cardoso. Daltro Filho, general baiano, não era familiarizado com o clima político gaúcho. Deste modo, conforme nos indica René Gertz (2005), muitas ações administrativas e políticas acabaram sendo conduzidas pelo secretário Maurício Cardoso. Levando em conta que, sete anos antes, fora Maurício Cardoso que sugerira o nome de Odon Cavalcanti para administrar Novo Hamburgo e, sendo agora este secretário um dos responsáveis pelos ajustes nos governos municipais, há a possibilidade de que a nomeação de Odon Cavalcanti para o cargo de prefeito hamburguense tenha partido do próprio Cardoso, sendo referendada pelo interventor federal Daltro Filho.

Ao mesmo tempo, compreendendo os pormenores da configuração política do Rio Grande do Sul neste período, as nomeações de novos prefeitos para os municípios rio-grandenses após a implantação do Estado Novo, ou a manutenção de alguns prefeitos no cargo, se estabelecem como uma forma de equilibrar os interesses de forças e lideranças políticas estaduais que, de forma mais direta ou indireta, continuaram agindo no campo político mesmo com a instauração de um regime ditatorial. Conforme Eliane Colussi,

a divisão do poder entre as forças políticas tradicionais rio-grandenses, em nível de municípios, demonstrou que o relacionamento entre os dois níveis de poder, isto é, o local e o estadual, mantinha-se intimamente ligado. A extinção dos partidos políticos, por meio do art. 180 da Constituição de 1937, e a criação do mecanismo de nomeação dos prefeitos pelo interventor federal não conseguiram abalar de forma substantiva os velhos acordos entre as elites gaúchas (COLUSSI, 1996, p. 105-106.).

A implantação do Estado Novo, conforme evidenciam trabalhos recentes, como os de autoria de René Gertz (2005) e Sandra Maria do Amaral (2005), não representou uma eliminação da necessidade de negociações políticas e relacionais entre as diferentes esferas do poder. Seja no cerne das relações municipais, seja na relação entre municípios e o governo estadual e federal, a constituição de arranjos se fazia necessária, para garantir a viabilidade política das novas diretrizes políticas e sociais do país. Embora o caráter coercitivo e repressivo tenha sido intenso, não pode ser considerado como o único fator preponderante para o êxito das políticas estadonovistas. Também, com isso, reforça-se nossa compreensão de que a nomeação de Odon Cavalcanti para o governo hamburguense atende demandas de interesses pessoais e políticos de agentes históricos em nível local e estadual, assim como de um dos grupos que disputavam o poder em Novo Hamburgo: os líderes católicos.

Logo após a posse de Odon Cavalcanti como prefeito de Novo Hamburgo, o jornal *Correio do Povo*, na edição do dia 04 de janeiro de 1938, publica uma reportagem sobre a cerimônia de posse, ocorrida em 31 de dezembro de 1937. Sobre a cerimônia de posse, integrava a comitiva que conduz o novo prefeito de sua residência para a sede municipal:

A's 17 horas uma comissão constituída dos srs. Pedro Schneider, ex-presidente da Câmara de Vereadores, Ervino Schmidt, vice-presidente da Associação Commercial, João Hennemann, director da Energia Electrica, Oscar Adams, presidente dos Industriaes de Calçados e Artefactos de Couro, Adolpho Jaeger, industrialista, Leopoldo Petry, ex-intendente municipal e official do Registro de Imoveis, e Alberto Mosmann, presidente do Syndicato dos Madeireiros, - foi buscar o Sr. Odon Cavalcanti na "Chacara Parada Kroeff", situada no subúrbio desta cidade, onde reside, acompanhando-o até á Prefeitura Municipal (*Correio do Povo*, Ano XLIV, 04/01/1938, N°. 02, p. 10).<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> Exemplar pertencente ao acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre. Optou-se por manter a grafia original da publicação.

Dos nomes que constam na comissão, todos são católicos, alguns bastante inseridos nas comunidades de Novo Hamburgo além de, em alguns casos, exercerem participação política, desde o período anterior ao processo de emancipação do município. Esses aspectos não podem ser desconsiderados dentro do processo que pode ter contribuído para a definição de Odon Cavalcanti como prefeito hamburguense, assim como na definição de medidas nacionalizadoras implantadas posteriormente. A comitiva é recebida na Prefeitura Municipal por Pedro Edvino Becker, subprefeito do 1º Distrito, que assumira interinamente o cargo de prefeito municipal com o afastamento de Ângelo Benito Provenzano. Logo no início de 1938, Pedro Edvino Becker deixa seu trabalho na Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo para ingressar de sócio na Companhia Industrial de Alumínio Ltda., em Novo Hamburgo. Mas também por conta de atritos políticos com o novo chefe executivo municipal.

Ainda na mesma reportagem, é referido que Ervino Schmidt, em nome dos amigos de Odon Cavalcanti e, em tom de intimidade, lhe dava garantias de que esses laços de amizade favoreceriam sua administração em Novo Hamburgo. Outrossim, mapeando os laços de parentesco e a rede política na qual o novo prefeito hamburguense está inserido e articulava-se, é plausível afirmar que a maior base de sustentação de seu governo estava calcado nas lideranças católicas do município. Contudo, a situação econômica e política de Novo Hamburgo exigia a capacidade de negociar e ampliar os vínculos relacionais com outros grupos, principalmente o de lideranças políticas e econômicas evangélico-luteranas.

Ao tomar posse como prefeito de Novo Hamburgo, Odon Cavalcanti chama a atenção para a situação financeira do município, que se encontrava em um momento difícil, solicitando o apoio do empresariado e comerciantes locais, prometendo-lhes, como chefe do executivo hamburguense, lhes desprender todo auxílio e apoio que se fizesse necessário. Deste modo, o novo

prefeito utiliza da estratégia de buscar apoio das lideranças católicas e, mais acentuadamente, das evangélico-luteranas e tenta firmar com eles um pacto de sustentação de governo, além de buscar respaldo para aplicação das ações nacionalizadoras em Novo Hamburgo. A publicação de 8 de janeiro de 1938 do jornal *Correio do Povo* reproduz, a pedido da Associação Comercial de Novo Hamburgo, presidido pelo evangélico-luterano Friedrich Pechmann (filho do pastor Johann Friedrich Pechmann), um trecho de discurso de posse de Odon Cavalcanti, no qual fica visível essa tentativa de cooptação:

assim, o município de Novo Hamburgo muito merece dos poderes públicos, pois que, a União e o Estado aqui arrecadam annualmente entre quatro e cinco mil contos de réis, ao passo que, a Prefeitura apenas a oitava parte desse valor. Digo-vos, enfim, srs. Comerciantes e Industrialistas de Novo Hamburgo, e a população em geral desse pomo de ouro do Rio Grande, que é esta Communa, onde por anno são produzidos setenta mil contos de réis e cada kilometro quadrado mil contos, e cada habitante produz seis a sete contos de réis – que, si estiverdes unidos em torno de vosso edil, apoiando-o, criticando-o e suggerindo-lhe medidas opportunas; sobretudo, si apoiardes decididamente o Novo Regimen fundado por Getulio Vargas para grandeza do Brasil, o que o fez grande como José Bonifacio: então, aqui também florescerá a vida nova de iniciativas, de paz, de labor e moralidade, que são as directrizes com que nosso actual governo está felicitando a laboriosa população rio-grandense, já cansada de luctas políticas e competições estéreis. Tenhamos fé no mais brasileiro de todos os governos do Brasil, desde a sua independencia (*Correio do Povo*, Ano XLIV, 08/01/1938, nº 06, p. 12).

Mas a construção deste apoio mútuo, ou pelo menos de um clima político que favorecesse todos os atores envolvidos, não se deu de forma tão harmoniosa. De qualquer modo, um jogo de estratégias fica evidenciado em um cenário de relações conturbadas e de clima social e político marcado pela tensão e desconfianças. Estas desconfianças, por seu turno, partiam

diretamente das autoridades estadonovistas, tanto em nível federal quanto estadual e local. E o principal grupo alvo desta desconfiança e de suspeitas de “traição” à pátria brasileira são os evangélico-luteranos.

## **5.2 A educação como instrumento político: as escolas confessionais de católicos e evangélico-luteranos, a Nacionalização do Ensino e as estratégias em tempos conturbados**

No Rio Grande do Sul, as medidas de Nacionalização, sobretudo no âmbito educacional, têm início em abril de 1938. A Secretaria de Educação do estado é chefiada por José Pereira Coelho de Souza, ex-deputado estadual pelo Partido Republicano Liberal (PRL). Coelho de Souza integrara um grupo dissidente que rompera com o então governador Flores da Cunha, chefe do partido. Com a nomeação do general Daltro Filho como interventor federal no estado e com o advento do Estado Novo, Coelho de Souza é nomeado secretário de Educação. Permanece no cargo durante o governo interino de Maurício Cardoso, entre janeiro e março de 1938, e é confirmado também pelo novo interventor, coronel Cordeiro de Farias. O secretário Coelho de Souza permanece como titular da pasta até o fim do Estado Novo, em 1945.

O interventor Cordeiro de Farias e o secretário Coelho de Souza elaboram as normativas de Nacionalização do Ensino, que se tornam leis a partir de 7 de abril de 1938, sob o decreto estadual de número 7212. No dia seguinte, o jornal *Correio do Povo* publica trecho de uma entrevista com Cordeiro de Farias, que explica as razões e os objetivos da Nacionalização do Ensino. Segundo o interventor federal do estado,

attende o decreto, que vem a ser hoje assignado, a dois aspectos grandemente significativos: um, de importância geral, educativo, ferindo de fundo o problema de nacionalisação do ensino, num sentido forme e firme de brasilidade. O outro, mais nosso, que

concilia os interesses e o grande trabalho educacional já existente na região colonial do Rio Grande do Sul, que é a falta de professores e, mesmo, de organização do ensino no Estado, permitindo o seu desenvolvimento, sem uma orientação uniforme. Não tem, portanto, o decreto, uma finalidade destruidora da obra já existente, nos núcleos de origem imigratória, mas sim o de ser aproveitado o efficientetrabalho já feito num sentido legítimo de brasilidade (Correio do Povo, Porto Alegre, Ano XLIV, 08/04/1938, n° 82, p. 14).

A assinatura do decreto estadual abre espaço para ações mais incisivas de fiscalização das escolas comunitárias, confessionais e particulares, sobretudo nos núcleos de origem imigrante ou nas escolas mantidas por sociedades ou grupos vinculados a imigrantes e descendentes. Além de se fazer cumprir as ordens governamentais, era preciso averiguar a presença de elementos ou ações que demonstrem afinidade destas instituições com o ideário fascista ou nazista. Após a publicação do decreto estadual 7212, as chamadas “escolas estrangeiras”, expressão utilizada pelas autoridades governamentais e pela imprensa (e que, segundo informações governamentais, passavam de 3000 no estado), tiveram o prazo até 23 de maio de 1938 para efetivarem as mudanças solicitadas. A fim de acompanhar mais de perto se as medidas estavam sendo tomadas pelas escolas, foram nomeados fiscais e delegados de ensino por parte da Secretaria de Educação. Estes (ou estas) fiscais e delegados(as) estavam vinculados diretamente ao secretário Coelho de Souza ou às Delegacias de Ensino Regionais. Entre os fiscais de ensino, podemos citar Ney Britto e a professora Camila Furtado Alves.

Camila Furtado Alves atuou em educandários de Porto Alegre, Taquara e São Leopoldo. Estas duas últimas cidades com marcante presença de imigrantes alemães e descendentes. Com o Estado Novo, foi nomeada delegada da 2ª Delegacia de Ensino, sediada no município de São Leopoldo, atuando como fiscal, principalmente nas escolas particulares e comunitárias. Após

exercer a função de delegada de ensino, Camila Furtado Alves é convidada por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, para ajudar-lhe de forma mais direta na direção da Legião Brasileira de Assistência, a LBA, a partir de 1943. Mas há outro detalhe na sua biografia: em 1936, juntamente com Carlos de Souza Moraes, participou da fundação do núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, da qual foi vice-presidente, no período em que também exercera a função de delegada de ensino em São Leopoldo. Tendo em vista a preocupação que o núcleo sul-rio-grandense desta sociedade nacionalista tinha para com a questão do ensino e de sua nacionalização, o fato de ter dois de seus dirigentes, Carlos de Souza Moraes e Camila Furtado Alves, em postos importantes na administração pública municipal de São Leopoldo e na Secretaria de Educação estadual, respectivamente, indica que aí se propiciou um campo favorável para ação deste grupo na região de São Leopoldo e Novo Hamburgo. Relatos e documentos indicam que as ações de nacionalização, de maneira especial em São Leopoldo, foram bastante contundentes por parte do governo municipal, inclusive com a municipalização forçada de pequenas escolas em áreas mais coloniais no interior do município.

Um caso emblemático ocorreu em 1941, na localidade de Picada São Paulo (atualmente no interior do município de Morro Reuter), no então Distrito de Dois Irmãos. De um lado estava o governo leopoldense e de outro o pároco da Matriz de São Miguel de Dois Irmãos. No dia 2 de março de 1941, o Pe. José Maria Kroetz encaminha uma carta ao prefeito Theodomiro Porto da Fonseca. Nesta carta, o presbítero reclama que a escola paroquial localizada em Picada São Paulo, pertencente à Paróquia de Dois Irmãos (então subordinada à Arquidiocese de Porto Alegre), fora tomada pela municipalidade, mesmo com o apoio da Igreja Católica à Campanha de Nacionalização. O padre, inclusive, adota um tom no mínimo irônico, pois diz que se o município pode se apropriar da escola sem autorização, ele também pode colocar uma placa no sítio pertencente ao prefeito, dizendo que agora passaria a ser

propriedade da Paróquia de Dois Irmãos. Não foi possível ainda verificar se o prefeito recebeu esta correspondência e se deu algum tipo de retorno. Porém, no verso deste documento se encontra a palavra *germanismo* (vista como um sinônimo de nazismo pelas autoridades). E estas correspondências passavam pela análise do secretário da prefeitura, no caso, Carlos de Souza Moraes. Uma interpretação possível é que, para algumas autoridades, se opor às ações governamentais era se colocar contra a nação brasileira, assumindo uma postura inimiga. Quanto ao Pe. José Maria Kroetz, verificamos que, após este episódio, fora transferido para a Paróquia Santa Tereza, na localidade de Vera Cruz (atualmente município), então pertencente à Santa Cruz do Sul.<sup>29</sup>

Ney Britto, diretor administrativo da Diretoria de Instrução Pública, estava vinculado diretamente ao secretário Coelho de Souza, sendo seu homem de confiança. Foi responsável por percorrer diversas regiões do Rio Grande do Sul, a fim de verificar os cumprimentos das determinações nacionalizadoras. E, em muitas ocasiões, acompanhou Coelho de Souza nas visitas que fazia aos educandários do estado. Muitas destas visitas em caráter surpresa, com o objetivo de encontrar algum elemento que justificasse uma intervenção mais severa por parte das autoridades estaduais, identificando, assim, instituições de ensino não condizentes com a identidade nacional brasileira que tentava se construir no país. Com o decreto n.º. 7.247, de 23 de abril de 1938, que versava sobre os registros das escolas particulares, complementando a lei anterior, se torna mais aguda a fiscalização governamental, inclusive com apoio de força policial. E as visitas surpresas do secretário de educação se tornam mais frequentes e ganhavam repercussão nas páginas dos jornais *Correio do Povo*<sup>30</sup> e *Diário de Notícias*.

---

<sup>29</sup>Esta carta integra a Coleção Carlos de Souza Moraes, pertencente ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

<sup>30</sup>As constantes manifestações de Coelho de Souza nos jornais, sobretudo no *Correio do Povo*, mantido pela Empresa Jornalística Caldas Junior, têm relação com a própria postura adotada pela direção do

E uma destas visitas surpresas ocorre em Novo Hamburgo, mais precisamente no 2º Distrito, Hamburgo Velho. O local escolhido é a escola Fundação Evangélica (Evangelisches Stift, em língua alemã). Escola esta que, após a visita surpresa, foi chamada por Coelho de Souza, em reportagem do jornal *Correio do Povo*, de “uma escola de surdos-mudos”.

No dia 4 de maio de 1938, o secretário de educação Coelho de Souza, o diretor da Instrução Pública estadual, Ney Britto, e um oficial militar, tenente Telmo Azambuja, realizam visitas surpresas aos educandários particulares de São Leopoldo e de Novo Hamburgo. Sobre a Escola Normal Católica, também localizada em Hamburgo Velho, destinada à formação de professores para atuarem nas escolas paroquiais católicas do Rio Grande do Sul, Coelho de Souza expressa que, embora haja aspectos que já apontem para um processo de nacionalização, ainda falta “alma brasileira”, pois o desenvolvimento das atividades de brasilianização da instituição se constitui muito “mecânico”. Argumenta que a escola ainda carecia de um “professor que imprimisse alma brasileira aos alunos”. Mas, de forma geral, as críticas do secretário de educação foram amenas.

Na tarde do mesmo dia, a comitiva visitara o Seminário Evangélico para Formação de Professores,<sup>31</sup> localizado em São

---

jornal, tendo a frente Breno Alcaraz Caldas. Segundo Andréa Torres, Caldas Junior adotou, entre 1938 e 1943, uma política de adesão ao Estado Novo, que se refletia claramente nos textos publicados. Além disso, conforme Torres (1999) “a ideia de nacionalização com a intenção de estabelecer uma identidade única e soberana” se tornou uma das bandeiras do *Correio do Povo*. Nesse sentido, segundo Petry (2004), “o *Correio do Povo* foi um órgão expressivo de um período histórico, onde se valorizou a informação sem uma concepção político-partidária, muito menos contrária ao governo”. Essa postura da empresa jornalística responsável pelo jornal, alinhada com a política nacionalizadora e autoritária vigente no Brasil, permitiam uma ampla divulgação das ações de nacionalização. Assim como permitiam denunciar fortemente quem não se alinhasse com essa política.

<sup>31</sup> O Seminário Evangélico para Formação de Professores, originalmente denominado Seminário Evangélico Alemão de Professores (Deutsches Evangelisches Lehrerseminar), foi fundado no ano de 1909, nas dependências do Asilo Pella e Betânia, no município de Taquari. No ano de 1910, o Seminário é transferido para as dependências da Escola Sinodal de Santa Cruz do Sul (atual Colégio Mauá). Em 1926, ocorre a transferência da sede do Seminário para a cidade de São Leopoldo, onde se adquiriu uma sede própria, local em que hoje está instalada a Câmara de Vereadores de São Leopoldo.

Leopoldo. Sobre este estabelecimento de ensino, as críticas de Coelho de Souza foram mais severas. O secretário elogia a estrutura física e pedagógica do educandário e a disponibilidade de alguns professores em empenhar-se pela “obra de brasilidade” que está sendo construída no país. Porém ressalta que a forte vinculação do Seminário com sociedades culturais da Alemanha pode ser um fator dificultante, fazendo com que a escola esteja “longe de ser um estabelecimento brasileiro”.<sup>32</sup>

Mas o discurso mais ferrenho de Coelho de Souza se volta contra a escola Fundação Evangélica de Novo Hamburgo.

**Figura 09:** Prédio atual da Fundação Evangélica, inaugurado em 1932.



Fonte: Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Fundação Evangélica.

---

<sup>32</sup>Pouco tempo depois da visita do secretário de educação Coelho de Souza, é determinado que o então diretor do Seminário, professor Alderich Franzmeier, seja substituído por ser alemão. Assume então o cargo o professor Gustavo Schreiber, nascido em São Sebastião do Caí. O Seminário de Professores é fechado pelo governo estadual em 1939. Posteriormente, no início da década de 1950, ele seria transferido para Ivoti, dando origem à Escola Normal Evangélica, hoje Instituto de Educação Ivoti (IEI) e Instituto Superior de Educação Ivoti (ISEI).

Quando ocorrera a visita da comitiva de representantes da Secretaria de Educação e da força policial à instituição, a direção do educandário estava a cargo da diaconisa Ilse Stallbaum, substituindo a diaconisa Martha Schreiber, que estava em tratamento médico em Berlim. A diretora substituta não sabia falar português. Sobre a visita, o secretário Coelho de Souza resume o cenário que encontrou, segundo seus critérios avaliativos, da seguinte forma, conforme publicado na edição do *Correio do Povo* de 6 de maio de 1938:

Não se escandalize o publico por ouvir falar em escolas mormaes, além da existente nesta capital; mas a dolorosa verdade é que possuímos no Estado outras escolas normaes, além da official, e mantidas, ao que parece, por governos estrangeiros. De todas essas visitas [...], trouxe a impressão de que falta muito para abrasillear-se os brasileiros, que são todos os que nasceram neste paiz, quer queiram ou não os governos estrangeiros. De chegada a Hamburgo velho, visitei o Evangelishes Stift, collegio destinado a formar, segundo estava informado, as futuras mães de família, dentro de um rigoroso espírito de raça. Os informes, devo accrescentar, não eram exaggerados, pois a directora do Collegio está, presentemente, em Berlim, possivelmente recebendo instruções, e, a sub-directora não fala o portuguez. Depois de um desesperado esforço, no qual foram mobilizados os últimos vocábulos allemães que eu trazia do curso secundario, retirei-me sem nada conhecer do estabelecimento. Foi uma palestra que teria honrado um instituto de surdos-mudos (*Correio do Povo*, Ano XLIV, 06/05/1938, n° 105, p. 14).

Além de acentuar a desconfiança, elaborada quase que em um tom de afirmação, de que a escola constituía-se em um local de doutrinação nazista, por conta do fato de a diretora substituta não falar português e da diretora estar em Berlim, outro elemento pode ser colhido da fala do secretário Coelho de Souza: a ligação entre instituições de ensino de origem alemã no Brasil com entidades e com o governo da Alemanha. No que diz respeito à Fundação Evangélica, este educandário possuía relações estreitas com

entidades alemãs. Desde o início do século XX, a escola recebia apoio da Obra Gustavo Adolfo<sup>33</sup> e da Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América (ou Sociedade Evangélica de Barmen).<sup>34</sup> Diante da crescente desconfiança da relação entre o Estado Alemão e a Igreja Evangélica Alemã, o governo brasileiro, mas, sobretudo, o governo rio-grandense, iniciou uma forte fiscalização sobre as instituições que possuíam vínculos com alguma entidade alemã, principalmente as escolas. E a situação serviu também para que o Sínodo rio-grandense recebesse um selo de desconfiança por parte das autoridades, já que a maior parte dos pastores que atendiam as comunidades eram alemães ou, como no caso do então presidente do Sínodo, pastor Hermann Dohms, haviam estudado na Alemanha.<sup>35</sup>

A adoção de políticas de nacionalização na área do ensino evidencia o quanto esse campo social era visto como vital para a construção de uma identidade nacional brasileira, uma das bandeiras defendidas pelos ideólogos do Estado Novo e pela

---

<sup>33</sup> A Obra Gustavo Adolfo foi fundada em 1832, na Alemanha, com o objetivo de auxiliar, inclusive materialmente, as comunidades evangélico-luteranas em diversos lugares do mundo. No Brasil, a primeira Obra Gustavo Adolfo foi fundada em 1910, na Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho, tendo sua primeira diretoria composta por: pastor Friedrich Pechmann, presidente; professor Samuel Dietschi, tesoureiro; pastor Wilhelm Rotermund, pastor Erwin Hübbe e do tipógrafo Paul Saile.

<sup>34</sup> A Sociedade Evangélica de Barmen foi uma importante Sociedade de envio de obreiros para o Brasil no século XIX e início do século XX, enviando pastores e professores especialmente ao Sul e Sudeste do Brasil. Após o fim da Primeira Grande Guerra Mundial, receberia a denominação de Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes no Sul do Brasil. Como sua atuação não era mais tão expressiva, por conta da criação do Seminário de Formação de Professores Evangélicos, em 1909, e do Instituto Pré-Teológico, para formação de pastores, em 1937, na cidade de São Leopoldo, a sociedade seria extinta depois da Segunda Guerra Mundial (entre 1948 e 1952).

<sup>35</sup> A primeira instituição destinada à formação superior em Teologia para os pastores do Sínodo Rio-grandense no Brasil foi fundada apenas com o final da Segunda Grande Guerra, em 1946, em São Leopoldo. Tratava-se da Faculdade de Teologia, fundada pelo então presidente do Sínodo Rio-grandense, pastor Hermann Dohms, localizada no Morro Do Espelho, mesmo local onde funcionou o Instituto Pré-Teológico (este instalado no local desde 1931). Em 1958, a instituição passou a estar vinculada à Federação Sinodal, que em 1968 passou a denominar-se Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB. Posteriormente, a Faculdade de Teologia deu origem à Escola Superior de Teologia (EST), em 1984. Em 2007, a instituição passa a se denominar Faculdades EST, congregando os diferentes cursos que haviam surgido ao longo das últimas décadas, principalmente a partir da década de 1970. Maiores informações podem ser conferidas em: <http://www.est.edu.br/>.

política governamental. Para um destes ideólogos (talvez o principal deles), Oliveira Vianna, a construção de uma identidade nacional pelo Estado era capaz de colocar um fim no “sentimento de inferioridade” presente na sociedade brasileira de então. Oliveira Vianna, ao propor, em 1936, o Plano Nacional de Educação, compreendia que as ações educacionais orientadas pelo Estado, de forma homogênea e direcionada, ajudariam a compor uma “superioridade nacional” brasileira.

Ainda conforme a concepção de Oliveira Vianna e de outros pensadores nacionalistas do período, parte do sentimento de inferioridade brasileira era decorrente do enquistamento de alguns grupos étnicos e da vinculação destes grupos ainda com sua pátria de origem, alimentando, assim, um sentimento de superioridade por parte destes grupos. Oliveira Vianna argumentava, criticando estes grupos, que “este ideal de grandeza ou de superioridade nacional é o que há de ser a fonte alimentadora do "espírito brasileiro" anêmico, débil, inoperante”. E para os ideólogos e autoridades estadonovistas, o principal grupo que havia tentado manter-se “isolado” dentro da sociedade brasileira era o de origem alemã.<sup>36</sup> Conforme Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa,

se o pensamento de Oliveira Viana pode ser considerado expressivo do ideário político daquele período, não é difícil

---

<sup>36</sup> Para Oliveira Vianna, assim como para outros pensadores nacionalistas das décadas de 1920, 1930 e 1940, os imigrantes brancos que deveriam ser aceitos pela política nacional de imigração eram aqueles que poderiam ser mais facilmente assimilados pela sociedade brasileira. Nesse caso, uma escolha mais acertada recairia sobre portugueses, espanhóis e italianos. Outros grupos étnicos brancos, como alemães, por exemplo, eram vistos como não desejáveis e recomendáveis, pois sua assimilação era difícil e se mantinham isolados, vistos os quistos étnicos no Sul do Brasil, conforme descreve Oliveira Vianna no artigo *Os imigrantes germânicos e eslavos e sua caracterização antropológica*, publicado na Revista de Imigração e Colonização em janeiro de 1940. Essa assertiva ideológica de Oliveira Vianna e de outros membros da SAAT se fariam presentes nas ações da Comissão de Imigração e, posteriormente, no Conselho de Imigração e Colonização, criado em 1938 pelo Estado Novo, tendo em Oliveira Vianna seu principal mentor. Se por um lado, grupos étnicos brancos, como alemães e eslavos, eram vistos como não recomendáveis, outros grupos eram classificados como *totalmente* indesejáveis. Era o caso de japoneses, sírio-libaneses, mongóis, judeus, entre outros. Oliveira Vianna era um crítico tenaz da imigração japonesa para o Brasil.

imaginar o significado da permanência, já quase secular no Brasil, de grupos estrangeiros que conservavam vivos os seus laços de nacionalidade pelo estreitamento de suas próprias tradições culturais, como que a lembrar, pelo contraste, o que faltava à sociedade brasileira. De todos os grupos estrangeiros presentes nas zonas de colonização, o alemão foi o que, sem dúvida, despertou a maior atenção e mesmo a maior preocupação nas autoridades governamentais. Reconhecido como o núcleo estrangeiro mais fechado em torno de sua própria cultura, de sua própria língua e de sua própria nacionalidade, eram os alemães frequentemente acusados de impedirem o processo de nacionalização pela constância com que mantinham suas características étnicas. A presença de um núcleo estrangeiro que participava ativamente na vida brasileira com seu trabalho e com a obediência civil, mas ao mesmo tempo mantinha acesos os laços culturais que os prendiam à nação de origem, provocava um sentimento ambíguo nas autoridades nacionais: um misto de admiração e medo. É que, na verdade, era nos alemães e não nos brasileiros que se encontrava, de forma marcante, o que Oliveira Viana defendia como ideal a ser atingido no Brasil [...] (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p.).

Diante desta situação, era preciso fomentar, mesmo que de forma coercitiva, que o sentimento nacionalista destes grupos fosse canalizado para o Brasil, fazendo com que estes grupos assumissem a identidade nacional que se buscava modelar naquele período. Sendo assim, era preciso interferir energeticamente nos aspectos sociais e culturais destes grupos e, de forma mais incisiva, em suas instituições escolares. Ainda segundo Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa, fortalecendo essa concepção de padronização educacional e de interferência no ambiente escolar,

no dizer de Lourenço Filho, já em 1939, o projeto educacional do governo tinha como "fito capital homogeneizar a população, dando a cada nova geração o instrumento do idioma, os rudimentos da geografia e da história pátria, os elementos da arte popular e do folclore, as bases da formação cívica e moral, a feição dos sentimentos e ideais coletivos, em que afinal o senso de

unidade e de comunhão nacional repousam.” Esse objetivo conflitava, por uma parte, com a existência de experiências pedagógicas distintas e frequentemente incompatíveis entre si, que deveriam ser controladas mediante a padronização do ensino e a unidade de programas, currículos, compêndios e metodologias de ensino. Além disto, e muito mais seriamente, ele entrava em choque com a existência de núcleos estrangeiros nas zonas de colonização, principalmente no Sul do país, que haviam implantado seus próprios sistemas de educação básica, em suas línguas de origem. O "abrasileiramento" destes núcleos de imigrantes era visto como um dos elementos cruciais do grande projeto cívico a ser cumprido através da educação, tarefa que acabou se exercendo de forma muito mais repressiva do que propriamente pedagógica, mas na qual o Ministério da Educação se empenharia a fundo (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p.).

Retomando a questão da visita realizada por Coelho de Souza à Fundação Evangélica, algumas medidas são tomadas pelas lideranças da instituição. Imediatamente após a visita, ocorreu uma reunião entre os membros do Curatório (entidade mantenedora da escola), na qual fica estabelecida, entre outras ações, a demissão da então diretora, diaconisa Ilse Stallbaum, a busca por um substituto para ocupar a direção da escola, além do envio de uma correspondência ao secretário de educação, explicando o sucedido e as medidas que foram adotadas. O Curatório, presidido então pelo pastor da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho, Wilhelm Pommer, também faz um convite ao prefeito de Novo Hamburgo, Odon Cavalcanti, para que visite a escola. A intenção do convite é estabelecer uma aproximação com o chefe do Executivo hamburguense, que tomara posse há pouco mais de cinco meses, para que este possa servir de interlocutor junto às autoridades estaduais, evitando o fechamento ou estatização da Fundação Evangélica.

A visita ocorre no dia 9 de maio do mesmo ano. Além de Odon Cavalcanti, assessores e um representante do núcleo hamburguense da Lida de Defesa Nacional, visitam as instalações

do educandário. Também é convidado o pastor Rodolfo Saenger, diretor do Ginásio Sinodal, de São Leopoldo. Cabe ao pastor Saenger a função de mediador das negociações junto ao prefeito de Novo Hamburgo, visando criar uma imagem diferente da que foi vista e amplamente divulgada por Coelho de Souza, de ser a escola um centro de doutrinação nazista.

Esta visita se torna o primeiro grande momento de negociação política entre evangélico-luteranos e o governo municipal de Novo Hamburgo desde a instalação do Estado Novo no país e a posse de Odon Cavalcanti, vinculado por laços familiares e de amizade aos principais líderes católicos locais. Doze anos antes, quando da tentativa de emancipação de Novo Hamburgo, alguns líderes evangélico-luteranos se posicionaram contra a nomeação de Odon Cavalcanti como primeiro intendente hamburguense. Agora, precisavam da sua mediação para evitar que seu principal educandário feminino no Rio Grande do Sul viesse a fechar suas portas ou passar para o controle governamental. Ao mesmo tempo, atitude mediadora de Odon Cavalcanti não deve ser entendida apenas como um gesto de cordialidade. Ela tem fortes razões estratégicas. Mesmo sendo amigo pessoal de Getúlio Vargas, o prefeito hamburguense é consciente da força política e econômica do grupo evangélico-luterano, sendo assim, ciente de que este grupo poderia lhe causar problemas na administração municipal e na implantação das ações estadonovistas. Assim, visando manter uma relação estável com os líderes evangélico-luteranos, grupo que contava com muitos empresários e comerciantes, Odon Cavalcanti encontrou no episódio da Fundação Evangélica uma oportunidade de estreitar laços.

Também há de ser considerado outro ponto: mesmo com a proibição dos partidos políticos no país, dentro da escola Fundação Evangélica há a presença de diferentes correntes políticas locais, que se aproximavam ou disputavam espaço nos anos anteriores ao regime estadonovista. Exemplo disso é a presença dos libertadores

Guilherme Ludwig e Guilherme Becker na entidade mantenedora da instituição, assim como a presença de Samuel Dietschi no corpo docente da escola. Entre 1935 e 1937, Guilherme Becker e Samuel Dietschi ocuparam os cargos de vereadores em Novo Hamburgo: o primeiro representando o Partido Libertador junto ao acordo político da Frente Única Gaúcha (FUG), e o segundo sendo eleito representante de um movimento dissidente, que criou o chamado Partido Popular de Novo Hamburgo. Odon Cavalcanti sabia que estas divisões políticas locais, mesmo com a centralização do sistema político nacional, ainda causavam interferências, sendo necessário aparar as arestas que elas causavam, para garantir sucesso em seu governo.

Contudo, o roteiro da visita não sai conforme o esperado pelas lideranças da escola. Uma das educadoras que chegara da Alemanha em março de 1938, Hertha Klevenhusen, professora de Língua Francesa, se encontra, durante uma das aulas, proferindo um discurso de apologia ao nazismo. O pastor Wilhelm Pommer, quando lançada a ideia de contratar professoras vindas da Alemanha, havia dito que não seria um momento apropriado, diante da configuração política que ganhava forma, com a instalação do Estado Novo. A professora Herta Klevenhusen, conforme relata Hilmar Kannenberg (1987), argumenta que sua missão, como alemã, é formar cidadãos alemães, conscientes e dispostos a lutar pela Alemanha. As autoridades presentes, inclusive o prefeito de Novo Hamburgo, presenciam o acontecido.

O discurso e as atitudes da professora vão ao encontro das denúncias que Coelho de Souza publicara nos jornais. Contudo, o prefeito Odon Cavalcanti releva o acontecido, prometendo manter contato com o secretário de educação, visando desfazer a má impressão que este teve sobre a Fundação Evangélica. De fato, o chefe do Executivo hamburguense se reuniu com o secretário Coelho de Souza, servindo como mediador da Fundação Evangélica junto ao governo estadual, evitando o fechamento ou estatização imediata do educandário.

Por seu turno, as lideranças locais do Sínodo Rio-grandense e do Curatório da Fundação Evangélica precisaram adotar medidas que impedissem ações mais drásticas por parte da Secretaria de Educação. A primeira delas é a demissão da professora Hertha Klevenhusen, que é enviada novamente para a Alemanha, em junho daquele ano. A segunda ação, diante da determinação da Secretaria de Educação de se nomear uma nova diretora para a escola, que seja brasileira nata, é escolher a substituta da diaconisa Ilse Stallbaum. Para isso, o pastor Wilhelm Pommer entra em contato com o diretor do Seminário de Formação de Professores em São Leopoldo, Alderich Franzmeier, que lhe indica para a função a professora Ilza Moojen<sup>37</sup>, que exercia a direção da escola da Comunidade Evangélica de Montenegro. Inicialmente Ilza Moojen tenta declinar, mas com a mediação do então prefeito de Montenegro, Carlos Gustavo Jahn, seu tio materno, aceita o convite. Desse modo, Ilza Moojen, que fora aluna da Fundação Evangélica no início da década de 1920, retorna para a instituição agora como diretora, cargo que ocupou até o final de 1942.

---

<sup>37</sup>Ilza Georgina Moojen nasceu em Montenegro, em 1907, falecendo em Porto Alegre, no ano de 1956. Era filha de Adalberto Moojen e Luísa Ondina Jahn Moojen. Adalberto era filho de Jorge Guilherme Moojen, paulista radicado em Lagoa Vermelha, e Maria Inácia Sousa Velho Moojen. Adalberto Moojen era cunhado do desembargador Manoel André da Rocha, casado com sua irmã Albertina Moojen. Manoel André da Rocha, nascido no Rio Grande do Norte, iniciou sua carreira jurídica como juiz da Comarca de Lagoa Vermelha. Foi presidente do Superior Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul entre 1921 e 1935. Foi um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, tendo sido eleito seu diretor entre 1904 e 1936, quando a Faculdade já havia sido incorporada à Universidade de Porto Alegre. Em 3 de dezembro de 1934, foi nomeado como primeiro reitor da Universidade de Porto Alegre, que mais tarde se transformaria na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Maria Luísa Jahn Moojen era filha de Gustavo Jahn e Guilhermina Keller, que tiveram mais três filhos: Ricardo, Willy e Carlos Gustavo, que fora prefeito de Montenegro entre 1930 e 1940. Informações obtidas em MyHeritage, disponível em: <https://www.myheritage.com.br>, consulta em 08/01/2016; e Histórias do Vale do Caí, disponível em: <http://historiasvalecai.blogspot.com.br/2013/04/1857-casa-do-intendente.html>, acesso em 08/01/2016.

**Figura 10:** Ilze Moojen, diretora da Fundação Evangélica entre 1938 e 1942.



Fonte: Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Fundação Evangélica.

No tocante das instituições escolares católicas, estas também recebiam constantes visitas das autoridades estaduais, sobretudo entre 1938 e 1940, quando houve uma mudança significativa nas relações entre a Igreja Católica e as autoridades governamentais sul-rio-grandenses.

Em 5 de junho de 1940, Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, em nome da Igreja Católica rio-grandense, e o secretário de educação José Pereira Coelho de Souza, em nome do governo estadual do Rio Grande do Sul, assinaram um convênio entre as duas partes<sup>38</sup>. Este acordo, além de definir os critérios de colaboração entre ambos os interessados, estabeleceu uma fiscalização menos rígida nos educandários católicos. Isso ficou evidenciado no compromisso assumido pela Secretaria de

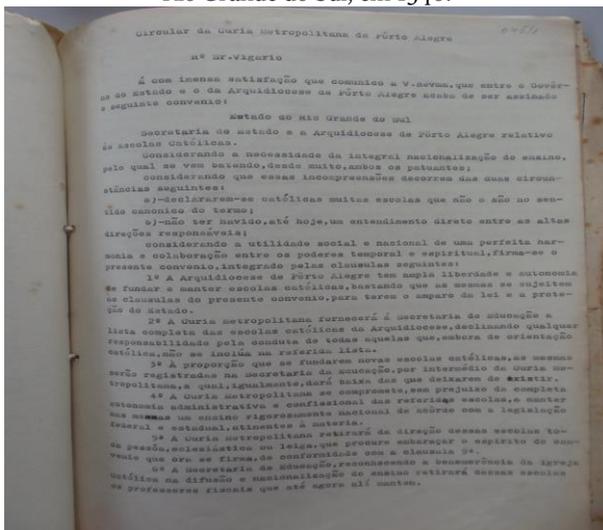
---

<sup>38</sup> Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST – São Leopoldo) – Fundo Sínodo Rio-grandense – Caixa SR 17 – Pasta SR 17/8 – Documento 045.

Educação de retirar as fiscais permanentes que se encontravam nas instituições católicas, promovendo apenas uma visita mensal por parte dos fiscais de ensinos. A Igreja Católica, por meio da Cúria Metropolitana, se comprometeu em manter dentro de seus educandários as ações de nacionalização, inclusive demitindo eclesiásticos ou leigos que não cooperassem efetivamente com as medidas nacionalizadoras.

Um dos critérios apresentados para o firmamento do acordo estava no reconhecimento por parte da Secretaria de Educação aos serviços prestados pela Igreja Católica no apoio, difusão e atitudes visando à nacionalização do ensino do estado, conforme constava na clausula nº. 07 do documento. Além disso, as clausulas nº. 09 e nº. 12 estabeleceram que as averiguações de irregularidade seriam fiscalizadas por pessoas de confiança de ambos os signatários do acordo, assim como coube aos acordantes fazer com que o acordo fosse aplicado às demais dioceses do Rio Grande do Sul.

**Figura 11:** Cópia do convênio estabelecido entre a Igreja Católica e o governo do Rio Grande do Sul, em 1940.



Fonte: Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST – São Leopoldo) – Fundo Sínodo Rio-grandense, caixa SR 17, pasta SR 17/8, documento 045, p. 01.

Fotografia: Rodrigo Luis dos Santos.

Mas a elaboração deste acordo de cooperação mútua entre a principal autoridade eclesiástica católica do Rio Grande do Sul e um dos responsáveis diretos pela Campanha da Nacionalização no estado não tem bases apenas nos bons serviços prestados pelo catolicismo sul-rio-grandense. Ele nasce também por conta de ações tomadas após problemas encontrados pelos agentes do Estado Novo em instituições escolares católicas, como foi o caso da Escola Normal Católica de Novo Hamburgo.

Instalada em Hamburgo Velho desde 1930, a Escola Normal Católica tinha por finalidade a formação de professores. Surgiu em 1923, tendo sua primeira sede em Arroio do Meio, de onde foi transferida para Hamburgo Velho.<sup>39</sup> Surgiu por iniciativa da Sociedade União Popular (*Volksverein*)<sup>40</sup> e da Associação de Professores Católicos Teuto-Brasileiros no Rio Grande do Sul (*Deutschbrasilianischer Katholischer Lehrerverein in Rio Grande do Sul*).<sup>41</sup> Quando de sua transferência para Hamburgo Velho, a Sociedade União Popular assumiu a responsabilidade de manutenção e continuidade da escola, ficando sua direção a cargo de padres jesuítas. Em 1938, na mesma oportunidade em que visitara a escola Fundação Evangélica, o secretário Coelho de Souza visitara a Escola Normal Católica. Seus comentários, conforme já relatamos, foram elogiosos, embora chamassem a atenção para alguns aspectos que demonstravam ainda uma deficiência no trabalho de nacionalização. Porém a visita realizada em 1939 se mostrou com consequências bastante desastrosas para a instituição.

---

<sup>39</sup> No prédio onde funcionava a Escola Normal Católica hoje está instalado o Colégio Estadual Senador Alberto Pasqualini.

<sup>40</sup> Sobre a Sociedade União Popular, maiores informações podem ser encontradas em: RAMBO, Arthur Blásio; ARENDT, Isabel Cristina (Org.). *Cooperar Para Prosperar*: a terceira via. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2012.

<sup>41</sup> Sobre a Associação de Professores católicos Teuto-Brasileiros e a Escola Normal católica, ver: RAMBO, Arthur Blásio. *A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica*: a Associação de Professores e a Escola Normal. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996. (Estudos Teuto-brasileiros, 3).

Em uma festividade que a Escola Normal Católica realizou em comemoração ao Dia do Colono, ocorrido em julho do referido ano, Coelho de Souza e outras autoridades estaduais e municipais, como o prefeito Odon Cavalcanti, são convidados para participarem dos festejos. O convite parte de Leopoldo Petry, presidente da Sociedade União Popular de Novo Hamburgo. Era diretor da Escola Normal o padre jesuíta Miguel Meier, S.J. Durante a cerimônia, um dos alunos teria proferido um discurso, que fora recebido por Coelho de Souza como demonstração de uma atitude contrária ao processo de nacionalização que vinha sendo implantado, muito mais próxima de um elogio *germanista*. Poucos dias depois, seria o momento do secretário de educação proferir palavras de indignação ao ocorrido na Escola Normal Católica de Hamburgo Velho, através dos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*.

A repercussão da segunda visita do secretário de educação se mostra tempestuosa. Dom João Becker declara que apoiará todas as ações nacionalizadoras promovidas pelo governo, determinando que o clero e as ordens religiosas também tenham essa postura. O arcebispo também não se esforça em tentar manter a Escola Normal em funcionamento, apoiando a decisão do governo estadual em determinar o fechamento do educandário. Mesmo com os esforços das lideranças católicas locais, como Leopoldo Petry, a decisão governamental acaba sendo cumprida. Em parte, isso ocorre por conta da postura de Dom João Becker<sup>42</sup>, visando estabelecer uma relação próxima com o governo estadual, como fizera desde os tempos de Carlos Barbosa Gonçalves, Borges de

---

<sup>42</sup> Sobre essa postura de Dom João Becker, mais informações podem ser conferidas em: ISAIA, Arthur Cesar. D. João Becker e o crescendo autoritário nos anos 30. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). *500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 2002. GERTZ, René E. D. João Becker e o Oportunismo Político. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). *500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 2002. SANTOS, Alba Cristina Couto dos. A Igreja da Imigração e o Cajado do Poder de Dom João Becker. Um estudo de caso sobre as lembranças “censuradas” de Theodor Amstad. In: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. *A História da Imigração e sua(s) Escrita(s)* [ebook]. São Leopoldo: Oikos, 2012.

Medeiros e Flores da Cunha. Isso se concretizou em 1940, com a elaboração de um acordo de cooperação entre a Igreja Católica no Rio Grande do Sul e o governo estadual. Outro ponto é a relação do arcebispo com os jesuítas, pois estes são vistos, inclusive por Dom João Becker, como defensores da *germanidade*.

Localmente, Odon Cavalcanti, tem a necessidade de demonstrar que a população de Novo Hamburgo está apoiando a nacionalização e que ele, como chefe municipal, se empenha por isso. Além da questão da Escola Normal, ainda persistiam as dificuldades de implantar as ações nacionalistas na Fundação Evangélica. Assim, o prefeito manda publicar, em edição do jornal *O 5 de Abril*, datado de 4 de agosto de 1939, na primeira página, o discurso que proferiu durante a cerimônia da Escola Normal Católica de Hamburgo Velho. Nesse discurso, Odon Cavalcanti afirmava que:

As leis de nacionalização do ensino com que o culto espírito do exmo. Secretário de Educação, com acentuado civismo, dotou o Rio Grande do Sul, estão sendo aceitas de bom grado, como um imperativo de absoluta necessidade patriótica, pelo menos por parte da população de Novo Hamburgo. E com moderação e, sobretudo, com benévola vigilância, só os casos raros haverá a reprimir, e dentro de pouco tempo, estarão diluídas as aparências de minoria étnicas nas zonas povoadas por descendência de estrangeiros (Jornal *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, Ano XIII, nº 14, 04/08/1939, p. 01).

Pouco tempo antes de ter que utilizar de uma estratégia propagandista para mostrar seu empenho na condução da nacionalização em Novo Hamburgo, Odon Cavalcanti faz uso do meio educacional para estreitar mais os laços com os evangélico-luteranos locais. Em 2 de junho de 1939, ao inaugurar as novas instalações da Escola da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho, Odon Cavalcanti exalta o patriotismo que encontrou naquela comunidade. Ao mesmo tempo, tece elogios ao presidente da comunidade e diretor da escola, Guilherme Becker, enaltecendo

sua capacidade de diálogo e de trabalho.<sup>43</sup> Desde o final da década de 1920, Guilherme Becker se destaca como um dos principais líderes evangélico-luteranos de Novo Hamburgo, tanto no âmbito religioso quanto no empresarial e político.

Além da Escola Normal Católica de Novo Hamburgo, existem outras escolas confessionais católicas instaladas no município. Em Hamburgo Velho, próximo da igreja Matriz da Paróquia Nossa Senhora da Piedade, está instalado o prédio do Colégio São Jacó, mantido pelos Irmãos Maristas. Ao lado da igreja matriz da Comunidade Católica São Luiz Gonzaga, na área mais central de Novo Hamburgo, fora instalado, em 1928, a Escola Paroquial São Luiz, dirigido pelas irmãs da Congregação de Santa Catarina, Virgem e Mártir. Mas o principal educandário católico de Novo Hamburgo é destinado ao público feminino: o Colégio Santa Catarina, também pertencente às irmãs que dirigem o Ginásio São Luiz.

**Figura 12:** Prédio do Colégio Santa Catarina, inaugurado em 1910.



Fonte: Acervo da Secretaria do Colégio Santa Catarina – Novo Hamburgo

---

<sup>43</sup> O jornal *O 5 de Abril*, em edição de 7 de junho de 1940, na primeira página, reproduz o discurso do prefeito hamburguense proferido no ano anterior (Jornal *O 5 de Abril*, ano XIV, 07/06/1940, nº 10, p. 01 (Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo)).

Analisando parte da documentação existente nos arquivos da secretaria do Colégio Santa Catarina, foi possível perceber uma presença acentuada de fiscais de ensino, tanto para o ensino primário quanto para o ensino complementar, que formava professores para o ensino primário, entre os anos de 1938 e 1939. No que tange ao cumprimento das determinações governamentais sobre a nacionalização, a escola demonstra uma dinâmica mais eficiente de adequação às normas. As festividades cívicas contam com grandes demonstrações patrióticas e com a presença de autoridades, como o prefeito Odon Cavalcanti, a diretora-geral da Instrução Pública no Rio Grande do Sul, Olga Acauan Gayer, além do arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker. As aulas são todas em Língua Portuguesa, e as lições de História, Artes e Literatura têm um caráter de exaltação de acontecimentos e figuras nacionais. A documentação referente a esse período, sobretudo entre 1937 e 1939, é escassa, o que nos limita uma análise mais aprofundada dos bastidores nessa época. Mas o enquadramento mais rápido e direcionado dentro das normativas do novo regime permitiu algumas realizações do educandário, sobretudo após 1940.

Um dos fatores que pode explicar a adequação mais imediata ocorrida no Colégio Santa Catarina são as ações mais incisivas promovidas pelo arcebispo Dom João Becker de apoio à nacionalização. Ao contrário do que ocorrera com o Sínodo Rio-grandense, onde havia uma forte presença do chamado *germanismo*, nas áreas de abrangência da Arquidiocese de Porto Alegre, que incluía a região do Vale dos Sinos,<sup>44</sup> Dom João Becker se empenhou por implantar uma política de nacionalização, ou seja, de construção de uma identidade brasileira, mesmo em áreas

---

<sup>44</sup> A Diocese de Novo Hamburgo foi criada pelo então Papa João Paulo II, em 02 de fevereiro de 1980, desmembrando-a da Arquidiocese de Porto Alegre, formada por 44 paróquias em 23 municípios, abrangendo geograficamente as regiões dos Vales dos Rios dos Sinos e Paranhana, Encosta da Serra e parte da Serra, esta conhecida como Região das Hortênsias, sendo a sede episcopal localizada na cidade de Novo Hamburgo.

de colonização predominantemente alemã e italiana. Desde os acontecimentos envolvendo as críticas e o consequente fechamento da Escola Normal Católica de Hamburgo Velho, em 1939, além de outras escolas em Porto Alegre, em 1938,<sup>45</sup> o arcebispo Dom João Becker se empenhou para que as escolas vinculadas com a Igreja adotassem as medidas de nacionalização. A postura de Dom João Becker em colaborar com o governo estadual, também baseado nos interesses políticos pessoais do arcebispo, possibilitou que as escolas católicas obtivessem vantagens em relação às instituições mantidas por outras igrejas, sobretudo as do Sínodo Rio-grandense. Todavia, isso não significa que a relação entre a Igreja Católica e governo fosse plenamente pacífica. Um exemplo disso é a relação de desconfiança que Coelho de Souza tem para com os padres jesuítas. O secretário de educação inclusive argumenta que a origem da hostilidade de alguns católicos, tanto eclesiásticos quanto leigos, para com o governo tem origem no Seminário Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, dirigido por jesuítas.<sup>46</sup> Mas de uma forma geral, as relações entre a Igreja Católica e o governo estadual são de proximidade e cooperação.

Dom João Becker cuidou pessoalmente dessa questão, visando controlar diferentes âmbitos de atuação da Igreja, entre eles o educacional. De perfil centralizador e autoritário, determinou que as instituições escolares católicas, tanto as de caráter paroquial quanto as mantidas por congregações religiosas, se adequassem às regras do Estado Novo. E deu apoio ao governo estadual quando se fazia necessário tomar medidas mais enérgicas para com as escolas católicas que não se adequaram aos ditames do regime. E, embora o próprio arcebispo nutrisse desconfiança para com os padres jesuítas, era exatamente um sacerdote desta ordem um de seus principais assessores na fiscalização das escolas

---

<sup>45</sup> *Correio do Povo*, Ano XLIV, 26/05/1938, n° 122, p. 10 (Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa).

<sup>46</sup> Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST – São Leopoldo) – Fundo Sínodo Rio-grandense – Caixa SR 17 – Pasta SR 17/6 – Documento 009 – Página 02.

católicas: o padre Luiz Gonzaga Jaeger, S.J., nascido na localidade de Bom Jardim (atual município de Ivoti), então pertencente a São Leopoldo. Possuía vínculos familiares com a família Jaeger de Novo Hamburgo. O padre Luiz Gonzaga Jaeger, S.J., foi responsável pela Instrução Catequética nos colégios e grupos escolares católicos do Rio Grande do Sul por dezoito anos, atuando de forma intensa no período do Estado Novo.<sup>47</sup> Além de coordenar a ação catequética, também desempenhou o papel de fiscal do arcebispo no cumprimento das ações nacionalizadoras nas escolas católicas sul-rio-grandenses.

As relações entre o governo municipal de Novo Hamburgo e as escolas católicas do município se mostraram mais estreitas do que com as escolas evangélico-luteranas. Conforme consta em ata, referente aos trabalhos realizados pelo Colégio Santa Catarina no ano de 1938,<sup>48</sup> em junho do referido ano é assinado um acordo entre a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo e o educandário. Por esse acordo, a municipalidade hamburguesa assumia a responsabilidade financeira sobre a “Aula Maggy”. A mesma ata, datada de 14 de dezembro de 1938, também informa que esse convênio diminuiu sensivelmente as dificuldades financeiras enfrentadas pelo educandário. Nesse mesmo ano, a escola contava com um número de 282 alunas matriculadas, número que passaria para 335 no ano seguinte.

Desde 1933, assume a direção do Colégio Santa Catarina a Irmã Maria Margarida Krause,<sup>49</sup> que ocuparia o cargo até 1945.

---

<sup>47</sup>Além disso, o padre Luiz Gonzaga Jaeger, S. J., junto com os padres jesuítas Balduino Rambo, Inácio Valle, Ernesto Maurmann e Arnaldo Bruxel, foi um dos responsáveis pela fundação do Instituto Anchieta de Pesquisas – IAP, junto ao Colégio Anchieta, em Porto Alegre. Atualmente, o IAP encontra-se no Campus São Leopoldo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Também se dedicou a estudar a história das missões jesuíticas e trabalhou como redator da *Folha Catequética* e do jornal *O Eco*, impresso da Typographia do Centro, em Porto Alegre.

<sup>48</sup>Arquivo da Secretaria do Colégio Santa Catarina – Novo Hamburgo – Livro de Atas do Colégio Santa Catarina (equiparado às Escolas Complementares do Estado) – 1931 a 1945

<sup>49</sup>Antes de assumir a direção do Colégio Santa Catarina, Ir. Maria Margarida Krause era diretora do Colégio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na cidade de São Gabriel, entre os anos de 1927 e 1932. Nascida na Alemanha em 1892, a religiosa, cujo nome de batismo era Magdalena Krause, chegou ao

Sua administração ficou conhecida por diversas iniciativas, como a criação do curso chamado *Aula Maggy*, no qual jovens funcionárias das empresas da cidade de Novo Hamburgo, especialmente do setor coureiro-calçadista, com as firmas da família de Pedro Adams Filho, recebiam instrução primária, religiosa e de Economia Doméstica. A *Aula Maggy* funcionou entre 1935 e 1946. Porém, nos primeiros anos da direção de Irmã Maria Margarida Krause no educandário, ocorreu uma oscilação considerável no quadro de alunas. Em 1935, por exemplo, existem apenas 44 alunas matriculadas. Mesmo com o aumento do número de matrículas nos anos posteriores, até 1938 a situação financeira do Colégio Santa Catarina mantém uma acentuada instabilidade. A assinatura do convênio com a Prefeitura Municipal de São Leopoldo favorece a reversão do quadro de crise econômico pelo qual passa a instituição.

A elaboração e conseqüente assinatura do convênio entre o governo hamburguense e a escola católica também pode ser resultado de um favorecimento resultante da influência das redes sociais existentes em Novo Hamburgo, e que se manifestam também em relação ao ambiente escolar. Entre as professoras que lecionavam na *Aula Maggy* era Alice Petry, uma das primeiras alunas a receber o diploma de aluna-mestra, em 1935. Posteriormente, Alice Petry ingressaria, em 1936, na Congregação das Irmãs de Santa Catarina, Virgem e Mártir, ainda atuando em Novo Hamburgo. Algum tempo depois, foi transferida para a Casa Provincial da Congregação em São Paulo. Adotando o nome de Irmã Maria Cecília Petry, emitiu os votos religiosos perpétuos em 1943. Alice Petry era filha da professora Maria das Neves Marques Petry e de Leopoldo Petry, ex-intendente de Novo Hamburgo e então oficial do Cartório de Notas e Registro de Imóveis de Novo

---

Brasil em 1921. Após deixar a direção do Colégio Santa Catarina, voltou para a Alemanha em 1947, onde assumiu a função de Superior Geral da Congregação das Irmãs de Santa Catarina, Virgem e Mártir. Em sua gestão, a sede da congregação foi transferida para a cidade de Roma, Itália. Faleceu em Berlim, no ano de 1973.

Hamburgo. Além disso, meninas pertencentes às famílias Kroeff, Adams, Hennemann, entre outras, estudaram ou estavam estudando na instituição naquele período. Por conta das relações políticas, de amizade ou familiares entre Odon Cavalcanti e estas famílias, a possibilidade de que esse mecanismo relacional tenha favorecido o acordo é bastante plausível.<sup>50</sup>

**Figura 13:** Formatura da turma de alunas do Curso Complementar do Colégio Santa Catarina em 1939.<sup>51</sup>



Fonte: Arquivo da Secretaria do Colégio Santa Catarina – Novo Hamburgo.

Em 28 de fevereiro de 1939, o decreto municipal de número 05<sup>52</sup> beneficia outro educandário católico de Novo Hamburgo: o Ginásio São Jacó. Por este decreto, a instituição passa a ser municipalizada, recebendo a denominação de Ginásio Municipal São

<sup>50</sup>Realizamos uma busca intensa para encontramos documentos que dessem subsídios maiores para complementação das informações referentes a este caso, porém não encontramos documentação sobre esse convênio.

<sup>51</sup>Na extrema esquerda da foto, o prefeito Odon Cavalcanti, e ao centro, com hábito religioso, Ir. Maria Margarida Krause, diretora do educandário.

<sup>52</sup>Pesquisa realizada em Leis Municipais. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/rs/n/novohamburgo/decreto/1939/0/5/decreto-n-5-1939-municipaliza-um-instituto-de-ensino-com-os-seguintes-cursos-primario-admissao-giniasial-e-comercial.html>, acesso em 10/06/2015.

Jacó. Contudo, a direção da escola continua sendo exercida pelos Irmãos Maristas. Entre os argumentos utilizados para referendar a ação de municipalização, está o compromisso do governo municipal de Novo Hamburgo de fazer com que a escola seja credenciada pelo governo federal como instituição de Ensino Secundário.

Sobre o Colégio Santa Catarina, o fato de estar enquadrado nas diretrizes determinadas pela política de Nacionalização do Ensino, além das relações políticas estabelecidas por algumas de suas lideranças, favoreceu que a instituição alcançasse alguns objetivos em 1940. A solicitação junto ao Ministério da Educação para a instalação do Curso Ginásial no educandário é aceita, ocorrendo a abertura do Ginásio do Colégio Santa Catarina ainda no ano de 1940. Os pedidos, nesse período, eram encaminhados ao Ministério da Educação após análise e aceite por partes das autoridades vinculadas à secretaria de educação de cada estado. No caso do Rio Grande do Sul, o acordo firmado entre o secretário Coelho de Souza e o arcebispo Dom João Becker também serviu de garantia para a efetivação dessas solicitações por parte das escolas católicas. O mesmo não ocorrera de forma tão fácil para as escolas do Sínodo Rio-grandense.

O governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Educação, também estabeleceu acordos e convênios com outras igrejas, como o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil (Sínodo de Missouri) e as Igrejas Metodista, Episcopal e Adventista. No que tange à relação com o Sínodo Rio-grandense, esta foi se tornando mais conflituosa ao longo do período.

Em documento datado de 13 de setembro de 1941,<sup>53</sup> José Pereira Coelho de Souza elenca ao presidente do Sínodo Rio-grandense, pastor Hermann Dohms, razões sobre as quais sustenta sua postura mais incisiva sobre os educandários sinodais. Esse documento enviado ao pastor Dohms é uma resposta a um ofício encaminhado por este à Secretaria de Educação, cobrando, entre

---

<sup>53</sup>Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST - São Leopoldo) - Fundo Sínodo Rio-grandense, caixa SR 17, pasta SR 17/6, documento 009.

outras medidas, uma postura de tratamento mais igualitário por parte das autoridades e a autorização para o uso da língua alemã nos cultos e ofícios religiosos, além de acusar Coelho de Souza de beneficiar as entidades educacionais católicas.

Em resposta, o secretário de Educação argumenta que também buscou se aproximar e firmar acordos com outras denominações religiosas, e que as atitudes hostis e as tentativas de não se adequar às leis de nacionalização impediram um acordo com o Sínodo Rio-grandense. Para embasar sua argumentação, Coelho de Souza explica que as principais razões para sua conduta podem ser encontradas nas páginas 10 e 95 do relatório *O Nazismo no Rio Grande do Sul*,<sup>54</sup> de autoria do chefe de Polícia Aurélio da Silva Py.<sup>55</sup> No relatório, posteriormente publicado na forma de livro, nas páginas citadas pelo secretário de educação, Aurélio Py aborda, entre outros pontos, um plano de expansão alemã no sul da América do Sul, abarcando o Rio Grande do sul, além de tratar de espionagem nazista com apoio de lideranças alemãs no estado, como Otto Ernst Meyer, um dos fundadores da Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG), em 1927.

Coelho de Souza, além de reafirmar no documento expedido que não permitiria que se continuasse com os ofícios religiosos em língua alemã, tendo em vista que as demais igrejas o faziam em língua nacional, afirma que o idioma alemão, ao contrário do latim utilizado pelos católicos, era uma língua que estava sendo usada como instrumento imperialista por parte do nazismo. Por fim, acusa o Sínodo Rio-grandense de permitir o ofício de aulas de geografia, história e linguagem em seus templos. Se, a partir de 1940, as escolas católicas localizadas em Novo Hamburgo passam a se tornar exemplos perante as autoridades municipais e estaduais no cumprimento das políticas de nacionalização, as escolas evangélico-

---

<sup>54</sup> PY, Aurélio da Silva. *O Nazismo no Rio Grande do Sul* (Documento secreto n.59). Porto Alegre, 1940, v.1.

<sup>55</sup> Aurélio da Silva Py nasceu em Guaíba, em 1900. Foi médico e oficial do Exército, ocupando o cargo de chefe de Polícia do Rio Grande do sul entre 1937 e 1943. Faleceu em Porto Alegre em 1974.

luteranas locais passariam a ser alvos ainda mais visados por estas mesmas autoridades.

Para analisar este aspecto, vamos avançar um pouco na abordagem temporal. Em seu livro comemorativo ao centenário da Fundação Evangélica, Hilmar Kannenberg relata o pedido de renúncia feito pela diretora Ilza Moojen, durante reunião do Curatório e da Assembleia do educandário, em dezembro 1942. Nesse momento, integram o Curatório da instituição o pastor Theophil Dietschi, ex-presidente do Sínodo Rio-grandense e pároco substituto da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho, exercendo a presidência do Curatório da Fundação Evangélica, pastor Hermann Dohms, presidente do Sínodo Rio-grandense, Ilza Moojen, como diretora da escola, além de Carlos Grün e Guilherme Becker, empresários locais e integrantes da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho. Integram a Assembleia da Fundação Evangélica, além dos anteriormente mencionados, Guilherme Ludwig e Norberto Michel, empresários de Novo Hamburgo, Emílio Maximiliano Müller e Arthur Ebling, sendo o primeiro empresário e o segundo advogado, ambos residentes em São Leopoldo, Antônio Jacob Renner (conhecido como A. J. Renner), empresário, de Porto Alegre e Guilherme Frederico Rotermund e diaconisa Maria Callies, professores da Fundação Evangélica. É descrito que a diretora Ilza Moojen renunciou em decorrência do grande desgaste causado pelo clima tenso que se instalou sobre a escola, que deteriorou, inclusive, sua saúde.

Todavia, o autor não mencionou que ocorreram, por parte da Secretaria de Educação, determinações para a substituição da diretora, desde o ano de 1941, conforme documentação que consta no Arquivo Histórico da IECLB.<sup>56</sup> Conforme documento expedido pela Secretaria, sob o número 972, de 24 de julho de 1941,<sup>57</sup> endereçado ao pastor Hermann Dohms, o secretário Coelho de

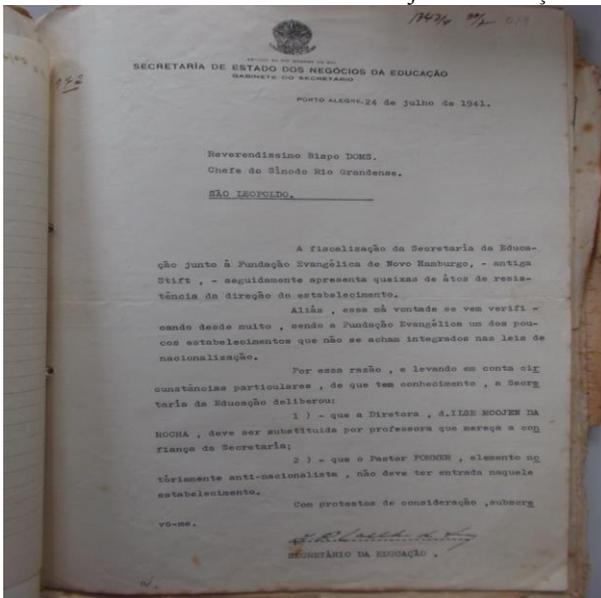
---

<sup>56</sup> Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST - São Leopoldo) - Fundo Sínodo Rio-grandense - Caixa SR 17 - Pasta SR 17/8 - Documentos 016, 020, 021 e 039.

<sup>57</sup> Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST - São Leopoldo) - Fundo Sínodo Rio-grandense - Caixa SR 17 - Pasta SR 17/8 - Documento 039.

Souza determina a substituição da diretora Ilza Moojen por professora que seja de inteira confiança da Secretaria de Educação, além de proibir a entrada do pastor Wilhelm Pommer, pároco da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho e presidente do Curatório da Fundação Evangélica, no estabelecimento de ensino. Entre os argumentos utilizados por Coelho de Souza para referendar sua determinação, estão as constantes queixas prestadas pelas fiscais de ensino vinculadas à Secretaria de Educação, as quais constataram má vontade por parte da direção das lideranças da escola em cumprir as medidas nacionalizadoras, com destaque para o pastor Wilhelm Pommer. Coelho de Souza ainda argumenta que a Fundação Evangélica é um dos poucos educandários no Rio Grande do Sul onde se criam entraves para uma realização plena das ações de Nacionalização do Ensino.

**Figura 14:** Documento enviado pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, determinando o afastamento da diretora Ilze Moojen da Fundação Evangélica.



Fonte: Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST – São Leopoldo) – Fundo Sínodo Rio- grandense, caixa SR 17, pasta SR 17/8, documento 039. Fotografia: Rodrigo Luis dos Santos.

Como resposta ao secretário Coelho de Souza, o pastor Hermann Dohms, em carta expedida em 7 de agosto de 1941,<sup>58</sup> apresenta argumentos que visam explicar as razões do que seriam, segundo pastor Dohms, más impressões por parte da fiscalização de ensino, sendo que atitudes das fiscais seriam causadoras de fortes atritos. O presidente do Sínodo Rio-grandense inicia sua argumentação afirmando que a nomeação de uma fiscal especial, com a finalidade de supervisionar as atividades noturnas da Fundação Evangélica, era sinal que existia um severo voto de desconfiança por partes das autoridades governamentais para com a instituição e para com a diretora Ilze Moojen. Afirma também que a diretora buscou, durante todo o tempo, desfazer qualquer tipo de mal-entendido ou especulação perniciosa envolvendo professoras e funcionárias da escola, assim como buscou sempre o diálogo com a fiscal nomeada pela Secretaria de Educação do estado.

Momentaneamente, pastor Dohms e as lideranças que atuavam na escola conseguem manter Ilze Moojen como diretora da Fundação Evangélica. Porém isso não significa que a Secretaria de Educação desistira da determinação de substituí-la por alguém de sua confiança. No início de 1942, é expedido novo documento pela Secretaria de Educação, sob o número 360,<sup>59</sup> no qual Coelho de Souza envia ao presidente do Sínodo Rio-grandense as condições, determinadas pelo interventor federal, coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, para que a escola permaneça aberta. Nos documentos que consultamos, até esse momento verificamos que as tratativas eram entre Coelho de Souza e os representantes sinodais, sobretudo o pastor Hermann Dohms. Mas agora, a questão também passaria pelo interventor Cordeiro de Farias, que acompanharia mais de perto o caso da Fundação Evangélica, que

---

<sup>58</sup> Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST - São Leopoldo) - Fundo Sínodo Rio-grandense - Caixa SR 17 - Pasta SR 17/6 - Documento 001.

<sup>59</sup> Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST - São Leopoldo) - Fundo Sínodo Rio-grandense - Caixa SR 17 - pasta SR 17/8 - Documento 021.

estava assumindo contornos problemáticos por conta da dificuldade de efetivação das práticas de nacionalização.

Entre as novas determinações, está a ordem de, no prazo máximo de trinta dias, definir um novo nome para a direção da escola, sendo que o nome escolhido deve ser submetido à avaliação da Secretaria de Educação. Além disso, o documento deixa claro que serão inúteis tentativas, junto à Interventoria ou à Secretaria, de se tentar a manutenção de Ilza Moojen na função. Caso as ordens não sejam cumpridas, o interventor Cordeiro de Farias determina o fechamento da escola.

Segue-se, nos dias 30 de março e 13 de abril de 1942, a emissão de duas cartas, informando das decisões tomadas por parte das lideranças do Sínodo Rio-grandense e da mantenedora da Fundação Evangélica. A primeira carta, escrita por pastor Dohms,<sup>60</sup> informa o encaminhamento das ordens para que o pastor Theophil Dietschi as fizesse cumprir. O segundo documento,<sup>61</sup> de autoria do pastor Theophil Dietschi, relata os procedimentos adotados.

Em sua carta, o pastor Dietschi apresenta o nome da professora Yolanda Lütke, especializada em educação física, que lecionou na Fundação Evangélica entre 1939 e 1940, retornando à instituição no início de 1942. Informa que o nome da professora foi apresentado à delegada regional de Ensino e à chefe da Fiscalização das Escolas Particulares, cabendo a autorização para que Yolanda Lütke assumia a direção da Fundação Evangélica ao secretário de educação. Também comenta sobre a situação financeira da Fundação Evangélica, que se apresenta em crise, em decorrência do decréscimo de matrículas.<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup>Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST – São Leopoldo) – Fundo Sínodo Rio-grandense – Caixa SR 17 – Pasta SR 17/8 – Documento 016.

<sup>61</sup>Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST – São Leopoldo) – Fundo Sínodo Rio-grandense – Caixa SR 17 – Pasta SR 17/8 – Documento 020.

<sup>62</sup>Parte considerável da documentação das décadas de 1930 e 1940, existentes no Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH), acabou sendo destruída por conta da falta de condições de armazenamento e de maiores cuidados com sua manutenção. Deste modo, não encontramos documentação com a resposta dada pela secretaria de

A situação da Fundação Evangélica e a instabilidade das relações entre a instituição, o Sínodo Rio-grandense e a Secretaria de Educação do estado tomam contornos cada vez mãos problemáticos ao longo do ano de 1942. Além dos problemas relacionados diretamente com a Nacionalização do Ensino, outro problema atinge o Sínodo Rio-grandense e as comunidades evangélico-luteranas de Novo Hamburgo: a prisão de alguns de seus membros, entre eles, o pastor Wilhelm Pommer.

Mesmo sem entrar nos recintos da Fundação Evangélica desde abril de 1941, conforme consta em documentação expedida pelo Sínodo Rio-grandense,<sup>63</sup> pastor Pommer continuou sendo observado pelas autoridades, não apenas da Secretaria de Educação, mas também da Polícia do Rio Grande do Sul. Sobre ele pesavam as acusações de propaganda nazista nas aulas de religião, ministradas na Igreja da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho. Somando-se a essas acusações, pesou contra o pastor Pommer o fato de ter celebrado a cerimônia de exéquias em língua alemã, no sepultamento do médico Karl Wilhelm Schinke, ocorrido no Cemitério Evangélico de Hamburgo Velho. As informações fornecidas pelas autoridades policiais da época eram de que o sepultamento teria sido uma cerimônia nazista<sup>64</sup>. Conforme Taís Campelo Lucas, ao estudar as

---

Educação. Porém, cabe aqui, com a documentação e bibliografia de que dispomos, fazer uma análise mais apurada de alguns pontos. Se observarmos as datas do encaminhamento das cartas, por parte das lideranças sinodais e da Fundação Evangélica, à Secretaria de Educação, e a data da renúncia de Ilza Moojen, que consta da obra de Hilmar Kannenberg (dezembro de 1942), teremos, pelo menos seis ou sete meses de diferença. Podemos estabelecer duas possibilidades para esse confronto de datas: a primeira, que houve uma demora por parte da Secretaria de Educação para emitir um parecer favorável ou não à posse de Yolanda Lütke na direção da escola. A segunda possibilidade, que carece de uma documentação que a evidencie, é que Yolanda Lütke acabou exercendo a direção apenas de forma *nominal*, permanecendo no exercício efetivo Ilza Moojen. Contudo, no momento não temos condições documentais de comprovar essas possibilidades. Mas acreditamos que é válida uma análise sobre esse fato, que poderá ser aprofundada posteriormente.

<sup>63</sup> Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST – São Leopoldo) – Fundo Sínodo Rio-grandense – Caixa SR 17 – Pasta SR 17/6 – Documento 001 – página 02.

<sup>64</sup> Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST – São Leopoldo) – Fundo Sínodo Rio-grandense – Caixa SR 18 – Pasta SR 18/2 – Documento 008.

ações da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) no Rio Grande do Sul contra a atuação nazista no estado,

não apenas o necrológico e o discurso foram feitos em língua alemã, mas todo o funeral seguiu os procedimentos e a simbologia exigidas pelo nazismo: caixão coberto pela bandeira nacional-socialista e guarnecido por uma guarda de honra, compostas por membros do NSDAP local uniformizados, seguidos de discursos de partidários e saudações nazistas durante o enterro. Quinze participantes foram presos, alguns também acusados de realizar reuniões do Partido Nazista após a proibição dos partidos e das atividades políticas dos estrangeiros (LUCAS, 2014, p. 190).

Em documento encaminhado pela Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho<sup>65</sup> às autoridades estaduais, datada de 7 de outubro de 1941, a diretoria desta comunidade afirma refutar qualquer acusação feita contra o pastor Wilhelm Pommer, no tocante do exercício de suas funções eclesiásticas. Entre os signatários do documento, estão Guilherme Ludwig, Guilherme Becker, Carlos Conrado Grün e Arthur Hass, influentes empresários hamburgueses. Entretanto, a missiva não surte efeito, pois o pastor Pommer continuou preso na Colônia Penal Daltro Filho.<sup>66</sup>

Neste período, diversos pastores vinculados ao Sínodo Rio-grandense foram presos pelas autoridades policiais do estado, sob acusação de propaganda nazista, de não cumprimento das leis estadonovistas ou de dificultar as medidas de nacionalização na área do ensino escolar. Ao todo, vinte e seis pastores foram confinados em Charqueadas<sup>67</sup>. Além do pastor Wilhelm Pommer, de Hamburgo Velho, conforme averiguamos na listagem que

---

<sup>65</sup> Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST – São Leopoldo) – Fundo Sínodo Rio-grandense – Caixa SR 17 – Pasta SR 17/4 – Documento 014.

<sup>66</sup> Pastor Wilhelm Pommer esteve preso em dois períodos: entre dezembro de 1941 e julho de 1942 e de agosto de 1942 até setembro de 1943.

<sup>67</sup> Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST – São Leopoldo) – Fundo Sínodo Rio-grandense, caixa SR 18, pasta SR 18/1, documento 020, página 01.

consultamos,<sup>68</sup> também fora preso o pastor da Comunidade Evangélica de Campo Bom, Rudolf Wulfhorst, que iniciara sua atuação naquela comunidade em 1938.<sup>69</sup>

Em Novo Hamburgo, outro educandário evangélico-luterano passaria, a partir de 1942, a ser alvo de autoridades, de maneira especial do prefeito Odon Cavalcanti: a Escola Evangélica Oswaldo Cruz. Por conta da escassez de documentos sobre a questão,<sup>70</sup> a principal fonte utilizada é o relato que se encontra na obra *Oswaldo Cruz 100 anos de história*, lançado em 1996 durante as comemorações do centenário de fundação da instituição.

O conflito entre Odon Cavalcanti e os membros da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo, mantenedora da Escola evangélica Oswaldo Cruz, teve início por conta da indicação de uma professora, parente do prefeito, para fazer parte do corpo docente da instituição, a qual não fora aceita pela comunidade. Segue-se ainda o fato de duas professoras, nomeadas diretamente pelo prefeito e remuneradas pelo governo municipal de Novo Hamburgo para atuarem na escola, terem deixado a função entre o final de 1941 e o início de 1942. Por conta desses fatores, o pastor Theophil Dietschi, pároco da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo e pároco interino da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho, substituindo o pastor Wilhelm Pommer, e Siegfried Dietschi<sup>71</sup>, diretor da Escola Evangélica Oswaldo Cruz, são

---

<sup>68</sup> Tentamos obter informações detalhadas sobre os demais pastores apenados e as comunidades onde atuavam, porém as informações encontradas apresentavam dados incompletos ou apenas posteriores ao período que abordamos neste trabalho.

<sup>69</sup> Informações obtidas em: SPERB, Angela. *Sal da terra: 160 anos da Comunidade e Escola Evangélica de Campo Bom*. Canoas: La Salle, 1992.

<sup>70</sup> Pelo fato de a Escola Oswaldo Cruz integrar, desde 1976, a Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH), grande parte de sua documentação fora transferida para a Fundação Evangélica. Como anteriormente relatado, grande parte da documentação das décadas de 1930 e 1940 foram destruídas por conta da falta de cuidados necessários para sua conservação.

<sup>71</sup> Siegfried Dietschi, nascido em Estrela, no ano de 1921, era filho do pastor Ernesto Dietschi, neto do também pastor Ernst Dietschi. Ernst e Theophil Dietschi eram filhos do pastor Johann Rudolf Dietschi, que chegou ao Brasil em 1873, residindo na localidade de Taquara do Mundo Novo (atual município de Taquara) onde permaneceu até 1900. Entre 1900 e 1919, atuou na Comunidade Evangélica de Sapiranga. Foi presidente do Sínodo Rio-grandense entre 1900 e 1906. Siegfried Dietschi foi diretor da Escola

convocados a participar de uma reunião com o prefeito Odon Cavalcanti e com o subprefeito do 1º Distrito de Novo Hamburgo, Antonio Paim Soares, no dia 02 de março de 1942. No decorrer do encontro, Odon Cavalcanti, além de questionar o problema envolvendo as professoras, acusa o pastor Theophil Dietschi de ser o responsável de a escola não querer mais aceitar a subvenção municipal, com o intuito de que não se descubram possíveis irregularidades. Pastor Theophil Dietschi afirma que a Escola Evangélica Oswaldo Cruz está seguindo todas as determinações decorrentes das leis de nacionalização, não havendo razões para o chefe do Executivo hamburguense levantar suspeitas. Afirmou que as obrigações da instituição eram para com a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, responsável pela fiscalização do cumprimento das normas estão vigentes. Odon Cavalcanti, por seu turno, foi enfático ao afirmar que fazia questão que houvesse na escola uma professora de sua confiança pessoal, para saber realmente o que acontecia naquele educandário.

No mesmo dia da reunião, Odon Cavalcanti assina o decreto número 016/02, onde determina a exoneração da professora de Língua Portuguesa Ruth Ribas Borgato. No referido decreto, o argumento utilizado para a referida exoneração é que a Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo dispensou o auxílio que vinha sendo dado, com o fornecimento de professoras do município de Novo Hamburgo para atuarem na Escola Evangélica Oswaldo Cruz.<sup>72</sup>

Ainda como consequência da reunião dos representantes da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo e as autoridades da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, houve a determinação de

---

Evangélica Oswaldo Cruz entre 1942 e 1946; diretor do Ginásio Evangélico de Panambi/RS entre 1946 e 1950. Em 1950 assumiu como professor de Português no Colégio Sinodal e no Instituto Pré-Teológico em São Leopoldo. Faleceu em 1970, quando atuava como diretor do Colégio Humbolt, na cidade de São Paulo/RS. Informações consultadas em Portal Luteranos. Disponível em: <http://www.luteranos.com.br/textos/siegfried-dietschi-1921-1970>, acesso em 10/01/2016.

<sup>72</sup>Informação pesquisada em Seção de Legislação do Município de Novo Hamburgo/RS: Decreto Municipal nº. 016/02, de 02/03/1942. Disponível em: <http://www.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7707&cdDiploma=194200162&NroLei=016/2&Word=&Word2=>, acesso em 10/01/2016.

que Júlio Aichinger, então presidente da comunidade, fosse destituído imediatamente do cargo. O motivo desta ordem: ele era de nacionalidade alemã.

Júlio Aichinger nasceu em Fellbach, no estado de Baden-Württemberg, Alemanha, em 1876. Chegou ao Brasil em 1891, radicando-se em Novo Hamburgo. Foi sócio da firma Lipp & Aichinger, juntamente com Antônio Roberto Lipp, que atuava no setor de materiais de construção. Júlio Aichinger naturalizou-se brasileiro ainda no final do século XIX. Atuou como presidente da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo por quase vinte anos, entre 1922 e 1942. Também participou de diversas gestões de diretorias da Sociedade Ginástica de Novo Hamburgo, sendo cinco vezes presidente da entidade, assim como da Sociedade Atiradores de Novo Hamburgo. Faleceu no ano de 1945.

Mas a situação ocorrida com Júlio Aichinger abre espaço para um questionamento: se o argumento principal era sua nacionalidade alemã, por que também não ocorrera a ordem de afastamento da diretora do Colégio Santa Catarina, Madre Maria Margarida, que também possuía nacionalidade alemã? Neste caso, o fator explicativo está nas relações estabelecidas em nível local, assim como na conjuntura de proximidade entre a Igreja Católica e as autoridades do Estado Novo em âmbito federal e estadual. Localmente, são conhecidos os fortes vínculos políticos e familiares que o prefeito Odon Cavalcanti possui com líderes católicos de Novo Hamburgo. No Rio Grande do Sul, o acordo cooperativo estabelecido entre o governo estadual e a Igreja Católica, através de seu principal líder, o arcebispo Dom João Becker, favoreceu com que religiosos de nacionalidade alemã ligadas ao catolicismo, desde que pautando sua atuação nas normativas do regime político brasileiro e da Cúria Metropolitana, não sofressem sanções como ocorrera com os evangélico-luteranos. Embora ocorressem, por exemplo, casos de prisões de líderes católicos, como o que envolvera o médico Wolfram Metzler. E na esfera federal, desde que Getúlio Vargas assumira o poder, em 1930, A Igreja Católica

buscava se aproximar do governo federal, sem buscar uma vinculação mais direta, evitando que tivesse que se submeter novamente aos ditames governamentais, como ocorrera durante o período imperial. Mas essa aproximação, buscada pela Igreja Católica, visava exercer uma influência política na organização social e cultural do Brasil. Conforme Paulo Julião da Silva,

além do decreto sobre o ensino religioso facultativo em escolas públicas, vale ressaltar também que em 1931, o Estado deu pelo menos mais duas mostras que estava disposto a dialogar com a Igreja Católica com objetivo de manter uma relação política amistosa com a instituição. Uma delas foi o reconhecimento de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil. A outra, foi a inauguração da estátua do Cristo Redentor, na então Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro, no dia 12 de outubro. Segundo Célio da Cunha (1989), a Igreja Católica viu nessas ações a oportunidade de fazer diversas reivindicações ao governo, sendo que algumas foram atendidas na Constituição de 1934 (como o casamento religioso com efeitos civis), e outras foram colocadas mais em prática no Estado Novo (como a perseguição de forma mais enfática aos comunistas) (SILVA, 2012, p.7).

Essas configurações relacionais em diferentes níveis, que se entrelaçam em determinados momentos, ajudam a explicar o favorecimento de um determinado grupo, neste caso, os católicos, e o distanciamento e ações mais incisivas para com outros, como fora com os evangélico-luteranos. Além disso, a Igreja Católica, através de autoridades eclesíásticas, como Dom João Becker e o cardeal Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, arcebispo do Rio de Janeiro, e de intelectuais católicos, como Alceu Amoroso Lima, passam a adotar um discurso fortemente nacionalista, enfatizando o combate ao comunismo e a necessidade de impedir a perpetuação de quistos étnicos dentro do país. Além disso, defendiam a necessidade de uma religião que, mesmo não vinculada ao Estado, colaborasse para uma unidade nacional. E o

catolicismo era essa religião, por conta de sua cooperação e alinhamento com as ideias então vigentes. Para Euclides Marchi,

o governo do Estado Novo considerava que a religião não era matéria constitucional. Todavia, para o episcopado o documento constitucional já não era tão importante, porque as articulações com Vargas formalizavam e reafirmavam sua íntima relação com a Igreja. A liberdade de culto, indissolubilidade do casamento, ensino religioso entre outros, estavam preservados. Frente ao golpe, o Cardeal Leme manteve sua postura de não se opor à autoridade constituída e aceitou o novo regime (MARCHI, 2003, p. 225).

Mas os laços estreitos entre o catolicismo e as autoridades estadonovistas, além das diferentes formas de vínculos entre os agentes sociais envolvidos, não trouxeram apenas dividendos positivos para o grupo católico. Em Novo Hamburgo, mencionamos o caso da prisão de Wolfram Metzler, um dos principais líderes católicos da região.

**Figura 15:** Dr. Wolfran Metzler (o quinto, da esquerda para a direita), no Sanatório Regina, atual Hospital Regina, Novo Hamburgo, em 1938, durante visita de Maurício Cardoso (terceiro da esquerda para a direita) a cidade.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo

Wolfram Metzler permaneceu encarcerado durante três meses, em 1942, na Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho. Pesava sobre ele a acusação de possuir, escondida em sua residência, uma arma de propriedade do Exército. Wolfram Metzler afirmou, perante as autoridades policiais, que esta arma era de propriedade de um funcionário da Typographia do Centro, de propriedade de sua família. Embora esse argumento tenha sido utilizado para referendar a decisão de efetivar sua prisão, as principais acusações apresentadas contra Wolfram Metzler eram a afinidade que possuía para com a ideologia nazista e suas ligações pessoais com a Alemanha. O médico confirmou suas ligações afetivas com a Alemanha, mas negou ser simpático ao ideário nazista, inclusive pelo fato de Wolfram Metzler ser católico e a Igreja Católica no Brasil ter uma posição antinazista. Contudo, as autoridades o viram como um elemento perigoso, decretando sua prisão.

Em carta<sup>73</sup> que escrevera ao delegado Plínio Brasil Milano, da Delegacia de Ordem Política e Social, Wolfram Metzler afirma ser inocente, alegando sua prisão aos interesses de inimigos, tendo como foco evitar a expansão da Typografia do Centro, que, segundo palavras do próprio médico, serviria “como esteio do catolicismo no Rio Grande do Sul e no Sul do país”. Afirma nunca ter se colocado contra o regime do Estado Novo. Por fim, alega que, “se cometeu crime por conta da arma encontrada em sua residência, só resta pedir clemência”.

A defesa de Wolfram Metzler começa a ser articulada. Seus advogados arrolam testemunhas para buscar sua absolvição e tirá-lo da prisão. Entre as testemunhas está Oscar Frederico Adams, empresário hamburguense, líder católico local e presidente do núcleo da Liga de Defesa Nacional de Novo Hamburgo. Além dos

---

<sup>73</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) – Fundo Polícia – Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) – Colônia Penal Agrícola, 1942 – Carta de Wolfram Metzler.

vínculos confessionais, as famílias de Oscar Adams e Wolfram Metzler são amigas já há muitos anos, tendo em vista que Wolfram Metzler é sobrinho de Leopoldo Petry, amigo, correligionário político e líder católico em Novo Hamburgo junto com Pedro Adams Filho (pai de Oscar Adams) desde a metade da década de 1910. Mais uma vez, as redes sociais estabelecidas são utilizadas para se obter um objetivo, no caso, livrar da prisão um líder político católico importante de Novo Hamburgo. Wolfram Metzler é libertado, porém continua tendo sua liberdade condicional vigiada pelas autoridades estadonovistas.

Retomando o caso das escolas confessionais de Novo Hamburgo, o conflito entre a direção da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo, a Escola Oswaldo Cruz e o prefeito Odon Cavalcanti, é causado, em grande parte, por conta da tentativa das lideranças evangélico-luteranas vinculadas ao educandário, de se aproximar mais das autoridades educacionais do governo estadual, o que causa um desconforto político ao chefe do Executivo local, além de um desgaste dele perante o governo do Rio Grande do Sul. Embora seja reconhecido por suas ações de nacionalização, sobretudo as grandes demonstrações cívicas, como os desfiles da Semana da Pátria, nos quais as escolas católicas, como o Colégio Santa Catarina, eram destaques, inclusive em nível estadual, Odon Cavalcanti não conseguiu êxito na tentativa de implementar uma nacionalização plena em Novo Hamburgo. Além do caso das denúncias de reuniões nazistas que ocorriam no município, reforçadas por conta do velório e sepultamento do médico Karl Schincke e das prisões resultantes, ainda havia o caso da escola Fundação Evangélica.

**Figura 16:** Concentração Cívica no campo do Esporte Clube Floriano (atual Esporte Clube Novo Hamburgo), com destaque para as alunas do Colégio Santa Catarina.



Fonte: Arquivo da Secretaria do Colégio Santa Catarina.

Na Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo, Odon Cavalcanti conseguiu que seu presidente fosse destituído. Para o lugar de Júlio Aichinger, assumiu o major Eugênio Henrique Bender.

Nascido no ano de 1881 em Hamburgo Velho, Eugênio Henrique Bender transferiu-se para o município de Lajeado. Lá dedicou-se também à política, sendo eleito conselheiro municipal, exercendo a presidência do referido Conselho entre 1920 e 1924<sup>74</sup>. Exerceu também o cargo de juiz de Paz do município e participou de atividades empresariais, como da Empresa de Navegação Fluvial do Alto Taquari e da Companhia de Navegação Arnt, assim como agente comercial do Banco Nacional do Comércio, na localidade de Cruzeiro do Sul, então distrito de Lajeado. Também foi sócio de empresas em Porto Alegre, como a Ferragens J. Ernesto Franzen & Cia., e de empresas em Novo Hamburgo, como a Fábrica de Alumínios Cruzeiro do Sul e a Companhia Esmaltados Riograndense. Ao retornar para Novo Hamburgo, em 1931, logo

<sup>74</sup>Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado. Galeria de ex-Presidentes. Disponível em: [http://www.cmlajeado.rs.gov.br/?menu=camara&sub=galeria\\_de\\_ex\\_presidentes](http://www.cmlajeado.rs.gov.br/?menu=camara&sub=galeria_de_ex_presidentes), acesso em 05/01/2016.

ingressa na política local, sendo indicado subprefeito de Novo Hamburgo entre 1932 e 1935. Era sobrinho do major Luiz Bender, natural de Hamburgo Velho, que ocupou o cargo de conselheiro no Conselho Municipal de São Leopoldo entre 1896 e 1916. Luiz Bender era sogro do coronel Guilherme Gaelzer Neto, intendente de São Leopoldo entre 1902 e 1916.

Porém Odon Cavalcanti não consegue a destituição de Siegfried Dietschi da direção da Escola Oswaldo Cruz. A manutenção do diretor frente ao educandário é garantida pela Secretaria Estadual de Educação. E, além disso, continuam os embates entre as lideranças da Fundação Evangélica e as autoridades do Estado Novo sobre a mudança na direção da instituição.

Em setembro de 1942, o prefeito Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro solicita, de forma irrevogável, sua exoneração do cargo de chefe do Executivo Municipal de Novo Hamburgo. A exoneração é concedida. Em 1943, Odon Cavalcanti assume como diretor da Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Sul. No ano seguinte, chega ao cargo de vice-presidente, no período em que Pompílio Cylon Fernandes da Rosa era presidente da entidade no estado. Com a indicação e posse de Cylon Rosa para o cargo de interventor federal do Rio Grande do Sul, entre fevereiro de 1946 e março de 1947, Odon Cavalcanti ocupou a presidência estadual do banco em 1947, quando passou novamente o cargo para Cylon Rosa. Após deixar a Caixa Econômica Federal, em 1948, não encontramos mais nenhuma informação sobre a vida pública de Odon Cavalcanti, que faleceu em 6 de maio de 1966.

Com a exoneração de Odon Cavalcanti, é nomeado para o cargo de prefeito de Novo Hamburgo Nelson Toohey Schneider. Ao mesmo tempo, os reflexos da conjuntura internacional e nacional, com o apoio do Brasil aos países aliados e o rompimento definitivo com a Alemanha, faz com que a fiscalização e a repressão do regime estadonovista se tornem mais contundentes. E isso também se reflete em Novo Hamburgo, exigindo novas alternativas diante desta realidade.

### 5.3 “Há um tempo para plantar e há um tempo para colher”: o enfraquecimento do regime estadonovista e os desdobramentos das iniciativas políticas de evangélico-luteranos e católicos em Novo Hamburgo (1943 – 1945)

Antes de assumir a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, Nelson Toohey Schneider ocupou, entre 18 de dezembro de 1940 a 23 de setembro de 1942, o cargo de prefeito do município de Farroupilha, cidade criada em 1934, emancipando-se de Caxias do Sul. Não possuía vínculos diretos com aquela localidade. Assim como não possuía com Novo Hamburgo.

**Figura 17:** Nelson Toohey Schneider (ao centro), prefeito municipal de Novo Hamburgo entre 1942 e 1944.<sup>75</sup>



Fonte: Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Fundação Evangélica.

<sup>75</sup> Na foto, Coelho de Souza está no centro da foto, de óculos, junto ao prefeito Nelson Schneider. Na extrema esquerda da foto, Guilherme Becker, e na extrema direita, de óculos (perfil), Guilherme Frederico Rotermond, diretor da escola.

Nascido em 4 de abril de 1902, Nelson Toohey Schneider era filho de Leopoldo Carlos Schneider e Violeta Toohey Schneider. Leopoldo Carlos Schneider, empresário, nascido em Porto Alegre, no dia 4 de maio de 1874, assumiu o cargo de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1936, pelo Partido Republicano Liberal (PRL). Ocupando suplência na chapa de seu partido nas eleições legislativas de 1935, foi convocado a ocupar cadeira na Assembleia após o titular, deputado Paulo Rache, ser nomeado para o cargo de secretário estadual da Fazenda. Após trabalhar na firma Bromberg durante 24 anos, passou a dedicar-se, a partir de 1915, à empresa Schneider & Cia., que fora fundada por seu pai, Fernando Jorge Schneider, em 1869. De 1915 em diante, a firma, que fazia a importação da Europa e Estados Unidos de ferramentas e utensílios para sapateiros, curtidores e tamanqueiros, além da venda de artefatos em couro e sapatos, passa a ser dirigida pelos irmãos Oscar Augusto e Leopoldo Carlos Schneider. Algum tempo depois, Nelson Toohey Schneider passa a ser sócio desta empresa comercial. Provavelmente, por conta do ramo ao qual se dedicava, a firma da família Schneider possuía algum tipo de vínculo comercial com as empresas de calçados e coureiras de Novo Hamburgo. Nelson Toohey Schneider, que estudara no Ginásio Anchieta de Porto Alegre e era formado em Ciências Econômicas, tinha mais dois irmãos: Herbert e Walter, sendo este último advogado atuante em Porto Alegre.

Ao assumir o governo municipal de Novo Hamburgo, ele se compromete a assumir uma postura ainda mais severa em relação à política de Nacionalização. Dá apoio irrestrito ao núcleo local da Liga de Defesa Nacional, que tem na sua presidência o católico Oscar Frederico Adams, que tem como vice-presidente o evangélico-luterano Guilherme Becker. Ampliou as demonstrações cívicas de patriotismo, além de construir mais escolas públicas e obrigar os pais a matricularem seus filhos nelas. Também ficou conhecido por combater a ociosidade no município. Quando alguém não queria trabalhar, recebia ordens de deixar Novo Hamburgo. De modo geral, o governo Nelson Toohey Schneider

buscou seguir com fidelidade as determinações estadonovistas e impor um controle social maior sobre o município.

Uma marca pessoal do prefeito hamburguense seria sua relação intensa com a Igreja Católica. Ganhou destaque na imprensa local a entronização de uma imagem de Cristo crucificado no gabinete do prefeito<sup>76</sup>, cuja solenidade ocorreu em 14 de janeiro de 1943, após ocorrer uma benção por parte de um padre nos diferentes setores do prédio da prefeitura. Nelson Schneider disse agir dessa forma, tendo em vista sua íntima convicção religiosa católica. A convicção confessional do prefeito de Novo Hamburgo teve seus desdobramentos políticos. Assim como ocorrera com Odon Cavalcanti, o grupo católico local passou a ter uma relação mais próxima com Nelson Toohy Schneider, principalmente colaborando para com sua política de nacionalização, no apoio à Legião Brasileira de Assistência (LBA) e nas campanhas em virtude da Segunda Guerra Mundial.

Em janeiro de 1942, o Brasil rompe relações diplomáticas com a Alemanha e, em agosto do mesmo ano, declara guerra aos países que integram o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). A participação brasileira no conflito se torna maior, primeiramente com apoio aos países aliados, capitaneados pelos Estados Unidos e, posteriormente, com o envio de tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 1944, para atuação em território italiano.

Durante o ano de 1943, são realizadas no país campanhas em prol das tropas aliadas. Uma dessas campanhas foi denominada *Campanha da Borracha*, ocorrida durante todo o mês de junho daquele ano. O próprio presidente Getúlio Vargas encaminhou uma carta aos prefeitos municipais,<sup>77</sup> solicitando pleno apoio e trabalho, para que o máximo possível de borracha fosse arrecadado, com

---

<sup>76</sup>Jornal *O 5 de Abril*, Ano XVI, 15/01/1943, nº 42, p. 01 (Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo).

<sup>77</sup>Biblioteca da Presidência da República Federativa do Brasil. 29 de maio de 1943 - Campanha da borracha - circular aos prefeitos, concitando-os a empenhar decisivos esforços para o êxito do "mês nacional da borracha". Disponível em: [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1943/05.pdf/at\\_download/file](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1943/05.pdf/at_download/file), acesso em 10/01/2016.

finalidade de serem usados no apoio bélico das tropas aliadas. O governo de Novo Hamburgo e o núcleo local da Liga de Defesa Nacional mobilizam a comunidade local para a doação de borracha. Além do apoio das indústrias coureiras e calçadistas locais, as instituições de ensino, tanto públicas como particulares, são convocadas a participarem ativamente da campanha.

A imprensa local destaca o papel que teve o Centro Cívico Princesa Isabel, do Colégio Santa Catarina, na arrecadação de uma quantidade significativa de borracha.<sup>78</sup> Além desta, outras campanhas são promovidas, como a Campanha dos Metais, todas com finalidades bélicas, de apoio aos Estados Unidos, principalmente. O governo municipal e as autoridades estaduais emitem pareceres positivos sobre a campanha realizada em Novo Hamburgo e o papel das escolas, destacando a liderança do Colégio Santa Catarina. Deste modo, as estratégias de participação incisiva nas atividades cívicas e nas campanhas de guerra acarretam em conquistas de objetivos da direção e das lideranças católicas vinculadas ao educandário. Um destes objetivos é a autorização da implantação do Curso Normal na instituição, permitindo que o Colégio Santa Catarina passasse a ser uma Escola Normal de formação de professores. E esse objetivo começa a se concretizar a partir de 1943.

Em 18 de maio de 1943, o secretário de Educação Coelho de Souza assina o decreto nº. 775A, que aprova os regulamentos do Instituto de Educação e das Escolas Normais Rurais, assim como das Escolas de Formação de Professores Primários. Com base nesse decreto, Coelho de Souza coloca o Colégio Santa Catarina sob inspeção prévia, após receber solicitação para autorização de funcionamento do Curso Normal no educandário. A fiscalização iniciada em 1943 prossegue durante o ano de 1944, quando foi oficializada a permissão para funcionamento do Curso Normal, o qual foi instalado em 1945, quando a escola passou a se chamar Escola Normal Santa Catarina.

---

<sup>78</sup>Jornal *O 5 de Abril*, Ano XVII, 06/08/1943, nº 21, p. 01 (Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo).

**Figura 18:** Alunas do Colégio Santa Catarina durante a Campanha da Borracha (1943).



Fonte: Arquivo da Secretaria do Colégio Santa Catarina – Novo Hamburgo

Quanto à situação dos evangélico-luteranos de Novo Hamburgo, embora a questão envolvendo a Escola Oswaldo Cruz tenha sido resolvida, ainda permanecia a instabilidade relativa ao futuro da Fundação Evangélica. A desconfiança para os evangélico-luteranos também permanecia. E com a posse de um prefeito empenhado em aplicar as medidas de Nacionalização e bastante vinculado com o catolicismo, o que o aproximava muito dos líderes católicos locais, as lideranças eclesiásticas e laicas evangélico-luteranas tiveram que, de forma decisiva e imediata, adotar outra postura e delinear estratégias diferentes das que vinham adotando. Uma das primeiras ações adotadas é efetivar a nomeação de um novo diretor para a Fundação Evangélica. Diante do momento político, o nome escolhido deveria, no mínimo, ser reconhecido pelas autoridades do Estado Novo como alguém capaz de implantar as ações que eram determinadas pelo regime. A escolha, por seu turno, recaí sobre Guilherme Frederico Rotermund.

Guilherme Frederico Rotermund, membro de tradicional família leopoldense (é neto do pastor Wilhelm Rotermund, fundador e

presidente do Sínodo Rio-grandense por muitos anos), além de professor na Fundação Evangélica e no Colégio Sinodal de São Leopoldo, também é advogado, atuando no escritório de Arthur Ebling e Mário Sperb, juristas de renome na região.<sup>79</sup> Guilherme Rotermund também foi nomeado pelo interventor federal coronel Cordeiro de Farias para o cargo de juiz municipal na Comarca de São Leopoldo. Sua escolha para ocupar a direção da Fundação foi iniciativa do próprio pastor Hermann Dohms, presidente do Sínodo Rio-grandense. Na concepção de pastor Dohms, Guilherme Rotermund possuía um trânsito favorável dentro da sociedade, além de ter uma relação equilibrada com o governo estadual, o que poderia render bons frutos para a escola e para o próprio Sínodo Rio-grandense.

**Figura 19:** Guilherme Frederico Rotermund, diretor da Fundação Evangélica entre 1943 e 1954.



Fonte: Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Fundação Evangélica.

---

<sup>79</sup>Ambos ocupariam o cargo de prefeito de São Leopoldo. Arthur Ebling foi prefeito nomeado entre 1945 e 1946. Mário Sperb foi o primeiro prefeito eleito após a redemocratização do país, exercendo seu período administrativo entre 1947 e 1951.

Em janeiro de 1943, Guilherme Frederico Rotermond assume oficialmente como diretor da Fundação Evangélica. Nesse mesmo período, o pastor aposentado Theophil Dietschi assume a Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho e a presidência do Curatório da Fundação Evangélica, em substituição ao pastor Wilhelm Pommer, preso desde dezembro de 1942. Na vice-presidência do Curatório, assume Guilherme Becker. Algum tempo depois, o pastor Theophil Dietschi pede renúncia ao cargo de presidente do Curatório. Para o seu lugar, por sugestão de Guilherme Becker, é indicado o nome do pastor Hermann Dohms, que aceita o cargo. Desse modo, as lideranças locais da instituição, dirigidas por Guilherme Becker, buscam respaldar a escola com uma vinculação maior junto ao Sínodo Rio-grandense, para assim refutar a ideia de isolamento do educandário.

**Figura 20:** Guilherme Becker (junto ao microfone).



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Guilherme Becker nasceu em Novo Hamburgo, então distrito de São Leopoldo, em 24 de abril de 1897. Era filho de Frederico Guilherme Becker e de Idalina Engel. Em sua formação educacional, estudou no Ginásio Nossa Senhora da Conceição, de São Leopoldo, e no Colégio Anchieta, de Porto Alegre, ambos dirigidos por padres jesuítas. No Ginásio Nossa Senhora da Conceição estudaram algumas destacadas figuras políticas do

cenário estadual e nacional, como João Neves da Fontoura, Alberto Pasqualini e Oswaldo Aranha. Formou-se em Engenharia Eletromecânica pela Escola de Engenharia de Porto Alegre.

Pouco tempo depois, em 1919, defendeu Tese de Doutorado, com o projeto de construção de uma hidrelétrica na Cascata do Caracol, no atual município de Canela. Não foi possível verificar se este projeto pode ter inspirado ou mesmo ter sido utilizado como base para a construção das usinas hidrelétricas dos Bugres e da Canastra, existentes naquela região desde a década de 1950. Em 1920, Guilherme Becker inicia sua vida profissional, atuando como engenheiro na Viação Férrea do Rio Grande do Sul, onde permaneceu até 1929.

Em 1927, no dia 14 de junho, Guilherme Becker se casa com Wilma Ilse Ludwig, filha de Guilherme Ludwig e Frieda Kremer. O casamento ocorreu nove dias após o seu sogro tomar posse como o primeiro vice-intendente eleito de Novo Hamburgo. Os elos entre Guilherme Becker a Guilherme Ludwig não se restringiam ao âmbito familiar. Também havia relações religiosas, empresariais e políticas envolvidas. Tanto Guilherme Ludwig quanto Guilherme Becker eram evangélico-luteranos, engajados em sua igreja e atuantes na Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho. Do ponto de vista empresarial, Guilherme Becker deixara suas funções na Viação Férrea do Rio Grande do Sul em 1929 para assumir a direção do Curtume Ludwig S/A, cargo que ocuparia por mais de quarenta anos, até 1972. E sobre o vínculo político, ambos foram integrantes do Partido Libertador, desde a sua fundação.

Guilherme Becker, desde 1925, atuara na *Junta Libertadora* de Novo Hamburgo. Em 1928, quando da oficialização do partido, ele já era uma das lideranças mais influentes dentro da agremiação. Por conta disso, acaba estabelecendo contatos com lideranças do partido em âmbito estadual. Dentre essas lideranças, podemos citar Raul Pilla, um dos principais chefes estaduais do partido. Em 1930, quando da campanha de Getúlio Vargas à presidência da República, Guilherme Becker era presidente da

Frente Única Gaúcha (FUG) em Novo Hamburgo. Como já visto anteriormente,<sup>80</sup> a organização da Frente Única Gaúcha no município hamburguense foi marcada por disputas internas dentro dos partidos envolvidos (Partido republicano Rio-grandense e Partido Libertador) e atritos entre eles, inclusive levando à prisão o prefeito Leopoldo Petry, republicano, que não apoiara o acordo político que coligara os dois partidos desde 1928, quando Getúlio Vargas tornou-se presidente do Rio Grande do Sul.

Em 1935, Guilherme Becker elegeu-se para uma das sete vagas na Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo. Neste mesmo ano, além de sua eleição como vereador, participou da reestruturação da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo (ACINH), exercendo a presidência da entidade entre 1944 e 1946. Seu sogro, Guilherme Ludwig, também um dos fundadores desta associação, exerceu mandato como seu presidente entre 1954 e 1956. Além da atuação na Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, também fora fundador, em 1941, do Rotary Club no município, sendo presidente por dois mandatos (entre 1941 e 1942 e 1944 a 1945). Nesta entidade, além de lideranças sociais e empresariais, autoridades políticas fizeram parte de seus membros, como o prefeito Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro.

E mesmo atuando na política e no ramo empresarial, o exercício de funções dentro da Comunidade Evangélica de Hamburgo velho não ficou de lado. A partir de 1939, Guilherme Becker assumiu a função de presidente desta comunidade, além de diretor da Escola Paroquial a ela pertencente. Sua atuação nestas duas funções fora elogiada pelo então prefeito Odon Cavalcanti, o que o levou Guilherme Becker a ser convidado a participar do núcleo hamburguense da Liga de Defesa Nacional, da qual logo se tornou vice-presidente. Também ocupou o cargo de consultor técnico da Comissão Passiva de Defesa Antiaérea desde o governo

---

<sup>80</sup> No terceiro capítulo deste trabalho.

Odon Cavalcanti, permanecendo durante a gestão de Nelson Toohey Schneider. A partir do final da década de 1930, Guilherme Becker passou a atuar como a principal liderança evangélico-luterana de Novo Hamburgo.

Posteriormente, Guilherme Becker fora eleito vice-prefeito de Novo Hamburgo, entre 1948 e 1951, na primeira gestão de Carlos Armando Koch (que integrara juntamente com Guilherme Becker a direção hamburguesa da Frente Única Gaúcha, em 1930). Chegou a ocupar o cargo de prefeito durante um mês, entre janeiro e fevereiro de 1949, enquanto o prefeito eleito não tinha condições de assumir. Posteriormente, foi eleito vereador em 1954, exercendo seu mandato entre 1955 e 1959, pelo Partido Libertador (PL). Encerrado este mandato, deixou a vida política. Guilherme Becker faleceu em Novo Hamburgo, no dia 05 de julho de 1985, aos 88 anos de idade.

Uma das primeiras ações empreendidas pelo diretor Guilherme Rotermund é encaminhar ao Curatório da Fundação Evangélica o projeto de instalação do Curso Normal na escola. Faz o encaminhamento desse projeto ainda em dezembro de 1942, antes de assumir a direção do educandário. Nessa mesma época, assume o lugar que ficou vago no Curatório, antes ocupado por Guilherme Rotermund, o pastor Rodolfo Saenger, diretor do Ginásio Sinodal de São Leopoldo. Com o apoio do pastor Saenger e de Guilherme Becker, o projeto é aprovado, sendo encaminhado ao Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul.

Entretanto, o projeto acaba ficando em segundo plano, pelo menos momentaneamente, pois surgem dois novos impasses que precisavam ser resolvidos mais urgentemente: um é a cassação da licença de funcionamento do Ginásio Sinodal de São Leopoldo; outro é a cassação do registro que habilita Guilherme Rotermund para o exercício da direção da Fundação Evangélica. As autoridades eclesiásticas e lideranças evangélico-luteranas vinculadas com as duas instituições de ensino iniciam a mobilização.

Entre as primeiras medidas tomadas, ocorrera a elaboração de um documento,<sup>81</sup> destinado ao presidente Getúlio Vargas, solicitando que reconsidere a decisão tomada pelo Ministério da Educação de fechar o Ginásio Sinodal. No mesmo documento, assinado pelo pastor Rodolfo Saenger, é solicitado que se faça a inspeção federal na Fundação Evangélica, visando permitir a abertura do Curso Normal na instituição. Por fim, pastor Rodolfo Saenger, acompanhado do inspetor federal junto ao Ginásio Sinodal, João Otávio Nogueira Leiria, dirige-se ao Rio de Janeiro, tentando solucionar a situação do Ginásio Sinodal e do registro de Guilherme Rotermund. Contudo, não é obtido sucesso nessa tentativa. Durante esse período, a solicitação feita pelo Colégio Santa Catarina para a instalação do mesmo curso ganha um parecer positivo pelas autoridades, iniciando logo em seguida o processo de fiscalização prévia, necessário para efetivação da autorização da abertura do Curso Normal.

Lideranças evangélico-luteranas em Novo Hamburgo veem esta como mais uma situação facilitada não apenas pelo fato de o Colégio Santa Catarina ser cumpridor das medidas de Nacionalização, mas também por conta de uma rede de interesses que envolvia líderes católicos locais, autoridades municipais, como o próprio prefeito Nelson Toohey Schneider, que também se esforça para que a escola consiga a aprovação de seu projeto, e as autoridades estaduais. Um exemplo destes vínculos está dentro do Conselho de Administração do Estado do Rio Grande do Sul: um de seus integrantes, Gaston Englert, é cunhado de Jacob Kroeff Neto. Embora a liderança de Jacob Kroeff Neto esteja enfraquecida neste momento, ainda possuía a capacidade de buscar mediar os interesses do grupo católico hamburguense. E é uma possibilidade plausível de que se tenha também buscado a influência de agentes políticos próximos ao governo estadual, como Gaston Englert, para

---

<sup>81</sup>Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST - São Leopoldo) - Fundo Sínodo Rio-grandense - Caixa SR 17 - Pasta SR 17/8 - Documento 005.

se alcançarem objetivos, como o projeto de criação do Curso Normal no Colégio Santa Catarina.

Diante da demora encontrada para a solução do caso envolvendo Guilherme Rotermund, o Curatório da Fundação Evangélica, por iniciativa de Guilherme Becker, decide marcar uma audiência com o secretário de Educação Coelho de Souza. O próprio Guilherme Becker se dispõe a assumir a interlocução com Coelho de Souza. Antes do fechamento dos partidos políticos em 1937, Guilherme Becker, como vimos, ocupava a vereança em Novo Hamburgo e era um dos líderes locais do Partido Libertador (PL). Coelho de Souza integrara o quadro do Partido Republicano Liberal (PRL), pelo qual se elegeu deputado estadual em 1935. Posteriormente, foi um dos deputados dissidentes do PRL, que se unira aos deputados do PL e do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), na oposição ao governador Flores da Cunha, a partir de 1936. Essa dinâmica política favoreceu o diálogo entre o representante dos evangélico-luteranos de Novo Hamburgo e o secretário de Educação.

Após a intermediação da causa de Guilherme Rotermund e da Fundação Evangélica por parte de Guilherme Becker, Coelho de Souza se compromete a solucionar o caso junto ao Ministério da Educação. No segundo semestre de 1943, Guilherme Rotermund recebe correspondência do Ministério da Educação, informando que seu registro como diretor da Fundação Evangélica foi validado, podendo assim dar continuidade ao exercício de suas funções.

O acordo estabelecido entre Coelho de Souza e Guilherme Becker determinava que a Fundação Evangélica se adequasse o mais rápido possível aos padrões da nacionalização, em decorrência de, pelo menos durante os últimos cinco anos, haver por parte das lideranças da escola, conforme Coelho de Souza, tentativas de impedir a medidas nacionalizadoras. Por conta disso, Guilherme Rotermund deve, urgentemente, elaborar um plano para cumprir com essas exigências.

Diante desse contexto, as medidas adotadas pelo diretor da Fundação Evangélica visam externar às autoridades governamentais uma mudança de postura da instituição, que passa a adotar uma linha patriótica. Para isso, estabelece dois momentos cívicos, ainda em 1943, para a demonstração pública dessa concepção: a confecção da bandeira nacional e a Parada da Juventude, que ocorre durante as festividades da Semana da Pátria.

Em 3 de agosto de 1943, em cerimônia realizada no salão nobre da Fundação Evangélica,<sup>82</sup> reunindo alunas e professores, com a presença da fiscal de ensino Irene Ribeiro, Guilherme Rotermund dá início à confecção da bandeira nacional. Após o Hino Nacional, Guilherme Rotermund convida a fiscal da Delegacia de Ensino de São Leopoldo, Irene Ribeiro, e a vice-diretora da Fundação Evangélica, Yolanda Lüetke, para darem os primeiros pontos na confecção do pavilhão pátrio. O primeiro ponto foi dado pelo diretor, seguido da fiscal de ensino e da vice-diretora. Os trabalhos de confecção da bandeira nacional se estenderam até 4 de setembro de 1943, quando fora concluído. No decorrer desse período, a cada dia, um grupo de alunas e professoras trabalhava na confecção. Além disso, foram realizados cultos cívicos, enaltecendo a nação brasileira e seus governantes. Após o término dos trabalhos, ficou decidido que uma solenidade para apresentação da nova bandeira nacional da escola Fundação Evangélica seria marcada para 19 de novembro de 1943, Dia da Bandeira Nacional, convidando o secretário de Educação Coelho de Souza para ser o paraninfo da solenidade.

Por esta mesma época, Guilherme Becker, que ocupava a presidência interina da Liga de Defesa Nacional em Novo Hamburgo, juntamente com Guilherme Rotermund, encaminha o convite ao secretário de Educação, que aceita.

---

<sup>82</sup> Arquivo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) - Unidade Fundação Evangélica - Caderno de Registro da Confeção da Bandeira Nacional - 1943.

Antes, porém, da solenidade do Dia da Bandeira, ocorre a Parada da Juventude de 1943, no dia 2 de setembro. No decorrer dos anos anteriores, a participação da Fundação Evangélica nas comemorações da semana da Pátria era incipiente, o que resultou em críticas por parte das autoridades governamentais, que viam a relutância da escola e suas lideranças, como um sinal de contrariedade ao processo nacionalizador do período. Ciente desse histórico, Guilherme Rotermund, com o apoio da Liga de Defesa Nacional e da fiscal de ensino, Irene Ribeiro, decide elaborar uma participação mais destacada da escola na Parada da Juventude. Para tanto, manda confeccionar uniformes que exaltem as Forças Armadas do Brasil. No dia do desfile, que acontecia nas ruas centrais de Novo Hamburgo, as alunas desfilaram em três grupos, homenageando a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, além de cartazes e bandeiras enaltecendo o Brasil, seus governantes e a coragem de seus soldados. A repercussão é grande, sendo levada a conhecimento inclusive das autoridades estaduais, como o secretário Coelho de Souza e no novo interventor federal no Rio Grande do Sul, coronel Ernesto Dorneles, que assumira o governo em 11 de setembro de 1943.

**Figura 21:** Alunas da Fundação Evangélica na Parada da Juventude de Novo Hamburgo, em 2 de setembro de 1943. Alunas com uniforme simbolizando o Exército Brasileiro.



Fonte: Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Fundação Evangélica.

**Figura 22:** Alunas da Fundação Evangélica na Parada da Juventude de Novo Hamburgo, em 2 de setembro de 1943. Alunas com uniforme simbolizando a Marinha Brasileira.



Fonte: Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Fundação Evangélica.

**Figura 23:** Alunas da Fundação Evangélica na Parada da Juventude de Novo Hamburgo, em 2 de setembro de 1943. Alunas com uniforme simbolizando a Aeronáutica Brasileira.



Fonte: Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Fundação Evangélica.

Porém, é em 19 de novembro de 1943, que a estratégia adotada por Guilherme Rotermund e Guilherme Becker surte um efeito de maiores proporções. Na solenidade do Dia da Bandeira, a

Fundação Evangélica recebe a visita do secretário de Educação Coelho de Souza, do prefeito municipal de Novo Hamburgo, Nelson Toohey Schneider, além de outras autoridades estaduais e municipais. Além de paraninfar a bandeira nacional confeccionada pelos corpos docente e discente da escola, Coelho de Souza, juntamente com o prefeito Nelson Toohey Schneider, dão posse à primeira diretoria do Grêmio Cívico Castro Alves. A presidente escolhida do Grêmio Cívico, a aluna Lia Kunz, de Campo Bom, proferiu um discurso em tom patriótico, apontando as finalidades cívicas do Grêmio que era implantado na escola a partir daquela solenidade cívica. Por fim, Coelho de Souza discursa, elogiando o empenho do diretor Guilherme Rotermund e de Guilherme Becker para darem uma personalidade brasileira ao educandário.

**Figura 24:** Cerimônia do Dia da Bandeira na Fundação Evangélica em 19 de novembro de 1943, o Secretário de Educação Coelho de Souza recebe a bandeira nacional confeccionada pelos corpos docente e discente da escola entre agosto e setembro de 1943.



Fonte: Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Fundação Evangélica.

A estratégia adotada pelas lideranças evangélico-luteranas obtém resultados satisfatórios. Em 1944, mesmo diante de documentos enviados pelo Ministério da Educação, negando a oficialização do Curso Normal da Fundação Evangélica, Guilherme Rotermund, utilizando dos argumentos de que a escola estava adequada aos padrões estabelecidos pela nacionalização e de contatos influentes, decide utilizar desses recursos para conseguir a liberação. Entra em contato com Oscar Machado,<sup>83</sup> reitor do Instituto Porto Alegre (IPA),<sup>84</sup> que possui contatos influentes dentro do Ministério da Educação, para servir de mediador da questão do Curso Normal solicitado pela Fundação Evangélica. Através do auxílio prestado por Oscar Machado, em setembro de 1944 é nomeado um inspetor de ensino federal para supervisionar a escola e verificar a possibilidade de instalação do curso. Por fim, através da portaria ministerial n.º. 00.017, de 9 de janeiro de 1945, o Ministério da Educação autoriza que a Fundação Evangélica inicie as atividades do Curso Normal. Em 15 de março de 1945, com a presença de lideranças evangélico-luteranas e autoridades municipais, como o prefeito Alberto Severo, ocorre a solenidade de abertura das aulas do Curso Normal da Fundação Evangélica.

Em março de 1944, Nelson Toohey Schneider deixa o cargo de prefeito de Novo Hamburgo. Em dezembro do mesmo ano, é nomeado pelo interventor federal, coronel Ernesto Dorneles, como primeiro prefeito do recém-criado município de Canela, então distrito de Taquara. Toma posse em 1º de janeiro de 1945, permanecendo no cargo até abril do mesmo ano. Para o seu lugar no

---

<sup>83</sup> Oscar Machado (1903-1984) foi reitor do Instituto Porto Alegre (IPA) entre 1934 e 1954. Além disso, foi professor dos Cursos de Psicologia e Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi membro do Conselho Deliberativo da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre 1967 e 1970, chefe da assessoria de assuntos internacionais da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura (1971) e secretário de Estado da Administração do Governo do Rio Grande do Sul (1975/79), na gestão de Sinval Guazzelli. Também foi um dos antigos líderes do integralismo no Rio Grande do Sul.

<sup>84</sup> Atual Centro Universitário Metodista IPA.

governo hamburguense é nomeado Alberto Severo, que toma posse em 30 de março de 1944, permanecendo até 2 de agosto de 1946.

Não obtivemos muitos dados sobre Alberto Severo. Nascido em 25 de março de 1905, era filho de Alexandra e Diamantino Severo. Estudou no Colégio Anchieta, em Porto Alegre, cursando, posteriormente, as faculdades de Agronomia e Direito. Além de exercer a advocacia, também se dedicou à agricultura, sobretudo, ao cultivo de trigo. Em sua gestão frente ao Executivo hamburguense, foi responsável pela anexação de parte do atual bairro Canudos, em 1945. Parte dessas terras pertencia a Campo Bom, então 2º Distrito de São Leopoldo. Também foi responsável pela compra de terrenos para construção do Posto de Saúde e do prédio dos Correios e Telégrafos. Atuou na criação da Escola Vocacional Agroindustrial, no prédio onde funcionava a Escola Normal Católica, em Hamburgo Velho, atualmente Colégio Estadual Senador Alberto Pasqualini, além de instituir a merenda escolar em todas as escolas públicas de Novo Hamburgo e dar continuidade à construção do Hospital Operário Darcy Vargas, cujo projeto tivera início em 1939. Neste mesmo ano era fundada a Associação Maurício Cardoso, fundada por lideranças locais. Entre seus integrantes, Albano e Oscar Frederico Adams, que inclusive exerceu a presidência da Associação. A inauguração do hospital ocorreu em 1º de novembro de 1947, já na gestão do prefeito Frederico Guilherme Grovermann.

Os anos de 1944 e 1945, de certa forma, são caracterizados pela continuidade da política estratégica adotada pelas lideranças evangélico-luteranas de Novo Hamburgo. Não apenas no tocante educacional, mas na postura relacional para com as autoridades municipais e estaduais. A repercussão positiva das ações ocorridas na Fundação Evangélica e a orientação dada por Guilherme Becker para o direcionamento das comunidades evangélicas de Novo Hamburgo fizeram com que, mesmo ainda com desconfianças e com medidas nacionalizadoras, a situação se tornasse mais moderada. Contribuiu para isso também o próprio

enfraquecimento do Estado Novo, resultado também do avanço das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial e o declínio dos regimes totalitários da Itália e Alemanha. Ao longo dos últimos dois anos do regime, Getúlio Vargas teve seu apoio diminuído, inclusive dentro das Forças Armadas, que tinham um peso importante na manutenção e continuidade da ditadura estadonovista. A contradição do governo brasileiro em apoiar regimes democráticos, sendo uma ditadura inspirada no autoritarismo, fez com que as ideias de redemocratização retornassem a pauta. Com o retorno, em 1945, das forças militares brasileiras que lutaram na Europa, essa perspectiva cresce no meio militar, culminando com a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945.

Para as lideranças católicas locais, sua postura política também permanecia a mesma. A influência de fatores externos, sejam eles em nível nacional, como a ligação entre catolicismo e a política estadonovista, seja a atuação de lideranças eclesásticas e laicas no âmbito estadual, colaboraram para o direcionamento político que os líderes hamburguenses deram para suas estratégias ao longo dos anos. A aproximação e formação de redes sociais para com os prefeitos nomeados, a colaboração com as autoridades estadonovistas e o exercício de postos importantes dentro do aparelho político do período favoreceram a manutenção do poder social, econômico e confessional desse grupo. No caso dos evangélico-luteranos, foi necessário ir além da formação de redes sociais. Foi preciso adotar uma postura de inserção política mais intensa e, ao mesmo tempo, alinhar-se com determinados discursos e práticas advindos das determinações das autoridades. Para manter aspectos de sua identidade e de seus objetivos, evangélico-luteranos precisaram fazer concessões. Mas, acima disso, precisaram adotar uma nova consciência de visão e estratégia política, conforme exemplifica a atuação de Guilherme Becker. Para ambos os grupos, a situação política em nível internacional, nacional e estadual, se refletiu fortemente no cotidiano de Novo Hamburgo. A realidade local passou a sofrer

influência direta de toda essa conjuntura. Ao mesmo tempo, aspectos locais também tinham repercussão em nível estadual e, até mesmo, nacional. E na dinâmica deste contexto, ambos os grupos tiveram de aprender a agir com habilidade para alcançarem objetivos e garantirem espaços sociais, políticos, econômicos e confessionais outrora conquistados.

## Considerações finais

### *Historiador*

*Veio para ressuscitar o tempo e escaldar os mortos, as condecorações, as liturgias, as espadas, o espectro das fazendas submergidas, o muro de pedra entre membros da família, o ardido queixume das solteironas, os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas nem desfeitas. Veio para contar o que não faz jus a ser glorificado e se deposita, grânulo, no poço vazio da memória. É importuno, sabe-se importuno e insiste, rancoroso, fiel.*

Carlos Drummond de Andrade<sup>1</sup>

Chegando a parte conclusiva deste trabalho, as palavras de Carlos Drummond de Andrade em seu poema sintetizam um dos aspectos do ofício do historiador e, ao mesmo tempo, se encaixam no que foi a escrita desse trabalho: o desafio de reconstituir vínculos entre pessoas e, ao mesmo tempo, mostrar como essas relações, que poderiam passar despercebidas, fazem parte de um emaranhado complexo de interesses, objetivos, conflitos e acordos. Embora nosso laboratório de pesquisa seja o município de Novo Hamburgo, nosso objetivo não é abordar a história desta cidade diretamente. Buscamos, através de aspectos históricos ali ocorridos, mapear, compreender e analisar criticamente as relações sociais e políticas construídas pelos agentes históricos vinculados a esta comunidade.

Para alcançarmos esse objetivo, fizemos uso de um aparato teórico e metodológico, que julgamos qualificado e robusto, capaz de nos dar o suporte necessário para responder às questões que norteiam este trabalho. Somando-se a esse elemento, também realizamos uma revisão bibliográfica pertinente, buscando analisar

---

<sup>1</sup>ANDRADE, Carlos Drummond de. *Historiador*. In: \_\_\_\_\_. *A paixão medida*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

as obras já consolidadas sobre os temas que perpassam nosso trabalho, assim como as pesquisas e publicações recentes. Quanto às fontes documentais utilizadas, desde 2013 temos empreendido um intenso trabalho de busca, pesquisa e análise. Acreditamos que uma ampliação significativa na tipologia das fontes nos permite encontrar detalhes que, por sua vez, contribuem para evidenciar aspectos que passam quase despercebidos, mas que são necessários e importantes para uma reconstituição mais íntegra das redes sociais e estratégias estabelecidas por nossos agentes históricos.

Dois grupos confessionais foram objeto de nossa pesquisa: evangélico-luteranos e católicos. A partir dessa definição, surgem os desdobramentos de ordem política vinculados com o religioso, pois os principais líderes republicanos de Novo Hamburgo eram católicos, enquanto os nomes principais entre os federalistas/libertadores eram evangélico-luteranos. Contudo, não se constituíram de grupos políticos que aceitavam ou rejeitavam filiados por conta de sua confessionalidade religiosa. Entre os republicanos havia lideranças evangélico-luteranas, assim como entre os federalistas/libertadores havia católicos. Entretanto, um dos pontos que acreditamos ter contribuído em nosso trabalho é a evidência de que, em determinados momentos, a questão partidária foi largamente utilizada para favorecer o interesse religioso, principalmente quando este estava vinculado aos seus principais líderes.

Ao longo do século XIX, alemães e descendentes, vinculados com as confissões religiosas católica e evangélico-luterana, buscaram participar da vida política e social brasileira, de maneira especial no cotidiano das localidades. As restrições jurídicas do Brasil imperial dificultavam uma participação mais efetiva nos cargos administrativos, sobretudo em cargos provinciais e nacionais, mas a atuação política não ficava restrita a esses cargos. A dinâmica social, conforme já constatado pelos trabalhos de Marcos Tramontini (2000) e Marcos Witt (2008), baseados numa compreensão mais abrangente de política, é marcada pela complexidade das relações e das formas pelas quais estes imigrantes e descendentes buscaram

inserir-se para alcançar suas demandas. Com o advento da Lei Saraiva, de 1881, e da República, a partir de 1889, há uma abertura mais ampla para a participação política de imigrantes e descendentes, especialmente os acatólicos. A conjuntura política daquele momento direcionou a vinculação partidária para duas possibilidades: a situação republicana ou a oposição federalista e, a partir de 1922, libertadora. Essa dicotomia partidária, marcada por intensos conflitos, não possuía apenas esta característica. O caráter relacional, configurando-se conforme os interesses em jogo, estabelecia aproximações entre grupos politicamente opostos, assim como rupturas dentro de uma determinada agremiação partidária.

Ao mesmo tempo, lançamo-nos no desafio de analisar um período temporal longo (entre 1924 e 1945), marcado por uma série de acontecimentos em nível internacional, nacional e estadual (comemorações do centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, Estado Novo, Segunda Guerra Mundial, entre outros), que interferiram diretamente na realidade local. Ao mesmo tempo, conseguimos perceber e compreender melhor como a dinâmica relacional entre estes diferentes níveis ocorre. Por conta disso, é importante ressaltar que os acontecimentos em nível local não são apenas influenciados pelos demais. As relações sociais, os interesses políticos, os conflitos entre grupos, os aspectos religiosos e étnicos ocorridos em um determinado município, por exemplo, também podem interferir em uma escala maior, como nas estratégias políticas adotadas em nível estadual. No caso de Novo Hamburgo, a dinâmica sociopolítica, confessional e econômica de seus agentes históricos repercutiu em questões em nível estadual e nacional, conforme apresentamos nesse trabalho. Consequentemente, isso permite reforçar uma nova percepção historiográfica sobre a história local: a análise de um município, de uma localidade, pode ir além da história memorialista, mas, a partir dela, inclusive, com um maior rigor teórico e com uma metodologia refinada por parte do historiador, ampliar as possibilidades e descortinar fatos e relações mais complexas e amplas.

Dentro do panorama das relações sociais intra e extragrupos, os aspectos partidários e confessionais, embora importantes, também estão imbricados com outras modalidades constitutivas, no caso, vínculos econômicos e familiares. A análise de fontes genealógicas evidenciou como as relações familiares são notadamente intensas entre agentes históricos de Novo Hamburgo. E esses vínculos familiares estabelecem dispositivos também utilizados para o alcance de objetivos econômicos, como a formação de empresas; confessionais, como a criação e articulação das comunidades católica e evangélico-luterana; e partidários, com o fortalecimento de determinado grupo de líderes dentro dos partidos ali existentes. Não obstante, nosso trabalho também permite compreender que, diante de determinados objetivos, um desses aspectos relacionais é evidenciado em detrimento aos demais. Exemplo disso é a constituição da Associação Comercial de Novo Hamburgo, em 1920, em que o objetivo econômico foi maior que os vínculos confessionais e partidários, pois seus fundadores, Pedro Adams Filho, Guilherme Ludwig, Ernesto Olypho Moeller e Frederico Ricardo Kremer, tinham religiões e pertenciam a partidos políticos diferentes. Concomitantemente, vínculos familiares também se faziam constar, já que Guilherme Ludwig e Frederico Ricardo Kremer eram cunhados. Com isso, concluímos que as diferentes formas de constituição das redes sociais não eram estáticas, mas que possuíam uma mobilidade que poderia ser ativada quando havia a necessidade de alcançar algum objetivo comum entre os diferentes grupos envolvidos.

Sobre alguns agentes históricos, as fontes que permitiram reconstituir elementos de sua vida social, familiar, partidária, confessional e econômica foram mais expressivas do que a de outros. Assim como as fontes documentais sobre um determinado período, por exemplo, Novo Hamburgo entre 1930 e 1937, também são poucas ou as informações que encontramos não nos forneceram elementos mais sólidos para nossa pesquisa. Deste modo, os subsídios sobre as administrações municipais do coronel José Gomes

Ferreira (1930 - 1934), capitão Alencastro Braga de Menezes (1934 - 1935) e Ângelo Benito Provenzano (1935 - 1937) não nos deram maiores detalhes sobre suas realizações. Contudo, conseguimos analisar aspectos relacionais que nos deram condições de aventar possibilidades plausíveis sobre os rumos políticos locais, assim como a inserção do contexto estadual e nacional nessas relações. Ao mesmo tempo, diante de um panorama no qual a quantidade de pessoas envolvidas nessas malhas relacionais era expressiva, não seria possível realizar um trabalho mais detalhado. Mas podemos apreender com o aprofundamento das análises que, mesmo com a entrada de outros agentes históricos nos referidos grupos, a liderança deles esteve nas mãos de grupos restritos, já há tempos no poder. No máximo, a influência era transferida para a geração seguinte, mas que possuía, na maioria dos casos, vínculos familiares com os antigos líderes políticos e religiosos.

Muitas vezes acreditamos que as imposições políticas, sobretudo nos períodos autoritários, como fora o Estado Novo, entre 1937 e 1945, têm um caráter estritamente hierárquico, com as ordens sendo distribuídas do alto e meramente acatadas pelos níveis inferiores. Contudo, pesquisas recentes, e esse trabalho pode ser acrescido nesse grupo, mostram que estas imposições políticas também passam por um processo de negociação entre os diferentes grupos envolvidos. No caso de Novo Hamburgo, católicos e evangélico-luteranos buscam se articular com as autoridades estadonovistas, sejam estaduais, sejam municipais, visando manter o espaço social conquistado. Concomitantemente, vemos que as autoridades hamburguenses, como o prefeito Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro, nomeado pelo interventor federal no estado, general Daltro Filho, também precisam articular-se com os grupos católico e evangélico-luterano, para fortalecer sua base política local. Com os católicos, possuía vínculos familiares, pois era casado com uma sobrinha de Jacob Kroeff Neto, e partidários, pois fora membro do Partido Republicano Rio-grandense. Mas o grupo evangélico-luterano era detentor de uma expressiva força

econômica, tendo em vista que membros desse grupo eram influentes empresários e comerciantes regionais. Somando-se a esse fator, alguns líderes evangélico-luteranos, com destaque para Guilherme Becker, utilizaram de sua capacidade política para benefício desse grupo, especialmente quando se tratava das questões de Nacionalização do Ensino e o perigo de fechamento e/ou estatização de seus educandários, como a Fundação Evangélica. Buscando articular-se com as autoridades estadonovistas que governavam o Rio Grande do Sul, Guilherme Becker assumiu a condução do grupo evangélico-luterano de Novo Hamburgo durante a década de 1940, com uma postura de defesa dos interesses dessa comunidade, mas, igualmente, atendendo às determinações decorrentes do regime ditatorial em vigor.

Pensando nos rumos que vêm sendo tomados pela Nova História Política, ao buscar ampliar seu leque de fontes e de metodologias, assim como o diálogo com outros campos interpretativos da História, como a História da Imigração, em nosso caso, acreditamos que esse trabalho pode contribuir para essa perspectiva renovadora. A partir da compreensão da dinâmica relacional entre grupos por meio da redução da escala de observação, a apreciação das diferentes formas de constituição de vínculos, as estratégias adotadas, inserindo-as em um panorama contextual dinâmico e que abarca diferentes níveis de realidade social, é possível obter novas interpretações sobre estes campos da História e seus múltiplos objetos de análise. Esta publicação não buscou o esgotamento do tema ou das possibilidades de análise. Pelo contrário, buscou evidenciar a necessidade de ampliação historiográfica sobre as relações sociais estabelecidas por diferentes grupos em nível local, para, a partir disso, compreender de forma mais robusta as implicações destes em nível regional, estadual e nacional.

## Referências

- ABREU, Luciano Aronne de. **O Rio Grande Estadonovista: Interventores e Interventorias**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2005.
- AMARAL, Sandra Maria do. **O teatro do poder: as elites políticas do Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo**. Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2005. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2000.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Historiador. In: \_\_\_\_\_. **A paixão medida**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ARENDRT, Isabel Cristina. **Educação, Religião e Identidade Étnica: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- \_\_\_\_\_. História da educação no Rio Grande do Sul e em São Leopoldo. In: ARENDRT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). **Pelos caminhos da Rua Grande: História(s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011.
- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. História da Educação do Rio Grande do Sul – O Estado da Arte. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; TAMBARA, Elomar; KREUTZ, Lúcio (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

- BELLINTANI, Adriana Iop. **A conspiração de Flores da Cunha nos bastidores do Estado Novo**. Porto Alegre, 2001. Dissertação [Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2001.
- BENTO, Cláudio Moreira; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **Historia do Casarão da Várzea**. Barra Mansa: Gráfica Drumond, 2009.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.); FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo 3, v. 4. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1995.
- BERTRAND, Michel. **Los modos relacionales de las elites hispano americanas coloniales: enfoques y posturas**. In: Anuario del IEHS, n. 15, Tandil, 2000.
- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Europa América, 1965.
- BOMENY, Helena M. B. Três Decretos e um Ministério: a propósito da educação no Estado Novo. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- \_\_\_\_\_. (org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed Universidade de São Francisco, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papiurus, 1997.
- BRAGA, Sérgio Soares. **Quem é quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946**. v. 1. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 1998.
- BRAUN, Felipe Kuhn. **Novo Hamburgo: da fundação à emancipação política 1824 -1927**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

- BROSSARD, Paulo. **J. F. de Assis Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2004.
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAMPOS, Derocina Alves. **Federalismo versus centralização: a década de 1930 no Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.
- CANDIDO, Antonio. **Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2002.
- CANÊDO, Letícia Bicalho. Caminhos da memória: parentesco e poder. In: Textos de História. **Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**. Brasília, vol. 2, n. 3, 1994.
- CARAVANTES, Rejane Marli Born. **A crise política de 1932 no Rio Grande do Sul: O papel de Flores da Cunha**. Porto Alegre, 1998. Tese [Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 1988.
- CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. **O integralismo no processo político gaúcho: a máquina partidária do PRP e seus dirigentes (1945/1965)**. Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2009. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2009.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CIDADE, Francisco de Paula. **Cadetes e Alunos Militares através dos tempos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.
- Colégio Santa Catarina: 100 anos de história**. Porto Alegre: Nova Prova, 2000.

COLEMAN, James. Social capital in the creation of human capital. **The American Journal of Sociology**, n. 94, p. 95-120, 1988.

COLLINGWOOD, R. G. **Aidéia de história**. Portugal: Editorial Presença, 1981

COLUSSI, Eliane Lucia. **Estado Novo e municipalismo gaúcho**. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. **Da ilha do sul para a capital do sul: imigrantes sicilianos na sociedade porto-alegrense (1875-1920)**. Porto Alegre, 2009. Monografia [Graduação em História]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2009.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

CUNHA, Jorge Luiz da. A Alemanha e seus emigrantes. In: CUNHA, Jorge Luiz da; GÄRTNER, Angélika (orgs.). **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação nas constituições brasileiras. IN: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, vol. III: século XX. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

DAVALLE, Regina. Federalismo, política dos governadores, eleições e fraudes eleitorais na República Velha. **Métis: história & cultura**. Caxias do Sul, v. 2, n. 4, p. 225-246, jul./dez. 2003.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

DEFREYN, Vanderlei. Sobre a Tradição Escolar Luterana. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 04, p. 28-33, maio/agosto, 2004a.

\_\_\_\_\_. **A Tradição Escolar Luterana: Sobre Lutero, educação e a história das escolas luteranas até a guerra dos Trinta Anos**. Dissertação [Mestrado]. São Leopoldo, 2004. Instituto Ecumênico de Pós-graduação - EST, 2004b.

DIENSTBACH, Carlos. **A Maçonaria Gaúcha**. Volume 2. Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 1993.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical?** O Partido Nazista no Brasil. São Paulo, 2007. Tese [Doutorado]. Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007.

DREHER, Martin N. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984.

\_\_\_\_\_. O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana. In: MÜLLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

\_\_\_\_\_. (org.). **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre: Edições EST / São Leopoldo: Sinodal, 1998.

\_\_\_\_\_; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). **Imigração & Imprensa**. Porto Alegre: EST / São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004

\_\_\_\_\_. **Breve História do Ensino Privado Gaúcho**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

DREYER, Lilian. **Sinfonia inacabada**: a vida de José Lutzenberger. Porto Alegre: Vidicom, 2004.

DUARTE, Eduardo. **O centenário da colonização alemã no Rio Grande do Sul**: 1824-1924. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1946.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Tradução: Ruy Jungman; Revisão e Apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. v. 1.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. **A construção da liderança política de Flores da Cunha**: governo, história e política (1930 – 1937). Campinas, 2006. Tese [Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, n. 13, Dez. 1995.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997. (Didática, 1).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. **Nacionalização**. Porto Alegre: Globo, 1941.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FLACH, Angela. O discurso político em relação aos ‘colonos gaúchos’: um estudo de caso. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). **Imigração & Imprensa**. Porto Alegre: EST / São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. **Professoras: histórias e discursos de um passado presente**. Pelotas: Seiva, 2005.

FONTOURA, João Neves da. **Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo**. Porto Alegre: Globo, 1969.

FOUCAULT, Michel. Omnes et Singulatim: uma crítica da razão política [1981]. In: \_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber** (Ditos e escritos IV). Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Uma Cultura Ameaçada: a luso-brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX: 1850-1889**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; ANPUH-RS, 2004.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos AEL – UNICAMP**, v.15, n.27, 2009.

GERTZ, René E. **O Fascismo no Sul Do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

- \_\_\_\_\_. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1991.
- \_\_\_\_\_. Cidadania e Nacionalidade: História e conceitos de uma época. In: MÜLLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994a.
- \_\_\_\_\_. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994b.
- \_\_\_\_\_. O nativismo, os teuto-brasileiros católicos e luteranos no Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.16 n.24, p.43-60, out. 1998.
- \_\_\_\_\_. **O Aviador e o Carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002a. (Coleção História: 50).
- \_\_\_\_\_. D. João Becker e o oportunismo político. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 2002b.
- \_\_\_\_\_. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2005a.
- \_\_\_\_\_. O castilhismo e a colônia alemã. In: AXT, Gunter et al (orgs.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005b.
- \_\_\_\_\_. Estado Novo. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Coord.). **República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).
- \_\_\_\_\_. A República no Rio Grande do Sul: política, etnia e religião, **História Unisinos**, São Leopoldo, vol. 14, n. 1, p. 38-48, janeiro/abril, 2010.
- \_\_\_\_\_. Conflitos intraétnicos em uma região de colonização alemã: o processo de emancipação de Novo Hamburgo. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (Orgs.). **Imigração: diálogos e novas abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A Micro-História e Outros Ensaios**. Lisboa: Difel, 1991. (Memória e sociedade).

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla M. C. de. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GRÜTZMANN, Ingart. **A Mágica Flor Azul**: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul. 1999. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 1999.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006

HILL, Christopher. **De la reforma a la revolucion industrial, 1530-1780**. Barcelona: Ariel, 1990.

HOBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX, 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, José Silvério Baia. **O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia**: regime autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul** (Província de São Pedro). Porto Alegre: A Nação, 1975.

IMÍZCOZ, José Maria. Las redes sociales de las élites. Conceptos, fuentes y aplicaciones. In: SORIA, E.; BRAVO, J. J.; DELGADO, J. M. (ed.). **Las élites em la época moderna**: la monarquía española. Tomo I: Nuevas perspectivas. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba, 2009.

ISAIA, Arthur Cesar. D. João Becker e o crescendo autoritário nos anos 30. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 2002.

KANNENBERG, Hilmar. **Fundação Evangélica, um Século a Serviço da Educação**, 1886-1986. São Leopoldo: Rotermond, 1987.

KERBER, Alessander Mario. **Wilhelm Pommer**: memória e trajetória de um pastor imigrante no sul do Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2008.

KERN, Paulo Henrique. **Ruas e praças Novo Hamburgo**: quem é quem. 2. ed. Novo Hamburgo: [s.n.], 2002.

KONRATH, Gabriela Michel. **O Município de Novo Hamburgo e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo no Rio Grande do Sul**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso(Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS,Porto Alegre,RS, 2009.

KRAUSE, Silvana. **Migrantes do tempo**: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

KREUTZ, Lúcio. **O Professor Paroquial**: magistério e imigração alemã. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS/ Florianópolis: Ed. UFSC / Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

\_\_\_\_\_. A Escola Teuto-Brasileira Católica e a Nacionalização do Ensino. In: MÜLLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

\_\_\_\_\_. A Educação de Imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

KÜNH, Fábio. **Gente da fronteira**: família e poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720 – 1800). São Leopoldo: Oikos, 2014.

LANG, Guido. **Histórias do cotidiano campobonense**. Campo Bom: Papuesta Indústria Gráfica, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2003.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

- \_\_\_\_\_. **A negociação da identidade nacional:** imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: UNESP, 2001.
- LEVI, Giovanni. Prefácio. In: OLIVEIRA, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla M. C. de. **Exercícios de micro-história.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- \_\_\_\_\_. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Biblioteca básica).
- LIN, Nan. **Social capital:** a theory of social structure and action. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press. 2006.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. et al. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2006.
- LUCAS, Taís Campelo. **Nazismo d'além mar:** conflitos e esquecimento (Rio Grande do Sul, Brasil). Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2011. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2011.
- \_\_\_\_\_. Cortando as asas do nazismo: a Dops-RS contra os “súditos do Eixo”. In: VIANA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento; GONÇALVES, Leandro Pereira (orgs.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014.
- LUZ, João Hecker. **Jacob Kroeff – Jakob Kroeff Filho – Jacob Kroeff Neto:** o Hoteleiro, o Coronel, o Intendente – 1855 a 1966. Porto Alegre, 2010. Dissertação [Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.
- MACHADO, Michele Ramos. **O Nacionalismo de Vargas no Vale do Paranhana:** uma revisão historiográfica. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT, Taquara, RS, 2011.

- MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. Tradução de Gaetano Lo Monaco; revisão da tradução Rosa dos anjos Oliveira e Paolo Nosella. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. (Coleção educação contemporânea. Série memória da educação).
- MARCHI, Euclides. Igreja e Estado Novo: visibilidade e legitimação. In: SZESZ, Cristiane Marques (Org.). **Portugal-Brasil no século XX**: Sociedade, Cultura e Ideologia. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- MARTINS, Ismênia de Lima; HECKER, Alexandre (orgs.). **E/imigrações**: histórias, culturas, trajetórias. 1. ed. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010.
- MARTINY, Carina **Os Seus Serviços Públicos Estão de Certo Modo Ligados à Prosperidade do Município**. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Cai, 1875-1900). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Dissertação de Mestrado, 2010.
- MEDEIROS, Laudelino T. **Escola Militar de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.
- MELLO, Maria Ruiz. A Campanha da Nacionalização e os teuto-brasileiros. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). **Imigração & Imprensa**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.
- MEYER, Dagmar E. Estermann. Língua e religião como instituintes da nacionalidade. In: CUNHA, Jorge Luiz da; GÄRTNER, Angélica (orgs.). **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**: história, linguagem, educação. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.
- MEYRER, Marlise Regina. **Evangelisches Stift**: uma escola para “moças das melhores famílias”. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 1997.
- MOEHLECKE, Germano Oscar. São Leopoldo: Obras e Iniciativas Públicas (Revivendo o passado, 2). São Leopoldo, 1998.

MONTEIRO, Frederico Mindêllo Carneiro. **Um magistrado na política**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1985.

\_\_\_\_\_. **Depoimentos biográficos**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1977.

MOOG, Clodomir Vianna. **Um rio imita o Reno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MORAES, Luís Edmundo de. *Konflikt und Anerkennung: Die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro*. Berlin: Metropol, 2005.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MÜGGE, Miquéias Henrique. **Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

MOREIRA, Marli Merker. O conceito de Nacionalização: A linguagem de Aurélio da Silva Py: a Quinta Coluna no Brasil. In: MÜLLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

MÜLLER, Telmo Lauro. A Nacionalização e a Escola Teuto-Brasileira Evangélica. In: MÜLLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

NEUMANN, Rosane Marcia. **“Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”**. As colônias germânicas e a campanha de Nacionalização. 2003. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2003.

\_\_\_\_\_. *Semana da pátria no Estado Novo: “Gauchinhos, entrem que a casa é de vocês”*. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). **História, Cultura e Memória: 180 anos de imigração alemã**. São Leopoldo: Oikos, 2005.

OBERACKER JUNIOR, Carlos Henrique. **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**. 4.ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985. v.1 e 2.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (orgs). **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. (Política e Sociedade).

\_\_\_\_\_. **Americanos: representações de identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. São Paulo; Campinas: Cortez; Ed. UNICAMP. 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

\_\_\_\_\_. **RS: a economia & o poder nos anos 30**. Porto alegre: Mercado Aberto, 1980.

PETRY, Andrea Helena. **É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, é o Brasil do Brasileiro: Campanha de Nacionalização efetivada no Estado Novo**. São Leopoldo, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2003.

\_\_\_\_\_. O Papel Desempenhado Pelo Correio do Povo Durante o Estado Novo. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). **Imigração & Imprensa**. Porto Alegre: EST / São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

\_\_\_\_\_; NEUMANN, Rosane Marcia. Imigrantes alemães e seus descendentes no contexto da campanha de nacionalização. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). **História, Cultura e Memória: 180 anos de imigração alemã**. São Leopoldo: Oikos, 2005.

PETRY, Leopoldo. **A emancipação de Novo Hamburgo: a análise do parecer aprovado pelo Conselho Municipal e outras notas**. Novo Hamburgo: Typographia Hans Behrend, 1925.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 1990.

PINHO, Silvia Oliveira Campos de. **Alberto Torres**: uma obra, várias leituras. Belo Horizonte, 2007. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934.

PY, Aurélio da Silva. **O nazismo no Rio Grande do Sul** (Documento secreto n.59). Porto Alegre, 1940, v.1

\_\_\_\_\_. **A 5 coluna no Brasil**: A conspiração nazi no Rio Grande do Sul. 1. ed. Porto Alegre: Globo, 1942.

RABUSKE, Arthur. A Nacionalização e a Igreja Católica. In: MÜLLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

\_\_\_\_\_; SPOHR, Gastão J. **Resenha histórica da Paróquia São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo 1926-1976**. Novo Hamburgo: [s.n.],1977.

\_\_\_\_\_. Eles se empenharam pelo erguismo do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul. In: **Anais do Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo, 1974.

RAMBO, Arthur B.; ARENDT, Isabel Cristina (Orgs.). **Cooperar Para Prosperar: a terceira via**. Porto Alegre: Sescop/RS, 201

\_\_\_\_\_. Restauração católica no Sul do Brasil, **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002.

\_\_\_\_\_. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional, In. DREHER, Martin Norberto. **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre: Edições EST / São Leopoldo: Sinodal, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica**: a Associação de Professores e a Escola Normal. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996. (Estudos Teuto-brasileiros, 3).

\_\_\_\_\_. Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

RAHMEIER, Andréa Helena Petry. **Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)**. Porto Alegre, 2009. Tese [Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2009.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. **O teatro da sociabilidade**. Um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo. 1850/1930. Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2000. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Partido Republicano Rio-Grandense e o Poder Local no Litoral Norte do Rio Grande do Sul – 1882/1895**. Porto Alegre, 1990. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 1990.

REINHEIMER, Dalva N. **A navegação fluvial na República Velha Gaúcha**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

\_\_\_\_\_. **As colônias alemãs, rios e Porto Alegre: estudo sobre imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900)**. Dissertação [Mestrado]. São Leopoldo, 1999. Programa de pós-graduação em História – UNISINOS, 1999.

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. P. 51-61.

\_\_\_\_\_. (org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande dos Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. v. 1.

RODRIGUES, C.M. **A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fapesp, 2005.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. Um isolamento opcional: a construção da imagem do imigrante não integrado ao Brasil na obra *Um rio imita o Reno*. **Mnemosine** – Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFCG. Campina Grande v. 5, n. 2, jul./dez. 2014a.

- \_\_\_\_\_. A influência religiosa e as consequentes estratégias políticas no processo de emancipação e instalação do município de Novo Hamburgo/RS (1924-1930): um estudo de caso. **Oficina do Historiador** – Revista discente do Programa de Pós-graduação em História da PUCRS. Porto Alegre, v. Especial, 2014b.
- \_\_\_\_\_. **As escolas confessionais como instrumento de ação política de grupos de alemães e descendentes no contexto do Estado Novo**(o caso das escolas Santa Catarina e Fundação Evangélica de Novo Hamburgo – RS). 97 p. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação em História] – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2013.
- \_\_\_\_\_. Reações diante das imposições: as estratégias adotadas nas escolas luteranas durante o Estado Novo (o caso da Escola Fundação Evangélica de Hamburgo Velho). In: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. **A História da Imigração e Sua(s) Escrita(s)** [ebook]. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- SANTOS, Alba Cristina Couto dos. A Igreja da Imigração e o cajado do poder de Dom João Becker. Um estudo de caso sobre as lembranças “censuradas” de Theodor Amstad. In: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. **A História da Imigração e Sua(s) Escrita(s)**[ebook]. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- SARLET, Érica Dorotéa. **Ainda Hoje Plantaria Minha Macieira**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1993.
- SAUL, Marcos de Almeida. **A classe operária e sindicalismo no Rio Grande do Sul**: Novo Hamburgo, 1945-1964. Santo Ângelo: Fundames, 1988.
- SAVIANI, Dermeval. A Política Educacional no Brasil. IN: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, vol. III: século XX. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SCHEMES, Claudia. **Pedro Adams Filho**: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935). Porto Alegre, 2006. Tese [Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2006.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHÜTZ, Liene M. M. Leopoldo Petry, vulto local. In: Anais do 5º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul – 1982. Campo Bom: Gráfica Caeté S/A, 1989.

\_\_\_\_\_. **Novo Hamburgo**: sua história, sua gente. Novo Hamburgo: [s.n.], 1977.

SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena Maria Bousquet. COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas / Paz e Terra, 2000.

SEYFERT, Giralda. Os imigrantes a campanha de nacionalização do Estado Novo. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

\_\_\_\_\_. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

\_\_\_\_\_. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SILVA, Favianni. **O caso Sady e Ágaba**: o crime da praça Comendador Felizardo Leite e a Revolta dos Estudantes do Grêmio 24 de Março na Parahyba de 1923. Fortaleza, 2014. Tese (Doutorado em Educação brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, CE, 2014.

SILVA, Paulo Julião da. **A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na era Vargas**. Disponível em: [www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/456/391](http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/456/391) Acesso em 02 maio 2015.

SILVA JUNIOR, João Inácio da. **Galeria biográfica ilustrada**. Porto Alegre: [s.n.], 1937.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. **Uma São Paulo alemã:** vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827 – 1889). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Coleção teses e Monografias, Vol. 6).

SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (orgs.). **O Parlamento Gaúcho:** da Província de São Pedro ao Século XXI. Porto Alegre : Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013.

SOUZA, J. P. Coelho de. **Caminhada.** 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 1969.

\_\_\_\_\_. **Denúncia:** o nazismo nas escolas do Rio Grande. Porto Alegre: Thurmman, 1941.

SPERB, Angela. **Sal da terra:** 160 anos da Comunidade e Escola Evangélica de Campo Bom. Canoas: La Salle, 1992.

SPERB, Dalila Clementina et. al. **Oswaldo Cruz.** 100 anos de história. Novo Hamburgo: [s.n], 1996.

STONE, Lawrence. Prosopography. **Daedalus.** v. 100, n. 01, p. 46-79, 1971.

TAUFER, Paulo Roberto. **Partido Libertador:** formação e atuação política. São Leopoldo, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2008.

TONINI, Veridiana Maria. **Uma relação de amor e ódio:** o caso Wolfram Metzler (Integralismo, PRP e Igreja Católica, 1932 – 1957). Passo Fundo, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo - UPF, Passo Fundo, RS, 2003.

TORRES, Andréa Sanhudo. **Imprensa:** política e cidadania. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **Organização Social dos Imigrantes:** A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

\_\_\_\_\_. Ehlers, Voges e Klingelhofer: a disputa. In ELY, Nilza Huyer; BARROSO, Véra Lucia Maciel (orgs.). **Raízes de Terra de areia.** Porto Alegre: EST, 1999.

- TRINDADE, Héglio (org.). **Revolução de 30**: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1980.
- VERÍSSIMO, Érico. **O tempo e o vento**. O Continente. Tomo I. São Paulo: Editora do Globo, 1989.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica; um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 239-261.
- VIANA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento; GONÇALVES, Leandro Pereira (orgs.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014.
- VIANNA, F. J. de Oliveira. **Raça e assimilação**. 2a ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934. (Francisco José Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série V. Brasileira).
- \_\_\_\_\_. Os imigrantes germânicos e eslavos e sua caracterização antropológica. **Revista de Imigração e Colonização**. Janeiro de 1940.
- VIVÓ, Cristina Mazzeo de. Os vínculos interfamiliares, políticos e sociais da elite mercantil de Lima no final do período colonial e início da República: estudo de caso, metodologia e fontes. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 264-295.
- WEBER, Roswithia. **As Comemorações da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**: o “25 de julho” em São Leopoldo, 1924-1949. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.
- WEIZENMANN, Tiago. **“Sou, como sabem...”**: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). Porto Alegre, 2015. Tese [Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Cortando as asas do nazismo**. Representações e imaginário sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942 – 1944). São Leopoldo, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2008.

- \_\_\_\_\_. O texto iconográfico: a revista Vida Policial e o imaginário nazista. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (Orgs.). **Imigração: diálogos e novas abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- WERLE, Flávia. Constituição do Ministério da Educação e articulações entre níveis federal, estadual e municipal da educação. IN: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, vol. III: século XX. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- WITT, Marcos Antônio. **Em Busca de um Lugar ao Sol: estratégias políticas (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX)**. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- \_\_\_\_\_. et. al. Os arranjos matrimoniais como instrumento de inserção e participação social de imigrantes alemães– Rio Grande do Sul – século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 5, n. 9, julho/2013.
- WITT, Osmar. **Igreja na migração e colonização: a pregação itinerante no Sínodo Rio-grandense**. São Leopoldo: Sinodal, 1996. (Série Teses e Dissertações, n. 8).
- WOLFF, Cristina Scheibe; FLORES, Maria Bernadete Ramos. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.
- WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: UFRGS, ano 6, n.º 14, nov. 2000, p. 205-238.
- \_\_\_\_\_. **Herdeiros, parentes e compadres**. Colonos do Sul e sítiantes do Nordeste. São Paulo, Brasília: Hucitec, EDUNB, 1995.
- ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**. São Paulo, n. 4, jun. 1985.
- ZÚÑIGA, Jean-Paul. Clan, parentela, família, indivíduo: métodos y níveis de análisis. **Anuario IEHS**. Argentina: Tandil, n.º 15. 2000.

## **Apêndice - Acervos consultados**

### **Arquivo da Secretaria do Colégio Santa Catarina – Novo Hamburgo**

Acervo de Fotografias

Relatório das atividades anuais do Ginásio Santa Catarina

Livro de Atas do Colégio Santa Catarina (equiparado às Escolas Complementares do Estado)

Livro de Atas da colação de Grau do Magistério

Livro de Matrículas de 1900 a 1934

### **Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo**

Acervo de Fotografias

Jornal O 5 de Abril – Edições entre 1927 e 1946

Atas da Intendência Municipal de Novo Hamburgo

Livro de Atas da Comissão Organizadora e Diretora da Exposição Municipal Comemorativa do 1º Centenário da Imigração Alemã

Correspondências

### **Arquivo Histórico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) – Faculdades EST – São Leopoldo**

Fundo Sínodo Rio-grandense (SR)

### **Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo – IENH – Unidade Fundação Evangélica – Novo Hamburgo**

Acervo de Fotografias

Livro de Atas da Sociedade Fundação Evangélica – Mantenedora da Escola Fundação Evangélica de Hamburgo Velho

Livro de Atas do Grêmio Cívico Castro Alves

Livro de Registro das Comemorações Cívicas do Ano de 1943 na Fundação Evangélica

Caderno de Registro da Confecção da Bandeira Nacional na Fundação Evangélica

**Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – MHVSL – São Leopoldo**

Fundo Município de Novo Hamburgo

Fundo Leopoldo Petry

Fundo Theodomiro Porto da Fonseca

Coleção Carlos de Souza Moraes

Fundo Prefeitura Municipal de São Leopoldo

Programa dos festejos do centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, 1924.

Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo

Correio de São Leopoldo – Edições entre 1932 e 1945

Acervo Fotográfico

**Biblioteca da Universidade FEEVALE – Novo Hamburgo**

Jornal O 5 de Abril – Edições entre 1927 e 1946

**Mitra da Diocese de Novo Hamburgo – Paróquia da Catedral Basílica São Luiz Gonzaga – Novo Hamburgo**

Livros Tombo

Correspondências

Fotografias

**Paróquia Evangélica de Hamburgo Velho – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) – Novo Hamburgo**

Livros Tombo

Correspondências

Fotografias

**Paróquia Evangélica de Novo Hamburgo – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) – Novo Hamburgo**

Livros Tombo

Correspondências

Fotografias

**Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRG – Porto Alegre**

Fundo dos Governantes

Fundo Polícia

Fundo Sinval Saldanha

Arquivo João Neves da Fontoura

Autoridades Municipais – Correspondência das Intendências e Prefeituras

Autoridades Municipais – Correspondência das Câmaras

**Arquivo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - AHGRGS - Porto Alegre**

Fundo Borges de Medeiros

**Delfos - Espaço de Documentação e Memória Cultural - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS - Porto Alegre**

Acervo Benno Mentz

Documentos da Ação Integralista Brasileira (AIB) / Partido de Representação Popular (PRP)

**Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre**

Correio do Povo - Edições entre 1924 e 1945

Diário de Notícias - Edições entre 1925 e 1945